

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Aloizio Mercadante Oliva

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Luiz Antonio Rodrigues Elias

DIRETORIA EXECUTIVA

Glauco Antonio Truzzi Arbix (desde 28/01/2011)

PRESIDENTE

João Alberto De Negri (desde 02/03/2011)

DIRETOR

Eugenius Kaszkurewicz

DIRETOR

Fernando de Nielander Ribeiro

DIRETOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Antonio Rodrigues Elias

PRESIDENTE

Glauco Antonio Truzzi Arbix (desde 28/01/2011)

CONSELHEIRO NATO

Cezar Santos Alvarez

CONSELHEIRO

Júlio Alexandre Menezes da Silva

CONSELHEIRO

CONSELHO FISCAL

Marco Antonio de Oliveira (desde 09/05/2011)

PRESIDENTE

Luiz Antonio de Mello Rebello (desde 29/04/2011)

CONSELHEIRO TITULAR

Lena Oliveira de Carvalho

CONSELHEIRO TITULAR

Gerson Galvão (desde 09/05/2011)

CONSELHEIRO SUPLENTE

Sérgio Luiz Doscher da Fonseca

CONSELHEIRO SUPLENTE

Ana Lúcia Barbosa Coelho Palfinger

CONSELHEIRO SUPLENTE

Posição em maio de 2011.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Resolução TCU nº 234/2010, da DN TCU nº 107/2010, da DN TCU nº 110/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno através da Portaria CGU 2.546/2010.

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
Área de Planejamento (APLA)

Rio de Janeiro, maio de 2011.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE FIGURAS	5
INTRODUÇÃO	6
1 IDENTIFICAÇÃO	8
2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	9
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	9
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	11
2.3 PROGRAMAS E AÇÕES	14
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	24
3 INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	44
4 INFORMAÇÃO SOBRE RESTOS A PAGAR.....	44
5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	45
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS ATIVOS.....	46
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS INATIVOS E PENSIONISTAS ..	47
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	48
5.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS.....	48
5.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 48	
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	48
5.7 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO.....	53
5.8 NOVO MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS.....	54
6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO	57
6.1 OPERAÇÕES COM RECURSOS DE TERCEIROS.....	57
6.2 OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS COM RECURSOS TRANSFERIDOS À FINEP PELO FNDCT.....	62
7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL – NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	65
7.1 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG.	65
7.2 SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - SICONV 65	
8 INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA	66
9 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	67
9.1 GESTÃO DE PROCESSOS	68
9.2 NORMATIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	69
9.3 MODERNIZAÇÃO DE PROCESSOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	70
9.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA FINEP	73
10 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	73
11 GESTÃO DO PATRIMÔNIO	73
11.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	73
11.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	74
11.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA FINEP.....	74
11.4 DISCRMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA FINEP 74	

12	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	75
13	CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	75
14	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	75
15	PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER TCU E OCI.....	75
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	76
15.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	76
15.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	76
15.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	76
16	INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	76
17	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	77
17.1	SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA A GESTÃO E CONTROLE DE PROJETOS.....	77
18	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	79
18.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	79
18.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64.....	79
18.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76.....	79
18.4	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	79
18.5	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	79
19	CONTEÚDO ESPECÍFICO	80
19.1	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (SICOM).....	80
19.2	REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES.....	81
19.3	PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	83
19.4	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA FINEP	84
20	PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS	87
21	RESULTADOS E CONCLUSÕES	88
	LISTA DE ANEXOS	90

LISTA DE QUADROS

QUADRO I: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	8
QUADRO II: Operações com o Setor Produtivo	12
QUADRO III: Evolução da Captação de Recursos para Operações de Crédito.....	13
QUADRO IV: Execução Física da Ação 0A37	16
QUADRO V: Execução Física da Ação 0741.....	17
QUADRO VI: Disponibilidade Orçamentária	19
QUADRO VII: Execução Física da Ação 0745	19
QUADRO VIII: Fundos de Investimento Apoiados pela FINEP	21
QUADRO IX: Execução Física da Ação 0748.....	21
QUADRO X: Distribuição Regional da Participação no Prêmio FINEP	23
QUADRO XI: Índice de Inadimplência	25
QUADRO XII: Recebimentos de empresas em renegociação e de contratos renegociados	25
QUADRO XIII: Evolução do Valor Contratado e do Desembolso das Operações	29
QUADRO XIV: Taxa de Crescimento.....	29
QUADRO XV: Evolução do Montante de Recursos Examinados por Empregado 2007-2009.....	30
QUADRO XVI: Relação entre os Custos Totais e Montante de Recursos Analisados.....	30
QUADRO XVII: Indicadores Econômico-financeiros.....	31
QUADRO XVIII: Evolução da Demanda por Financiamento	35
QUADRO XIX: Receitas, Dispendios Correntes e Superávit.....	35
QUADRO XX: Esforço Operacional Total 2010.....	37
QUADRO XXI: Operações Contratados em 2010.....	38
QUADRO XXII: Disponibilidade de Caixa	40
QUADRO XXIII: Distribuição Consolidada das Principais Receitas	40
QUADRO XXIV: Distribuição Consolidada dos Principais Itens de Dispendios	42
QUADRO XXV: Demonstrativo do PDG dos Usos e Fontes dos Recursos	43
QUADRO XXVI: Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	46
QUADRO XXVII: Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	47
QUADRO XXVIII: Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade.....	47
QUADRO XXIX: Composição do Quadro de Estagiários.....	48
QUADRO XXX: Rotatividade	49
QUADRO XXXI: Educação Continuada.....	50
QUADRO XXXII: Questionário sobre Satisfação e Motivação.....	51
QUADRO XXXIII: Competências organizacionais da FINEP.....	56
QUADRO XXXIV: Saldos das PTFs na ocasião do encerramento	63
QUADRO XXXV: Posição Financeira das PTF's vigentes em 31/12/2010	64
QUADRO XXXVI: Entregas do Projeto - Situação até 31 de Dezembro de 2010.....	72
QUADRO XXXVII: Despesas de Patrocínio e Publicidade 2010	80
QUADRO XXXVIII: Publicidade Institucional	80
QUADRO XXXIX: Síntese da remuneração dos administradores – Conselho de Administração.....	81
QUADRO XL: Síntese da remuneração dos administradores – Conselho Fiscal.....	82
QUADRO XLI: Síntese da remuneração dos administradores – Diretoria Executiva	82
QUADRO XLII: Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores.....	83
QUADRO XLIII: Empréstimos – Mercado Externo	83
QUADRO XLIV: Demonstrativo Anual 2010.....	85
QUADRO XLV: Demonstrativo das Contribuições Pagas pela FINEP e seus Empregados e Outros Recursos Repassados no Exercício de 2010 (Regime de Competência)	86

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I: Prêmio FINEP – Evolução de Inscrições – 2000 a 2010	23
FIGURA II: Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2010.....	26
FIGURA III: Evolução das Contratações 2000 a 2010	32
FIGURA IV: Evolução dos Desembolsos das Operações Reembolsáveis 2000 - 2010.....	33
FIGURA V: Liberações Efetuadas em 2010 por Fonte	33
FIGURA VI: Liberações Efetuadas em 2010 por Região	34
FIGURA VII: Liberações Efetuadas em 2010 por Setor	34
FIGURA VIII: Valor das Contratações por Região.....	34
FIGURA IX: Saldo a Receber por Porte.....	38
FIGURA X: Saldo a Receber por Setor	38
FIGURA XI: Saldo a Receber por Região	39
FIGURA XII: Distribuição das Principais Receitas de 2010.....	41
FIGURA XIII: Evolução das Receitas	41
FIGURA XIV: Distribuição dos Principais Itens de Dispêndio	42
FIGURA XV: Evolução dos Itens de Dispêndio	43
FIGURA XVI: Comparativo de Rendas e Dispêndios	44
FIGURA XVII: FUNTTEL – Contratações e Liberações.....	57

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar os resultados da gestão consolidada da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e das Ações Especiais/MCT-FINEP, no exercício de 2010, a fim de fornecer uma visão ampla da gestão da empresa aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O Relatório está organizado de acordo com os conteúdos estabelecidos no Anexo II da Decisão Normativa TCU N° 107, de 2010. Assim, as informações gerais sobre a gestão da FINEP aparecem apresentadas em 21 itens, como se segue.

No item 1 é apresentada a identificação da unidade, de forma consolidada, contendo: poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na Lei Orçamentária Anual (LOA); situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato, endereço postal; endereço eletrônico; página na *internet*; identificação da Unidade Jurisdicionada consolidada; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.

No item 2, que trata das informações sobre o planejamento e a gestão orçamentária e financeira da FINEP, foi avaliado o alcance dos objetivos e metas físicas e financeiras. Este capítulo está dividido em 5 seções, a saber: i) Responsabilidades institucionais da unidade; ii) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais; iii) Programas e Ações e iv) Desempenho Orçamentário e Financeiro, onde se apresenta a Programação e a Execução Orçamentária das Despesas, os Indicadores Institucionais, e a Análise do Desempenho da FINEP.

No item 5 são apresentadas informações sobre recursos humanos: empregados ativos, inativos e pensionistas, e estagiários. Além disso, este item detalha o Novo Modelo de Gestão de Pessoas, que visa estruturar e implementar na FINEP instrumentos modernos de gestão de pessoas, propiciando o alinhamento entre o desempenho individual e as necessidades da empresa.

No item 7 é apresentada a declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. Adicionalmente, apresenta a posição da FINEP em relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

O item 8 informa sobre o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e tratamento das declarações de bens e renda.

O funcionamento do sistema de controle interno da unidade é apresentado no item 9, onde são analisadas questões relativas ao monitoramento e controle da informação e mecanismos de comunicação. Além disso, são detalhadas as iniciativas referentes à gestão de processos, normatização de documentos, modernização de processos e sistemas de informação e política de comunicação.

O item 10 aborda a questão da sustentabilidade ambiental, enquanto que o item 11, referente à gestão do patrimônio, apresenta a relação dos bens imóveis locados de terceiros pela FINEP.

No item 12, que trata da gestão de tecnologia da informação (TI), foi apresentado um resumo da atuação da FINEP em relação a este tema, além de informações contemplando os

seguintes aspectos: i) planejamento; ii) perfil dos recursos humanos envolvidos; iii) segurança da informação; iv) desenvolvimento e produção de sistemas; e v) contratação e gestão de bens e serviços de TI.

O item 14, referente às informações sobre Renúncia Tributária, foi classificados como “não ocorreu no período”, já que não houve qualquer programa de renúncia fiscal aplicado na gestão da FINEP.

As informações do item 15 abordam as providências adotadas para atender às deliberações de acórdãos do TCU e do órgão de controle interno. O tratamento das recomendações estão detalhadas no item 16, de acordo com as exigências requeridas.

No item 17, que abre espaço para a apresentação de outros fatos referentes à gestão da FINEP, é abordado o projeto Soluções Integradas para a Gestão e Controle de Projetos, que envolve ações direcionadas às pessoas, processos, sistemas informatizados, documentação normativa e estrutura organizacional, na busca por soluções de longo prazo para a gestão e controle de convênios;

No item 18, que trata das informações contábeis, apresenta-se as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, a composição acionária do capital social e o parecer da auditoria independente.

O item 19 trata do conteúdo específico da unidade, conforme parte C do anexo II da Decisão Normativa TCU No 107/10, identificado em 4 subitens: i) Subitem 4 - Órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8/9/2008, na forma estabelecida pelo Acórdão TCU nº 39/2003 – Plenário; ii) Subitem 12 - Empresas públicas, sociedades de economia mista federais e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União; iii) Subitem 31 - Unidade Jurisdicionada que gerenciem projetos e programas financiados com recursos externos; e iv) Subitem 36 - Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência.

Registre-se que os Itens 3, 4, 6 não se aplicam à natureza jurídica da FINEP que sendo uma empresa pública de direito privado, não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, não possui informações sobre reconhecimento de passivos por crédito ou recursos, restos a pagar, ou transferências realizadas. O item 13 também não se aplica, visto que a FINEP não dispõe de cartão de pagamento do governo federal.

No item 20 estão resumidas as Ações Especiais/MCT-FINEP.

Por fim, no item 21, estão apresentados os principais resultados e conclusões da gestão consolidada da FINEP e das Ações Especiais/MCT-FINEP, em 2010.

1 IDENTIFICAÇÃO

QUADRO I: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência e Tecnologia		Código SIORG: 001988
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora		
Denominação completa: FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos		
Denominação abreviada: FINEP		
Código SIORG: 000001	Código LOA: 24202	Código SIAFI: 20502
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública do Poder Executivo Federal – (Sociedade por quotas de respons.Ltda)		
Principal Atividade: Outras atividades de intermediação financeira		Código CNAE: 64.99-9
Telefones/Fax de contato:	(061) 3035 7150	(061) 3035 7158
Endereço eletrônico: seac@finep.gov.br		
Página da Internet: www.finep.gov.br		
Endereço Postal: SCN – Quadra 2 - Bloco D - Torre A - SL 1102 - CEP 70712-903 - Brasília – DF		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP	Ativa	001988
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto-Lei Nº 61.056, de 24 de julho de 1967; Lei 8.172, de 18 de janeiro de 1991....		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Estatuto Decreto 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelos Decretos nº 2.209, de 18 de abril de 1997 e Decreto nº 2.471, de 26 de janeiro de 1998. Lei 11.540 de 12 de novembro de 2007; Decreto 6.938, de 13 de agosto de 2009. O Estatuto da FINEP foi publicado no DOU em 08/12/1996 e encontra-se publicado no site www.finep.gov.br ;		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
365001	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	
365002	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP/BSB	
365004	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP/SP	
360001	FINEP/CONTRATOS E CONVÊNIOS	
240131	PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS DO MCT/FINEP	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
36801	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	
00001	TESOURO NACIONAL	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
365001 – 365002 – 365004 – 360001	36801	
240131	00001	

Fonte: FINEP – AFC

2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é uma empresa pública de direito privado constituída pelo Decreto n.º 61.056, de 24 de julho de 1967, que regulamentou a autorização disposta no art. 191 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto-lei n.º 298, de 28 de fevereiro de 1967. A FINEP foi criada com o objetivo de financiar a elaboração de estudos de projetos e programas de desenvolvimento econômico, estabelecidos nos planos de ação do Governo. Além disso, desde a sua criação, teve o papel de atuar no aperfeiçoamento da tecnologia nacional, na área de engenharia de projetos e assistência técnica. Até 5 de março de 1985 foi vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral, quando mediante Decreto n.º 91.146, passou a ser vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

A partir de 1971 a FINEP assumiu a Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, responsável pelo financiamento da expansão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (SNCTI). A visão integrada desse Sistema é reconhecida pelo Governo Federal no Decreto n.º 75.225, de 15 de janeiro de 1975, quando pela primeira vez é instituído um plano nacional para área de Ciência e Tecnologia – C&T, e definido que os Ministérios com atuação significativa nesta área disporão de Órgãos Setoriais com a responsabilidade de gerir de forma integrada as entidades subordinadas que atuam no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico.

Como agente de fomento do SNCTI o papel da FINEP é singular, inclusive se comparada a outras experiências internacionais, na medida em que se tem capacidade de financiar todos os segmentos que o compõem: universidades, institutos de pesquisas, instituições governamentais, organizações não governamentais, empresas e agentes repassadores de recursos, públicos e privados, que atuam no plano nacional ou federal, estadual e municipal.

Sua condição de empresa pública, agente financeiro, e Secretaria Executiva do FNDCT permite a captação de recursos financeiros de diferentes fontes: recursos do orçamento fiscal e do FNDCT, de terceiros públicos, nacionais e internacionais.

Os recursos financeiros utilizados pela FINEP para o apoio a estudos, projetos e programas são movimentados através do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. No SIAFI, a FINEP opera quatro Unidades Gestoras (UGs):

- UG 360001: Unidade Gestora Contratos e Convênios;
- UG 365001: escritório da Empresa FINEP, no Rio de Janeiro;
- UG 365002: escritório da Empresa FINEP, em São Paulo;
- UG 365004: escritório da Empresa FINEP, em Brasília.

Através da Unidade Gestora Contratos e Convênios, a FINEP administra e repassa recursos de terceiros, normalmente através de convênios com órgãos governamentais, para financiamento de projetos, recebendo desses terceiros um montante que pelo menos cubra os custos administrativos da atividade.

Nas Unidades Gestoras que se referem aos três escritórios da Empresa FINEP são movimentados os recursos da própria empresa e aqueles captados de terceiros, para serem utilizados

em operações de financiamento, como o FNDCT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), até 2009, e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Nessas operações a FINEP arca com o risco de crédito e remunera-se com o diferencial entre os encargos pagos (custo de captação) e os encargos cobrados das instituições financiadas.

No caso específico do FUNTTEL, até o ano de 2009, a FINEP atuava apenas como gestora das operações, deixando para o fundo o risco de crédito; até então o Conselho gestor aprovava cada operação. A partir de 2010 a FINEP pode captar recursos no FUNTTEL remunerando-se com o diferencial entre o custo de captação dessa fonte e a taxa cobrada dos financiamentos concedidos. O risco de crédito passa a ser da FINEP, e o Conselho Gestor do Fundo tem a incumbência de estabelecer uma política de prioridades para nortear a política de investimentos a ser seguida pela FINEP.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A FINEP é a Agência Brasileira da Inovação e, ao longo dos seus mais de quarenta anos de existência, vem desempenhando papel preponderante na criação do ambiente propício à inovação hoje existente no país. Desde a sua criação vem gerando um conjunto de instrumentos e atividades de estímulo às inter-relações entre atores do sistema de inovação, especificamente, empresas, institutos de pesquisa e universidades, o que lhe conferiu uma trajetória singular de resultados.

Para o apoio financeiro a esses atores, e dependendo da natureza das atividades de inovação por eles desenvolvidas, a FINEP busca utilizar os instrumentos mais adequados em cada caso. Os projetos e atividades financiados pela FINEP cobrem todo o espectro desde a pesquisa básica, desenvolvimento de novos produtos e processos, infra-estruturas de pesquisa, até a popularização da ciência, sendo o risco inerente a cada uma dessas fases muito diferenciado.

Por esta razão, existe uma simetria entre o esforço que está sendo realizado na área da inovação, a instituição envolvida nesse esforço e as condições financeiras necessárias ao desenvolvimento do programa, projeto ou ação. Portanto, existem atividades, como a pesquisa básica que se caracteriza como etapa ainda distante da apropriação dos resultados, que somente Instituições de Ciência e Tecnologia - ICT's, sustentadas por subvenções sociais, são capazes de realizar. As empresas raramente desenvolvem essas atividades, e quando o fazem é porque dispõem de reservas financeiras ou estão sendo subsidiadas pelo poder público. Por outro lado, há atividades que devem ser desenvolvidas por empresas, pelas suas características finalísticas e destinadas ao mercado, mas que sem a subvenção econômica, o capital de risco ou o crédito subvencionado, não seriam realizadas.

Neste relatório de gestão o foco é a destinação dos recursos repassados pela FINEP agente financeiro, direcionado às empresas, e não aqueles movimentados como Secretaria Executiva do FNDCT. No entanto, para se compreender a estratégia de atuação da FINEP é indispensável a apresentação do quadro geral para a alocação de recursos no setor produtivo, onde se relaciona a cada uma das suas atribuições, como secretaria-executiva do FNDCT e como agente financeiro, os instrumentos e modalidades de financiamento operadas.

Todos os instrumentos utilizados para o financiamento às empresas estão previstos na Lei nº 11.540/2007, que regulamentou o FNDCT. São eles: subvenção econômica, capital de risco, empréstimo, equalização de taxa de juros e a garantia de liquidez aos fundos de investimento. O FNDCT, por ter uma arrecadação proveniente dos Fundos Setoriais, vem proporcionando também um crescimento às operações da FINEP nos últimos anos.

Apresentamos, a seguir, um quadro com as operações contratadas em fase de desembolso pela FINEP, divididas pelos instrumentos disponíveis aos clientes do setor produtivo.

QUADRO II: Operações com o Setor Produtivo

Instrumentos de Financiamento do Setor Produtivo	FNDCT			FINEP		TOTAL
	Subvenção Econômica - Não Reembolsável Empresa			Reembolsável		
	PAPPE 2007/2010 (1)	PRIME (2)	Áreas Estratégicas (3)	Investimento (4)	Crédito (5)	
Nº de Operações Indiretas – Fundos/Agentes	32	17	-	18	-	67
Nº de Empresas Apoiadas	404	1.381	261	51	132	2.229
Recursos Comprometidos pela FINEP (R\$ Milhões)	232,0	165,7	466,0	350,0	1.647,0	2.860,7

Fonte: FINEP - APLA/ASC

Observações:

(1) PAPPE - Programa de Subvenção à Pesquisa em Micro e Pequenas Empresas (com faturamento até R\$ 2,4 milhões), e PAPPE Integração com foco nas regiões NO, NE, e CO, para desenvolverem novos produtos e processos. Recursos repassados por Fundações de Amparo às Pesquisas Estaduais. As empresas apoiadas por esse instrumento ainda encontram-se em fase de contratação e não foram contabilizadas no quadro acima.

(2) PRIME - Programa Primeira Empresa Inovadora, voltado para apoio ao desenvolvimento de tecnologia por empresas nascentes de alto valor agregado. Recursos repassados por Incubadoras e ICT's, sem fins lucrativos.

(3) Operações Diretas com a FINEP - Apoio às empresas de qualquer porte para o desenvolvimento de tecnologia em áreas estratégicas.

(4) A modalidade Investimento é realizada através de Fundos de Investimentos em operação selecionados pela FINEP. Nesse quadro foram considerados os fundos ativos e as empresas em fase de monitoramento e *due diligence* cujo capital já vem sendo integralizado ou serão integralizados nos próximos exercícios.

(5) Empréstimos realizados diretamente pela FINEP a empresas para o desenvolvimento de projetos e planos de inovação.

A política de aplicação de recursos não reembolsáveis e reembolsáveis para empresas é concebida a partir das Ações (inseridas na LOA do FNDCT) 0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico e 0745 - Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital – Investimento, respectivamente. Nestas ações estão concentradas as operações de maior risco tecnológico e financeiro, principalmente direcionadas às micro e pequenas empresas, cujo risco de crédito tende a ser mais elevado.

Os dois últimos editais nacionais de subvenção econômica às empresas lançados pela FINEP (Seleção Pública MCT/FINEP/FNDCT Subvenção Econômica à Inovação – 01/2009 e Seleção Pública MCT/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação – 01/2010) estabeleceram que no mínimo 40% dos recursos da chamada seriam dedicados a pequenas empresas, empresas de pequeno porte e microempresas. Apesar do resultado do Edital de 2010 ainda não estar disponível, o resultado da Chamada de Subvenção de 2009, no qual 77,2 % dos recursos aprovados foram para às micro e pequenas empresas, demonstra a disposição da FINEP de apoiar esse segmento de empresas. A essa linha de atuação somam-se mais dois instrumentos de apoio exclusivo a empresas de menor porte : o PAPPE Subvenção e o PRIME.

Esta política de alocação de recursos que criou uma alternativa de apoio para as microempresas e empresas de pequeno porte propiciou o desenvolvimento de inovação neste segmento.

O ano de 2010 foi marcado por uma importante queda na captação de recursos da FINEP para crédito ao setor empresarial, principalmente no que diz respeito ao Programa Inova Brasil, destinado ao financiamento de médias e grandes empresas inovadoras. Uma tradicional fonte de captação deste programa, o FAT, cuja política de aplicação de recursos contemplava empresas inovadoras de todos os portes, passou a concentrar o seu foco de atuação nas micro e pequenas empresas. Como toda política de apoio a micro e pequenas empresas na FINEP é sustentada por instrumentos que utilizam recursos não reembolsáveis, e o apoio por meio de crédito a esse porte de empresas ainda necessita da estruturação de instrumentos que mitiguem os riscos inerentes, a captação nessa fonte ficou inviabilizada e representou uma queda de recursos na ordem de R\$ 180 milhões em comparação ao padrão de captação dos anos anteriores.

QUADRO III: Evolução da Captação de Recursos para Operações de Crédito

Em R\$ Milhões

Fonte de Recursos (crédito)	2007	2008	2009	2010
FAT	230,0	180,0	180,0	0,0
FND	120,0	120,0	0,0	-
FNDCT	38,0	225,0	619,2	406,5
FUNTTEL	0,0	0,0	0,0	50,0
PSI ¹	-	-	-	0,0
Total	388,0	525,0	799,2	456,5

Fonte: FINEP - APLA/AFC

Observação: Os recursos da Ancine não constam neste quadro em função da característica das suas operações que, diferentemente das fontes citadas, são operações de investimento, e não de crédito. O item 6.1.2.8 apresenta mais informações sobre a Ancine.

Nota: (1) Fonte potencial de captação não realizada.

A partir dessa nova realidade, foi desencadeado um grande esforço por parte da FINEP no sentido de buscar novas fontes de recursos, além de reativar fontes existentes que não estavam sendo acessadas. O objetivo foi negociar com essas fontes um *funding* que viesse pelo menos compensar a perda de captação no FAT e reduzir ao máximo o impacto dessa redução nos desembolsos da FINEP, principalmente para as operações já contratadas. Deste movimento, originou-se uma parceria com o BNDES na operação de duas linhas de financiamento a taxas subsidiadas pelo Tesouro Nacional (Programa de Sustentação do Investimento – PSI capital inovador e PSI inovação tecnológica), nas quais a FINEP configura-se como um agente financeiro do BNDES. Em 2010, foi estabelecido um acordo com o BNDES para operação da linha do PSI na modalidade indireta e não-automática, no valor de até R\$ 750 milhões. No entanto, dificuldades de aplicação de critérios de avaliação e enquadramento resultante de culturas diferentes entre os agentes inviabilizaram a utilização destes recursos em 2010.

Além disso, foi intensificada a negociação com o Conselho Diretor do FUNTTEL para a aprovação de uma linha de crédito à FINEP destinada ao apoio a empresas do setor de telecomunicações na ordem de R\$ 50 milhões para o ano de 2010.

Com a entrada dessas duas novas fontes de recursos, foi necessário ajustar o programa Inova Brasil para atender suas características e exigências, o que foi realizado através da Resolução de Diretoria RES/DIR/0418 de 30/11/2010.

2.3 PROGRAMAS E AÇÕES

2.3.1 RELAÇÃO DE PROGRAMAS

A FINEP executou em 2010 algumas das ações pertencentes a programas do Plano Plurianual – PPA do Governo Federal. Na função de agente financeiro, a FINEP atuou exclusivamente em quatro ações (0A37, 007Z, 0741 e 0745) do Programa 1388. Na função de Secretaria Executiva do FNDCT, atuou em 25 ações de quatro programas, conforme listagem abaixo.

Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

- **Ação 2095** – Fomento a projetos de implantação e recuperação da infra-estrutura de pesquisa das instituições públicas (CT-INFRA) - Nacional
- **Ação 4148** – Apoio a entidades para promoção de eventos científicos e tecnológicos - Nacional
- **Ação 4947** – Fomento a projetos institucionais de ciência e tecnologia

Programa 0464 – Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE

- **Ação 2357** – Fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor espacial (CT-ESPACIAL) - Nacional

Programa 1122 - Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais

- **Ação 2223** – Fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor de recursos hídricos (CT-HIDRO) - Nacional

Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

- **Ação 2113** – Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (Fundo Verde Amarelo) - Nacional
- **Ação 2119** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-MINERAL) - Nacional
- **Ação 2189** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-ENERG) - Nacional
- **Ação 2191** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-TRANSPORTE) - Nacional
- **Ação 2997** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-SAÚDE) - Nacional
- **Ação 4031** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-BIOTEC) – Nacional
- **Ação 4043** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-AGRO) - Nacional
- **Ação 4053** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-AERO) - Nacional
- **Ação 4156** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO) - Nacional

- **Ação 4185** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-INFO) - Nacional.
- **Ação 4949** – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica
- **Ação 8470** – Fomento a incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
- **Ação 8563** – Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário
- **Ação 0A29** – Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004) - Nacional
- **Ação 0A37** – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas
- **Ação 007Z** – Subvenção à Remuneração de Pesquisadores Empregados em Atividades de Inovação Tecnológica em Empresas (Lei nº 11.196, de 2005) - Nacional
- **Ação 0741** – Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica - Nacional
- **Ação 0745** – Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital - Nacional
- **Ação 0748** – Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez - Nacional
- **Ação 7N34** – Fomento à pesquisa e desenvolvimento em áreas básicas e estratégicas - Nacional

Embora estas ações sejam executadas pela FINEP, a gestão dos programas é de responsabilidade do MCT. Dessa forma, as informações consolidadas de cada programa, incluindo o Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, serão apresentadas pelo órgão responsável por estes programas.

2.3.2 PRINCIPAIS AÇÕES DOS PROGRAMAS

Neste Relatório de Gestão 2010 – FINEP se encontram apresentadas apenas as ações que são de responsabilidade da FINEP enquanto agente financeiro, visto que as ações executadas pela FINEP na função de Secretaria Executiva do FNDCT foram detalhadas no respectivo Relatório de Gestão. Note-se que no caso da ação **0A37** – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, os recursos são repassados do FNDCT à FINEP, sob a forma de empréstimo de longo prazo, para prover o financiamento reembolsável dos projetos. Já no caso das ações **0741** – Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica – Nacional, **0745** – Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital – Nacional e **0748** – Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez – Nacional, a FINEP opera como um agente financeiro que repassa os recursos do FNDCT.

Vale destacar que a elaboração das metas físicas não é realizada sobre uma metodologia de projetos, e se dá em junho do exercício anterior, ainda na fase de proposição do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA. Além disso, muitas vezes ocorrem alterações no volume e na distribuição dos recursos sem que sejam feitas revisões nas metas físicas propostas anteriormente.

Os mecanismos de construção e revisão das metas físicas ainda precisam ser revistos e aperfeiçoados, para melhor representar o esforço da FINEP na área de Ciência, Tecnologia e Inovação. Finalmente, vale destacar que as metas físicas para 2011 já foram construídas com a metodologia atual e, portanto, alguns desvios ocorridos no exercício de 2010 poderão se repetir no exercício de 2011.

2.3.2.1 Ação 0A37 – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas

QUADRO IV: Execução Física da Ação 0A37

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	572	1388	0A37	OP	3	Projeto Apoiado	27	48	25

Fonte: SIGMCT

Esta ação é implementada através do repasse de recursos do FNDCT à FINEP, sob a forma de empréstimo de longo prazo, para atendimento ao financiamento reembolsável de projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, aderentes à Política Industrial do Governo (atualmente a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP). As condições dos empréstimos da FINEP são condizentes com as condições aplicáveis aos projetos financiados através de programas estabelecidos.

Financiamento reembolsável para empresas é uma ação de caráter permanente da FINEP, que apoia, junto com outras fontes de recursos, projetos de P&D de empresas. Esses financiamentos são geralmente com encargos subsidiados através da equalização da taxa de juros concedida pela ação 0741.

Em 2010 a FINEP efetuou um total de 231 liberações, no valor de R\$ 1,22 bilhões, para 150 projetos reembolsáveis contratados. Os recursos do empréstimo do FNDCT para financiamento de projetos de empresas do orçamento de 2010 (ação 0A37) no valor de R\$ 406,5 milhões foram totalmente transferidos para a FINEP e liberados, representando 33% do total de recursos liberados em 2010 para projetos reembolsáveis. Com estes recursos foram efetuadas 49 liberações referentes a 48 projetos financiados da carteira supracitada em desembolso (150 projetos). A execução orçamentária e financeira da ação em 2010 foi de 100%.

Com o crédito suplementar aprovado em 30 de dezembro de 2009 para essa ação (empréstimo FNDCT 2009), no valor de R\$ 350 milhões, foi possível efetuar 33 liberações referentes a 32 projetos financiados da carteira em desembolso, representando 29% do valor total liberado no exercício de 2010.

Os recursos captados pela FINEP (FAT, empréstimo FND, empréstimo FNDCT, recursos próprios, etc.) para apoio às operações de financiamento reembolsáveis para empresas compõem uma cesta de moedas para apoio aos projetos contratados. No entanto, os projetos não são contratados por fonte específica de recursos captados. Os projetos contratados poderão, na fase de liberação, receber recursos de quaisquer fontes disponíveis ao longo do seu cronograma financeiro, respeitadas as regras de cada fonte. Desta forma, considerando o exposto, e que o empréstimo do FNDCT faz parte desta cesta de moedas, a FINEP entende que não faz sentido o estabelecimento de metas específicas para esta ação.

No ano de 2010, foram contratados 73 novos projetos reembolsáveis no valor total de R\$ 1,51 bilhão. Em 31 de dezembro de 2010 havia 15 projetos reembolsáveis em contratação no valor de R\$ 309,6 milhões e 85 projetos reembolsáveis em análise no valor total de R\$ 1.550,7 milhões, conforme Quadro XVIII, página 35.

2.3.2.2 Ação 0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica – Nacional.

QUADRO V: Execução Física da Ação 0741

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	845	1388	0741	OP	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SIGMCT

O objetivo dessa ação é reduzir o custo dos financiamentos à inovação tecnológica para as empresas. Assim, os recursos desta ação cobrem a diferença entre os encargos compensatórios dos custos de captação e operação e do risco de crédito, incorridos pela FINEP, e os encargos compatíveis com o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.

A Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII), vinculada ao MCT, delibera através de resoluções trimestrais os parâmetros para aplicação dos recursos e o limite máximo anual a ser utilizado para equalização de encargos das operações de crédito a serem contratadas pela FINEP. No segundo trimestre de 2010 a CTPII, através da Resolução nº 02/2010, estendeu a concessão do benefício da equalização de juros para Projetos de Inovação em Gestão enquadrados em Programas Governamentais Prioritários e, em 30 de dezembro de 2010, através da Resolução nº 05/2010, estendeu este benefício para projetos da área de Tecnologia de Informações e Comunicações que se enquadrem no âmbito do FUNTTEL, e para projetos que se enquadrem no Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES nas linhas Inovação Tecnológica ou Capital Inovador.

A concessão do benefício da equalização ficou, então, dividida em nove grupos:

I - Para os projetos aderentes ao eixo “Mobilizadores em Áreas Estratégicas”, que abrange os Complexos Industriais da Saúde e de Defesa, bem como as áreas temáticas de Tecnologias de Informação e Comunicação; de Nanotecnologia; de Biotecnologia e das Energias Nuclear e Renováveis, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 4% a.a.;

II - Para os projetos aderentes ao eixo ‘Consolidar e Expandir a Liderança’, que abrange o Complexo Aeronáutico; de Petróleo, Gás Natural e Petroquímica; de Celulose e Papel; de Mineração; de Siderurgia; e de Carnes, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 4,5% a.a.;

III - Para os projetos aderentes ao eixo ‘Fortalecer a Competitividade’, que abrange os Complexos Automotivo e de Serviços; da Indústria Naval e Cabotagem; de Têxtil e de Confecções; de Bens de Capital; de Couro, Calçados e Artefatos; de Madeira e Móveis; da Construção Civil; de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; de Plásticos; e do Sistema Agroindustrial; e outros, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 5% a.a.;

IV – Para os projetos de pré-investimento e de engenharia consultiva enquadrados nas políticas governamentais prioritárias, que abrange Programa de Aceleração do Crescimento;

Integração Sulamericana; Copa do Mundo de 2014 e; Política Habitacional Minha Casa, Minha Vida, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 4% a.a.;

V – Para outros projetos inovadores, não enquadrados nos itens anteriores, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 8% a.a.;

VI - Para projetos de Inovação em Gestão enquadrados em Programas Governamentais Prioritários, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 6,5% a.a.;

VII - Para Projetos da área de Tecnologia de Informações e Comunicações que se enquadrem no âmbito do FUNTTEL, a parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de até 1,5% a.a.;

VIII - Para os projetos que se enquadrem no Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES nas linhas Inovação Tecnológica ou Capital Inovador, cuja parcela a ser equalizada não afeta o FNDCT;

IX - Para os projetos apresentados no âmbito do Programa Juro Zero que, enquadrados em pelo menos um dos itens anteriores, e que sejam executados por microempresas ou pequenas empresas, a parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de até 10% a.a.

Em 31 de dezembro de 2010, a carteira da FINEP de projetos reembolsáveis contratados em 2010 consistiu de 73 operações de crédito contratadas, no valor de R\$ 1,51 bilhão, sendo: 59 operações no Programa Inova Brasil, no valor total de aproximadamente R\$ 1,50 bilhão e 14 operações no Programa Juro Zero, no valor total de R\$ 7,0 milhões. Todos os projetos contratados em 2010 receberam o benefício da equalização de juros.

O orçamento aprovado na Lei Orçamentária de 2010 – LOA para a ação, R\$ 215 milhões, foi totalmente utilizado (execução orçamentária de 100%). A ação não possui meta física na LOA, referindo-se somente ao comprometimento dos recursos de forma global.

Analisando a disponibilidade de recursos da ação no Quadro VI a seguir, verifica-se que o orçamento de 2010 para equalização foi totalmente comprometido com a carteira de projetos reembolsáveis da FINEP que receberam esse benefício, formada de: projetos contratados totalmente desembolsados, projetos contratados em desembolso e projetos aprovados em contratação, apresentando ainda um déficit de R\$ 553,5 milhões que será parcialmente coberto com o orçamento de 2011. Nesta ótica não há limite para novos comprometimentos em 2011. A carteira em análise (Solicitação de Financiamento – SF em análise) mais a carteira potencial (Consultas-Prévias enquadradas - aguardando envio de SF) indica uma necessidade potencial de recursos para equalização de juros superior a R\$ 800 milhões.

QUADRO VI: Disponibilidade Orçamentária

Disponibilidade Orçamentária (Saldos Corrigidos pela TJLP)

31 de dezembro de 2010

Saldo Anterior (30.06.10)	336.658.886,28		
Valor Aplicado (Recursos Recebidos do FNDCT)	14.870.336,20		
Rendimentos Apurados	13.977.591,91		
Total Resgatado (Pagamento de Juros Equalizados)	- 14.866.336,20		
Saldo Disponível em 31.12.10	350.640.478,19	→	350.640.478,19
Empenhados e não transferidos	61.849.154,63	→	61.849.154,63
Saldo Atual Garantido			412.489.632,82
Projetos Contratados Totalmente Desembolsados	216.389.758		
Projetos Contratados em Desembolso	674.961.681		
Projetos Aprovados em Contratação	65.339.453		
Programa Juro Zero (contratados)	9.247.434		
Total Comprometido a Equalizar	965.938.326	→	(965.938.326,00)
Saldo Líquido Atual			(553.448.693,18)
Recursos no Orçamento para Equalização - FNDCT	2011		
Disponibilidade orçamentária para novos empenhos	187.895.093,26	→	187.895.093,26
Limite (Déficit) para Novos Comprometimentos			(365.553.599,92)
Projetos em Análise (SF em Análise)	622.763.795		
Projetos Aguardando SF	212.492.822		
Demanda Potencial	835.256.617,00	→	835.256.617,00

Obs: O montante já comprometido sem correspondência orçamentária equivale a mais de dois anos de orçamento, considerando o valor do OGU 2011.

Fonte: FINEP - AFC

2.3.2.3 Ação 0745 - Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital - Nacional

QUADRO VII: Execução Física da Ação 0745

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	845	1388	0745	OP	3	Contrato de risco registrado	14	4	7

Fonte: SIGMCT

A FINEP operacionaliza esta ação através do Programa INOVAR, que é constituído do INOVAR Fundos, o INOVAR Semente, o Venture Fórum FINEP e o Seed Fórum FINEP.

Através do INOVAR Fundos, a FINEP apóia empresas inovadoras com alto potencial de crescimento através de investimento em fundos de *Venture Capital* (VC) e fundos de *Private Equity* (PE). Em 2010 foi aprovado um fundo de *venture capital*, um fundo de *private equity*, e um fundo de fundos. Além disso, cinco fundos encontram-se em fase avançada de análise e três fundos de *private equity* entraram em operação (um deles no final de 2009, porém com suas atividades iniciando efetivamente no ano de 2010).

O INOVAR Semente foi lançado pela FINEP em dezembro de 2005 e apresenta dez fundos de Capital Semente aprovados, dos quais dois estão em operação, dois foram cancelados e os demais estão em fase de captação e de preparação de documentação. Seu objetivo é a capitalização de fundos, preferencialmente locais, voltados para o investimento de microempresas e empresas de pequeno porte inovadoras. Em 2010, três fundos de capital semente foram aprovados, um fundo entrou em operação e existem ainda mais dois em fase final de análise. Além disso, foi lançada em abril de 2010 a 5ª Chamada do INOVAR Semente, que aprovou para *due diligence* (visita e análise) quatro fundos, mencionados acima, dos quais dois foram aprovados.

Em resumo, no ano de 2010, nas duas atividades (INOVAR Fundos e INOVAR Semente), a FINEP aprovou seis novos fundos e quatro foram contratados e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e entraram em operação.

Desde o início do Programa INOVAR em 2001, a FINEP contabiliza um total de trinta fundos aprovados. Destes, dezoito encontram-se em operação, sete em fase de captação de recursos, um desinvestido e quatro cancelados. Além disso, há no momento sete fundos ainda em fase de análise.

O orçamento aprovado para essa ação em 2010 foi de R\$ 77,8 milhões, dos quais foram empenhados até 31 de dezembro de 2010, R\$ 74,9 milhões (execução orçamentária de 96%) e pagos R\$ 29,1 milhões (37,4% do orçamento). Apesar da execução de 29% da meta prevista, o andamento da ação em 2010 pode ser considerado normal. O orçamento da ação foi totalmente empenhado, aguardando apenas que os gestores completem o ciclo de captação com outros investidores do mercado para que os fundos entrem em operação. Cabe frisar que a meta prevista está superestimada, uma vez que o orçamento de 2010 foi de R\$ 77,8 milhões e o investimento médio da FINEP em fundos é de R\$ 15,7 milhões.

Até 31 de dezembro de 2010, foram realizadas as seguintes atividades: o 18º Venture Fórum FINEP, durante o congresso anual da ABVCAP e três edições do Seed Fórum FINEP, em Curitiba, São José dos Campos e Campina Grande, respectivamente. Durante estes eventos, foram avaliadas 114 empresas na banca de seleção, e 46 empresas receberam um programa de capacitação durante seis semanas pelos analistas da FINEP antes de se apresentarem para uma platéia de investidores.

Desde o início da atividade, em 2000, já foram realizadas dezoito edições do *Venture* Fórum e nove do *Seed* Fórum, além de cinco edições do Fórum Brasil Abertura de Capital, evento para grandes empresas que foi descontinuado na quinta edição. Estas ações já receberam aproximadamente 3.850 cadastros através do portal *Venture Capital* FINEP (www.venturecapital.gov.br), sendo que 287 empresas foram capacitadas e participaram do evento, e 67 receberam alguma modalidade de investimento.

QUADRO VIII: Fundos de Investimento Apoiados pela FINEP

FUNDO	GESTOR	PATRIMÔNIO TOTAL (R\$ Milhões)	PARTICIPAÇÃO FINEP
GP Tecnologia	GP Investimentos	44,2	5,25%
SPTEC	CRP Companhia de Participações	24,0	13,33%
Stratus GC I	Stratus Investimentos	24,1	19,96%
RB Investech II	Rio Bravo Investimentos	35,3	14,16%
Novarum	Jardim Botânico Partners	12,8	29,80%
CRP VI	CRP Companhia de Participações	61,5	16,26%
Stratus GC III	Stratus Investimentos	60,0	20,00%
FIPAC	DGF Gestão de Fundos	102,0	13,72%
Fundotec II	FIR Capital Partners	77,4	18,09%
JB VC I	Jardim Botânico Partners	100,0	10,00%
RB Nordeste II	Rio Bravo Investimentos	131,8	11,38%
Brasil Governança	BR Educacional	600,0	5,00%
Capitaltech	Invest Tech	31,4	28,66%
HorizonTI	SPE HorizonTI (Confrapar)	19,9	37,22%
Terra Viva	DGF Gestão de Fundos	296,2	6,75%
Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos	840,0	5,00%
CAPITAL MEZANINO II	Neo Gestão de Recursos	288,8	6,93%
CRP VII	CRP Companhia de Participações	313,0	9,58%
Fundo SC	SPE Fundo SC (FIR Capital Partners)	12,0	49,00%
NascenTI	SPE NascenTI (Confrapar)	35,0	40,00%
Burril Brasil I	Burril Brasil Investimentos	200,0	10,00%
CD Brasil	Capital Dynamics Investimentos	500,0	5,00%
DGF Inova	DGF Gestão de Fundos	50,0	70,00%
FCSREC	SPE FIR Capital Partners / Cesar	20,0	40,00%
Performa SC I	Performa Investimentos	26,6	48,96%
Portfolio FIR DFJ	SPE Portfolio FIR DFJ	50,0	70,00%
TOTAL		3.955,8	

Fonte: FINEP - AINV

Legenda:

 Fundos Encerrados
 Fundos em Operação
 Fundos Aprovados em Captação

2.3.2.4 Ação 0748 - Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez – Nacional.

QUADRO IX: Execução Física da Ação 0748

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	845	1388	0748	OP	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SIGMCT

O Fundo de Garantia de Liquidez foi criado para incentivar investidores privados a investir através de fundos de investimentos em empresas nascentes inovadoras, de forma que esses investidores possam ter garantia de retorno do principal investido ao término do período de vida do fundo do qual participam.

Os recursos alocados nessa ação compõem um Fundo de Reserva Técnica, com o objetivo de dar liquidez aos investimentos privados em empresas emergentes de base tecnológica, através de Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes ou de Fundos de Investimentos em Participações.

O Fundo de Garantia de Liquidez vem sendo utilizado no âmbito do Programa INOVAR Semente para garantir o retorno do principal investido por investidores privados ao término do período de vida do Fundo, até o limite de 20% (vinte por cento) do patrimônio total comprometido do Fundo.

Em 2010, a meta da Área de Investimento da FINEP de não ter saques no período foi alcançada, considerando que os fundos de capital semente investidos pela FINEP têm boa qualidade e estão longe do seu encerramento.

No ano, três fundos de capital semente foram aprovados e dois estão em fase avançada de análise. Foi lançada em abril de 2010 a 5ª Chamada do INOVAR Semente, que aprovou para *due diligence* (visita e análise) quatro fundos, dos quais dois foram aprovados para investimento.

Em 2010, o orçamento de R\$ 7 milhões aprovado para esta ação foi totalmente empenhado (execução orçamentária de 100%). A ação não requer meta física, referindo-se apenas ao comprometimento de recursos.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do Fundo de Reserva Técnica era de R\$ 23,5 milhões. Não houve saques no período.

2.3.3 PROGRAMA PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO

O Prêmio FINEP de Inovação é uma iniciativa da FINEP criada para estimular a inovação nas empresas, compatível com os objetivos do Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

Foi criado em 1998, na região Sul, para identificar, divulgar e premiar os esforços inovadores desenvolvidos e aplicados no País. Em 2000, foi estendido às demais regiões, tendo a final nacional realizada no Palácio do Planalto e prestigiada pelo presidente da República. Nesses 13 anos de existência, o Prêmio FINEP reconheceu os esforços inovadores de quase 300 empresas e instituições de ciência e tecnologia, vencedoras das etapas regional e nacional.

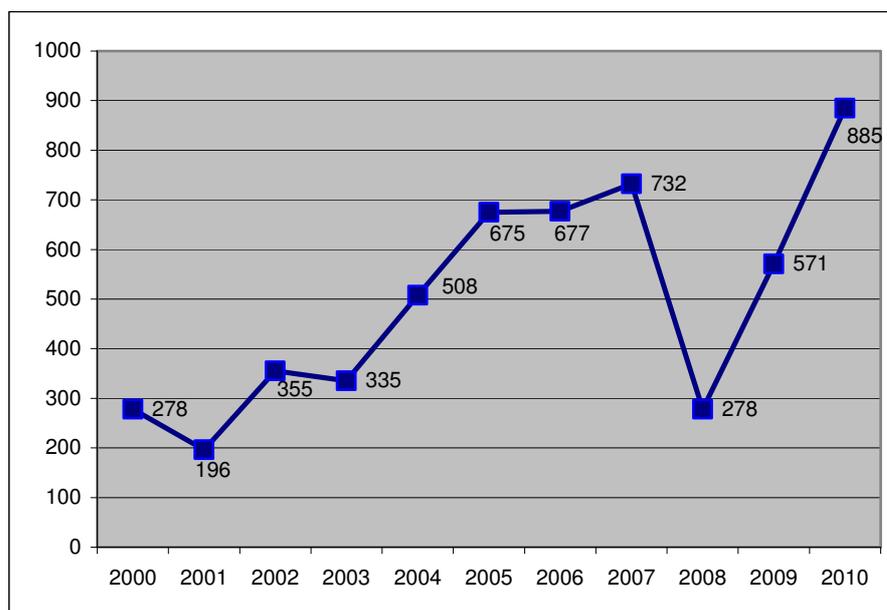
De 2005 a 2007, o Prêmio contou com seis categorias: Produto; Processo; Pequena Empresa; Média e Grande Empresa; Instituição de C&T; e Inovação Social, além da categoria especial Inventor Inovador, realizada em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), responsável por selecionar os inventores que já possuam patente concedida.

Em 2008, seguindo deliberação da Diretoria, o Prêmio abandonou o eixo puramente tecnológico, voltando-se à inovação no sentido mais amplo. As categorias Produto e Processo foram extintas e as inscrições foram restritas às categorias Micro/Pequena Empresa, Média Empresa,

Grande Empresa, Instituição de Ciência e Tecnologia, Tecnologia Social e Inventor Inovador. Em 2009, o mesmo formato foi seguido, e o número de inscrições, que haviam caído para 278 em 2008, chegaram a 571. Em 2010, foi incluída a categoria Gestão em Inovação para empresas de todos os portes. Esse ano marcou ainda o número recorde de inscrições - 885, além do primeiro vencedor nacional vindo da região Norte do país (na categoria Tecnologia Social).

O Prêmio FINEP, além de medalha, selo e curso de capacitação em Propriedade Intelectual oferecido pelo INPI, se materializa na disponibilização de recursos financeiros não reembolsáveis para o projeto, desde que a empresa siga as condições exigidas na concessão da subvenção econômica. Em 2010 houve 27 vencedores regionais.

FIGURA I: Prêmio FINEP – Evolução de Inscrições – 2000 a 2010



Fonte: FINEP – DPRO

O número total de inscrições em 2010, além de recorde, mostrou uma evolução sem grandes alterações por região, exceto para a região sul, que teve um crescimento de sete pontos percentuais.

QUADRO X: Distribuição Regional da Participação no Prêmio FINEP

Região/Ano	Em percentual (%)							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Norte (N)	18,2	10,0	7,8	9,9	11,6	13,0	12,6	9,2
Nordeste (NE)	9,8	16,0	11,6	17	17,4	23,8	19,2	18,0
Centro Oeste (CO)	13,1	13,2	9,9	15,4	17,1	16,8	12,8	12,8
Sudeste (SE)	30,5	29,3	40,2	38,0	29,2	24,2	36,8	34,7
Sul (S)	28,4	31,5	30,5	19,7	24,7	22,2	18,6	25,3
	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: FINEP - DPRO

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

O item Programação e Execução Orçamentária das Despesas não se aplica à natureza jurídica da UJ. A FINEP é uma empresa pública de direito privado, não dependente e não integrante do orçamento fiscal e da seguridade social, portanto, não recebe nem executa créditos orçamentários. A FINEP integra apenas o orçamento de investimentos das empresas estatais.

2.4.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

2.4.2.1 PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A FINEP tem intensificado as atividades de recuperação de crédito, cobrança e renegociação das dívidas das empresas que estão em dificuldades financeiras, que tenham sido apoiadas através de operações reembolsáveis. Adicionalmente, promoveu-se o estreitamento do relacionamento com empresas em cobrança judicial, visando a recuperação dos valores emprestados, através de acordos extrajudiciais.

Tais iniciativas proporcionaram redução significativa do Índice de Inadimplência, que corresponde ao somatório dos valores do Ativo Realizável da FINEP que estão em situação de Inadimplência (item 1 do Quadro XI) dividido pelo Ativo Realizável Total Líquido (item 2 do Quadro XI). Esse índice diminuiu 70% de 2008 para 2010 e 50% em 2010, comparativamente ao ano anterior, conforme demonstrado no Quadro XI a seguir.

Além disso, a redução do índice em 2010 foi reforçada tanto pelo crescimento do Ativo Realizável Total, relacionado diretamente ao aumento das operações de crédito da FINEP, quanto pela concentração deste Ativo em operações de menor risco (classificados como AA até C), conforme demonstrado na Figura II. Cumpre registrar que este índice ainda é influenciado pela inadimplência da carteira antiga da FINEP.

QUADRO XI: Índice de Inadimplência

Descrição	Valores em R\$ mil		
	dez/08	dez/09	dez/10
1. Inadimplência (A)	118.844	88.104	56.480
1.1. Cobrança extrajudicial	11.967	10.320	12.320
1.1.1. Atraso	1.021	182	124
1.1.2. Renegociação	10.946	10.138	12.196
1.2. Cobrança judicial	106.877	77.784	44.160
1.2.1. A executar	5.612	19.919	18.230
1.2.2. Em execução ¹	101.265	57.865	25.930
2. Realizável Líquido (B)	1.941.585	2.450.168	3.218.067
2.1. Realizável Bruto ¹	1.966.671	2.504.718	3.318.212
2.2. Provisão para perdas prováveis	-25.086	-54.550	-100.145
Inadimplência / Realizável Líquido (A / B)	6,1%	3,6%	1,8%

Fonte: FINEP – ACRD

Nota: ¹ Regularmente ocorrem reavaliações e baixas contábeis nos valores a receber das empresas em execução. Nesses casos, a variação é computada nos itens 1.2.2 e 2.1 do quadro.

Ao longo de 2010 foram submetidas 22 propostas de renegociação ao Comitê de Recuperação de Crédito, tendo sido 14 aprovadas (no valor de R\$ 101,2 milhões) e 8 indeferidas. Destas oito, cinco foram encaminhadas para o Departamento Jurídico de Contencioso – DJCT para cobrança judicial, enquanto as outras três já se encontravam nesse estágio.

Em relação ao total de depósitos recebidos através de renegociação em 2010, a FINEP conseguiu recuperar um montante de R\$ 30,1 milhões, o que representou um aumento de 48,7% em relação ao ano anterior. Desse montante, R\$ 7,6 milhões foram provenientes dos pagamentos de empresas que estiveram em renegociação durante esse ano e R\$ 22,5 milhões, de empresas que já tiveram suas dívidas renegociadas em anos anteriores. Cabe destacar que o valor de recebimentos no ano de 2010 correspondeu a 6,4% da Receita Operacional Bruta da FINEP, conforme mostra o quadro abaixo.

QUADRO XII: Recebimentos de empresas em renegociação e de contratos renegociados

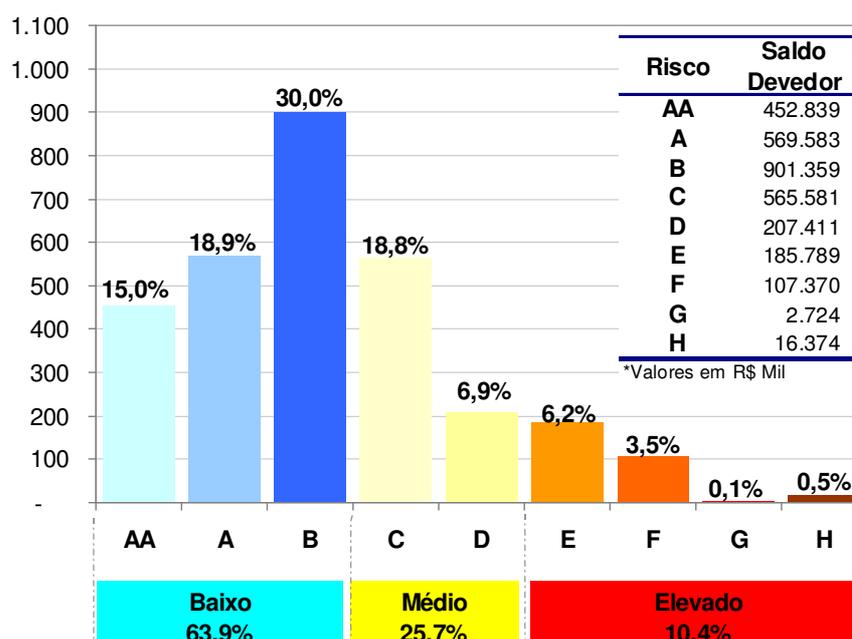
	Valores em R\$ mil		
	2008	2009	2010
Receita Operacional Bruta	303.347	347.878	471.688
Recebimentos de empresas em renegociação e renegociadas	24.311	20.257	30.126
Participação dos Recebimentos sobre a Receita	8,01%	5,82%	6,39%

Fonte: FINEP - AFC

2.4.2.2 CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CARTEIRA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31/12/2010, a carteira de projetos em acompanhamento era composta por 229 empresas e 293 contratos em vigor, totalizando um saldo devedor de R\$ 3.009 milhões, o que representa 95% do Realizável Total da FINEP. Esta carteira apresenta um bom perfil de risco, com destaque para a concentração nas categorias A e B, que são associadas ao nível de risco “Baixo”, conforme apresentado na figura abaixo.

FIGURA II: Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2010



Fonte: FINEP - ACRD

Ao comparar esse resultado com o apresentado no final de 2009, pode-se perceber a diminuição no risco da carteira em virtude de uma maior participação do risco classificado como “Baixo”, que representava 53,6% da carteira e passou a representar 63,9%. Este fato está relacionado, principalmente, à contratação em 2010 de vinte empresas que apresentam rating “AA”, “A” e “B” e que, juntas, possuem um Saldo Devedor que representa 8,7% do total da Carteira de Acompanhamento.

Como parte da atividade de acompanhamento, foi realizado ainda um trabalho de caracterização da carteira de acordo com a localização, porte e setor das empresas financiadas. Neste trabalho ficou evidente o predomínio de empresas de grande porte, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Já no tocante aos setores de atividade, a carteira de crédito é caracterizada por uma grande diversidade de segmentos. Dentre estes, os setores de Metalurgia, Siderurgia, Produtos de Metal, Informática e Serviços foram os que apresentaram maior percentual de níveis de risco elevado. Em relação ao porte das empresas, as que concentraram riscos de nível mais alto foram as de pequeno porte.

2.4.2.3 ACOMPANHAMENTO DE GARANTIAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Um dos pontos críticos para viabilização dos contratos de financiamentos reembolsáveis é a questão das garantias, haja vista a cultura de exigência de garantias reais que dominam o setor financeiro. O Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Garantias – DAAG vem consolidando uma rotina de análise e acompanhamento das garantias dos financiamentos reembolsáveis, que inclui verificação de consistência dos laudos apresentados, controle das apólices de seguros, análise de Bancos aptos a fornecer fianças bancárias e análise de bloqueio de contas.

Com o objetivo de encontrar soluções que favoreçam a apresentação de garantias pelas empresas, são necessários estudos constantes que procurem formas alternativas de garantias. Estes, ao tempo em que devem viabilizar a operação de crédito, não devem representar insegurança quando da necessidade de recebimento dos valores emprestados.

No intuito de se buscar uma atualização constante dos normativos referentes ao tema de garantias, foi criado um grupo de trabalho que vem se reunindo sistematicamente. Inicialmente, este grupo procurou adequar a norma de garantias à realidade pós-crise financeira. Em seguida, o grupo vem procurando elaborar Instruções de Trabalho internas, objetivando padronizar ações e fortalecer os canais processuais.

Em 2010, o DAAG atendeu a 62 demandas de avaliação, além de ter emitido parecer em 19 Cartas de Fiança Bancária e 10 análises de bloqueio de contas.

2.4.2.4 AÇÕES JUDICIAIS POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Durante o exercício de 2010 deu-se continuidade à renegociação com o setor de audiovisual, solucionando um passivo de cerca de dez anos. Serão retornados aos cofres públicos, em até sessenta meses, cerca de um milhão de reais. Além disso, os encargos moratórios relativos a estes contratos foram quitados com a cessão de direitos de obras audiovisuais selecionadas pelo Ministério da Cultura.

A FINEP vem mantendo seu êxito na esfera judicial, obtendo sentenças favoráveis em 90% das demandas julgadas em 2010. Foram setenta sentenças com apenas oito decisões desfavoráveis a esta empresa pública. Informamos, ainda, que atualmente o Departamento Jurídico de Contencioso – DJCT da FINEP litiga em cerca de 1.200 processos judiciais.

Verifica-se que todos os oito mandados de segurança interpostos por empresas inconformadas com decisões administrativas foram vencidos pela FINEP. Destaca-se também a consolidação da função coercitiva da Área Jurídica, consubstanciando fator de atração para a renegociação: do total de treze propostas de renegociações aprovadas em 2010, onze estavam submetidas à cobrança judicial.

Sob o aspecto de melhorias de gestão, ressalta-se a implementação da Instrução de Trabalho (IT) de Renegociação e observância dos prazos nela fixados, destacando-se o envio da minuta do instrumento de renegociação em até trinta dias do recebimento da Decisão de Diretoria que aprova a renegociação. Além disso, o DJCT foi submetido à auditoria gerencial e aguarda seus resultados.

Por fim, destaca-se que o acompanhamento processual e as últimas movimentações das demandas que envolvem a FINEP estão disponíveis no diretório virtual compartilhado.

2.4.3 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Com o apoio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi elaborado um estudo para a construção de metodologia de avaliação operacional a partir de indicadores econômicos. A primeira etapa foi a apresentação de um trabalho sobre a Construção de Metodologia e Indicadores para o Monitoramento da Gestão Estratégica da FINEP, apresentada em três partes, a saber:

- Relatório descrevendo o “estado da arte” relacionado a indicadores de gestão, a revisão crítica de material relacionado ao Plano de Gestão Estratégica (PGE) da FINEP e proposta de metodologia para a construção dos indicadores estratégicos, de gestão e para o monitoramento da Gestão Estratégica da FINEP;
- Relatório contendo Indicadores das Dimensões estabelecidas no *Roadmap* Estratégico elaborado para o PGE da FINEP e Indicadores de Gestão da FINEP, com indicação de melhores caminhos para a implantação de cada conjunto de indicadores propostos; e
- Guia Referencial para a Aplicação e medição do Desempenho da FINEP por meio dos Indicadores Selecionados e da Metodologia de Monitoramento da sua Gestão Estratégica.

O trabalho permitiu o mapeamento e a avaliação de 239 objetos e indicadores de gestão ou do *roadmap* do PGE. Após a realização de oficinas e reuniões técnicas foram selecionados 150 indicadores e, destes, priorizados 29, que foram finalmente classificados em três graus de complexidade e submetidos à apreciação do Comitê de Planejamento e da Diretoria. Ao final, foram validados 14 indicadores. Dentre eles, alguns têm relação direta com a FINEP, como por exemplo:

- Índice de Inadimplência total;
- Tempo de análise e aprovação do Reembolsável;
- Prazo médio de contratação, liberação, execução e acompanhamento (em dias corridos).

No entanto, a utilização destes indicadores ainda necessita de um trabalho técnico de detalhamento das metas, métricas, periodicidade e outros parâmetros referentes à sua construção. A continuidade deste trabalho depende de negociação em curso de contratação de serviços adicionais de consultoria para treinamento e capacitação da equipe interna.

Para fins de uma primeira aproximação, pode-se apresentar como indicador de desempenho a evolução dos números da FINEP, enquanto volume de recursos captados pela empresa, conforme demonstrado no Quadro III, página 13.

A queda da captação de recursos, em 2010, em cerca de 50% em relação ao ano anterior e de pouco mais de 20% em relação a 2008, se deve a dois importantes fatores. O primeiro se refere à perda de uma tradicional fonte de captação da FINEP, o FAT, que vinha trabalhando com uma política de aplicação de recursos a empresas inovadoras de todos os portes, e passou a concentrar o seu foco de atuação nas micro e pequenas empresas. Como o crédito à micro e pequena empresa ainda necessita da estruturação de instrumentos que mitiguem os riscos inerentes a esse tipo de operação, a captação nessa fonte ficou inviabilizada. O segundo diz respeito à não obtenção de crédito suplementar de R\$ 400 milhões solicitado ao Tesouro Nacional.

QUADRO XIII: Evolução do Valor Contratado e do Desembolso das Operações

Em R\$ milhões corrente

	2008	2009	2010
Valor Contratado	872,0	1.679,0	1.510,4
Desembolso	741,0	880,0	1.218,1

Fonte: FINEP/APLA

QUADRO XIV: Taxa de Crescimento

Em percentagem

	2009/2008	2010/2009	2010/2008
Valor Contratado	93%	-10%	73%
Desembolso	19%	38%	64%

Fonte: FINEP/APLA

Embora em 2010 o montante de valor contratado tenha sido 10% inferior ao ano anterior, foi mais de 70% superior ao de 2008, mantendo um nível de contratações acima de 1,5 bilhão nos últimos exercícios. Mais significativo ainda foi o desembolso das operações de crédito, que teve um crescimento de 38% em relação a 2009, e de 64% em relação a 2008.

Adicionalmente, a eficiência, eficácia e efetividade da FINEP podem ser demonstradas através da evolução da relação: (i) recursos avaliados/demandados e a força de trabalho total; e a relação custos de serviços e recursos avaliados/demandados, considerando-se o total do esforço operacional da FINEP em operações de crédito e operações não reembolsáveis.

Os recursos operados pela empresa (considerando recursos próprios, de terceiros e do FNDCT), em 2010, perdeu eficiência na relação de montante analisado por empregado. Esta queda decorreu de uma elevação do número de empregados, acompanhada da queda no montante analisado. No Quadro XV a seguir pode se observar que a evolução da eficiência do quadro de pessoal em relação ao montante de recursos solicitados à FINEP examinados por trabalhador, em 2010, foi cerca de 33% menor que o operado em 2009, e 8% menor que o de 2008. Isso se deve em grande parte ao aperfeiçoamento dos critérios de seleção da Chamada Pública de Subvenção Econômica Nacional, que garantiu o foco dos projetos e evitou a pulverização da demanda. O resultado desta melhoria foi o recebimento de propostas em menor número, porém melhor qualificadas.

QUADRO XV: Evolução do Montante de Recursos Examinados por Empregado 2007-2009

Ano	Empregados em atividade ¹	Funcionários Terceirizados	Força de Trabalho Total	Operações Analisadas Valores ² (R\$ milhões)	R\$ milhões por/Empregado
2008	593	93	686	9.266	13,5
2009	586	95	681	12.767	18,7
2010	621	128	749	9.289	12,4

(1) Na categoria “Empregados em atividade”, conforme definição do TCU, estão incluídos os empregados do quadro permanente da FINEP, os requisitados e os contratados, excluindo-se os empregados cedidos ou em licença. Esta alteração implicou mudança nos números apresentados em anos anteriores que não incluíam os empregados requisitados e contratados.

(2) Não inclui análise de prestação de contas e candidaturas ao Prêmio FINEP

Fonte: FINEP/APLA

A relação entre os custos dos serviços e o montante de recursos solicitados aumentou, estando em patamar superior ao de 2009, o que indica uma queda na eficiência dos gastos da empresa na sua atividade principal, tendo em vista a elevação do custo de serviços no ano. Esta elevação decorreu, principalmente, da elevação do gasto com pessoal e encargos, ocorrida em função do aumento dos empregados da FINEP, em 2010, solicitada pela empresa há alguns anos.

QUADRO XVI: Relação entre os Custos Totais e Montante de Recursos Analisados

Em percentagem

Ano	Volume de Recursos Analisados R\$ milhões (A)	Custo dos Serviços R\$ milhões (B)	Eficiência dos Serviços (B / A) %
2008	9.266	139,5	1,5
2009	12.767	140,9	1,1
2010	9.289	182,5	2,0

Fonte: FINEP/AFC/ARH

A variável “custo de serviço” utilizada no indicador de efetividade refere-se ao item 3 do Demonstrativo de Resultado da FINEP (Anexo XVII), denominado “Outras Receitas (Despesas) Operacionais”, que abrange: despesas com pessoal (proventos, benefícios sociais, honorários da Diretoria e Conselhos, encargos sociais, assistência-médica); depreciação; amortização e exaustão, despesas tributárias; e despesas administrativas (locação e arrendamento mercantil, manutenção e conservação de bens, serviços de telefonia e energia, serviços profissionais e contratados – pessoas físicas e jurídicas, material de consumo, transporte de pessoal).

Note-se que, no relatório de Gestão de 2008, foi questionada a utilização do parâmetro “Volume de Recursos Analisados”, ou seja, o valor demandado pelo mercado à FINEP, por se tratar de uma variável exógena às atividades e o controle da Empresa. No entanto, tendo em vista que ainda se encontra em elaboração a construção de indicadores de desempenho mais específicos, conforme dito anteriormente, optamos por apresentar estas evoluções, considerando que essas informações servem de referência para uma análise evolutiva da FINEP.

Abaixo apresentamos, adicionalmente, alguns indicadores de evolução econômico-financeira da Empresa FINEP, baseados nos seus balanços.

QUADRO XVII: Indicadores Econômico-financeiros

Indicadores de Desempenho	2008	2009	2010
Índice de Liquidez Corrente	0,84	1,10	1,03
Índice de Liquidez Geral	1,15	1,30	1,27
Endividamento	6,21	2,94	3,15

Legenda:
Índice de Liquidez Corrente: Ativo Circulante/ Passivo Circulante
Índice de Liquidez Geral: Ativo Circulante + Ativo Não Circulante ¹/ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
Endividamento: Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Patrimônio

Nota: ¹ Financiamentos - Contratos + Cobrança Judicial + Provisão para perdas Prováveis + Outras Contas a receber
Fonte: Balanço FINEP- 2008-2010

O Índice de Liquidez é um indicador econômico-financeiro que reflete a facilidade com que os ativos de uma empresa podem ser convertidos em dinheiro. O grau de agilidade de conversão de um investimento sem perda significativa de seu valor mede sua liquidez.

O crescimento dos índices de liquidez corrente e geral, da FINEP, no período 2008-2010, foi significativo, 23% e 10%, respectivamente. Vale lembrar que o primeiro é o que melhor expressa a situação de liquidez de uma empresa, sendo o mais utilizado, pois reflete a real situação de disponibilidade de recursos frente às dívidas, no curto prazo. O Índice de Liquidez Geral revela a situação de liquidez da empresa, a curto e longo prazo, isto é, quanto a empresa dispõe de realizável. Como este indicador é global, é importante considerar, quando se avalia a capacidade de pagamento de uma empresa, sua estrutura de prazos de recebimento e pagamento.

O índice de endividamento define o percentual de Capital de Terceiros injetados na empresa e pode indicar se estes influenciam na real situação financeira de determinado empreendimento. No entanto, não se tem a pretensão de mensurar a real situação financeira da empresa pois, este índice, assim como os demais, deve ser analisado em conjunto com outros indicadores. Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capitais de Terceiros/Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a terceiros. Como pode ser observado, este índice caiu cerca de 50%, no período em análise (2008-2010). Este fato pode ser explicado pelo fato de ter ocorrido queda na captação de recursos de terceiros para operações de crédito, o que suscitou a necessidade de se utilizar os recursos próprios da FINEP ao longo de 2010 em uma proporção maior comparativamente ao ano anterior, para honrar os compromissos assumidos com as empresas.

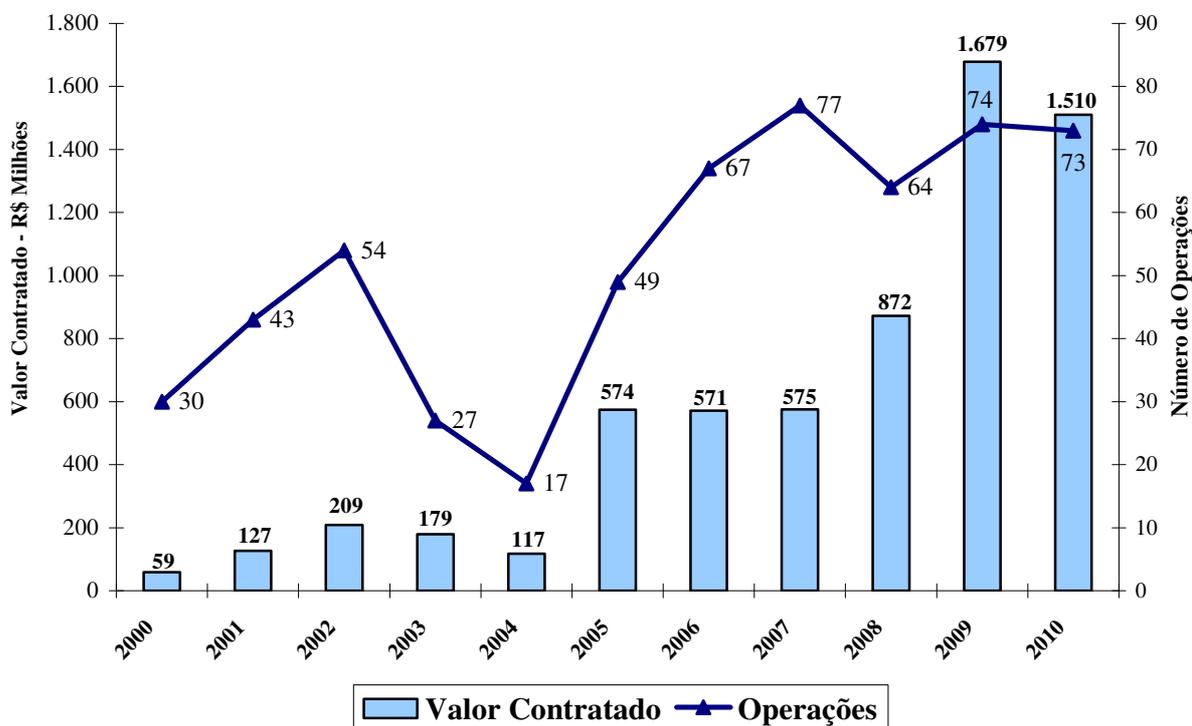
Finalmente, registre-se o resultado do índice de inadimplência apresentado no item 2.4.2.1 que, embora ainda necessite de um tratamento mais adequado, mostra uma evolução bastante positiva da empresa nos anos recentes.

2.4.4 ANÁLISE DE DESEMPENHO

2.4.4.1 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES

O número e o valor das contratações em 2010 mantiveram o mesmo patamar de 2009, conforme figura a seguir. No entanto, faz-se necessário a ampliação das fontes de captação da FINEP para dar sustentabilidade ao crescimento observado nos últimos anos.

FIGURA III: Evolução das Contratações 2000 a 2010

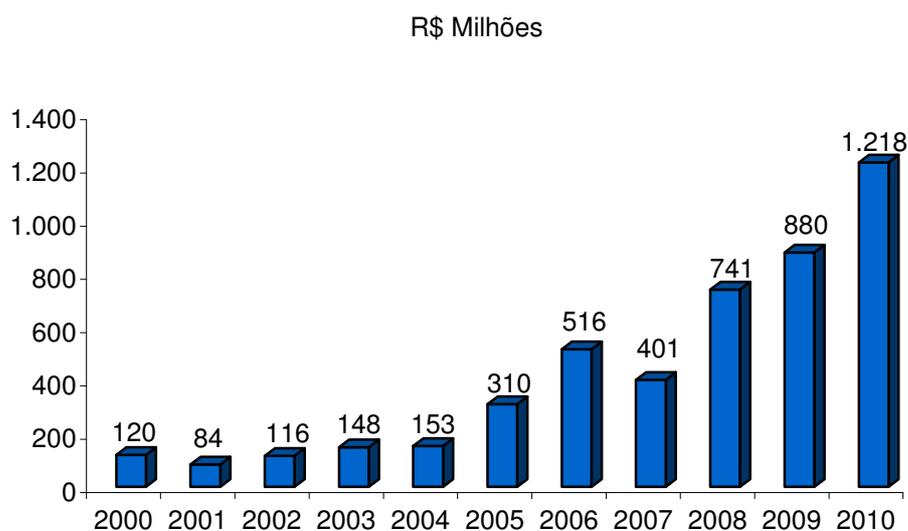


Fonte: FINEP - AFC

Apesar das dificuldades na captação de recursos, que foi responsável por uma queda de 10% no valor das contratações em 2010, houve um crescimento acentuado dos desembolsos e da demanda por financiamento. O volume de desembolso de 2010 foi 38% superior ao realizado em 2009.

A previsão de desembolsos de operações de crédito inserida no Plano de Dispêndios Globais (PDG) 2010 composta pela disponibilidade de recursos de terceiros e recursos próprios da FINEP foi de R\$ 1.336,0 milhões e a execução foi da ordem de 91%, ou seja, R\$ 1.218,1 milhões, conforme a figura a seguir.

FIGURA IV: Evolução dos Desembolsos das Operações Reembolsáveis 2000 - 2010

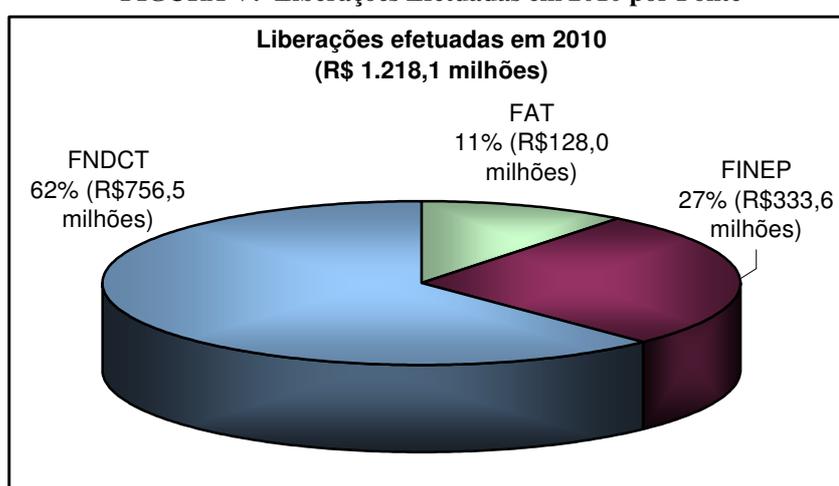


Fonte: FINEP – AFC

2.4.4.2 MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

Na figura a seguir está ilustrada a distribuição percentual por origem dos recursos utilizados nas operações de crédito no ano de 2010. Para essas operações foram liberados R\$ 1,2 bilhões. Observa-se que 11% das liberações foram feitas com recursos provenientes do FAT, 62% foram do empréstimo do FNDCT à FINEP e 27% foram desembolsados com recursos próprios.

FIGURA V: Liberações Efetuadas em 2010 por Fonte

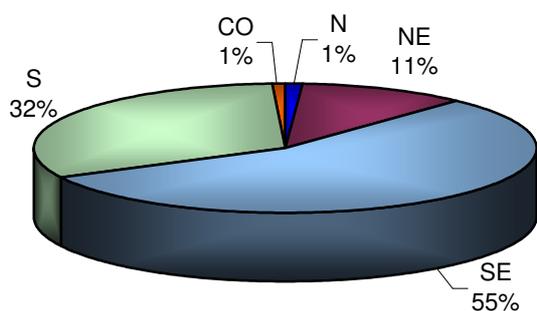


Fonte: FINEP - AFC

Em relação à distribuição regional das liberações das operações de crédito, existe uma concentração de operações nas regiões Sul e Sudeste que acompanha a distribuição regional da economia brasileira, conforme Figura VI a seguir.

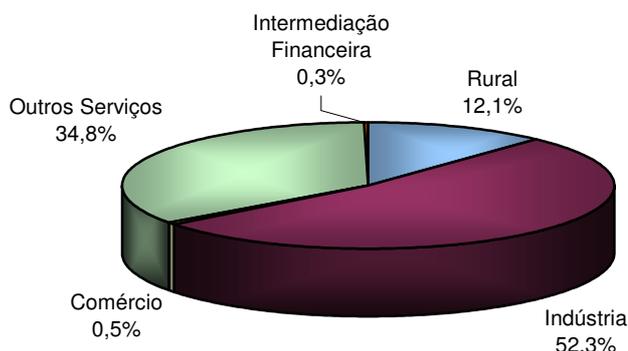
Os setores mais atendidos pelas liberações em 2010 foram o industrial e o rural, conforme Figura VII a seguir.

FIGURA VI: Liberações Efetuadas em 2010 por Região



Fonte: FINEP – AFC

FIGURA VII: Liberações Efetuadas em 2010 por Setor

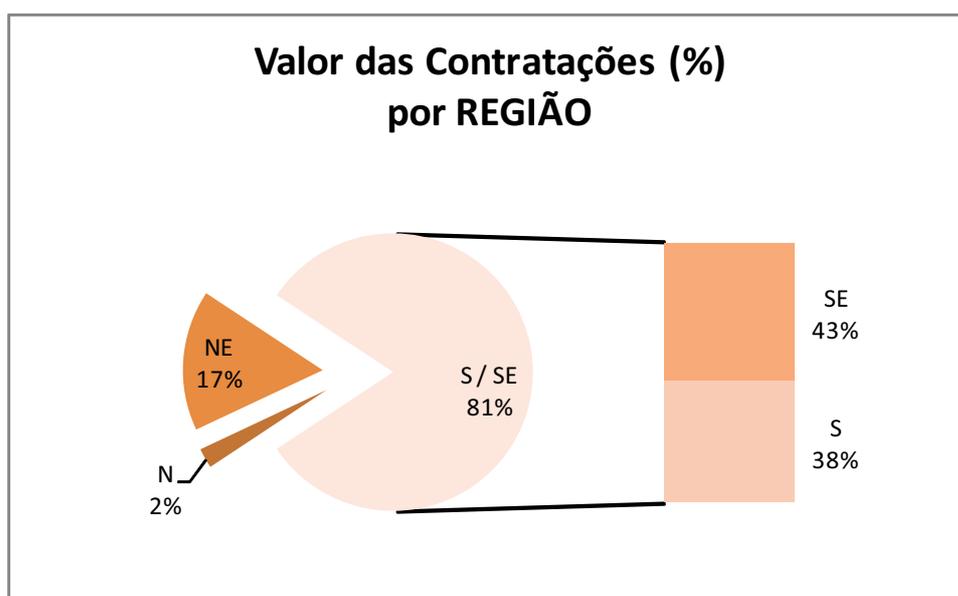


Fonte: FINEP - AFC

Em relações às 73 operações contratadas em 2010 correspondendo ao comprometimento de recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, permanece a concentração de 81% deste montante concentrado nas regiões sul e sudeste, conforme demonstrado na Figura VIII a seguir.

Como esta carteira de crédito representa, em termos de valor, majoritariamente, o segmento das grandes empresas, justifica-se a concentração regional. O atendimento a empresas de menor porte é, em sua maioria, feito pelos programas financiados com recursos não-reembolsáveis da subvenção.

FIGURA VIII: Valor das Contratações por Região



Fonte: AFC

A demanda por crédito no final do exercício continuou indicando uma tendência de crescimento em relação aos anos anteriores, e chegou ao patamar de R\$ 5.321,5 milhões, compondo um portfólio de 318 novos pedidos de financiamentos e 140 contratos em desembolso.

QUADRO XVIII: Evolução da Demanda por Financiamento

Valores em R\$ Milhões

Status das Operações	Dez/2007	Dez/2008	Dez/2009	Dez/2010	Nº de Operações em Dez 2010
Saldo Contratado a Desembolsar	559,0	732,0	912,7	1.706,3	140
Demanda em Análise	798,2	1.618,0	4.066,3	3.615,2	318
Em Contratação	46,5	240,8	466,7	309,6	15
SF em Análise	310,2	535,2	2.342,6	1.550,7	85
Aguardando SF	425,4	655,5	706,4	760,8	63
CP em Análise	16,1	186,5	550,6	994,1	155
Total	1.357,2	2.350,0	4.979,0	5.321,5	458

Fonte: FINEP - APLA

Há sete anos a FINEP vem mantendo resultados positivos e crescentes. Como se trata de uma empresa estatal não dependente do Tesouro Nacional, necessita manter um equilíbrio no fluxo de caixa entre as receitas e despesas. Em 2010, a geração de caixa pelas receitas foi suficiente para cobrir os dispêndios correntes do Plano de Dispêndios Globais – PDG e as despesas financeiras decorrentes dos empréstimos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, permitindo a independência entre o fluxo de capitais (principal) e o fluxo de receitas e despesas.

A mudança de patamar dos recursos desembolsados a título de crédito para projetos de empresas inovadoras a partir de 2009 acarretou um aumento das receitas operacionais da empresa da ordem de 11%.

QUADRO XIX: Receitas, Dispêndios Correntes e Superávit

R\$ Milhões

Discriminação	Executado em 2007	Executado em 2008	Executado em 2009	Executado em 2010
Receitas	220,7	275,6	399,4	444,7
Dispêndios Correntes	(154,8)	(195,8)	(224,5)	(292,6)
Superávit no PDG	65,9	79,8	174,9	152,1
Crédito da TJLP aos depósitos do FAT	(43,5)	(52,1)	(59,1)	(62,3)
Superávit (déficit) Global	22,4	27,7	115,8	89,8

Fonte: FINEP – AFC / SIAFI.

Obs.: O quadro acima considera os valores de fluxo de caixa, e não deve ser comparado com as informações do Demonstrativo de Resultados - DRE.

A FINEP prioriza a utilização dos recursos de terceiros nas operações de crédito porque é necessário manter um lastro de segurança com recursos próprios para eventuais inadimplências e flutuações do fluxo de caixa. Todavia, em virtude da queda na captação de recursos de terceiros para operações de crédito, foi necessário utilizar os recursos próprios da FINEP ao longo de 2010

em uma proporção maior comparativamente ao ano anterior, para honrar os compromissos assumidos com as empresas.

O fato de utilizar principalmente recursos de terceiros nas operações de crédito faz com que o monitoramento das projeções do fluxo de capitais seja um item crítico para a FINEP. Esse fluxo contém os ingressos de recursos por captação, as liberações de financiamentos, os recebimentos dos retornos de amortizações e o pagamento de amortizações aos fundos credores (FAT, FNDCT e FUNTTEL).

2.4.4.3 ESFORÇO OPERACIONAL

O Quadro XX a seguir mostra o esforço operacional realizado pela FINEP, envolvendo análise técnica, jurídica e financeira de 2.916 solicitações de financiamento, no exercício de 2010, incluindo as demandas do FNDCT para ICTs, a demanda da Subvenção Econômica, as operações de crédito e as demandas oriundas da parceria com a ANCINE. Além disso, foram processadas 1.376 prestações de contas, 114 candidaturas de empresas aos fóruns de *Venture* e *Seed* e 885 candidaturas de empresas e instituições ao Prêmio FINEP.

QUADRO XX: Esforço Operacional Total 2010

Não-Reembolsável	OFERTA	DEMANDA		APROVAÇÃO ¹	
	Nº de Convocações	Nº de Projetos	Valor Solicitado (R\$ milhões)	Nº de Projetos	Valor Aprovado (R\$ milhões)
FNDCT					
Projetos de Pesquisa ICTs	25	1.462	4.966,0	645	2.537,5
Chamadas e Convites	25	1.268	3.292,4	470	911,9
Encomendas	-	194	1.673,6	175	1.625,6
Eventos ²	-	3	0,1	3	0,1
Subvenção Econômica	3	1.016	2.008,4	24	96,3
Projetos de Inovação	1	993	1.915,4	2	5,8
PAPPE Integração	1	18	90,0	18	88,0
Prêmio FINEP	1	5	3,0	4	2,5
TOTAL	28	2.481	6.974,5	672	2.633,9
FINEP					
Operações de Crédito	-	252	3.125,2	56	1.363,3
(INOVA BRASIL+ Juros Zero)					
Fundo Setorial Audiovisual – FSA (Parceria ANCINE)					
FSA	4	316	340,1	94	81,5
Operações de Investimentos em Fundos					
Venture Fórum - VF e Seed Fórum – SF ³	4	114	-	46	-
Fundos de Investimentos - INOVAR & Semente	-	-	-	6	846,6
Prêmio FINEP					
Análise de Candidatos	-	885	-	27	-
Prestações de Contas					
Análise de Prestações de Contas	-	1.376	-	710	-

FINEP - APLA

Notas:

- (1) A coluna aprovação se refere também a projetos apresentados em anos anteriores;
- (2) O principal valor aplicado no apoio a eventos foi transferido para o CNPq;
- (3) Foram realizados 1 VF e 3 SF conforme descrito no itens 2.3.2.3.

A maior demanda de esforço operacional dos últimos anos vinha sendo a da chamada de Subvenção Econômica Nacional destinada a empresas, que recebeu em 2009 2.558 propostas, quase 40% das solicitações daquele exercício. Neste ano o texto da Chamada Pública foi aperfeiçoado, de modo a garantir o foco dos projetos e evitar a pulverização da demanda. Este objetivo foi atingido de modo que a demanda apresentada foi de 993 propostas. O resultado desta chamada teve que ser adiado devido ao julgamento de representação no Tribunal de Contas da União – TCU, e a divulgação final ficou para o exercício de 2011.

As chamadas públicas e convites direcionadas para as ICT's totalizaram uma demanda de 1.268 projetos de pesquisa e recursos de R\$ 3,3 bilhões que foram processados ao longo do exercício.

Em relação às operações contratadas, além daquelas dos programas de crédito (Inova Brasil e Juros Zero) já tratadas no Quadro XX acima (Esforço Operacional) e no item 2.4.4.1 (Evolução das Operações – página 31), foram contratadas 765 operações no valor de R\$ 2,8 bilhões envolvendo operações oriundas de chamadas, encomendas e transferências do FNDCT, operação da subvenção econômica, eventos e operações do FUNTTEL e ANCINE.

QUADRO XXI: Operações Contratados em 2010

Valores em R\$ milhões

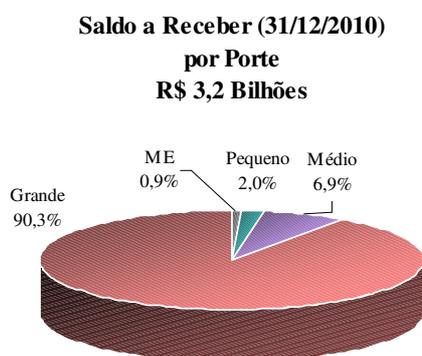
Operações Contratadas	Nº de Projetos	Valor Contratado	Valor Bolsas	Valor Total
Projetos de Pesquisa	466	2.148,9	72,0	2.220,9
Chamadas e Cartas-Convite	286	573,9	39,6	613,5
Encomendas	151	633,7	32,4	666,1
Transferências	29	941,3	0,0	941,3
Subvenção Econômica	252	517,0	0,0	517,0
Projetos de Inovação	228	425,0	0,0	425,0
PAPPE Integração	18	88,0	0,0	88,0
Prêmio FINEP	6	4,0	0,0	4,0
Eventos	3	0,1	0,0	0,1
FUNTTEL	20	66,0	0,0	66,0
ANCINE	24	19,0	0,0	19,0
TOTAL	765	2.751,0	72,0	2.823,0

Fonte: FINEP - APLA

2.4.5 AVALIAÇÃO DO PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG

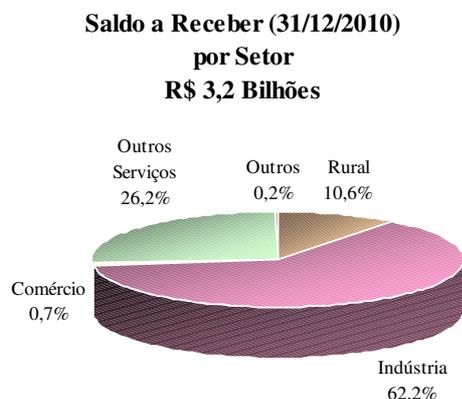
Os gráficos que se seguem mostram a distribuição do Realizável por Operações de Crédito da FINEP (saldo aplicado = total da dívida das empresas financiadas) por porte, setor da economia e região do Brasil. O que se percebe é a concentração dos recursos nas indústrias de grande porte das regiões Sul e Sudeste.

FIGURA IX: Saldo a Receber por Porte



Fonte: FINEP - AFC

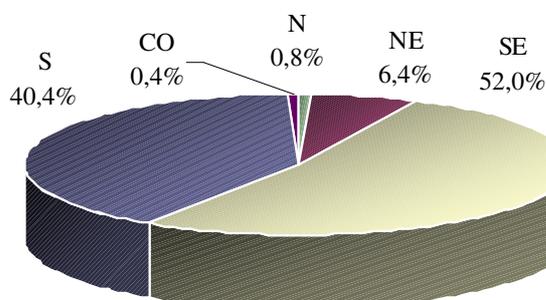
FIGURA X: Saldo a Receber por Setor



Fonte: FINEP - AFC

FIGURA XI: Saldo a Receber por Região

**Saldo a Receber (31/12/2010)
por Região
R\$ 3,2 Bilhões**



Fonte: FINEP – AFC

Os valores disponíveis na FINEP em 31 de dezembro de 2010, em sua maior parte, não pertencem a ela ou estão reservados para finalidades específicas. O caixa era composto por:

- Depósitos do FNDCT:
 - para aplicação em quotas de fundos de investimento em empresas emergentes (Capital de Risco),
 - proveniente do retorno dos fundos investidos para reaplicação em outros fundos,
 - em garantia da concessão aos mutuários das operações de crédito do benefício da equalização dos juros durante o período do financiamento,
 - para formação de um fundo de garantia de liquidez para utilização conjunta com os fundos de investimentos em empresas emergentes.
- Fundo de reserva dos participantes do Programa Juro Zero;
- Depósitos do Sebrae em garantia de operações antigas com micro e pequenas empresas;
- Saldo disponível dos depósitos do FAT para aplicação em operações de crédito já aprovadas pelo Fundo;
- Reserva para a operação do GTNS - Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas prevista para 2011;
- Lastro de caixa para cobertura de três meses de despesas administrativas.

QUADRO XXII: Disponibilidade de Caixa

Caixa em 31/12/2010 (R\$ Milhões)	
Disponível Bruto	652,7
Recursos do FNDCT	521,0
<i>Capital de risco</i>	<i>145,6</i>
<i>Retorno de Fundos</i>	<i>1,5</i>
<i>Equalização</i>	<i>350,5</i>
<i>Garantia de liquidez</i>	<i>23,4</i>
Fundo de Reserva do Programa de Juro Zero	0,7
Depósito do Sebrae	2,1
Depósito Disponível do FAT	18,8
Reserva para o GTNS	9,2
Recursos Próprios para aplicação em operações de crédito	-
Lastro para pagamento de três meses de despesas administrativas	100,9
Disponível Líquido	0,0

Fonte: FINEP - AFC

A demanda por crédito para investimento em projetos de inovação foi maior que a disponibilidade de recursos em 2010. O saldo do FAT do fechamento de dezembro foi integralmente consumido logo em janeiro de 2011.

Como a FINEP aplicou um volume maior de recursos em 2010 na comparação com 2009, as receitas e as despesas cresceram no último ano.

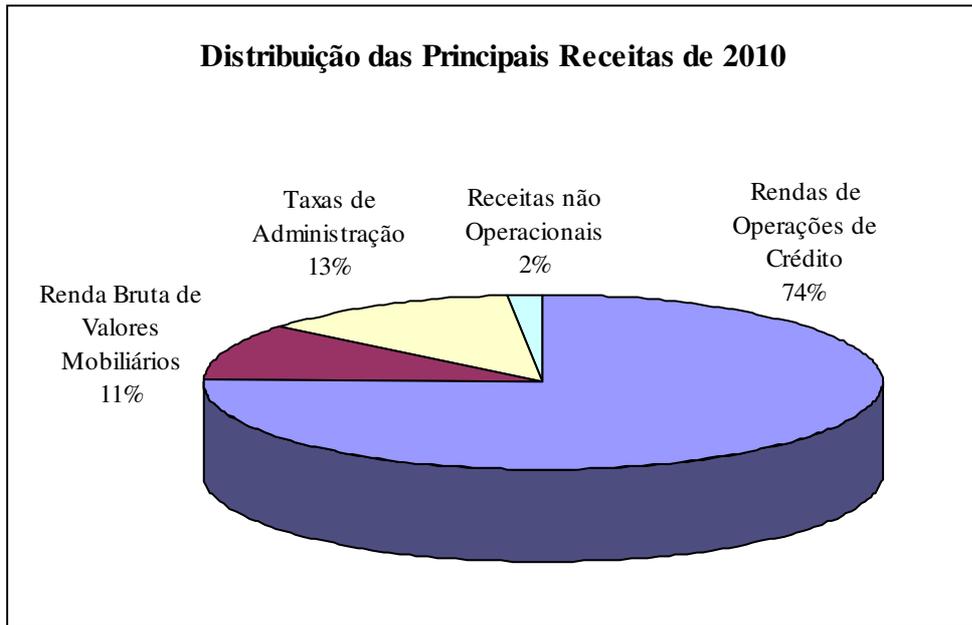
QUADRO XXIII: Distribuição Consolidada das Principais Receitas

R\$ Milhões

Item de Receita	Valor Executado em 2009	Valor Executado em 2010	% de variação sobre 2009	Previsão para 2011
Rendas de Operações de Crédito	304,7	348,5	14,4%	417,8
Renda Bruta de Valores Mobiliários	50,4	49,3	-2,2%	70,0
Taxas de Administração	38,2	58,1	52,1%	57,7
Receitas não Operacionais	6,0	7,9	31,7%	5,0
Total	399,3	463,8	16,2%	550,5

Fonte: FINEP – AFC

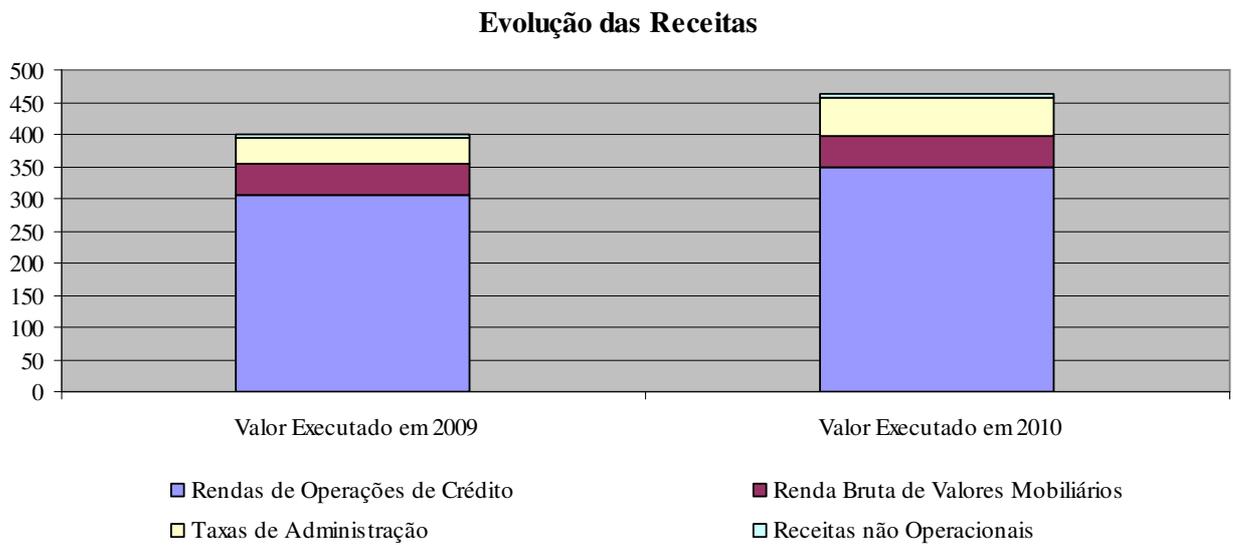
FIGURA XII: Distribuição das Principais Receitas de 2010



Fonte: FINEP - AFC

FIGURA XIII: Evolução das Receitas

Em R\$ Milhões



Fonte: FINEP – AFC

QUADRO XXIV: Distribuição Consolidada dos Principais Itens de Dispêndios

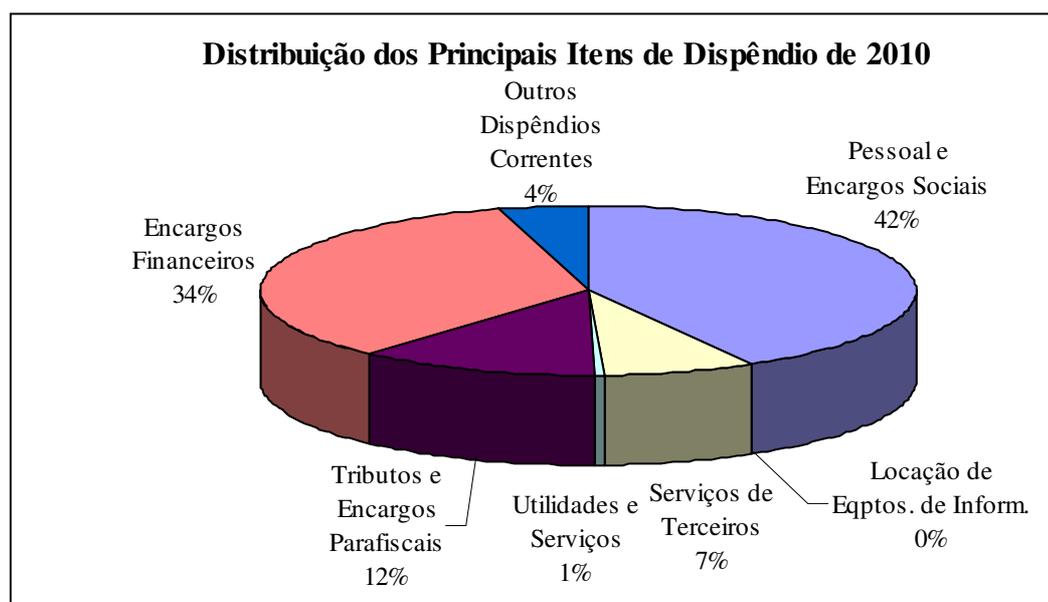
Em R\$ milhões

Item de Dispêndio	Valor Executado em 2009	Valor Executado em 2010	% de variação sobre 2009	Previsão para 2011
Pessoal e Encargos Sociais	104,7	124,6	19,0%	150,3
Locação de Eqptos. de Inform.	0,0	0,0	-12,5%	0,2
Serviços de Terceiros	17,5	21,8	24,6%	28,1
Utilidades e Serviços	1,6	1,5	-6,3%	2,1
Tributos e Encargos Parafiscais	12,5	35,7	185,6%	31,3
Encargos Financeiros	81,5	101,6	24,7%	161,0
Outros Dispêndios Correntes	6,7	13,0	94,0%	11,3
Total	224,5	298,2	32,8%	346,3

Fonte: FINEP – AFC

Observação: O valor referente à Locação de Equipamentos de Informática é insignificante na escala de R\$ milhões.

FIGURA XIV: Distribuição dos Principais Itens de Dispêndio

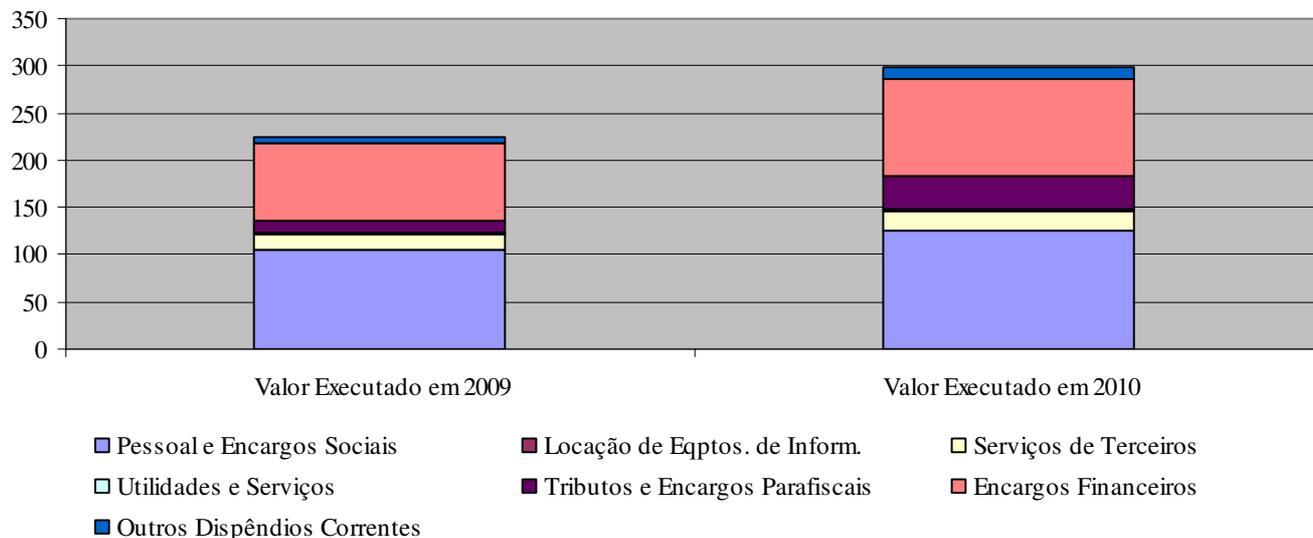


Fonte: FINEP - AFC

FIGURA XV: Evolução dos Itens de Dispêndio

R\$ Milhões

Evolução dos Itens de Dispêndio



Fonte: FINEP - AFC

QUADRO XXV: Demonstrativo do PDG dos Usos e Fontes dos Recursos

Em R\$

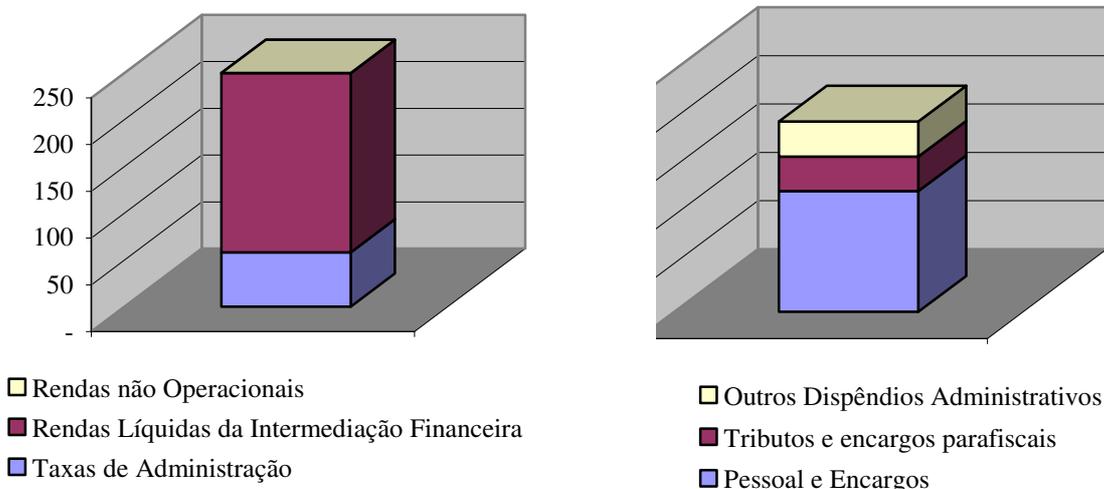
USOS	2009	2010		
	Realizado	Previsto	Realizado	% da Execução
Dispêndios de Capital	657.696.125	270.972.000	211.031.150	-22,1%
Investimentos	6.847.169	8.150.000	1.163.073	-85,7%
Inversões Financeiras	22.379.682	110.000.000	59.833.520	-45,6%
Amortizações Principal	628.469.274	132.822.000	130.229.734	-2,0%
Operações Internas	26.976	22.000	20.387	-7,3%
Demais Obrigações	628.442.298	132.800.000	130.209.347	-2,0%
Outros Dispêndios de Capital	-	20.000.000	19.804.823	-1,0%
Dispêndios Correntes	224.524.426	319.483.000	298.363.614	-6,6%
Pessoal e Encargos	104.754.853	129.558.000	124.639.373	-3,8%
Locação de Equip. Proc. Dados	8.460	180.000	7.760	-95,7%
Serviços de Terceiros	17.481.158	27.206.000	21.785.033	-19,9%
Utilidades e serviços	1.611.824	1.760.000	1.528.618	-13,1%
Tributos e encargos parafiscais	12.472.066	30.400.000	35.711.891	17,5%
Encargos Financeiros e Outros	81.502.070	117.416.000	101.647.647	-13,4%
Demais Disp. Correntes	6.693.995	12.963.000	13.043.292	0,6%
TOTAL dos Dispêndios	882.220.551	590.455.000	509.394.764	-13,7%
Aplicações em Op. de Crédito	536.768.940	906.000.000	726.814.528	-19,8%
Total dos USOS	1.418.989.491	1.496.455.000	1.236.209.292	-17,4%

FONTES	2009	2010		
	Realizado	Previsto	Realizado	% da Execução
Recursos Para Aumento do PL	524.000.000	-	-	
Receita	399.360.767	437.620.000	463.808.328	6,0%
Receita Operacional	393.317.085	430.180.000	455.868.850	6,0%
Receita não Operacional	6.043.682	7.440.000	7.939.478	6,7%
Demais Obrigações	821.580.368	1.226.300.000	516.333.520	-57,9%
FAT	180.000.000	80.000.000	-	-100,0%
Outras	641.580.368	1.146.300.000	516.333.520	-55,0%
Total das FONTES	1.744.941.135	1.663.920.000	980.141.848	-41,1%
Outras Variações Patrimoniais	(44.060.212)	66.294	(58.208.526)	-87903,6%
Variação do Disponível	281.891.432	167.531.294	(314.275.970)	-287,6%
Total Líquido das FONTES	1.418.989.491	1.496.455.000	1.236.209.292	-17,4%

Fonte: DORC

FIGURA XVI: Comparativo de Rendias e Dispêndios

Em R\$ Milhões



Fonte: FINEP - AFC

Na figura acima, as rendas líquidas da intermediação financeira correspondem ao total de juros recebidos menos o total de juros pagos, as taxas de administração correspondem à soma dos valores recebidos do FNDCT e do FUNTTEL e as rendas não operacionais se referem principalmente a ressarcimentos recebidos do FNDCT a título de despesa operacional.

3 INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. A FINEP é uma Empresa Pública de direito privado, não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

4 INFORMAÇÃO SOBRE RESTOS A PAGAR

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

O concurso público realizado pela FINEP em 2009 foi prorrogado em 08/06/2010, pelo período de 9 meses a contar de 13/07/2010. Ao longo do ano foram convocados 60 profissionais oriundos do cadastro de reserva, sendo que 52 ingressaram na Empresa.

Em fevereiro de 2010, foi assinado o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro, referente a setembro/2009. Tal acordo permitiu que em abril fosse realizado o primeiro pagamento da Participação nos Lucros e Resultados – PLR desde a criação da FINEP.

No segundo semestre de 2010 foi assinado, também com o Sindicato dos Bancários, o ACT referente a setembro/2010. Dentre as cláusulas firmadas no documento, destacam-se os reajustes salarial e de benefícios, criação de programa de apoio a empregados com dependentes com deficiência e a previsão de pagamento da PLR.

Registra-se que não houve aumento do limite autorizado para o quadro de pessoal próprio da FINEP em 2010, apesar de mantida a necessidade de tal elevação. Visto que os entendimentos com os órgãos de controle e com o Ministério Público do Trabalho, em relação à definição de metas de trabalho e do cronograma de substituição de prestadores de serviços não foram concluídos no primeiro semestre de 2010, a previsão de encaminhamento ao DEST de proposta de ampliação do limite não foi efetivada, pois aquele órgão encontrava-se impedido de autorizar solicitações desta natureza em razão do período eleitoral. A perspectiva é de que a proposta seja encaminhada no primeiro semestre de 2011.

A FINEP é uma empresa pública federal e, por isso, é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90. Devido a sua natureza jurídica foram necessárias algumas alterações no Relatório de Gestão, conforme detalhado nos respectivos itens deste relatório.

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS ATIVOS

Em função das especificidades da FINEP, nos três quadros a seguir o termo “servidor” foi substituído por “empregado”, e o termo “grupo Direção e Assessoramento superior” foi substituído por “Cargo em Comissão”.

Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, ou seja, não há a necessidade de serem ocupados exclusivamente por empregados efetivos da FINEP. Atualmente são estes os cargos em comissão existentes: Presidente, Diretor, Superintendente, Chefe de Departamento, Chefe Adjunto da Auditoria, Chefe de Gabinete da Presidência, Assessor, Assessor Especial, Assistente dos Colegiados, Secretária da Diretoria, Secretária da Presidência e Motoristas.

Já as “funções gratificadas” são ocupadas exclusivamente por funcionários efetivos da FINEP, sendo essas: Assistente Técnico do DAFP, Assistente Técnico do DSIS, Assistente Técnico do ESP, Coordenador do Grupo de Trabalho de Novos Sistemas, Membros da Comissão Permanente de Licitação, Membros do Grupo de Trabalho de Novos Sistemas, Responsável pela Conformidade de Gestão e Secretário Técnico.

QUADRO XXVI: Composição do Quadro de Recursos Humanos

Em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	642	532	59	38
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Empregados de Carreira	642	513	52	32
1.2.1 Empregado de carreira vinculada ao órgão	642	513	52	32
1.3 Empregados com Contratos Temporários				
1.4 Empregados Cedidos ou em Licença	0	19	7	6
1.4.1 Cedidos		10	1	3
1.4.2 Licença remunerada			1	1
1.4.3 Licença não remunerada ¹		9	5	2
2 Provimento de cargo em comissão	0	108	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Cargos em Comissão	0	83	0	0
2.2.1 Empregado de carreira vinculada ao órgão		63		
2.2.2 Empregado de outros órgãos e esferas		7	0	0
2.2.3 Sem vínculo		13		
2.3 Funções Gratificadas	0	25	0	0
2.3.1 Empregado de carreira vinculada ao órgão		25	0	0
3 Total	642	640	59	38

Fonte: FINEP - ARH

Nota: ¹ Encontra-se em licença não remunerada 1 ocupante de cargo em comissão sem vínculo com a FINEP.

QUADRO XXVII: Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

Em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	71	103	100	190	68	532
1.1. Empregados de Carreira	71	99	98	182	63	513
1.2. Empregados Cedidos ou em Licença	0	4	2	8	5	19
2. Provimento de cargo em comissão	2	24	24	38	20	108
2.1. Cargos em Comissão	2	17	19	29	16	83
2.2. Funções Gratificadas	0	7	5	9	4	25

Fonte: FINEP - ARH

QUADRO XXVIII: Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

Em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	101	306	86	31	8	0	532
1.1. Empregados de Carreira	0	0	0	0	101	297	82	26	7	0	513
1.2. Empregados Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	9	4	5	1	0	19
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	12	52	20	19	5	0	108
2.1. Cargos em Comissão	0	0	0	0	12	37	17	12	5	0	83
2.2. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	15	3	7	0	0	25

LEGENDA

Nível de Escolaridade:

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: FINEP - ARH

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS INATIVOS E PENSIONISTAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Não há funcionários inativos e pensionistas na FINEP.

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO XXIX: Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	92	95	95	94	1.407.964,80
· Área Fim	52	54	53	55	809.054,40
· Área Meio	40	41	42	39	598.910,40
Nível Médio	35	35	35	37	238.571,06
· Área Fim	16	16	16	16	121.650,70
· Área Meio	19	19	19	21	116.920,36

Fonte: FINEP – ARH

5.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

Vide Anexo I.

5.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Vide os seguintes anexos:

- Anexo II - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva
- Anexo III - Contratos de Prestação de Serviços com Locação e Mão de Obra
- Anexo IV - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A Área de Recursos Humanos (ARH) vem desenvolvendo 2 projetos: revisão crítica e planejamento de suas atividades; e desenvolvimento do novo modelo de gestão de pessoas. Em ambos os projetos, que irão alterar significativamente os processos atuais e definir as diretrizes para a área em consonância com os objetivos organizacionais, está prevista a definição de indicadores relacionados a todas as atividades de gestão de pessoas da FINEP. Atualmente a área não dispõe de instrumentos para aferição de eficiência gerencial, entretanto, podem ser apresentadas as informações a seguir.

5.6.1 ACIDENTES DE TRABALHO

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é o órgão interno da FINEP responsável pelas ações voltadas à segurança e saúde do ambiente de trabalho. Formada por voluntários, a CIPA atua em coordenação com a Área de Recursos Humanos e Área de Serviços

Corporativos (ASEC). Para a realização de sua missão, a CIPA conta ainda com o serviço permanente de um Técnico de Segurança do Trabalho.

No ano de 2010, foram realizadas campanhas voltadas para a prevenção de acidentes, a exemplo da SIPAT (Semana de Interna de Prevenção de Acidentes). Ainda no âmbito da segurança do ambiente do trabalho, realizou-se um treinamento da brigada voluntária, mobilizando mais de 20 empregados, que aprenderam técnicas de combate direto a incêndio, bem como prestação de primeiros socorros. Além disso, a CIPA tem atuado no campo da proteção do meio-ambiente, através de campanhas internas permanentes de coleta seletiva de lixo eletrônico. Esta campanha já completou um ano e conta com a adesão do corpo funcional, resultando na coleta seletiva de centenas de itens como baterias de celular, pilhas, cartuchos de impressora, entre outros.

No que diz respeito ao perfil acidentário, a CIPA contabilizou dois acidentes (um de trajeto e outro interno) com empregados do quadro efetivo. Em ambos os casos, os acidentes foram devidamente registrados em CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), conforme a legislação em vigor.

5.6.2 ROTATIVIDADE

QUADRO XXX: Rotatividade

A	Nº de funcionários desligados em 2010	32
B	Nº de funcionários no 1º dia do ano de 2010	595
C	Nº de funcionários no último dia do ano de 2010	640
D	Efetivo médio de funcionários em 2010 = (B+C)/2	617,5
E	Taxa de rotatividade em 2010 = A / D	5,18%

Fonte: FINEP - ARH

5.6.3 EDUCAÇÃO CONTINUADA

QUADRO XXXI: Educação Continuada

	Foco	Valor	Carga horária
Treinamentos pontuais + in company	Comunicação	R\$ 24.456,50	201,5
	Contabilidade e Finanças	R\$ 52.962,50	1.685
	Contratos e Licitações	R\$ 64.589,11	853,5
	Documentação e informação	R\$ 5.336,25	100
	Escrita empresarial	R\$ 21.635,00	390
	Estratégia	R\$ 49.564,00	187
	Ética, Segurança ou Saúde	R\$ 9.780,14	368
	Gerenciamento de Projetos	R\$ 14.083,87	235
	Gestão para resultados	R\$ 45.234,81	510,5
	Informática (específico) ¹	R\$ 104.722,47	1.605
	Jurídico	R\$ 72.057,62	1.692,5
	Microinformática ²	R\$ 55.904,48	644
	Operacional	R\$ 118.457,19	3.869,5
	Processos	R\$ 16.508,90	295
	Recursos Humanos	R\$ 39.204,98	619,5
	Total	R\$ 694.497,82	13.256
	Pós-graduação	R\$ 267.743,11	4.119,7
	Graduação	R\$ 7.969,53	---
	Idiomas	R\$ 73.444,57	---
	TOTAL	R\$ 1.043.655,03	17.375,7
Notas:			
¹ Cursos relativos às atividades do DSIS.			
² Pacote Office (Access, Excel, Word e PowerPoint)			

Fonte: FINEP - ARH

5.6.4 SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO

A FINEP participou da pesquisa “Melhores Empresas para Você Trabalhar 2010”, que é realizada anualmente sob a coordenação da Fundação Instituto de Administração – FIA e publicada pelas revistas “Exame” e “Você/SA”. O objetivo desta participação é obter um diagnóstico organizacional, além de demonstrar preocupação com o bem-estar dos empregados.

O principal componente da pesquisa é o questionário direcionado para o grupo de empregados selecionados segundo a metodologia utilizada. Esse questionário tem o objetivo de medir o grau de satisfação dos empregados em relação à empresa.

Uma das categorias do questionário agrupa questões relacionadas à Satisfação e Motivação. A média obtida pela FINEP nesta categoria foi 54,78, em um total de 100 pontos. Apresentamos no quadro a seguir o desempenho por questões.

QUADRO XXXII: Questionário sobre Satisfação e Motivação

PERGUNTA	Nota FINEP
A empresa atende adequadamente às minhas necessidades nas áreas de saúde e outros benefícios	89,68
As pessoas de qualquer idade, raça, cor e opção sexual são tratadas com a mesma justiça e respeito nesta empresa	81,45
Trabalhar nesta empresa dá segurança e tranquilidade para mim e para minha família	81,27
Sou sempre bem atendido quando preciso de um colega de trabalho	70,4
Gosto do trabalho que realizo hoje nesta empresa	68,24
Considero que trabalhar nesta empresa vem tornando a minha vida melhor	67,72
Considero que esta empresa se preocupa com a qualidade de vida de seus empregados	67,58
Eu sinto que meu trabalho é importante para que esta empresa seja bem-sucedida	67,19
Considero que o tempo que dedico ao meu trabalho é equilibrado entre as necessidades da empresa e as minhas necessidades pessoais e familiares	66,67
O ambiente de trabalho da empresa facilita o relacionamento entre os empregados	64,84
O volume de trabalho permite que eu termine sempre minhas tarefas no horário normal	64,54
Quando preciso de outra área da empresa, sou bem atendido	57,43
As instalações e o espaço onde realizo meu trabalho são seguros, confortáveis e limpos	53,17
Sinto que minha equipe trabalha como um verdadeiro time	53,01
Considero que meu trabalho é reconhecido e valorizado pela empresa	47,97
Considero justo o salário pago por esta empresa aos seus funcionários	47,18
Nesta empresa a gente pode confiar nos colegas de trabalho	47,01
Nesta empresa as pessoas estão sempre dispostas a ajudar umas às outras	45,49
Tenho todo o equipamento e o material necessários para realizar bem o meu trabalho	43,87
Sou recompensado, de maneira justa, pela qualidade do trabalho que apresento	42,04
A sensação mais frequente que sinto ao deixar o trabalho é de realização profissional pelos desafios superados	39,44
Recebo todas as informações de que preciso para fazer bem o meu trabalho	37,25
A quantia que recebo como participação nos lucros da empresa é justa	36,92
Tenho a quem recorrer se eu me sentir injustiçado	35,44
As informações sobre esta empresa são transmitidas aos empregados com clareza, rapidez e agilidade	28,8
Os processos, procedimentos e rotinas de trabalho desta empresa são organizados e eficientes	14,8

Fonte: FINEP - ARH

Dentre as quatro maiores notas obtidas pela FINEP na pesquisa, três pertencem à categoria Satisfação e Motivação. Porém, dentre as cinco menores notas, duas também pertencem a esta categoria.

A percepção dos empregados sobre os benefícios da Empresa, a sensação de justiça, a qualidade nos relacionamentos interpessoais e a tranquilidade tem sido bastante satisfatória, repetindo o desempenho da participação na pesquisa em 2007. No entanto, a pesquisa também evidencia temas que demandam uma análise mais detalhada, de forma que se possa buscar alternativas para melhorar seus resultados.

5.6.5 DESEMPEHO FUNCIONAL

A Avaliação de Desempenho é um processo realizado anualmente, aplicável a todo quadro funcional da FINEP, e que consiste na avaliação de competências e estabelecimento de metas de treinamento.

Atualmente, o processo não gera dados que possibilitem análises sobre o desempenho dos empregados da FINEP. No entanto, o processo será totalmente reformulado dentro do Novo Modelo de Gestão de Pessoas – NMGP, detalhado no item 5.8.

5.6.6 NÍVEIS SALARIAIS

Existem na FINEP dois planos de carreira, o Plano de Carreiras e Remuneração - PCR e o Plano de Cargos e Salários - PCS.

Na carreira de nível superior do PCR existem cinco níveis salariais com sete interníveis cada, na carreira de nível médio do PCR existem 5 níveis salariais contendo 10 interníveis cada e nas carreiras de nível superior e de nível médio do PCS existem 31 interníveis salariais.

5.6.7 DEMANDAS TRABALHISTAS

Em 2010 houve 17 demandas trabalhistas. Destas, 8 correspondem a reclamações trabalhistas tendo por objeto a discussão dos termos do Plano de Demissão Assistida de 2008, 8 se referem a reclamações trabalhistas tendo por objeto a discussão dos contratos terceirizados, onde a FINEP responde de forma subsidiária, e uma se refere à ação trabalhista envolvendo a 7ª Vara de Trabalho e a FINEP.

5.7 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

5.7.1 CONCEITO

Recrutamento e seleção integram um dos subsistemas de Gestão de Pessoas, sendo sua função possibilitar que os quadros das organizações sejam providos de profissionais necessários ao seu funcionamento e à consecução de sua missão.

Recrutamento diz respeito aos meios utilizados para tornar público o interesse da instituição em integrar novos membros ao seu corpo de empregados. Já a seleção é a forma como se dá a escolha desses profissionais.

Recrutamento e seleção deve ser uma atividade de caráter constante, dado que a dinâmica do quadro funcional engloba diversas alterações ao longo do tempo que demandam ações dessa natureza, quais sejam:

- aumento de quadro, decorrência natural do incremento nas atividades da empresa;
- rotatividade, figura que na esfera pública se acentuou consideravelmente após a exigência de concurso para o provimento de cargos públicos, que abriu a possibilidade de se buscar maiores salários por meio da concorrência sucessiva em provas de seleção;
- desligamentos, que podem ocorrer por motivos diversos, como aposentadoria e falecimento, por exemplo.

5.7.2 CONCURSOS REALIZADOS

A FINEP, na qualidade de empresa pública federal, se vê obrigada, desde a Constituição de 1988, a realizar concurso público para formação e recomposição de seu corpo funcional. Desde a vigência desse novo ordenamento jurídico, a Empresa realizou quatro concursos públicos (mar/2001, dez/2001, 2006 e 2009). Durante esse período o DERH vem capacitando sua equipe na condução dessa atividade, o que tem gerado avanços na profissionalização do processo, com melhor documentação das suas etapas e maior segurança jurídica e gerencial para sua realização como um todo.

5.7.3 AMBIENTAÇÃO

A ambientação tem como finalidade introduzir novos empregados na realidade da empresa, constituindo-se no primeiro contato do empregado com a organização após a fase de recrutamento e seleção. Essa inserção deve levar em conta aspectos teóricos, que fundamentarão as atividades do dia-a-dia do empregado, bem como com informações de caráter prático, que forneçam o instrumental necessário para o desempenho das funções nas futuras unidades de lotação.

No período considerado foram realizados quatro processos de ambientação: dois em 2008, um em 2009 e outro em 2010.

5.7.4 FUNCIONÁRIOS CONVOCADOS X ADMITIDOS

Ao longo de 2010 foram convocados 60 profissionais oriundos do cadastro de reserva do concurso de 2009, dos quais 52 foram admitidos na Empresa.

5.7.5 DESAFIOS

Com o desenvolvimento do Novo Modelo de Gestão de Pessoas – NMGP, ora em andamento, e também com a iminência do reconhecimento da FINEP como instituição financeira pelo BACEN, haverá a necessidade de se revisar o perfil de alguns cargos, o que levará à realização de levantamento interno para se identificar as competências que os profissionais deverão possuir.

5.8 NOVO MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS

5.8.1 OBJETIVOS

O Novo Modelo de Gestão de Pessoas – NMGP visa estruturar e implementar na FINEP instrumentos modernos de gestão de pessoas, propiciando o alinhamento entre o desempenho individual e as necessidades da organização. O NMGP busca integrar os processos de gestão de pessoas – seleção, contratação, alocação, gestão do desempenho, treinamento e desenvolvimento, mobilidade e sucessão – em torno da gestão por competências, de forma a proporcionar o melhor alinhamento entre os anseios de desenvolvimento do corpo funcional e os objetivos institucionais da FINEP.

O conceito de competência está relacionado ao amadurecimento profissional do indivíduo e à sua consequente capacidade para assumir responsabilidades com maior grau de complexidade. O crescimento profissional vincula-se à crescente compreensão do contexto organizacional, incluindo a cultura, as relações de trabalho, a infra-estrutura, as prioridades estratégicas da Empresa, o cenário externo e a capacidade do indivíduo em mobilizar recursos para produzir.

Em julho de 2010, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST divulgou suas diretrizes e orientações para a elaboração e a revisão de Planos de Cargos e Salários, onde recomenda a adoção do conceito de competência como “definição da contribuição dos profissionais, de acordo com a complexidade e o conjunto de capacidades e habilidades”.

A execução do projeto NMGP teve início em abril de 2010 e tem previsão de execução de quinze meses.

5.8.2 RESULTADO ESPERADO

O resultado esperado do NMGP é um novo sistema de gestão de pessoas para a FINEP, integrado à estratégia organizacional. O NMGP contempla um conjunto de iniciativas dividido em dezessete etapas, que abrangem desde a realização de um diagnóstico organizacional até a primeira avaliação de desempenho com base no novo modelo. Possui, assim, um amplo escopo, envolvendo

a elaboração e a proposição de novos Planos de Carreiras, a adoção de uma nova metodologia de avaliação de desempenho, e a estruturação de políticas de treinamento e desenvolvimento (T&D). Estes são três dos principais produtos previstos no projeto.

5.8.3 METODOLOGIA

Para definição das diretrizes e das premissas para proposição dos Novos Planos de Carreiras, foi constituído um Grupo de Modelagem (GM), composto por 33 funcionários representativos da diversidade áreas da empresa, inclusive dirigentes da Associação de Funcionários da FINEP – AFIN. Entre as atribuições do Grupo de Modelagem, destacam-se:

- elaborar proposta para o modelo integrado de gestão por competências;
- propor critérios e estratégias de implementação;
- comunicar aos demais profissionais o andamento dos trabalhos e coletar contribuições ao processo de modelagem.

Com o objetivo de colaborar para os trabalhos desenvolvidos por este Grupo, foi criado ainda um Grupo de Consulta, com atribuições de analisar os trabalhos do GM e contribuir para seu aperfeiçoamento. O Grupo de Consulta foi constituído por 28 pessoas, todas sem função gerencial, das carreiras de nível superior e de nível médio. A constituição dos grupos resultou na participação direta e contínua de 10% do corpo funcional no projeto.

Foram realizadas, ainda, reuniões com representantes da AFIN, do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Nestas ocasiões foi apresentado o progresso da definição dos critérios dos planos (modelagem) e coletadas contribuições dos participantes para esse processo. Além disso, foram realizadas até o momento quatro palestras abertas a todos os empregados da FINEP acerca dos conceitos e valores que norteiam o projeto, bem como dos resultados alcançados. Desta forma, houve uma ampla divulgação e participação dos empregados da empresa.

Ressalte-se também que o projeto conta com um Plano de Comunicação, que recomendou a implementação de *hotsite* na Intranet para divulgação das ações, a emissão de boletins eletrônicos periódicos e a elaboração de uma cartilha para disseminar os conceitos e resultados do Projeto. O Plano de Comunicação é implementado de forma conjunta pela Área de Recursos Humanos – ARH e pelo Departamento de Promoção – DPRO.

As competências individuais recomendadas para a atuação dos profissionais na empresa foram definidas a partir da identificação das competências organizacionais, de forma a proporcionar a interconexão entre objetivos institucionais, individuais e sociais e a otimização da gestão. Conforme Fleury e Fleury (2000), as competências organizacionais referem-se ao pequeno número de competências e atividades-chave que os clientes reconhecem como diferenciadores da Empresa. Dessa forma, o modelo de gestão de pessoas se torna a base para a consecução da estratégia organizacional.

Na FINEP, a partir de um intenso debate entre os grupos participantes da estruturação do modelo, foram definidas as competências organizacionais demonstradas no quadro a seguir.

QUADRO XXXIII: Competências organizacionais da FINEP

Competência Organizacional	Definição
Análise, acompanhamento e avaliação de projetos e programas	Capacidade de analisar, acompanhar e avaliar projetos e programas, contribuindo para a obtenção de resultados orientados ao cumprimento de sua missão institucional.
Atuação por meio de políticas e programas	Capacidade de planejar ações e de formular programas e políticas em Ciência, Tecnologia e Inovação a partir de uma visão de futuro.
Mobilização de competências externas	Capacidade de identificar, articular e mobilizar as principais competências externas à FINEP, objetivando o cumprimento de sua missão institucional.
Excelência operacional e de gestão	Capacidade de utilização de metodologias de trabalho atuando com excelência operacional e de gestão.
Articulação institucional	Capacidade de articular-se com agentes de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Sistema Financeiro, de Órgãos de Controle e de outras instituições, atuando como elo integrador entre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Sociedade.
Atuação em todo o processo da inovação	Capacidade de atuar de maneira multidisciplinar e abrangente em todo o processo de inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para a Sociedade.
Adaptabilidade a novos contextos	Capacidade e flexibilidade de adaptação às mudanças de contexto político, regulatório, legal, econômico, social e científico no país.

Fonte: FINEP – ARH

Com a definição das competências individuais necessárias, cada funcionário poderá conhecer, de forma clara e objetiva, quais competências deverá desenvolver para seu crescimento e planejar sua carreira na FINEP. Isso estimulará a produtividade e propiciará um clima de equidade interna, o que incentiva a atração e engajamento de profissionais qualificados e identificados com os valores e objetivos da Empresa.

5.8.4 ETAPA ATUAL

As primeiras etapas do Projeto, que incluíram a proposição de novos planos de carreiras para os cargos efetivos e para os cargos em comissão e funções gratificadas, foram concluídas. Após serem objeto de consulta pública junto ao corpo funcional da FINEP, o Plano de Cargos Efetivos – PCE e o Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas – PCG foram aprovados pela Diretoria Executiva da FINEP em 14/12/2010, por meio da RES/DIR/0439/10 e encaminhados para apreciação pelo Conselho de Administração da Empresa.

6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. A FINEP é uma Empresa Pública de direito privado, não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

No entanto, apresentamos a seguir as operações da FINEP realizadas com recursos de terceiros, nas quais a FINEP atua como agente, repassando os recursos do FUNTTEL, Ministérios e Órgãos de Governo, além das operações com recursos transferidos à FINEP pelo FNDCT.

6.1 OPERAÇÕES COM RECURSOS DE TERCEIROS

6.1.1 OPERAÇÕES DA FINEP JUNTO AO FUNTTEL

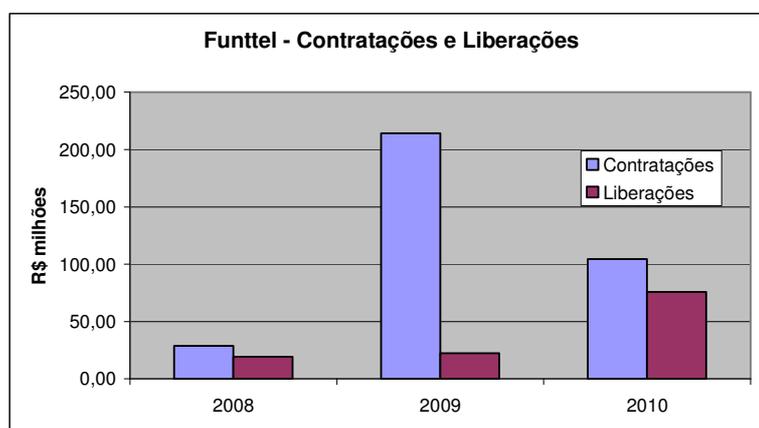
O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações tem como objetivos estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações (Lei 10.052 de 2000).

A FINEP é um dos agentes financeiros do FUNTTEL e realiza operações nas modalidades reembolsáveis e não reembolsável.

Na modalidade não reembolsável, a FINEP contratou vinte operações em 2010, no valor total de R\$ 104 milhões. Dessas, dezoito foram selecionadas por meio das chamadas públicas realizadas em 2009 e destinadas a áreas temáticas definidas como prioritárias pelo Conselho Gestor do FUNTTEL (CGF). As outras duas fazem parte do Plano de Aplicação de Recursos da Fundação CPqD aprovado pelo CGF. São transferências legais, destinadas à preservação da capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Fundação CPqD e determinadas pela Lei do FUNTTEL (Lei nº 10.052/00) e pela Lei Geral das Telecomunicações (Lei nº 9.472/97).

A figura a seguir apresenta os valores das contratações e das liberações ocorridas no período de 2008 a 2010.

FIGURA XVII: FUNTTEL – Contratações e Liberações



Fonte: FINEP - AFI

O pico nas contratações apresentado em 2009 corresponde ao início da operação das transferências legais à Fundação CPqD pela FINEP. Até 2008, essas operações eram contratadas diretamente pelo Ministério das Comunicações.

Os recursos do FUNTTEL não transitam nas unidades gestoras relacionadas ao órgão da FINEP (código SIAFI 20502). As operações do FUNTTEL administradas pela FINEP são registradas no órgão do Ministério das Comunicações.

6.1.2 OPERAÇÕES COM RECURSOS DE PARCEIROS

Para cumprir a sua missão de agência federal de financiamento à inovação, a FINEP participa da formulação e execução de ações e programas de âmbito nacional em parceria com Ministérios e Órgãos de Governo.

Os projetos financiados no âmbito dessas parcerias são acompanhados pelas áreas competentes da FINEP por meio de visitas *in loco*, análise de relatórios técnicos e financeiros, reuniões e seminários de avaliação de resultados parciais ou finais, utilizando consultoria *ad-hoc* quando necessário.

A relação dos convênios firmados entre a FINEP e seus parceiros, com os respectivos valores, encontra-se apresentada no Anexo V.

6.1.2.1 MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS

As ações da FINEP desenvolvidas em 2010 em parceria com o Ministério da Saúde – MS foram:

I) Contratação de projetos estratégicos encomendados por decisão do Comitê das Ações Transversais:

- Encomenda Transversal – “Aquisição de Equipamentos para a Planta de Protótipos - visando equipar o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da FIOCRUZ de instalações técnicas adequadas para produção de vacina inativada contra a febre amarela em condições BPF”.
- Encomenda Transversal – “Aquisição de equipamentos para a planta piloto de desenvolvimento de vacina combinada contra Leishmania e Raiva para uso em cães”, a cargo do Instituto Butantan.

II) Contratação de projetos diretamente encomendados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS:

- Projeto “Integração Básico - Clínica: mais pesquisa para a saúde no Hospital Universitário da UFRJ”
- Projeto “Desenvolvimento de Plataforma Tecnológica para Equipamentos de Ultra-som Diagnóstico” a cargo da UNICAMP.
- Projeto “Implantação do Centro Coordenador da Rede Nacional de Terapia Celular”.

III) Acompanhamento e liberação de parcelas de recursos para 51 projetos contratados de 2004 a 2007, encomendados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS, e que se encontram em diversas fases de desenvolvimento.

IV) Análise de recursos adicionais para os projetos componentes da Rede Nacional de Terapia Celular – RNTC, encomendados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS e recomendados pelo Comitê das Ações Transversais, visando a equipar oito Centros de Tecnologia Celular para produção de diferentes linhagens de células tronco, a serem utilizadas pelos componentes da RNTC. Projetos em fase de decisão pela Diretoria da FINEP.

6.1.2.2 MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES

Em 2010 foram implementadas quatro ações concebidas em parceria com o Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, sendo três Chamadas Públicas e uma Encomenda. Estas ações não envolvem recursos do MCidades. A parceria se consolidou na definição de temas prioritários e conteúdos das seguintes ações de fomento operacionalizadas pela FINEP:

- Chamada Pública MCT/MCIDADES/FINEP/AT - Saneamento Ambiental e Habitação - 7/2009;
- Chamada Pública MCT/MCIDADES/FINEP/AT - Saneamento Ambiental e Habitação - 6/2010;
- Chamada Pública MCT/MCIDADES/FINEP/FNDCT/AT - SINAT - Infraestrutura Laboratorial - 10/2010.

Por intermédio das duas primeiras Chamadas Públicas acima, foram formadas quinze Redes Cooperativas para execução de projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação nas áreas de Saneamento Ambiental e de Habitação, que contribuam para o uso de novas tecnologias construtivas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em articulação com o setor produtivo.

As redes estão organizadas em temas prioritários, envolvendo 143 coordenações técnicas de ICTs de todas as regiões do país na execução de 84 subprojetos temáticos. Os quinze projetos aprovados totalizam um investimento de R\$ 64,5 milhões.

A Chamada Pública 10/2010 objetiva apoiar o fortalecimento da infra-estrutura laboratorial de ICTs no âmbito do Sistema Nacional de Avaliações Técnicas - SINAT, coordenado pelo MCidades. Desta forma, espera-se estimular a inovação no setor da construção civil, aumentando o leque de alternativas tecnológicas disponíveis para a produção habitacional de interesse social, especialmente no contexto do PMCMV. Foram aprovados quatro projetos que totalizam um investimento de R\$ 7,9 milhões.

No que se refere à Encomenda, trata-se de um projeto aprovado no valor total de R\$ 1,2 milhões voltado à capacitação de ICTs em gestão para avaliação de desempenho de produtos e processos inovadores no setor da construção civil no contexto do Sistema Nacional de Avaliação Técnica - SINAT.

6.1.2.3 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE

Em 2010 as ações da FINEP em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE / Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES foram concentradas na execução de metas e atividades previstas no Convênio firmado em 2007. O objeto desse Convênio é a implementação de ações de desenvolvimento tecnológico e disseminação de informações aplicadas à Economia Solidária, por meio do apoio a incubadoras universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, no contexto do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - PRONINC, formação de Núcleos Temáticos e Regionais em Incubação de EES, desenvolvimento e ampliação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES e produção de estudos e pesquisas que visem à geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias.

O referido convênio está vigente até 26/07/2011.

6.1.2.4 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA

Em 2010 não foram realizadas novas ações em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, mantendo-se o acompanhamento técnico e financeiro das operações vigentes e a prestação de contas de operações encerradas.

Nos anos de 2005 e 2006 a CAIXA realizou parceria com a FINEP na execução do Programa de Pesquisa em Saneamento Básico - PROSAB, Programa de Tecnologia de Habitação - HABITARE e, também, na Rede de Tecnologia Social - RTS, visando apoiar o desenvolvimento de tecnologias em temas prioritários estabelecidos nas Chamadas Públicas dos referidos programas. A parceria abrangeu, ainda, o apoio logístico e de divulgação de resultados dos projetos de C,T&I.

6.1.2.5 MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR

Em 2010 as ações da FINEP em parceria com o Ministério do Turismo - MTUR foram concentradas na execução de metas e atividades previstas no Convênio firmado em 2007. O objeto desse Convênio é fomentar a geração de trabalho e renda através da incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES na Cadeia Produtiva do Turismo, em áreas prioritárias definidas pelo Ministério do Turismo. Essa parceria visa, também, a construção de referencial conceitual e metodológico sobre os processos de incubação dos EES na Cadeia Produtiva do Turismo.

O referido convênio está vigente até 09/02/2011.

6.1.2.6 MCT – AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB) X FINEP – RECONSTRUÇÃO DA TORRE MÓVEL

A transferência destes recursos para a FINEP foi realizada por solicitação do MCT para atender à reconstrução da Torre Móvel de Integração (TMI) para lançamentos de foguetes da Base de Alcântara. O contrato teve sua primeira liberação em maio/2009 e vem sendo prorrogado desde

então. As obras civis foram concluídas com pleno êxito em outubro de 2010 quando se iniciaram as instalações dos equipamentos elétrico-eletrônicos que complementarão o projeto.

6.1.2.7 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO – INFRAERO X FINEP – ÁGUA EM AEROPORTOS

O Brasil conta atualmente com 67 aeroportos sob a responsabilidade da INFRAERO, muitos dos quais com sistemas complexos e de grande porte, como é o caso de Cumbica/SP, onde passam anualmente cerca de 13 milhões de pessoas e que opera diariamente 400 aviões que embarcam água limpa e desembarcam água servida. Este fato, aliado à necessidade de uso racional da água e o elevado consumo observado nos aeroportos, fez com que o País procurasse soluções de gerenciamento adequado das águas nesses ambientes.

Por estas razões, foi construída a parceria FINEP/Infraero em parceria com o CT-HIDRO que resultou na Chamada Pública MCT/FINEP/INFRAERO 03/2005, conhecida como Águas em Aeroportos, cujo objetivo foi a seleção de projetos para pesquisa em tecnologia de uso e conservação de recursos hídricos em ambientes aeroportuários. Os temas priorizados foram: engenharia, arquitetura, otimização do consumo, reciclagem, tratamento de esgoto, reúso, drenagem de pistas, de pátios e áreas externas (macro drenagem), aquíferos e ainda tecnologia e ferramentas de apoio à gestão. Os projetos foram integralmente desembolsados e estão em fase final de prestação de contas.

Podemos fazer alguns destaques dos projetos financiados:

- a elaboração de um plano de capacitação aplicado a 60 gestores de recursos hídricos de 60 aeroportos de todo o Brasil;
- levantamento do sistema hidrossanitário, incluindo redes hidráulicas, equipamentos, estação de tratamento de efluentes, vazão e qualidades dos efluentes no aeroporto de Salvador;
- projeto de engenharia e a instalação de Unidade Piloto de Coleta e Aproveitamento de Água Pluvial e “Águas Cinzas” (proveniente dos lavatórios, pias, chuveiros, tanques, torneiras, efluentes de terraço, mezanino e térreo), trabalho realizado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves utilizando como parâmetro o Aeroporto de Narita no Japão.

6.1.2.8 AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE

O Fundo Setorial do Audiovisual - FSA foi criado pela Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, como uma categoria de programação específica do Fundo Nacional de Cultura - FNC. Os recursos do FSA são aplicados em programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades cinematográficas e audiovisuais em consonância com os programas do governo federal. Por deter ampla experiência na realização de operações reembolsáveis e não-reembolsáveis e por ser responsável pela gestão de Fundos Setoriais a FINEP também é credenciada pelo Comitê Gestor do FSA para operacionalizar as linhas de ação deste Fundo. (fonte: <http://www.ancine.gov.br> e <http://www.finep.gov.br>).

Assim, desde 2008, a FINEP iniciou lançamento de chamadas públicas, conforme a seguir relacionado, somando o montante de aproximadamente R\$ 120 milhões:

- Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODECINE – 1/2008 - até R\$ 15.000.000,00;
- Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODECINE – 2/2008 - até R\$ 10.000.000,00;
- Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODECINE – 3/2008 – até R\$ 5.000.000,00;
- Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODAV – 01/2008 - até R\$ 7.000.000,00;
- Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODAV – 01/2009 – até R\$ 17.757.260,60;
- Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODECINE – 1/2009 - até R\$ 33.757.260,60;
- Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODECINE – 2/2009 - até R\$ 22.500.000,00;
- Chamada Pública MCT/FINEP/FSA – PRODECINE – 3/2009- até R\$ 7.500.000,00.

6.2 OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS COM RECURSOS TRANSFERIDOS À FINEP PELO FNDCT

De acordo com a Lei 10.934/2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, a FINEP, como agência financeira oficial de fomento, pode repassar recursos oriundos do Tesouro. No caso do FNDCT, tal procedimento intitulou-se Proposta de Transferência Financeira - PTF. As primeiras PTF's foram criadas em 2003 e atualmente estão em extinção. Sua existência somente permanece enquanto houver projetos ainda em fase de desembolso enquadrados na mesma. Tão logo são cumpridos todos os compromissos, dá-se início ao processo de encerramento.

No quadro a seguir encontram-se as PTF's já encerradas e valor do saldo devolvido ao FNDCT na ocasião do encerramento.

QUADRO XXXIV: Saldos das PTFs na ocasião do encerramento

PTF	Valor Devolvido (R\$)
01-2003	32.637
02-2003	803.453
04-2004	218.998
06-2005	25.488
07-2006	0
08-2007	904
09-2008	560.554
15-2003	1.480
20-2003	158.511
21-2003	545.279
22-2003	770.265
31-2003	855.391
32-2003	16.479
33-2003	549.712
34-2003	96.549
35-2003	1.401.239
36-2003	676.156
38-2003	268.134
41-2003	1.346.519
42-2005	287.732
45-2005	53.084
46-2005	132.089
52-2005	447.842
54-2005	30.589
57-2005	138.376
60-2005	136.468
61-2005	402.251
62-2005	375.811
63-2005	22.302
64-2005	373.282
68-2005	442.744
70-2005	412.767
Total	11.583.086

Fonte: FINEP – AFC

Num total de 63 PTF's criadas, 32 foram encerradas, as restantes terão seus valores devolvidos ao FNDCT assim que os projetos enquadrados se concluírem.

A posição financeira das PTF'S vigentes em 31 de dezembro de 2010 é apresentada no quadro a seguir.

QUADRO XXXV: Posição Financeira das PTF's vigentes em 31/12/2010

Em R\$

PTF	Saldo Aplicado (BB)	Saldo em caixa (SIAFI)	Saldo Total
PTF - 003/03	939.489	-	939.489
PTF - 011/03	1.660.609	-	1.660.609
PTF - 017/03	522.735	8.937	531.672
PTF - 023/03	153.234	951.911	1.105.146
PTF - 024/03	1.562.122	-	1.562.122
PTF - 026/03	7.848	-	7.848
PTF - 027/03	97.790	-	97.790
PTF - 029/03	2.197.007	-	2.197.007
PTF - 030/03	2.820.510	-	2.820.510
PTF - 037/03	3.769.228	-	3.769.228
PTF - 040/03	12.011.531	-	12.011.531
PTF - 041/05	548.630	10	548.640
PTF - 043/05	271.409	226.306	497.715
PTF - 044/05	758.184	-	758.184
PTF - 047/05	1.100.657	174.378	1.275.035
PTF - 048/05	1.218.338	-	1.218.338
PTF - 049/05	431.823	-	431.823
PTF - 051/05	605.097	953	606.050
PTF - 053/05	398.078	-	398.078
PTF - 055/05	141.384	-	141.384
PTF - 058/05	3.836.744	-	3.836.744
PTF - 059/05	750.094	-	750.094
PTF - 065/05	1.785.440	-	1.785.440
PTF - 066/05	4.601.742	57	4.601.799
PTF - 067/05	2.227.397	246	2.227.643
PTF - 069/05	233.058	-	233.058
PTF - 072/06	2.692.325	-	2.692.325
PTF - 073/06	7.481.849	86.966	7.568.815
PTF - 074/06	16.052.921	-	16.052.921
PTF - 075/07	114.946	-	114.946
PTF - 077/08	239.804	8.033	247.837
Total	71.232.022	1.457.797	72.689.819

Fonte: FINEP - AFC

No Anexo VI estão listados os projetos enquadrados nas PTF's vigentes até o dia 31 de Dezembro de 2010. São 143 projetos representando um saldo a desembolsar total de R\$ 64,8 milhões.

7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL – NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

7.1 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG

Compete à Área de Serviços Corporativos - ASEC da FINEP inserir no SIASG os contratos administrativos e as compras realizadas por meio de dispensa. Esta atividade é realizada pelo Departamento de Serviços Administrativos - DSAD. Seu produto pode ser verificado acessando o Portal da Transparência Pública, onde as informações a respeito destes processos são de livre acesso. A FINEP também opera dentro do SIASG para publicação, realização e homologação de licitações através do Portal de Compras - Comprasnet.

A declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, no SIASG, encontra-se no Anexo VII.

7.2 SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - SICONV

Para garantir o cumprimento do Decreto 6.170/2007 e da Portaria Interministerial nº 127/2008, especialmente quanto ao registro dos convênios e contratos de repasse no SICONV, a Diretoria Executiva da FINEP instituiu, em julho de 2008, (POR/PRES/073/08), um Grupo de Trabalho (GT-SICONV) para estudar o novo marco legal e o próprio SICONV.

Em consequência, foi realizado um trabalho que identificou as limitações do SICONV para um tratamento adequado a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), bem como a inexistência de funcionalidades inerentes a um processo de gestão de convênios pela FINEP. Assim, a Diretoria Executiva decidiu pela estratégia de intercâmbio informatizado de dados entre o sistema da FINEP e o SICONV.

Como resultado da interação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e considerando as especificidades da FINEP, exaustivamente discutidas com aquele ministério e com a Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, foi publicada a Portaria 342 de 05/11/2008, que excepcionalizou os projetos da Lei de Inovação da obrigatoriedade de registro no SICONV. Este entendimento foi formalizado pelo MPOG, através do Ofício nº10 / DLSG-MP de 06/01/2010.

Para consolidar esta posição, a FINEP avançou na elaboração de um marco regulatório próprio implementando a Instrução Normativa (IN) 01/2010, do Conselho Diretor do FNDCT, aprovada pelo Conselho Diretor do FNDCT e publicada no D.O.U. de 28/06/2010. Esta IN estabelece normas e diretrizes para transferência, utilização e prestação de contas dos recursos do FNDCT na modalidade não reembolsável, por meio de convênios, termos de cooperação e acordos de cooperação celebrados pela FINEP ou outra Agência de Fomento.

Desta forma, todos os projetos apoiados pela FINEP ficaram isentos de registro no SICONV. No entanto, cabe destacar que todos os convênios do FNDCT são registrados no SIAFI.

8 INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA

A FINEP segue a Lei nº 8.730/1993, em relação à entrega das declarações de bens e rendas dos ocupantes de funções de confiança.

9 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A FINEP possui um Sistema de Controle Interno (SCI) que garante a conformidade na execução de suas atividades.

A principal ferramenta desse sistema é a *intranet*, sistema informatizado interno da empresa composto por uma extensa gama de subsistemas (operacional, institucional, serviços, notícias, etc). O acesso à intranet é permitido a todos os empregados e controlado por meio de senha pessoal. O sistema garante ao mesmo tempo a publicidade de informações de caráter geral, o acompanhamento de operações em execução na empresa, a divulgação das deliberações de caráter formal (resoluções, decisões, portarias, criação de grupos de trabalho, comissões permanentes, normativos, entre outras). Além disso, permite, também por meio do uso de senha pessoal, hierarquicamente distribuída, o acesso a informações técnicas e gerenciais sobre os projetos financiados. Utilizam-se ainda, como ferramentas do SCI, diretórios virtuais de compartilhamento de informações, geralmente classificados por unidades da empresa e garantindo acesso restrito aos funcionários das respectivas unidades.

Outra ferramenta que faz parte do sistema de controle interno é o próprio Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, uma vez que todas as movimentações de recursos são feitas através deste. Desta forma, a utilização do SIAFI Gerencial tem sido ferramenta muito útil para extração de relatórios e análises financeiras e orçamentárias.

Outras ferramentas importantes de divulgação e comunicação são: o correio eletrônico institucional, a Política de Comunicação, a Revista Inovação em Pauta e o próprio sítio da FINEP na internet (www.finep.gov.br)

Em sua estrutura organizacional a empresa conta com unidade de Auditoria Interna (AUDI), vinculada aos conselhos de Administração e Fiscal, que realiza suas atividades com base em Plano Anual de Atividades, submetido previamente ao Conselho de Administração da empresa e ao órgão de controle interno – Controladoria-Geral da União (CGU).

A AUDI apresenta suas constatações e recomendações por meio de suas produções técnicas (Relatórios, Notas de Auditoria, Notas Técnicas e Pareceres), sendo que todos os trabalhos são formalmente encaminhados para conhecimento e providências das unidades relacionadas com os assuntos verificados pela AUDI.

A preocupação com a manutenção de controles internos adequados e condizentes com o porte das operações executadas na empresa é constante na pauta de demandas internas. Assim, ações para fortalecimento e/ou atualização dos processos, normativos e sistemas relacionados à Tecnologia da Informação, que dão suporte a gestão das atividades pelo seu corpo funcional, estão sempre presentes na FINEP.

No Anexo VIII estão detalhados alguns aspectos da estrutura de controles internos da FINEP.

Além disso, há na FINEP o Plano de Gestão Estratégica (PGE), que orienta as atividades da Empresa até 2025 e estabelece doze diretrizes estratégicas para o alcance de sua visão, “Transformar o Brasil por meio da Inovação”. Estas diretrizes encontram-se distribuídas em cinco dimensões priorizadas no processo – Ambiente Político-Institucional, Sistema Nacional de C,T&I, Sustentabilidade Financeira, Gestão Operacional, Gestão Organizacional e Gestão Humana.

Os marcos referenciais da FINEP definidos no PGE geraram um Mapa Estratégico, que fornece aos tomadores de decisão os meios para identificar, avaliar e selecionar alternativas/ações estratégicas para atingir as metas e objetivos definidos. A partir do Mapa Estratégico foram definidas 47 ações vinculadas às doze diretrizes estabelecidas e, posteriormente, foi desenvolvido o Plano de Ação 2010-2011, que priorizou 13 destas ações. A priorização considerou o “Perfil de Atuação” definido no processo de elaboração do PGE: “Atuar em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto, para o desenvolvimento sustentável do Brasil”.

Algumas iniciativas referentes a questões relevantes para o gerenciamento do seu controle interno partiram do PGE e outras que já vinham sendo construídas por grupos de trabalho específicos foram incorporadas ao Plano. São elas:

- Gestão de Processos (detalhado no item 9.1 abaixo);
- Gestão da Documentação Normativa (detalhado no item 9.2 abaixo);
- Modernização de Processos e Sistemas de Informação da FINEP (detalhado no item 9.3 abaixo);
- Política de Comunicação da FINEP (detalhada no item 9.4 abaixo);
- Projeto Soluções Integradas para Gestão e Controle de Projetos (detalhado no item 17.1).

9.1 GESTÃO DE PROCESSOS

Em 2010 a FINEP, através do Departamento de Processos Organizacionais (DEPO), consolidou importantes iniciativas para a gestão de seus processos.

Sob a orientação e alinhadas ao Plano de Gestão Estratégica (PGE) duas ações foram coordenadas pelo DEPO no sentido de aprimorar processos operacionais, com foco na eficiência e na transparência interna e externa. A primeira destas ações “Simplificar, agilizar os processos de julgamento e tramitação de projetos” foi iniciada por meio da coordenação de grupos de trabalho visando o redesenho dos seguintes processos:

- Financiamento direto a empresas (Programa Inova Brasil);
- Apoio direto não-reembolsável a empresas (Subvenção Econômica à Inovação Nacional);
- Apoio direto não-reembolsável a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT’s) – Chamadas Públicas.

A segunda ação desenvolvida pelo DEPO neste tópico foi centrada na modelagem de novos processos a serem executados por um novo Sistema em construção, o Portal do Cliente, como resposta à demanda estratégica do PGE “Implementar a modelagem, a otimização e a modernização de processos da FINEP”.

Os novos processos modelados para o Portal do Cliente irão proporcionar uma mudança no relacionamento da FINEP com seus principais grupos de interesse, disponibilizando a execução de processos por meio da Internet, com uso de formulários eletrônicos e acompanhamento on-line das solicitações submetidas à empresa.

Ainda como resultado da gestão de processos foram revisados todos os procedimentos referentes ao acompanhamento financeiro e prestação de contas de convênios e contratos, através do projeto de reestruturação do Departamento de Acompanhamento Financeiro e de Prestação de

Contas (DAFP). A revisão integral dos processos desta Unidade foram a base para o projeto “Soluções Integradas para a Gestão e Controle de Projetos” narrado no item 17.1 deste documento.

9.2 NORMATIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

A FINEP iniciou, em 2009, o processo de reestruturação e aperfeiçoamento de gestão do acervo de documentos normativos, coordenado pelo Departamento de Processos Organizacionais – DEPO.

Em linhas gerais, a implantação do processo de normalização da FINEP é composta pelas seguintes etapas:

- Definição de modelos e elaboração de documentos normativos básicos para a padronização e gestão do acervo – Concluída;
- Levantamento inicial das principais demandas de documentos normativos – Concluída;
- Concepção de *frameworks* e procedimentos para o tratamento de demandas e gestão dos projetos de normalização da FINEP – Concluída;
- Desenvolvimento de projetos, aprovação, publicação e disseminação do acervo de documentos normativos - Processo contínuo.

Considerando-se o cenário de demanda crescente da sociedade pela melhoria da eficiência e eficácia dos serviços e a necessidades de adoção de tecnologias e sistemas de gestão por parte das instituições públicas, destacamos os seguintes benefícios da normalização:

- Promover o nivelamento e a padronização de requisitos, parâmetros, critérios, autoridades (alçadas), responsabilidades e procedimentos para execução dos processos;
- Estabelecer um referencial de conformidade para estes processos, em cumprimento aos diplomas legais e normativos vigentes;
- Subsidiar a gestão do conhecimento – explicitação do conhecimento tácito e o aprendizado individual e coletivo;
- Melhorar o fluxo de informações necessárias ao alcance dos referenciais estratégicos;
- Ampliar as possibilidades de reflexão e análise para fins de melhoria de processos;
- Consolidar a base de implantação de sistemas e modelos de gestão reconhecidamente eficazes como a NBR ISO 9001:2008, Competências, Custos, Riscos e os Critérios de Excelência do PNQ.

Note-se que a normalização dos processos da FINEP está perfeitamente alinhada ao Plano de Gestão Estratégica da FINEP e é parte integrante do Plano de Ação 2010-2011.

Desde o seu início, o processo de normalização da FINEP já produziu os seguintes documentos normativos, aprovados e publicados na Intranet para o Gabinete da Presidência, para a Auditoria Interna, além das Áreas de Crédito, Jurídica, Recursos Humanos, Financeira, Financiamento, Subvenção e de Cooperação e Investimento.

A lista dos documentos normativos aprovados e publicados, desde o início do processo de reestruturação e aperfeiçoamento do acervo até o final de 2010, encontra-se no Anexo IX.

9.3 MODERNIZAÇÃO DE PROCESSOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Dada a importância da FINEP no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) - na condição de principal agência brasileira da inovação - e a necessidade de dotá-la com as melhores práticas de gestão e processos e sistemas mais ágeis e robustos, foi criado, a partir da Resolução de Diretoria RES/DIR/0182/08, o Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas (GTNS), o qual desenvolve o Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas da Informação da FINEP.

O objetivo do projeto é prover uma solução integrada à FINEP, aliando a modelagem dos processos de negócio à reestruturação de suas arquiteturas de sistemas e de tecnologia. O projeto pretende, ainda, contribuir para (1) o alcance de um estágio mais avançado de maturidade gerencial e organizacional da FINEP, condizente com o seu papel no desenvolvimento nacional, e (2) para o atendimento dos requisitos que ora se colocam para o seu reconhecimento como instituição financeira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), classificação que exigirá um grande esforço corporativo de adequação.

O empreendimento busca obter as seguintes vantagens e benefícios:

- Visão de trabalho orientada por processos;
- Aumento da eficácia administrativa e operacional;
- Redução de prazos e riscos operacionais;
- Redução de burocracia;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Criação de condições mais favoráveis para a adoção de ferramentas de apoio à tomada de decisões;
- Aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle interno;
- Incorporação das melhores práticas de mercado;
- Otimização da aplicação e do desenvolvimento das competências das pessoas;
- Redução de interfaces entre sistemas isolados;
- Disponibilização tempestiva de informações;
- Redução do retrabalho e inconsistências;
- Melhoria no atendimento aos clientes;
- Adoção de um sistema de melhoria contínua;
- Constituição e aperfeiçoamento de governança de tecnologia da informação e de processos.

Com estimativa de investimento global da ordem de R\$ 90 milhões e cerca de 6 anos de duração, o projeto, iniciado em outubro de 2008, tem um total de 6 Fases, apresentadas a seguir. Atualmente estamos atuando simultaneamente em três fases: na Fase 2 - Elaboração de Editais, trabalhando na construção do segundo edital, referente à contratação de uma Assessoria para o Controle da Qualidade; na Fase 3 - Licitações, na medida em que o certame para o edital voltado à contratação de uma consultoria especializada em Gestão e TI encontra-se vigente (Concorrência 01/2010) e na Fase 4 - Preparação Interna para a Fase Subseqüente.

A Fase 1 trata da elaboração do modelo conceitual de projeto, um período importante onde a equipe angaria e nivela conhecimento, estuda experiências em outras instituições e discute soluções com o mercado. Fundamentalmente, é marcada por estudos e pesquisas intensos, que demandam bastante energia e organização.

O objeto da Fase 2 é a elaboração de dois editais de licitação. Trata da elaboração dos documentos necessários aos processos licitatórios para a contratação de (1) uma empresa de

consultoria em gestão e TI e (2) de uma auditoria independente que auxilie a FINEP a averiguar a qualidade dos produtos e serviços produzidos pela consultoria.

A Fase 3 cuida da publicação dos editais e de todas as atividades necessárias ao andamento dos processos licitatórios - incluindo o tratamento de possíveis questionamentos - e do rito de contratação.

A Fase 4 consiste, fundamentalmente, em preparar o ambiente para a chegada da consultoria de gestão e TI e da auditoria independente. Entre as atividades estão a disponibilização de estrutura física e os preparativos para a divulgação do início dos trabalhos das fases seguintes;

A Fase 5 é o momento onde serão construídos o modelo e os planos de implementação da solução integrada FINEP, baseados previamente em diagnósticos e avaliações de diversas naturezas envolvendo os processos de negócio e a TI.

A Fase 6 é a implementação propriamente dita da solução integrada FINEP. Trata da execução dos planos estabelecidos, com a assessoria da consultoria. Entre os serviços empreendidos pela consultoria estarão: o apoio à gestão do projeto; o detalhamento dos novos processos, a assessoria para a elaboração de editais e acompanhamento das licitações. Nesta fase, espera-se mais de uma dezena de editais de licitação para as aquisições e contratações necessárias à solução integrada FINEP.

QUADRO XXXVI: Entregas do Projeto - Situação até 31 de Dezembro de 2010

Entregas da FASE 1 - Definição do Modelo Conceitual	Situação
Levantamento da situação atual de TI	100% concluído
Visitas técnicas	100% concluído
Consultas a grandes consultorias de negócios	100% concluído
Consulta fornecedores e implementadores de <i>ERPs (Enterprise Resource Planning)</i>	100% concluído
Consultas a fornecedoras e implementadoras de GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) e <i>Workflow</i>	100% concluído
Avaliação de necessidades e diretrizes do Banco Central (BACEN)	100% concluído
Avaliação das Necessidades e Diretrizes SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse)	100% concluído
Viabilidade legal de possíveis atalhos para contratação de consultorias, serviços especializados em geral e aquisições	100% concluído
Treinamento básico da equipe	100% concluído
Modelo conceitual	100% concluído
Entregas da FASE 2 - Elaboração de Editais	Situação
1º Edital - Objeto: Consultoria em Gestão e TI	
Treinamento Básico Equipe	100% concluído
Reserva Orçamentária Prévia e Autorização de Abertura do Procedimento Licitatório	100% concluído
Versão Zero do Edital e seu conjunto de anexos	100% concluído
Versão 1 do Edital e seu conjunto de anexos (Consulta Interna e ao Mercado)	100% concluído
Versão Final do Edital e seu conjunto de anexos	100% concluído
2º Edital - Objeto: Consultoria em Controle de Qualidade	
Justificativa para a contratação	100% concluído
Preparação das Especificações Técnicas	75% concluído
Formalização do Processo Licitatório	50% concluído
Preparação do Edital e seu conjunto de Anexos	0% concluído
Autorização para abertura do procedimento licitatório	0% concluído
Entregas da FASE 3 - Licitações	Situação
1º Edital - Objeto: Consultoria em Gestão e TI	
Lançamento do Edital	100% concluído
Habilitação	100% concluído
Julgamento das Propostas Técnicas	75% concluído
Julgamento das Propostas de Preços	0% concluído
Resultado	0% concluído
Contratação	0% concluído

Fonte: GTNS

Destacam-se como fatos relevantes no período:

B. Funding:

A estabilidade das fontes de financiamento do projeto é uma das formas de buscar garantir a sua continuidade ao longo das administrações. A estratégia de financiamento também visa proporcionar o fortalecimento institucional e político do empreendimento, alçando-o a um projeto de interesse nacional. Neste sentido, duas ações tiveram lugar:

- Busca de financiamento externo, proveniente de organismos multilaterais: as atividades foram iniciadas em julho de 2009. Ao longo do ano de 2010 foi submetida uma proposta ao BID, com passagem e aprovação prévia pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), tendo sido aprovada uma doação no valor de US\$ 500.000,00. Em Dezembro de 2010 a FINEP e o BID iniciaram a construção da minuta de Convênio;
- Em março de 2010, o Conselho de Administração da FINEP deliberou pela reserva orçamentária para o empreendimento de cerca de R\$ 35 milhões, referente ao saldo remanescente dos lucros acumulados em 2009. Em dezembro, o Ministério da Fazenda aprovou o procedimento.

C. Avaliação pelo TCU:

O primeiro Edital do projeto, a Concorrência FINEP 01/2010, lançado em Abril de 2010, com o objetivo de contratar serviços de consultoria em gestão e TI, foi alvo de questionamentos do TCU. Em dezembro, após os esclarecimentos prestados pela FINEP, o Órgão deu parecer favorável ao andamento do certame.

9.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA FINEP

Em 2010 foi elaborada e publicada a Política de Comunicação da FINEP (conforme RES/DIR/0408/10), uma das ações contempladas no Plano de Ação 2010-2011 do PGE.

Trata-se de um instrumento orientador e normativo que irá sistematizar as ações de comunicação da empresa, e cujo principal objetivo é contribuir para o fortalecimento da imagem e cumprimento da missão institucional da FINEP.

10 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Vide Anexo X.

11 GESTÃO DO PATRIMÔNIO

11.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Não ocorreu no período. A FINEP não possui bens classificados como “Bens de uso Especial” de propriedade da União.

11.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Não ocorreu no período. A FINEP não possui bens classificados como “Bens de uso Especial” de propriedade da União.

11.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA FINEP

Não ocorreu no período.

11.4 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA FINEP

Imóvel: Pilotis do Edifício Praia do Flamengo (cessão uso)

Endereço: Praia do Flamengo, 200, Pilotis – CEP: 22210-030 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Condomínio do Edifício Praia do Flamengo (CNPJ: 28.180.933/0001-27)

Gastos incorridos com aluguel: R\$ 101.760,30

Imóvel: 7º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200, 7º andar – CEP: 22210-030 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Núcleos – Instituto de Seguridade Social (CNPJ: 30.022.727/0001-30)

Gastos incorridos com aluguel: R\$ 896.044,44

Imóvel: 6º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200, 6º andar – CEP: 22210-030 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: BigBurger Ltda. (CNPJ: 45.737.905/0001-87)

Gastos incorridos com aluguel: R\$ 857.833,95

Imóvel: 5º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200, 5º andar – CEP: 22210-030 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Rosa Maria Ida Moses Boscoli (CPF: 002.985.657-49)

Gastos incorridos com aluguel: R\$ 861.799,85

Imóvel: Parte do 4º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-030 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (CNPJ: 33.792.235/0001-12)

Gastos incorridos com aluguel: R\$ 503.327,41

Gastos incorridos com melhorias: R\$ 736.777,01

Imóvel: Escritório da FINEP em São Paulo

Endereço: Av. das Nações Unidas, 10.989 / 15º andar / conj. 152 – CEP: 04578-000 – São Paulo – SP

Locatário 1: Panorama Adm. e Part. Ltda. (CNPJ: 62.209.663/0001-78)

Gastos incorridos com aluguel: R\$ 120.000,00

Locatário 2: Espólio de Alice Ulhoa Mendes Caldeira (CPF: 033.872.598-91)

Gastos incorridos com aluguel: R\$ 120.000,00

Imóvel: Escritório da FINEP em Brasília – Locação de Sala (141,93 m²)
Endereço: SCN, Quadra 2, Bloco D, Sala 1102 - Edifício Liberty Mall
Locatário: Unidas Consultoria e Participações Ltda (CNPJ: 37.985.538/0001-02)
Gastos incorridos com aluguel: R\$ 157.195,44

12 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A FINEP está desenvolvendo um Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas de Informação, conforme detalhado no item 9.3. Mais detalhes sobre a gestão de tecnologia da informação estão disponibilizados no Anexo XI.

13 CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

14 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não ocorreu no período. Não existem Programas de Renúncia Fiscal aplicados à FINEP.

15 PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER TCU E OCI

No tocante às demandas dos Órgãos de Controle, a FINEP busca atendê-las de forma tempestiva. No entanto, o considerável incremento das solicitações destes órgãos, em especial CGU, TCU e MPF, apresenta impacto na execução dessas demandas.

Importante enfatizar que a Diretoria da FINEP, também em 2010, demandou maior envolvimento das unidades operacionais da empresa e a efetiva participação da Auditoria Interna no encaminhamento e controle das Recomendações da CGU, principalmente aquelas consignadas nos Relatórios da Gestão e Acompanhamento da Gestão, e Determinações do TCU, consignadas em Acórdãos e Decisões.

Com o objetivo de envolver ainda mais as unidades da empresa, em 2010 foi publicada a Instrução de Trabalho nº 004 (IT-OPE-004/10), que trata dos procedimentos que devem ser adotados na tramitação de documentos de auditorias e fiscalizações de órgãos de controle.

Em decorrência dos procedimentos apontados acima, constatou-se expressiva melhoria na interface com os órgãos de controle que atuam sobre a gestão da empresa, inclusive com a realização de reuniões, seminários e workshops visando o aprimoramento das relações institucionais e conseqüente melhoria na condução da gestão da FINEP.

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Vide Anexo XII.

15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Vide Anexo XIII.

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Vide Anexo XIV.

15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Vide Anexo XV.

16 INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Conforme mencionado no Item 9, as recomendações da unidade de Auditoria Interna (AUDI) são formalmente encaminhadas para conhecimento e providências das unidades relacionadas com os assuntos tratados nos documentos expedidos.

As recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) são incorporadas ao Plano de Providências Permanente, documento que é constantemente atualizado pela FINEP e encaminhado, em periodicidade definida pela CGU, para avaliação daquele órgão.

Nota-se nas ações de acompanhamento das recomendações que há empenho dos gestores e do corpo funcional no sentido de atender as demandas do controle além de constatar-se interesse na proposição de medidas para acolhimento das recomendações buscando assim, de forma participativa, melhorias na gestão das atividades na empresa.

Uma das medidas adotadas pelos gestores no sentido de aprimorar os processos internos relacionados às demandas de órgãos/unidades de controle foi a edição de instrução de trabalho que trata especificamente dos procedimentos que deverão ser obedecidos para tramitação de documentos afetos a auditorias, fiscalizações e outras demandas de tais órgãos (IT-OPE-004/10).

17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

17.1 SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA A GESTÃO E CONTROLE DE PROJETOS

Em 2010 foi desenvolvido um projeto com objetivo de formular um conjunto de soluções abrangentes e integradas para a gestão e controle de projetos contratados por meio de convênios e termos de cooperação, celebrados pela FINEP.

Este projeto teve como foco o processo de prestação de contas técnica e financeira e, no momento, encontra-se em fase inicial de implantação das soluções definidas.

O conjunto de soluções direciona-se às transferências voluntárias e é amparado em diagnóstico interno, nas diretrizes das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação e nas orientações dos órgãos de controle.

A perspectiva de integração do projeto é caracterizada pela sua visão de solução, que incorpora ações direcionadas às pessoas, processos, sistemas informatizados, documentação normativa e estrutura organizacional.

Em linhas gerais, o projeto é composto por três módulos:

- Solução Institucional;
- Solução Organizacional;
- Solução para o passivo de análise de prestação de contas.

A implementação do Projeto é acompanhada pelo Comitê Gestor do Projeto de Soluções Integradas para a Gestão e Controle de Projetos, criado através da RES/DIR/0416/10, de 21/12/2010, que tem como atribuições: elaborar o plano de trabalho e gerenciar as fases de preparação, planejamento (detalhado), execução, monitoramento, controle e encerramento do projeto; indicar membros para grupos temáticos e encaminhamento de processos para contratação de recursos necessários ao desenvolvimento e à execução das ações planejadas, nos prazos estabelecidos; preparar relatórios mensais à Diretoria Executiva, informando os avanços e resultados do projeto e proposição de ações corretivas.

17.1.1 SOLUÇÃO INSTITUCIONAL

Política de Gestão e Controle de Projetos

- Estabelece os objetivos e regras básicas para que os projetos sejam avaliados de forma integrada em seu âmbito global, técnico e financeiro, tendo como requisito a conformidade ao ambiente legal-normativo.
- Incorpora diretrizes para o contínuo alinhamento da execução de um projeto aos macro-objetivos de uma ação ou Programa, bem como a avaliação final individual e agregada, com foco na aferição dos resultados e o insumo para novas ações.

Revisão de modelos do Formulário de Apresentação de Propostas (FAP) e Planos de Trabalho

- Reformulação dos módulos “Equipe Executora” e “Orçamentos (Recursos solicitados ao FNDCT, contrapartida e outros aportes)” do FAP e do Plano de Trabalho, para definição do grau de detalhamento apropriado para as informações necessárias à execução dos processos de avaliação de mérito e de gestão e controle do projeto;
- Simplificação e a otimização do Plano de Trabalho, como documento que descreve o conteúdo aprovado da proposta e que será objeto do apoio financeiro.

17.1.2 SOLUÇÃO ORGANIZACIONAL

Nesta solução se enquadram medidas relacionadas à melhoria de processos e à reestruturação da unidade organizacional de acompanhamento financeiro, dentre as quais se destacam as seguintes:

- Redesenho de processos de liberação de parcelas e remanejamentos financeiros para exclusão e simplificação das atividades executadas pelos analistas do DAFP, otimizando-se o tempo destinado à análise de prestações de contas;
- Implementação de solução tecnológica (Portal do Cliente) caracterizada pela utilização de formulários eletrônicos por meio do ambiente web (internet);
- Reestruturação da Área de Crédito, com a extinção de um departamento e criação de dois departamentos: (1) Convênios e (2) Subvenção e Contratos, conforme demonstrado no organograma da FINEP (Anexo XVI);
- Criação de equipe específica, vinculada ao novo departamento de convênios dedicada à análise e monitoramento do passivo de prestações de contas;
- Complementação do quadro de analistas, de forma a adequar a capacidade de processamento à demanda efetiva e ao alcance de metas estabelecidas para a análise de prestações de contas.

17.1.3 SOLUÇÃO PARA O PASSIVO DE ANÁLISE DE PRESTAÇÕES DE CONTAS

Esta solução possui intrínseca relação com as soluções apontadas nos módulos anteriores, visto que o passivo de prestações de contas foi tratado no projeto como um dos principais temas a serem equacionados. Dessa forma, além das soluções citadas anteriormente destaca-se a elaboração de documento normativo no nível hierárquico adequado e que viabilize e discipline o encerramento de convênios que integram o passivo existente.

18 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

18.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

18.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

18.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76

Vide os seguintes Anexos:

- Anexo XVII - Demonstrações Contábeis FINEP;
- Anexo XVIII - Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios;
- Anexo XIX - Demonstrações Contábeis Programa de Ações Especiais MCT/FINEP;
- Anexo XX - Demonstrações Contábeis FUNTTEL.

18.4 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Vide Anexo XXI.

18.5 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Vide Anexo XXII.

19 CONTEÚDO ESPECÍFICO

19.1 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (SICOM)

A FINEP é uma empresa pública de direito privado não dependente e, portanto, não dispõe de dotação orçamentária e Programas de Trabalho para publicidade e patrocínio. No entanto, como integrante do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM foram realizadas algumas despesas de patrocínio pagas com recursos próprios.

Em relação à publicidade legal foram feitos pagamentos com recursos próprios à Empresa Brasileira de Comunicação - EBC relativos a publicações de extrato de chamadas, editais e concursos.

QUADRO XXXVII: Despesas de Patrocínio e Publicidade 2010

Descrição	Favorecido	Valor (R\$)
1ª Parcela do Patrocínio do Projeto Vinícius de Moraes Embaixador do Brasil	04364740/0001-68	100.000,00
Projeto Inovação Tecnológica: motor do desenvolvimento do século XXI	03.687.592/0001-50	250.000,00
Publicidade Legal - Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	115406/20415	19.386,75

Fonte: FINEP - DCOM

A FINEP contratou duas campanhas publicitárias em 2010: Institucional e do Prêmio FINEP de Inovação. O objetivo foi tornar a marca FINEP mais conhecida do público empresarial e construir uma imagem forte, que fosse percebida como positiva, coerente e responsável.

A campanha institucional incluiu um filme para TV fechada, um anúncio em revistas e jornais e peças on-line. Foram dois meses de veiculação da campanha (maio/junho), em jornais, revistas de bordo e de negócios, TV fechada (Globo News, Bloomberg, Band News e Record), jornais de economia e internet.

A campanha do Prêmio FINEP incluiu veiculação de anúncios de ¼ de página em jornais de todas as capitais brasileiras, além dos nacionais (O Globo, Estadão, Folha, Valor, etc.) em duas ocasiões: logo após o lançamento da 13ª edição, no dia 6/4, e no mês de junho, para reforço das inscrições. Também marcamos presença nos principais portais de negócios com *banner* e *superbanner*.

QUADRO XXXVIII: Publicidade Institucional

Publicidade Institucional – Agência	
Mídia	R\$ 2.132.293,31
Produção	R\$ 538.038,24
TOTAL	R\$ 2.670.331,55

Fonte: FINEP – DCOM

Todas as demais informações sobre a FINEP foram divulgadas através da página da empresa na Internet (www.finep.gov.br) e com a colaboração de parceiros institucionais.

19.2 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

No Anexo XXIII encontram-se detalhados os valores recebidos mensalmente por cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

QUADRO XXXIX: Síntese da remuneração dos administradores – Conselho de Administração

Valores em R\$

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010
Número de membros:	5	5	5
I – Remuneração Fixa			
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável	148.116,01	172.664,27	141.090,84
a) bônus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões	148.116,01	172.664,27	141.090,84
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	148.116,01	172.664,27	141.090,84
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: FINEP – ARH

QUADRO XL: Síntese da remuneração dos administradores – Conselho Fiscal

Valores em R\$

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010
Número de membros:	3	3	3
I – Remuneração Fixa			
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável	85.464,40	101.868,39	105.952,52
a) bônus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões	85.464,40	101.868,39	105.952,52
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	85.464,40	101.868,39	105.952,52
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: FINEP – ARH

QUADRO XLI: Síntese da remuneração dos administradores – Diretoria Executiva

Valores em R\$

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010
Número de membros:	4	4	4
I – Remuneração Fixa	1.068.991,52	1.192.577,44	1.229.106,59
a) salário ou pró-labore	1.017.589,01	1.123.480,60	1.161.093,67
b) benefícios diretos e indiretos	51.402,51	69.096,84	68.012,92
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável	-	15.416,00	38.324,00
a) participação nos resultados	-	15.416,00	38.324,00
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.068.991,52	1.207.993,44	1.267.430,59
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: FINEP - ARH

QUADRO XLII: Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores

Valores em R\$

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva ¹			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010
I – Bônus			
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado³	-	15.416,00	38.324,00
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração			
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado			
III – Total (I + II)	-	15.416,00	38.324,00
Nota: ¹ A Diretoria Executiva é composta por três Diretores e um Presidente.			

Fonte: FINEP - ARH

Os parâmetros para a Participação nos Lucros ou Resultados dos administradores seguem o estabelecido nos Acordos Coletivos de Trabalho de setembro de 2009 e de setembro de 2010, respectivamente.

19.3 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A FINEP tem obrigações de longo prazo em relação a empréstimos tomados junto a bancos estrangeiros, conforme informações a seguir. (Vide Anexo XVII – Demonstrações Contábeis FINEP)

QUADRO XLIII: Empréstimos – Mercado Externo

Obrigações	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	2010	2009
Mercado Externo – Clube de Paris	DÓLAR (US\$)	8,25% a.a.	31/12/2024	142.689	154.716

Fonte: AFC

Na avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos verifica-se:

- Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;
- Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

19.4 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA FINEP

Durante o ano de 2010, a Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA – FIPECq (CNPJ: 00.529.958/0001-74), registrou no Plano de Previdência Complementar – PPC as seguintes operações:

- **Benefícios Concedidos:**
 - 5 Pensões
 - 5 Pecúlios
 - 23 Auxílios Doença

- **Benefícios Extintos:**
 - 2 Aposentadorias por Tempo de Serviço
 - 2 Aposentadoria por Idade
 - 1 Invalidez
 - 6 Pensões
 - 29 Auxílios Doença

- **Portabilidade:** 1 Recurso Enviado

- **Autopatrocínio:** 3 Manutenções de Inscrição

- **Adesões ao Plano:** 21 novas adesões

- **Pedidos de Cancelamento:**
 - 13 por motivo de rescisão de contrato com a Patrocinadora
 - 3 cancelamentos a pedido

- **Devolução de 18 reservas individuais:** 12 cancelamentos em 2010 e 6 reservas retidas em anos anteriores.

Os ativos financeiros do Plano de Previdência Complementar-PPC atingiram R\$ 780,8 milhões, ao final de 2010, e encontravam-se alocados nos investimentos: Títulos Públicos R\$ 90,1 milhões, que correspondia a 11,6%, Créditos Privados e Depósitos R\$ 317,2 milhões, que representava 40,6%, Ações - Mercado à Vista R\$ 123,5 milhões, participação de 15,8%, Fundos de Investimentos R\$ 218,1 milhões, correspondendo a 27,9 %, os imóveis R\$ 852 mil, percentual de 0,1%, empréstimos R\$ 29,1 milhões, com 3,7%, outros realizáveis R\$ 1,9 milhões e disponível R\$ 127 mil, que correspondiam a 0,3% do total dos recursos investidos.

Os investimentos obtiveram no ano uma receita financeira líquida de R\$ 71,9 milhões. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos foi de 10,2% a.a. As aplicações em títulos de renda fixa e fundos de investimentos apresentaram uma rentabilidade de 12,0% a.a., Mercado de Ações e Fundos de Investimentos em Ação de 6,3% a.a., as Operações com Participantes (empréstimos) de 15,1% a.a., os Imóveis de 9,7% a.a. e Outros Realizáveis uma rentabilidade de 14,9% a.a.

QUADRO XLIV: Demonstrativo Anual 2010

Demonstrativo	Valores (R\$)
1) Valor total da Folha de pagamento dos empregados Participantes (FINEP)	<u>58.721.629,46</u>
1.1) Salário de Participação	58.721.629,46
2) Valor total das contribuições pagas pelos empregados Participantes (FINEP)	<u>4.494.715,63</u>
2.1) Contribuição Participante	4.289.843,26
2.2) Jóia	200.485,92
2.3) FIPECqPREV	4.386,45
3) Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora (FINEP)	<u>4.472.585,89</u>
3.1) Contribuição Patronal	4.348.109,31
3.2) Contribuição Relativa ao PDA	100.317,18
3.3) Rateio/FIPECq	24.159,40
4) Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora (FINEP)	<u>4.342.187,51</u>
4.1) Empréstimos de Participantes	4.342.187,51
5) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	<u>780.828.931,79</u>
5.1) Disponível	126.957,30
5.1) Títulos Públicos	90.088.338,58
5.2) Créditos Privados e Depósitos	317.237.430,51
5.3) Ações	123.460.267,67
5.4) Fundos de Investimento	218.105.841,54
5.5) Investimentos Imobiliários	851.476,25
5.6) Empréstimos e Financiamentos	29.068.697,93
5.7) Outros Realizáveis	1.889.922,01

Fonte: FIPECq

Observações:

(1) Aplicações do Plano de Previdência Complementar-PPC efetuadas em conformidade ao estabelecido na Resolução nº. 3.792 de 24/09/2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(2) Os recursos repassados que não se configuram como contribuições, e sim como empréstimos de participantes da FIPECq, contraídos junto à Fundação, descontados em Folha de Pagamento pela Patrocinadora.

QUADRO XLV: Demonstrativo das Contribuições Pagas pela FINEP e seus Empregados e Outros Recursos Repassados no Exercício de 2010 (Regime de Competência)

MÊS	PARTE PATRONAL (R\$)			PARTE PARTICIPANTE (R\$)				TOTAL
	CONTR. PREV.	RATEIO /FIPECq	PDA	CONTR. PREV.	JÓIAS	FIPECqPREV	EMPRESTIMOS	
Janeiro	293.173,39	1.623,28	7.737,32	293.173,39	15.252,85	102,00	361.436,24	972.498,47
Fevereiro	392.713,12	1.905,92	8.193,73	392.719,83	19.388,88	102,00	362.995,20	1.178.018,68
Março	310.678,76	1.918,88	8.193,73	310.678,76	15.854,41	102,00	362.497,03	1.009.923,57
Abril	314.916,80	1.765,76	10.518,18	314.916,80	16.303,13	102,00	362.032,65	1.020.555,32
Maiço(*)	361.653,99	1.801,25	8.193,73	317.004,95	15.918,31	102,00	360.247,47	1.064.921,70
Junho	317.084,47	1.762,01	8.195,67	317.084,47	15.923,30	102,00	360.305,06	1.020.456,98
Julho(**)	345.683,74	1.998,22	8.195,67	332.715,06	16.780,15	102,00	359.439,55	1.064.914,39
Agosto	321.844,63	2.074,64	8.195,67	321.844,63	16.340,90	571,29	361.267,76	1.032.139,52
Setembro	325.607,14	1.922,68	8.306,47	325.607,14	16.790,08	724,29	362.180,32	1.041.138,12
Outubro	322.704,16	1.954,60	8.195,67	322.704,16	16.580,61	724,29	364.664,27	1.037.527,76
Novembro	320.033,08	3.708,88	8.195,67	319.378,04	16.121,44	826,29	365.994,61	1.034.258,01
Dezembro	722.016,03	1.723,28	8.195,67	722.016,03	19.231,86	826,29	359.127,35	1.833.136,51
TOTAL	4.348.109,31	24.159,40	100.317,18	4.289.843,26	200.485,92	4.386,45	4.342.187,51	13.309.489,03

Fonte: FIPECq

Notas:

* Está incluído o valor de R\$ 44.649,04 referente contribuição em atraso-2007 e 2008

** Está incluído o valor de R\$ 12.968,68 referente contribuição em atraso

A Política de Investimento de cada plano de benefício administrado pela FIPECq foi encaminhada à PREVIC, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Resolução CMN Nº.3.792/2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Registre-se que não há manifestação da Secretaria de Previdência Complementar com relação ao Balanço Patrimonial da Fundação, visto que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC não emite certidões. Além disso, no exercício de 2010 a FIPECq não sofreu fiscalização na FIPECq a cargo da PREVIC.

No Anexo XXIV encontram-se os documentos da FIPECq:

- Demonstrativo das Aplicações de 2010;
- Política de investimento de cada plano;
- Demonstrativo de Resultado Atuarial – DRAA dos Planos;
- Parecer dos Auditores Independentes.

20 PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS

A Unidade de Programa de Ações Especiais MCT/FINEP foi criada com a finalidade de operacionalizar uma nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para execução do orçamento a partir de 1993.

A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora, onde são registrados:

- a entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pela União;
- e como despesa a saída direta dos recursos, para aplicação nos pagamentos de programas e convênios;
- o lucro/prejuízo apurado.

Estas informações estão disponibilizadas no Balanço Patrimonial da FINEP (vide Anexo XVII).

Em 2010 o prejuízo apurado foi de R\$ 5,4 milhões, resultado da baixa do saldo de operações de retorno variável no âmbito do convênio com a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura - SDAv/MinC autorizado pelas Resoluções de Diretoria 099/2010 e 420/2010.

Esta unidade gestora está em processo de extinção por não haver mais execução orçamentária e financeira de ações. Ela só permanecerá ativa enquanto existirem saldos nas contas de compensação referente aos convênios pendentes de prestação de contas e créditos a serem recebidos de operações reembolsáveis efetuadas com recursos do convênio SDAv/MinC.

21 RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente Relatório de Gestão mostra os resultados alcançados pela Agência Brasileira de Inovação, FINEP, no fomento público ao Sistema Nacional Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). O destaque é dado às informações relacionadas ao financiamento direto às empresas através de sua principal linha de crédito - Programa Inova Brasil.

Além disso, são apresentadas outras atividades desenvolvidas pela empresa que ampliam sua capacidade de atuação na cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Neste contexto, são apresentadas informações sobre as atividades da FINEP como Secretaria Executiva do FNDCT destacando aquelas que têm foco no setor empresarial (Operações Especiais do FNDCT) como: subvenção econômica à inovação, capital de risco, equalização de taxa de juros e a garantia de liquidez aos fundos de investimento. O apoio às Instituições de Ciência e Tecnologia - ICTs através do FNDCT – Fundos Setoriais é também mencionado neste relatório, mas as informações completas estão apresentadas no Relatório de Gestão do FNDCT.

Esse conjunto de atividades e formas de apoio aos diferentes atores do SNCTI representaram uma movimentação de recursos em 2010 de R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão de crédito e R\$ 2,6 bilhões de recursos não-reembolsáveis do FNDCT. Desse montante global movimentado em 2010, R\$ 2,0 bilhões foram direcionados para empresas, o que inclui recursos de crédito, subvenção econômica e outras operações especiais do FNDCT, enquanto que a parcela de R\$ 1,8 bilhão foi direcionada às ICTs. Essa aplicação de recursos consolida a FINEP como principal agente do SNCTI e contribui para o fortalecimento de um ambiente propício à inovação no País.

No exercício de 2010, o resultado mais expressivo a ser destacado foi o crescimento significativo das liberações das operações de crédito em relação ao exercício 2009. Foi registrado um crescimento de 38% nas liberações alcançando o montante de R\$ 1,2 bilhão, o que representa a execução de 91% dos recursos previstos no Plano de Dispendios Globais da FINEP (PDG). Contudo, na contratação de novas operações, registrou-se uma queda de 10% no valor das operações em relação a 2009. Essa queda foi decorrente das restrições de captação ocorridas em 2010.

Vale destacar, entretanto, que a demanda por crédito no final do exercício continuou indicando uma tendência de crescimento em relação aos anos anteriores, alcançando valores da ordem R\$ 5,3 bilhões. Esse número reforça a necessidade de ampliação das fontes de crédito para a inovação, demonstra a necessidade de articulação entre os agentes públicos e privados e mostra um caminho de aperfeiçoamento para o ambiente de inovação.

O ano de 2010 foi marcado por intensas negociações entre a FINEP e o BNDES com intuito de estabelecer acordos de cooperação técnica e financeira para atuação sinérgica de agentes públicos a favor da inovação.

No plano gerencial, alguns projetos se destacaram no exercício de 2010 como o projeto de soluções integradas para gestão e controle de projetos, a publicação de manuais externos e internos de procedimentos, a discussão do novo modelo de gestão de pessoas, os avanços na remodelagem de processos e sistemas, a estruturação de uma Política de Comunicação, a contratação de uma agência de publicidade para a FINEP, a melhoria da qualidade das informações, o atendimento de conformidade com aos órgãos de controle, dentre outros. Esses projetos têm trazido melhorias nas atividades operacionais, na regulamentação do setor, na operacionalização e no gerenciamento das

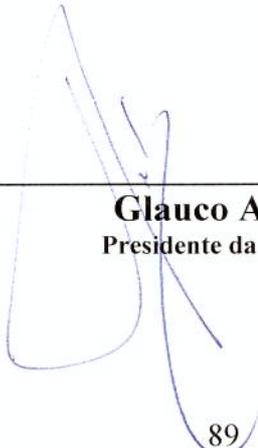
atividades, e se enquadram no PGE. Além disso, a empresa vem se organizando para uma possível transformação plena em instituição financeira.

Destacamos, ainda, o lançamento, em abril de 2010, do primeiro edital do projeto do Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas da FINEP (GTNS) com o objetivo de contratar serviços de consultoria em gestão e TI. Este edital foi alvo de questionamentos do Tribunal de Contas da União – TCU, e em dezembro, após os esclarecimentos prestados, tivemos parecer favorável à continuidade do certame.

Finalmente, cabe mencionar que a avaliação do exercício de 2010 é marcada pela utilização plena dos recursos captados pela FINEP. Este fato fica evidente no caso do FNDCT, em que 100% dos recursos arrecadados foram disponibilizados e aplicados no exercício. Portanto, a capacidade de captação de recursos para a FINEP junto ao FNDCT atinge seu limite, indicando a necessidade de reavaliação do atual padrão de financiamento adotado.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de ampliação das fontes de recursos para inovação, especialmente para o FNDCT e para a FINEP de modo a atender com qualidade e quantidade a demanda crescente por recursos para o SNCTI. Além disso, se destaca a necessidade de integração dos diferentes agentes da inovação do país nas esferas federal, estadual e municipal, o aperfeiçoamento do marco legal e a utilização integrada e complementar dos instrumentos de apoio à inovação.

Como os resultados de investimentos em C,T&I são tradicionalmente, de médio e longo prazo, fica o desafio de estabelecer novas formas de captação e arrecadação de recursos que garantam a manutenção das taxas de crescimento observadas nos últimos anos, de modo a garantir a viabilidade de que a visão da FINEP de “Transformar o Brasil por meio da Inovação” se consolide como um objetivo estratégico para o país.



Glauco Arbix
Presidente da FINEP

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO I – ITEM 5.4: Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010
- ANEXO II – ITEM 5.5: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva
- ANEXO III – ITEM 5.5: Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra
- ANEXO IV – ITEM 5.5: Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra
- ANEXO V – ITEM 6.1.2: Administração de Recursos de Convênios entre FINEP e Parceiros
- ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010
- ANEXO VII – ITEM 7.1: Declaração de Registros Atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG)
- ANEXO VIII – ITEM 9: Estrutura de Controles Internos da FINEP
- ANEXO IX – ITEM 9.2: Documentos Normativos Aprovados e Publicados até o Final de 2010
- ANEXO X – ITEM 10: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- ANEXO XI – ITEM 12: Gestão de Tecnologia da Informação
- ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
- ANEXO XIII – ITEM 15.2: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício
- ANEXO XV – ITEM 15.4: Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- ANEXO XVI – ITEM 17.1.2: Organograma da FINEP
- ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP
- ANEXO XVIII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios
- ANEXO XIX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Programa de Ações especiais MCT/FINEP
- ANEXO XX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FUNTTEL
- ANEXO XXI – ITEM 18.4: Composição Acionária do Capital Social
- ANEXO XXII – ITEM 18.5: Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- ANEXO XXIII – ITEM 19.2: Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
- ANEXO XXIV – ITEM 19.4: Previdência Complementar Patrocinada pela FINEP - FIPECq

ANEXO I – ITEM 5.4

Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008-2010

ANEXO I – ITEM 5.4: Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregado de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	87.000.098,28							
2009	88.364.661,08							
2010	48.853.396,78	285.520,15	2.430.091,29	10.514.471,05	1.041.438,91	3.049.228,84	6.417.500,50	72.591.647,51
Empregado com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregado Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010	1.666.821,52	78.491,48	81.567,81	432.537,07	676,00	72.119,72	142.408,77	2.474.622,36
Empregado ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregado ocupantes de Cargos em Comissão								
2008	3.877.711,46							
2009	4.235.568,91							
2010	5.857.829,25	8.880.496,46	732.081,81	3.200.696,65	332.861,68	562.451,78	1.154.308,80	20.720.726,43
Empregado ocupantes de Funções gratificadas								
2008								
2009								
2010	3.239.333,42	567.907,07	191.891,07	862.371,70	106.256,80	206.090,34	351.030,73	5.524.881,13

Obs.: Os valores referentes aos anos de 2008 e 2009 foram calculados de acordo com os padrões solicitados à época dos relatórios daqueles anos, enquanto que as informações referente ao ano de 2010 foram calculadas de acordo com a padronização determinada pela Decisão Normativa nº107 do TCU, que é distinta da orinetação dos anos anteriores. Desta forma, os valores já fornecidos referentes aos anos de 2008 e 2009 foram informados na planilha no campo mais adequado.

Fonte:FINEP - ARH

ANEXO II – ITEM 5.5

Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

ANEXO II – ITEM 5.5: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP													
UG/Gestão: 365001/36801							CNPJ: 33749086/0002-90						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	20.06.0045.00	05.014.372/0001-90	03/07/10	02/07/11	-	-	23	23	-	-	P
2008 ¹	L	O	20.08.0113.00	07.060.373/0001-05	30/04/10	29/04/11	-	-	41	41	-	-	P

Observações:

(1) A FINEP, por tratar-se de empresa pública federal, vem seguindo as determinações e prazos contidos no Acórdão N° 2132/2010-TCU-PLENÁRIO, que trata da conformidade dos contratos de terceirização de mão de obra no âmbito da Administração Pública Federal Indireta, especificamente nas empresas estatutais, em cumprimento ao Acórdão n° 1.655/2007-Plenário. Além disso, a FINEP está desde 2009 em tratativas com o Ministério Público do Trabalho, para assinatura de Termo de Ajuste de Conduta, para substituição de terceirizados que exercem atividades previstas no plano de carreiras e remuneração. Ressalta-se que de acordo com o cronograma proposto pela FINEP, a conclusão das substituições ocorrerá em prazos inferiores daqueles determinado no Acórdão n° 1.655/2007-Plenário. No mês de fevereiro/2011 houve nova audiência com o Ministério Público, sendo que a FINEP apresentou novo cronograma para a substituição.

(2) Conforme requerido na Portaria - TCU n° 277/2010 o quadro acima compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva que estiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados.

Nota: ¹ Neste contrato, além da prestação de serviços de limpeza há também a contratação de serviços de copeiragem e de conservação nos escritórios da FINEP, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: FINEP - ARH

ANEXO III – ITEM 5.5

Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

ANEXO III – ITEM 5.5: Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP													
UG/Gestão: 365001/36801							CNPJ: 33749086/0002-90						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	20.10.0016.00	09.244.539/0001-60	19/02/10	18/02/11	-	-	36	36	-	-	A
2010	1	O	20.10.0144.00	00.277.106/0001-37	22/11/10	16/12/10	-	-	10	10	-	-	E
2009	1	O	20.09.0013.00	08.157.523/0001-58	13/03/09	11/09/10	-	-	10	10	-	-	E
2010	1	O	20.09.0013.01	08.157.523/0001-58	11/09/10	31/10/10	-	-	10	10	-	-	E
2009	1	O	20.09.0012.00	08.157.523/0001-58	13/03/09	11/09/10	-	-	-	-	1	1	E
2010	1	O	20.09.0012.01	08.157.523/0001-58	11/09/10	31/10/10	-	-	-	-	1	1	E
2009	1	E	20.09.0131.00	00.277.106/0001-37	18/11/09	18/02/10	-	-	35	35	-	-	E
2010	7	O	20.10.0143.00	08.744.513/0001-19	08/11/10	07/11/11	-	-	3	3	-	-	A
2005	5	O	20.05.0028.05	34.115.188/0001-35	09/05/09	08/05/10	-	-	1	1	-	-	E
2007	1	O	20.07.0011.00	01.307.379/0001-40	06/02/10	05/02/11	-	-	1	1	-	-	P
2007	1	O	20.07.0054.04	33.749.086/0001-09	23/07/10	22/07/11	-	-	15	15	6	6	P
2004	7	O	20.04.0311.07	00.731.434/0001-61	09/05/10	08/11/10	-	-	3	3	-	-	E
2005	7	O	20.05.0076.05	27.873.652/0001-97	08/09/10	07/09/11	-	-	2	2	-	-	P
2009	1	O	20.09.0014.00	07.359.967/0001-03	13/03/09	28/02/10	-	-	45	45	-	-	E
2010	1	E	20.10.0046.00	00.277.106/0001-37	01/03/10	28/10/10	-	-	53	50	-	-	E
2010	1	O	20.10.0132.00	03.062.394/0001-09	29/10/10	28/10/11	-	-	73	70	-	-	A
2010	7	O	20.10.0111.00	32.705.949/0001-83	22/09/10	21/09/11	-	-	3	3	-	-	A
2005	7	O	20.05.0062.07	40.434.458/0001-73	15/07/10	15/11/10	-	-	3	3	-	-	E

Observações:

(1) A FINEP, por tratar-se de empresa pública federal, vem seguindo as determinações e prazos contidos no Acórdão Nº 2132/2010-TCU-PLENÁRIO, que trata da conformidade dos contratos de terceirização de mão de obra no âmbito da Administração Pública Federal Indireta, especificamente nas empresas estatutais, em cumprimento ao Acórdão nº 1.655/2007-Plenário. Além disso, a FINEP está desde 2009 em tratativas com o Ministério Público do Trabalho, para assinatura de Termo de Ajuste de Conduta, para substituição de terceirizados que exercem atividades previstas no plano de carreiras e remuneração. Ressalta-se que de acordo com o cronograma proposto pela FINEP, a conclusão das substituições ocorrerá em prazos inferiores daqueles determinado no Acórdão nº 1.655/2007-Plenário. No mês de fevereiro/2011 houve nova audiência com o Ministério Público, sendo que a FINEP apresentou novo cronograma para a substituição.

(2) Conforme requerido na Portaria - TCU nº 277/2010 o quadro acima compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra que estiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: FINEP - ARH

ANEXO IV – ITEM 5.5

Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

ANEXO IV – ITEM 5.5: Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Situação em 31/12/2010

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
20.10.0016.00	1	2	DPRO
20.10.0016.00	1	1	DERH
20.10.0016.00	1	1	AUDI
20.10.0016.00	1	1	DRCT
20.10.0016.00	1	1	DTS2
20.10.0016.00	1	1	ASCL
20.10.0016.00	1	1	DSAD
20.10.0016.00	1	1	DREC
20.10.0016.00	1	1	ASEC
20.10.0016.00	1	1	DEPP
20.10.0016.00	1	1	DAGI
20.10.0016.00	1	1	DINV
20.10.0016.00	1	11	DARH
20.10.0016.00	1	12	DARH
20.10.0132.00	1	1	ACRD
20.10.0132.00	1	1	AFI
20.10.0132.00	1	1	AINV
20.10.0132.00	1	1	AITP
20.10.0132.00	1	1	AJUR
20.10.0132.00	1	1	ASC
20.10.0132.00	1	2	ASCL
20.10.0132.00	1	1	AUD
20.10.0132.00	1	1	CPL
20.10.0132.00	1	2	DAAG
20.10.0132.00	1	1	DAEN
20.10.0132.00	1	5	DAFP
20.10.0132.00	1	2	DALP
20.10.0132.00	1	4	DARH
20.10.0132.00	1	11	DSAD
20.10.0132.00	1	2	DCCJ
20.10.0132.00	1	1	DCCT
20.10.0132.00	1	1	DCNT
20.10.0132.00	1	2	DCOF
20.10.0132.00	1	1	DCOM
20.10.0132.00	1	1	DCS
20.10.0132.00	1	1	DEPO
20.10.0132.00	1	1	DERH
20.10.0132.00	1	1	DINI
20.10.0132.00	1	1	DIPE
20.10.0132.00	1	1	DITE
20.10.0132.00	1	2	DPRO
20.10.0132.00	1	1	DRCT
20.10.0132.00	1	9	DSIS
20.10.0132.00	1	1	DSN
20.10.0132.00	1	1	DTIS
20.10.0132.00	1	1	DTS1
20.10.0132.00	1	2	DUN 3
20.10.0132.00	1	1	DUN1
20.10.0132.00	1	1	DUN2
20.10.0132.00	1	1	ESB
20.10.0132.00	1	1	ESP
20.10.0132.00	1	1	STCT
20.06.0045.00	8	23	DSAD
20.08.0113.00	7	41	DSAD
20.07.0054.00	1	21	DSIS
20.07.0011.00	1	1	DSIS
20.10.0143.00	9	3	DSAD
20.05.0076.00	9	2	DSAD
20.10.0111.00	9	3	DSAD

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: FINEP - ARH

ANEXO V – ITEM 6.1.2

Administração de Recursos de Convênios entre FINEP e Parceiros

ANEXO V – ITEM 6.1.2: Administração de Recursos de Convênios entre FINEP e Parceiros

Valores em R\$

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS ENTRE FINEP E PARCEIROS															
Convênio/ assinatura	Nº SIAFI	Objetivo	Vigência / Prestação de Contas	Convênio				Recursos repassados pela FINEP							
				Valor do Convênio	Recursos Transferidos à FINEP (Principal)	Saldo do Convênio	Rendimento acumulado dos Recursos Transferidos à FINEP	Total a Repassar (Principal + Rendimento)	Valores repassados			Saldos a Repassar		Despesas Administrativas	Saldo Total a Repassar pela FINEP
									Total de Repasse (Principal + Rendimento)	Valor Repassado do Principal	Valor Repassado do Rendimento	Saldo a Repassar do Principal	Saldo a Repassar do Rendimento		
MS x FINEP Port.1371/2007 31/dez/07	0280620316	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	25-mar-11 24-mai-11	8.367.990,00	5.578.660,00	2.789.330,00	1.363.422,36	6.942.082,36	1.137.799,40	1.137.799,40	0,00	4.440.860,60	1.363.422,36	16.299,18	5.787.983,78
MS x FINEP Port.130/2007 31/dez/07	0280620317	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	25-mar-11 24-mai-11	43.039.746,07	28.693.164,06	14.346.582,01	5.218.272,80	33.911.436,86	24.630.827,26	24.630.827,26	0,00	4.062.336,80	5.218.272,80	143.907,55	9.136.702,05
MS x FINEP Port.689/2007 31/dez/07	0280620318	Fomento a pesquisa e desenvolvimento de insumos estratégicos no complexo produtivo da saúde	30-set-11 29-nov-11	6.932.153,00	4.621.435,34	2.310.717,66	1.105.170,33	5.726.605,67	5.709.116,26	4.621.435,34	1.087.680,92	0,00	17.489,41	17.489,39	0,02
AEB x FINEP 20.05.0009.00 30/dez/04	0280517883	Reconstrução da Torre móvel de lançamento do VLS no Centro de lançamento de Alcântara	31-dez-10 31-DEZ-11	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	18.954.476,63	48.954.476,63	37.196.603,70	30.000.000,00	7.196.603,70	0,00	11.757.872,93	0,00	11.757.872,93
INFRAERO x FINEP Cód.Finep 30.06.0102.00 Conv. 016/2006/0001 01/dez/06	0280368094	Água em Aeroportos	01-fev-11 30-abr-11	1.836.653,82	742.115,98	1.094.537,84	54.391,69	796.507,67	457.620,66	457.620,66	0,00	284.495,32	54.391,69	0,00	338.887,01
FINEP / SENAES / MTE Memo Gab.SENAES 1057/05	0280368092	Ciência, Tecnologia e Inovação para Economia Solidária	31-dez-09	1.812.000,00	1.812.000,00	0,00	309.622,41	2.121.622,41	1.699.005,52	1.699.005,52	0,00	112.994,48	309.622,41	0,00	422.616,89
FINEP / SENAES / MTE RES/DIR/0359/07 26/11/2007	0280600999	Desenvolv. Tecnológico e Disseminação de Informações aplicadas à Economia Solidária	31-dez-10 31-mar-11	21.300.000,00	8.000.000,00	13.300.000,00	648.733,45	8.648.733,45	8.156.425,75	8.000.000,00	156.425,75	0,00	492.307,70	122.305,67	370.002,03
FINEP / MTUR Conv.nº 599/2007 14/dez/2007	0280600366	Incubação de Empreend// Econômicos Solidários para Inclusão Social na Cadeia Produtiva do Turismo	31-dez-10 31-mar-11	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	1.221.314,53	7.221.314,53	3.841.201,89	3.841.201,89	0,00	2.158.798,11	1.221.314,53	40.812,59	3.339.300,05
Caixa - PROSAB - Conv. 21.03.0295.00 (em Prestação de Contas)	0280368033	Promover através de diferentes tipos de mídia a divulgação das pesquisas e dos resultados obtidos no Programa de Pesquisa em Saneamento Básico - PROSAB	24-nov-03 27-nov-12	1.375.000,00	1.375.000,00	0,00	42.659,60	1.417.659,60	1.375.000,00	1.375.000,00	0,00	0,00	42.659,60	0,00	42.659,60
Caixa - PROSAB - Conv. 40.06.0041.00 (em Prestação de Contas)		Programa de Pesquisa em Saneamento Básico - PROSAB	22-jun-06 22-jun-09	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	43.435,22	1.443.435,22	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	43.435,22	0,00	43.435,22
Caixa - HABITARE Conv. 21.03.0005.00 (em Prestação de Contas)	0280368037	Programa de Tecnologia de Habitação	29-dez-04 29-dez-07	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa - HABITARE Conv. 21.03.0294.00 (em Prestação de Contas)		Programa de Tecnologia de Habitação	24-nov-03 27-nov-07	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	227.782,80	1.227.782,80	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	227.782,80	0,00	227.782,80
Caixa - Rede Tecnologia Social Conv.40.05.0098.00 (em Prestação de Contas)	0280368083	Objetivo principal é conjugar esforços visando a implementação de projetos no âmbito de Rede de Tecnologia Social - RTS	09-dez-05 09- dez-07	895.187,52	895.187,52	0,00	26.831,91	922.019,43	895.187,52	895.187,52	0,00	0,00	26.831,91	0,00	26.831,91

Fonte: FINEP - AFC

ANEXO VI – ITEM 6.2

Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
1	PTF 003/03	0421/04	01.04.0281.00	Adequação de válvulas de segurança fundidas, visando certificação ASME, para uso no setor de petróleo e gás	0,00	438.100	Contratado
2	PTF 011/03	2697/03	01.04.0672.03	Desenvolvimento de um micro-aerogerador nacional de 10kw	117.322	43.000	Contratado
3	PTF 017/03	1389/04	01.04.0454.02	Avaliação da viabilidade técnica: testes de aplicação do biodiesel e misturas óleo diesel em motor diesel / transesterificação induzida por microondas	288.224	71.776	Contratado
4	PTF 017/03	1376/04	01.04.0534.03	Fortalecimento da rede baiana de biodiesel e projeto de unidade industrial de processo contínuo para a produção de biodiesel	457.160	42.840	Contratado
5	PTF 017/03	1367/04	01.04.0533.02	Programa Estadual de Biodiesel de Mato Grosso do Sul	216.579	133.895	Contratado
6	PTF 023/03	0041/10		Biofábrica Moscamed: inovação em treinamento para defesa agropecuária e para o controle de insetos-praga	0,00	830.000	Em Contratação/SF Aprovada
7	PTF 024/03	0196/04	01.04.0272.01	Desenvolvimento de um software para análise comportamental de animais em movimento	57.997	51.800	Contratado
8	PTF 024/03	0126/04	01.04.0970.03	Software livre para controle interno em administração pública - software e procedimentos para componentização, integração, publicação e evolução	128.611	42.150	Contratado
9	PTF 024/03	0117/04		Ambiente de suporte a construção de tesouros e ontologias	0,00	120.400	Pré-qualificado
10	PTF 027/03	1620/03	01.04.0446.00	Produção de anticorpos monoclonais contra antígenos de corynebacterium pseudotuberculosis	61.668	22.317	Contratado
11	PTF 040/05	1224/07		Gestão de cadeia de suprimentos em estaleiros	0,00	424.940	Em Contratação/SF Aprovada
12	PTF 040/05	1220/07		Desenvolvimento de um processo contínuo com reator OFM (Fluxo Oscilatório) para a produção de biodiesel a partir de óleo de fritura	0,00	362.371	Em Contratação/SF Aprovada
13	PTF 040/05	1218/07		Luminária de Mesa que utiliza LEDs e Rótula Magnética Inovadora	0,00	385.800	Em Contratação/SF Aprovada
14	PTF 040/05	1207/07		Obtenção de cargas minerais nanoestruturadas	0,00	323.800	Em Contratação/SF Aprovada
15	PTF 040/05	1205/07		Sistema Gerenciador de Transportes em Plataforma FPGA	0,00	454.308	Em Contratação/SF Aprovada
16	PTF 040/05	1204/07		Desenvolvimentos de novos produtos à base de pequi em escala industrial	0,00	346.500	Em Contratação/SF Aprovada

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
17	PTF 040/05	1197/07		Desenvolvimento de Produtos Lácteos Funcionais e Probióticos	0,00	430.171	Em Contratação/SF Aprovada
18	PTF 040/05	1196/07		Desenvolvimento de Ração Funcional para Aves e Suínos através da Modificação no Farelo de Trigo	0,00	386.000	Em Contratação/SF Aprovada
19	PTF 040/05	1194/07		COMUNICA - Acesso a Bases de Dados pelo Telefone	0,00	390.400	Em Contratação/SF Aprovada
20	PTF 040/05	1185/07		Framework para construção de "e-Knowledge markeplaces"	0,00	200.000	Em Contratação/SF Aprovada
21	PTF 040/05	1183/07		Sistema de Regulação de Potência para Turbinas Eólicas	0,00	398.010	Em Contratação/SF Aprovada
22	PTF 040/05	1181/07		Desenvolvimento de Infra-estrutura na Web 2.0 para Gestão do Processo de Software	0,00	242.320	Em Contratação/SF Aprovada
23	PTF 040/05	1179/07		Projeto, desenvolvimento e fabricação de pás de turbinas eólicas de alta performance	0,00	459.338	Em Contratação/SF Aprovada
24	PTF 040/05	1174/07		Avaliação e Emprego de Resíduos de Biomassa como Fonte Alternativa de Energia para a Cadeia Cerâmica do Estado de Alagoas	0,00	401.900	Em Contratação/SF Aprovada
25	PTF 040/05	1172/07		Desenvolvimento de materiais e combustíveis para utilização em caldeiras	0,00	394.600	Em Contratação/SF Aprovada
26	PTF 040/05	1170/07		Sistema de refrigeração de baixa temperatura com biomassa como fonte de energia	0,00	450.487	Em Contratação/SF Aprovada
27	PTF 040/05	1168/07		Monitoramento em tempo-real do estado de alerta de condutores de veículos de transporte	0,00	496.100	Em Contratação/SF Aprovada
28	PTF 040/05	1167/07		Projeto e teste de chip RFID com sensor de temperatura - chip calor	0,00	382.620	Em Contratação/SF Aprovada
29	PTF 040/05	1160/07		Sistema de redes neurais para avaliação de contas hospitalares	0,00	265.240	Em Contratação/SF Aprovada
30	PTF 040/05	1149/07		Brasília Tropicalis - Software de Educação e Entretenimento	0,00	389.656	Em Contratação/SF Aprovada
31	PTF 040/05	1139/07		interaT!V - Plataforma de Desenvolvimento Colaborativo de Produtos Audio-Visuais	0,00	364.419	Em Contratação/SF Aprovada
32	PTF 040/05	1134/07		Desenvolvimento de novos produtos e melhoria tecnológica de unidades de processamento de Moluscos da Grande Florianópolis	0,00	397.902	Em Contratação/SF Aprovada
33	PTF 040/05	1131/07		Difusão e apropriação de tecnologia de policultivo consorciado de camarão e tilápia pelo APL do camarão do Rio Grande do Norte	0,00	414.432	Em Contratação/SF Aprovada
34	PTF 040/05	1129/07		Sistema de Conhecimento para Análise de Qualidade de Reservatórios	0,00	412.650	Em Contratação/SF Aprovada

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
35	PTF 040/05	1123/07		Quick Strada	0,00	448.500	Em Contratação/SF Aprovada
36	PTF 040/05	1117/07		Rede sem fio para sistema elétrico	0,00	490.000	Em Contratação/SF Aprovada
37	PTF 040/05	1115/07		Desenvolvimento de ducha "miniboiler" elétrico de instalação direta no banheiro integrado com sistema solar.	0,00	217.765	Em Contratação/SF Aprovada
38	PTF 040/05	1114/07		Desenvolvimento de Sistema de Gerenciamento de Fruticultura	0,00	487.350	Em Contratação/SF Aprovada
39	PTF 040/05	1112/07		Desenvolvimento de Processo para Desdobramento de Placas Espessas de Quartzito Micáceo de Pirenópolis - Goiás	0,00	395.000	Em Contratação/SF Aprovada
40	PTF 040/05	1106/07		Processos de reciclagem de resíduos industriais de borracha	0,00	358.450	Em Contratação/SF Aprovada
41	PTF 040/05	1077/07		Processos e ferramentas para criação de efeitos e trilhas sonoras em mídias interativas	0,00	466.940	Em Contratação/SF Aprovada
42	PTF 040/05	1075/07		Desenvolvimento de Tecnologias de Aplicação do Produto Extraído do Resíduo Farelo do Rebaixe de Couros Curtido ao Cromo	0,00	398.475	Em Contratação/SF Aprovada
43	PTF 040/05	1073/07		Sistema de medição e análise de perdas em aços para fins elétricos - Teste de Epstein	0,00	284.670	Em Contratação/SF Aprovada
44	PTF 040/05	1069/07		Produção de Manivas/Ramas Livres de Vírus	0,00	203.840	Em Contratação/SF Aprovada
45	PTF 040/05	1065/07		Inovação e aperfeiçoamento tecnológico na produção de mudas do agronegócio flores e plantas ornamentais tropicais no APL de Fortaleza-CE	0,00	398.030	Em Contratação/SF Aprovada
46	PTF 040/05	1062/07		Introdução de novas cultivares de abacaxi, visando a industrialização e maior competitividade das empresas Tocantinenses.	0,00	471.995	Em Contratação/SF Aprovada
47	PTF 040/05	1059/07		Aplicação de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) como Materiais Alternativos para Construção Civil	0,00	357.741	Em Contratação/SF Aprovada
48	PTF 040/05	1054/07		Inovações Tecnológicas em Flores e Plantas Ornamentais do Maciço de Baturité-CE	0,00	334.277	Em Contratação/SF Aprovada
49	PTF 040/05	1052/07		Otimização do Processo de Gerenciamento da Saúde no Cultivo de Camarão Marinho no Estado do Rio Grande do Norte	0,00	324.051	Em Contratação/SF Aprovada

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
50	PTF 040/05	1043/07		Desenvolvimento de Equipamento Nacional Emissões OtoAcústicas Evocadas - Evoked Otoacoustics Emissions (EOA). Faz Teste da Orelhinha em Recém Nascidos	0,00	499.087	Em Contratação/SF Aprovada
51	PTF 040/05	1040/07		Extração de caulim no Equador (RN): lavra a céu-aberto, um novo paradigma	0,00	434.710	Em Contratação/SF Aprovada
52	PTF 040/05	1038/07		Inovação aplicada à padronização do queijo coalho do Vale do Jaguaribe visando o processo de Indicação Geográfica	0,00	348.853	Em Contratação/SF Aprovada
53	PTF 040/05	1035/07		Equipamento de Sedação Consciente e Analgesia Inalatória por Óxido Nitroso e Oxigênio	0,00	392.720	Em Contratação/SF Aprovada
54	PTF 040/05	1029/07		Desenvolvimento de compósito de plástico com madeira para reutilização de resíduo das MPEs do APL de Móveis de Arapongas-PR	0,00	444.000	Em Contratação/SF Aprovada
55	PTF 040/05	1027/07		APLMELPR:desenvolvimento de sabonete e creme anti-sépticos com produtos da apicultura orgânica de forma a resgatar às comunidades	0,00	360.907	Em Contratação/SF Aprovada
56	PTF 040/05	1024/07		Novos Produtos Regionais	0,00	272.859	Em Contratação/SF Aprovada
57	PTF 040/05	1022/07		Utilização de resíduos do beneficiamento de rochas ornamentais em artefatos pré-fabricados de concreto.	0,00	218.976	Em Contratação/SF Aprovada
58	PTF 040/05	1008/07		Sistema para o controle supervisorio e aquisição de dados	0,00	343.560	Em Contratação/SF Aprovada
59	PTF 040/05	1007/07		Monitor Multiparamétrico sem Fio	0,00	337.050	Em Contratação/SF Aprovada
60	PTF 040/05	0994/07		Sistema Integrado para Movimentos Controlados	0,00	449.790	Em Contratação/SF Aprovada
61	PTF 040/05	0990/07		Estudo Técnico-Econômico do Processo de Produção de Gesso Alfa por Via Úmida	0,00	392.341	Em Contratação/SF Aprovada
62	PTF 040/05	0982/07		Criação de soluções originais de telhas e bloquetes cerâmicos para as MPEs do APL cerâmico de São João da Boa Vista	0,00	447.444	Em Contratação/SF Aprovada
63	PTF 040/05	0980/07		Geologia e engenharia de gemas e jóias do Rio Grande do Sul	0,00	473.500	Em Contratação/SF Aprovada
64	PTF 040/05	0974/07		NANOCARGAS EM MATERIAIS POLIMÉRICOS FLEXÍVEIS	0,00	418.256	Em Contratação/SF Aprovada
65	PTF 040/05	0970/07		Sistema Móvel de Telemedicina para Assistência Domiciliar (Tele-Homecare)	0,00	492.018	Em Contratação/SF Aprovada

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
66	PTF 040/05	0969/07		Fabricação de equipamento para treinamento médico e análise de vazamento em anastomoses	0,00	297.536	Em Contratação/SF Aprovada
67	PTF 040/05	0967/07		Tecnologia avançada para mineração de quartzitos	0,00	375.040	Em Contratação/SF Aprovada
68	PTF 040/05	0963/07		Inovação tecnológica e redução das emissões atmosféricas na indústria de cerâmica vermelha	0,00	403.944	Em Contratação/SF Aprovada
69	PTF 040/05	0959/07		Kit Colheitadeira	0,00	449.597	Em Contratação/SF Aprovada
70	PTF 040/05	0958/07		Desenvolvimento de sistema inovador para aeração e captação de pó em instalações agroindustriais	0,00	437.220	Em Contratação/SF Aprovada
71	PTF 040/05	0952/07		Desenvolvimento de mecanização do processo da produção de moluscos	0,00	400.000	Em Contratação/SF Aprovada
72	PTF 043/05	2726/05	01.05.1039.04	Infra-estrutura de suporte de informática aos grupos de pesquisa do CEFET-AM	232.250	232.250	Contratado
73	PTF 044/05	4242/05	01.06.0278.03	Estudo Longitudinal da Saúde do Adulto - MG	2.976.516	728.196	Contratado
74	PTF 044/05	4240/05	01.06.0300.03	Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto - Espírito Santo	1.831.191	362.354	Contratado
75	PTF 047/05	2958/05	01.06.0064.03	Programa Nacional de Incubadoras - RJ 2005	100.000	100.000	Contratado
76	PTF 047/05	2880/05	01.05.0999.01	Certificação de conversor estático monofásico-trifásico, fabricação de lote experimental e divulgação dos resultados	245.405	129.800	Contratado
77	PTF 048/05	1667/05	01.05.1030.04	Estratégia para CT&I em São Paulo: universidades, institutos de pesquisa e empresas	1.812.368	437.772	Contratado
78	PTF 048/05	1555/05	01.06.0210.04	Ampliação da estrutura de pesquisa da UEMS para apoio a criação do programa de pós-graduação em ciências agrárias	1.973.199	526.800	Contratado
79	PTF 049/05	3632/05	01.06.0754.00	Tecnologia para produção do tambaqui, colossoma macropomum, no estado de Goiás	39.664	50.000	Contratado
80	PTF 053/05	1070/05	01.06.0422.00	Desenvolvimento de transformadores ópticos de tensão para medição e proteção de sistemas de alta tensão	0,00	161.260	Contratado
81	PTF 055/05	3717/05	01.05.1010.06	Estruturação do Sistema Estadual de CT&I: consolidação da P&D em terapia celular na Bahia	3.000.000	500.000	Contratado
82	PTF 058/05	0688/09	01.10.0045.00	Implantação e avaliação de uma estratégia de intervenção terapêutica e psicossocial com adolescentes.	530.132	428.220	Contratado

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
83	PTF 058/05	4251/05	01.06.0054.02	Projeto de implantação do centro profissional de ensino técnico na área de agronomia	- 145.373	1.030.000	Contratado
84	PTF 059/05	3559/05	01.05.0984.03	Modelos de decisão para a movimentação de contêineres vazios	237.484	98.516	Contratado
85	PTF 059/05	3458/05	01.05.1012.03	Consolidação do centro de tecnologia da construção naval: laboratório de gerência de projetos e núcleo de gestão de informações	1.176.815	160.000	Contratado
86	PTF 065/05	4204/05	01.06.0503.01	Projeto de implantação da unidade de pesquisa clínica no complexo dos hospitais de ensino HUOC e PROCAPE	1.708.310	213.850	Contratado
87	PTF 067/05	0516/09	01.09.0467.00	Fotodetectores para o infravermelho médio com aplicações na área de Defesa.	1.400.000	200.000	Contratado
88	PTF 067/05	4183/05	01.06.0047.07	Produção de etanol por hidrólise enzimática da biomassa da cana-de-açúcar	3.045.000	584.933	Contratado
89	PTF 069/05	3439/05	01.06.0059.04	Programa de descrição e apoio em metrologia química	1.626.400	90.638	Contratado
90	PTF 072/06	5137/06		Estação de Recepção em Banda S para o Sistema de Monitoração Hidrológica e Ambiental em Moçambique utilizando satélites	0,00	211.811	Em Contratação/SF Aprovada
91	PTF 073/06	0384/07	01.07.0443.01	Unidade Móvel de Atendimento Tecnológico à Indústria de Madeira e Móveis	135.000	112.500	Contratado
92	PTF 073/06	0339/07	01.07.0395.01	Unidade Móvel de Atendimento Técnico e Tecnológico à Indústria do Vestuário	135.000	112.500	Contratado
93	PTF 073/06	0327/07	01.07.0364.01	Projeto PRUMO Área Tecnológica do Vestuário	159.600	56.300	Contratado
94	PTF 073/06	0313/07	01.07.0793.00	Programa Nacional de Apoio Tecnológico à Exportação (PROGEX) no Centro Oeste e no estado do Pará	218.000	180.000	Contratado
95	PTF 073/06	0306/07	01.07.0450.01	Unidade Móvel de Atendimento Tecnológico a Indústria de Couros e Calçados	135.000	112.500	Contratado
96	PTF 073/06	0103/07	01.07.0714.02	Projeto de Unidade Móvel na área de Alimentos	200.000	112.500	Contratado
97	PTF 073/06	0023/07	01.08.0287.01	Rede H.264 SBTVD	2.145.524	1.950.476	Contratado
98	PTF 073/06	0009/07	01.07.0227.03	Projeto piloto de Extensão Tecnológica	780.000	250.000	Contratado
99	PTF 073/06	5228/06	01.07.0312.01	Projeto PRUMO de atendimento ao setor alimentício do SENAI PE-Petrolina	125.000	112.500	Contratado

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
100	PTF 073/06	5227/06	01.07.0786.00	Projeto prumo de madeira e móveis do Senai Pará	175.000	72.500	Contratado
101	PTF 073/06	5226/06	01.07.0585.00	Projeto Unidade Móvel de Suporte Tecnológico para as MPEs de Fundação de Santa Catarina	268.500	44.000	Contratado
102	PTF 073/06	5225/06	01.07.0444.01	Projeto PRUMO Unidade móvel para atendimento tecnológico a MPEs de Móveis e Madeira	125.000	112.500	Contratado
103	PTF 073/06	5220/06	01.07.0401.01	Projeto PRUMO do setor de madeira e mobiliário do SENAI-BA	175.000	72.500	Contratado
104	PTF 073/06	5218/06	01.07.0321.01	Projeto prumo de couro e calçado do SENAI Ceará	135.000	112.500	Contratado
105	PTF 073/06	5217/06	01.07.0780.00	Projeto PRUMO do setor de Madeira e Mobiliário do SENAI-RS	133.575	113.300	Contratado
106	PTF 073/06	5216/06	01.07.0431.01	Projeto PRUMO - Alimentos no SENAI de Mato Grosso do Sul	135.000	112.500	Contratado
107	PTF 073/06	5215/06	01.07.0318.01	Projeto PRUMO de atendimento ao setor Textil do SENAI-PR	105.600	112.500	Contratado
108	PTF 073/06	5214/06	01.07.0430.01	Projeto PRUMO do setor de Alimentos do SENAI-MT	135.000	112.500	Contratado
109	PTF 073/06	5213/06	01.07.0402.01	Projeto prumo de madeira e mobiliário do SENAI - ES	135.000	112.500	Contratado
110	PTF 073/06	5212/06	01.07.0320.01	Implantação de Laboratório Móvel de Alimentos	126.750	120.750	Contratado
111	PTF 073/06	5202/06	01.07.0277.01	Prumo Paraná - Cerâmica	237.583	74.667	Contratado
112	PTF 073/06	5176/06	01.07.0265.01	Instalação de uma unidade móvel para atender as carências tecnológicas das micros e pequenas empresas (MPES) do setor de confecção de Fortaleza-CE	135.000	112.500	Contratado
113	PTF 073/06	5175/06	01.07.0266.01	Projeto Unidades Móveis (PRUMO CE/Alimentos)	200.000	112.500	Contratado
114	PTF 073/06	5146/06	01.07.0136.03	Desenvolvimento e caracterização de uma nova geração de materiais de fricção para a indústria automotiva	168.284	9.500	Contratado
115	PTF 073/06	5033/06	01.08.0129.01	Praça da engenharia: uma proposta de interação com o ensino médio	327.691	168.913	Contratado
116	PTF 073/06	3622/06	01.07.0730.01	Tecnologia de fabricação e análise de falhas em materiais compósitos termoestruturais	624.900	236.414	Contratado

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
117	PTF 073/06	3498/06	01.07.0052.01	Recuperação e Modernização da Infra-estrutura do Laboratório de Materiais Nucleares do IEN	618.000	618.000	Contratado
118	PTF 074/06	0319/07	01.08.0086.00	PSLinux	28.800	57.600	Contratado
119	PTF 074/06	4717/06	01.07.0494.00	ROBO-SCHOOL: Jogos Eletrônicos com Robótica no ensino Fundamental, Médio, Técnico e Profissionalizante	310.959	81.600	Contratado
120	PTF 074/06	4520/06	01.07.0284.00	Gaseificação de resíduos sólidos fósseis e renováveis para geração de energia elétrica, térmica e gás de síntese	567.120	727.680	Contratado
121	PTF 074/06	4466/06	01.07.0292.00	Pesquisa, Desenvolvimento e Industrialização de Produtos Nano-estruturados (Diamante-CVD e DLC)	776.760	130.040	Contratado
122	PTF 074/06	4439/06	01.07.0076.00	Desenvolvimento pré-clínico e clínico de G-CSF recombinante para tratamento de neutropenia em pacientes com câncer	290.000	585.000	Contratado
123	PTF 074/06	4399/06	01.07.0092.00	Desenvolvimento e estudo de nanocompósitos de policloreto de vinila	114.103	455.520	Contratado
124	PTF 074/06	4326/06	01.07.0077.00	Biocombustíveis derivados de processos de tratamento de efluentes em indústrias de abate de bovinos	198.872	257.212	Contratado
125	PTF 074/06	4321/06	01.07.0244.00	Melhoramento genético da cana-de-açúcar para novas fronteiras e para a produção de biomassa	3.082.899	3.262.905	Contratado
126	PTF 074/06	4293/06	01.07.0085.00	Proteína HSP65 recombinante e sua aplicação no tratamento de câncer	963.000	1.826.700	Contratado
127	PTF 074/06	4255/06	01.08.0054.00	Codificador Escalável MPEG-4 H.264 para Televisão Digital	623.483	156.889	Contratado
128	PTF 074/06	4138/06	01.07.0096.00	Aplicações de Anticorpos Monoclonais no Tratamento do Câncer	3.610.720	2.497.720	Contratado
129	PTF 074/06	4033/06	01.07.0482.00	Desenvolvimento de um modulador digital no padrão SBTVD-T	749.186	1.491.572	Contratado
130	PTF 074/06	4029/06	01.07.0146.00	Unidade conversora de sinal de televisão digital padrão SBTVD-T para sinal analógico	604.912	229.674	Contratado
131	PTF 074/06	3980/06	01.07.0050.00	Desenvolvimento de moléculas e produtos antiretrovirais	8.060.537	7.705.463	Contratado
132	PTF 074/06	3966/06	01.07.0086.00	Otimização Multidisciplinar de Projeto de Aeronaves	2.780.869	798.593	Contratado
133	PTF 074/06	3956/06	01.07.0118.00	Sistema de secagem de bagaço e briquete de cana de açúcar para reaproveitamento em energia térmica	422.937	80.847	Contratado

ANEXO VI – ITEM 6.2: Projetos Enquadrados nas Propostas de Transferência Financeira (PTF's) Vigentes em 2010

#	Fonte	Referência	Convênio	Título do Projeto	Desembolsado (R\$)	A Desembolsar (R\$)	Fase atual
134	PTF 074/06	3919/06	01.07.0122.00	Auto-suficiência na fabricação de Nanocompósitos	755.200	216.800	Contratado
135	PTF 074/06	3903/06	01.07.0190.00	Desenvolvimento de Equipamento Inovador para Síntese de Óxidos Nanoparticulados como Matérias-Primas para Pigmentos em Esmaltação Cerâmicas	200.000	100.000	Contratado
136	PTF 074/06	3875/06	01.07.0508.00	Sistema ECF Conect	923.946	230.986	Contratado
137	PTF 074/06	3847/06	01.07.0051.00	Desenvolvimento de moléculas e produtos antiretrovirais	775.529	2.750.033	Contratado
138	PTF 074/06	3800/06	01.07.0214.00	Desenvolvimento de nanocompósitos polipropileno-argila: métodos de obtenção e viabilização comercial	204.461	303.813	Contratado
139	PTF 075/07	0927/07	01.07.0652.02	Escalonamento da Produção dos Fatores VIII e IX Recombinantes em biorreatores e ensaios pré-clínicos em camundongos hemofílicos	1.098.722	1.285.844	Contratado
140	PTF 077/08	1868/07	01.08.0331.01	Avaliação da eficácia e segurança da farmacoterapia da leishmaniose visceral	397.770	314.170	Contratado
141	PTF 077/08	1867/07	01.08.0425.01	Estudo multi-centro da eficácia e segurança dos fármacos recomendados para o tratamento da leishmaniose visceral do Brasil	657.300	308.700	Contratado
142	PTF 077/08	1858/07	01.08.0283.01	Avaliação da eficácia terapêutica e segurança da farmacoterapia na leishmaniose tegumentar americana	312.130	210.592	Contratado
143	PTF 077/08	1856/07	01.09.0621.00	Avaliação retrospectiva e prospectiva da cirurgia bariátrica no Brasil	2.159.959	1.794.590	Contratado
TOTAL					61.781.102	64.833.497	

Fonte: FINEP - AFC

ANEXO VII – ITEM 7.1

Declaração de Registros Atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG)

DECLARAÇÃO

REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG

Compete à Área de Serviços Corporativos - ASEC inserir no SIASG os contratos administrativos e as compras realizadas por meio de dispensa. Esta atividade é realizada pelo setor de contratos e de compras do Departamento de Serviços Administrativos - DSAD. Seu produto pode ser verificado acessando o Portal da Transparência Pública, onde as informações a respeito destes processos são de livre acesso. A FINEP também opera dentro do SIASG para publicação, realização e homologação de licitações através do Portal de Compras - Comprasnet.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2011.

Rodrigo Molinari Mello

Superintendente da Área de Serviços Corporativos - ASEC

ANEXO VIII – ITEM 9

Estrutura de Controles Internos da FINEP

ANEXO VIII – ITEM 9: Estrutura de Controles Internos da FINEP

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

ANEXO VIII – ITEM 9: Estrutura de Controles Internos da FINEP

Considerações gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: FINEP - AUDI

ANEXO IX – ITEM 9.2

Documentos Normativos Aprovados e Publicados até o Final de 2010

ANEXO IX – ITEM 9.2: Documentos Normativos Aprovados e Publicados até o Final de 201

Código do Documento	Revisão	Título do documento
PRESIDÊNCIA		
GABINETE DE PRESIDÊNCIA - GAPR		
P-OPE-001/10	0	Política de gestão e controle de projetos contratados por meio de convênios e termos de cooperação
M-OPE-002/10	0	Manual de Convênios e Termos de Cooperação
N-OPE-008/10	0	Norma de elaboração de orçamentos de convênios e termos de cooperação
N-OPE-009/10	0	Norma de análise e encerramento de passivo de convênios
IT-GES-001/09	1	Elaboração, revisão e aprovação de documentos normativos
N-GES-002/09	1	Padronização de documentos normativos
AUDITORIA INTERNA - AUDI		
IT-OPE-004/10	0	Tramitação de documentos de auditoria e fiscalizações de órgãos de controle
IT-OPE001/09	0	Tomada de Contas Especial
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DRAF		
ÁREA DE CRÉDITO - ACRD		
IT-OPE-005/10	0	Liberação de parcelas de convênios e termos de cooperação
N-OPE-004/10	0	Acompanhamento financeiro de subvenção econômica
N-OPE-002/09	0	Renegociação de dívidas com mutuários inadimplentes
IT-OPE-003/09	0	Renegociação de dívidas
N-OPE-003/09	1	Garantias
IT-OPE-006/10	0	Bloqueio de contas
ÁREA JURÍDICA - AJUR		
IT-JUR-001/09	0	Renegociações judiciais e extrajudiciais
ÁREA DE RECURSOS HUMANOS - ARH		
N-RHM-003/10	0	Concessão de férias
N-RHM-011/10	0	Assistência à saúde
N-RHM-010/10	0	Concessão de vale transporte
N-RHM-008/10	0	Suspensão de contrato de trabalho
N-RHM-004/10	0	Estágio de nível médio
N-RHM-005/10	11	Avaliação de desempenho individual
N-RHM-012/10	0	Promoção funcional por mérito
N-RHM-013/10	0	Norma de controle médico e saúde ocupacional
N-RHM-015/10	0	Auxílio Moradia
N-RHM-016/10	0	Cessão e requisição de funcionários
ÁREA FINANCEIRA - AFC		
IT-FIN-001/09	0	Reserva orçamentária e comprometimento orçamentário
DIRETORIA DE INOVAÇÃO - DRIN		
ÁREA DE FINANCIAMENTO - AFI		
N-OPE-007/10	0	Programa de Sustentação de Investimentos - PSI
ÁREA DE SUBVENÇÃO E COOPERAÇÃO - ASC		
M-OPE-001/10	0	Manual de Subvenção Econômica à Inovação Nacional
ÁREA DE INVESTIMENTO		
P-OPE-002/10	0	Política de investimentos em fundos e diversificação de risco
N-OPE-010/10	0	Norma de análise, seleção e acompanhamento de fundos
N-OPE-011/10	0	Norma de tratamento de informações confidenciais relacionadas a investimentos
N-OPE-012/10	0	Seleção, capacitação e apresentação de empresas a investidores

Fonte: FINEP - DEPO

ANEXO X – ITEM 10

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ANEXO X – ITEM 10: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Existe impedimento jurídico de exigência de ISO para habilitação técnica de fornecedor.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A aquisição de equipamentos de infra-estrutura da empresa já seguem estes parâmetros.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
A FINEP vem desenvolvendo algumas iniciativas ainda não coordenadas voltadas para questões de sustentabilidade ambiental. Dentre essas podemos citar: a Comissão de Coleta Seletiva visando a institucionalização da reciclagem de materiais; a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA que, dentre suas atividades, promoveu a coleta seletiva de lixo eletrônico; Grupo de Trabalho para estruturação de um Núcleo de Sustentabilidade Corporativa instituído em 2010; e grupo de trabalho informal sobre economia verde.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ANEXO XI – ITEM 12

Gestão de Tecnologia da Informação

ANEXO XI – ITEM 12: Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. ⁽¹⁾	Servidores – 37 Prestadores - 29				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. ¹	0%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? Obs: Não existem produtos ou serviços estratégicos de TI terceirizados.					X
Considerações Gerais:					
Conforme mencionado no item 9.3 do Relatório, a FINEP tem um Grupo de Trabalho de Novos Sistemas integralmente dedicado ao desenvolvimento do projeto de modernização de processos e sistemas de TI para a FINEP.					
Nota: (1) Não há terceirizados realizando atividades de desenvolvimento de TI. Todos os terceirizados do Departamento de Sistemas estão alocados apenas em atividades de suporte.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: FINEP - APLA / ASEC / GTNS

ANEXO XII – ITEM 15.1

Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	011.841/2004-8	6878/2009-1ª CÂMARA	1.6.1.6	DE	Ofício nº 2.781/2009-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.1. à Financiadora de Estudos e Projetos que: 1.6.1.6. realize levantamento de todos os bens adquiridos com recursos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7", exigindo dos beneficiários a comprovação, mediante prova documental, de sua transferência patrimonial para as entidades definidas nos contratos;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Crédito – Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas					----
Síntese da providência adotada:					
<p>O Manual de Acompanhamento do Projeto, em seu item ‘7 – Instruções para organização dos processos de prestação de contas’ orienta o beneficiário quanto aos documentos que compõem a prestação de contas. Dentre os documentos básicos elencados, destaca-se a Declaração Contábil de Incorporação de Bens (Anexo VIII). Através deste documento, o contador e o ordenador de despesas declaram para os devidos efeitos que “os bens abaixo relacionados, adquiridos com recursos deste contrato, foram inventariados e, ao final do projeto, serão incorporados ao patrimônio da Instituição Executora(s) ou Interviente Técnica. Após, o Anexo relaciona para cada bem adquirido: sua descrição; o número patrimonial do mesmo; o documento fiscal vinculado a sua aquisição, contendo data e numeração; a quantidade; os valores unitário e total. Tendo em vista que todos os projetos apresentaram a prestação de contas com a informação requerida sobre bens adquiridos com recursos do Programa, entende-se que a exigência de levantamento dos mesmos foi cumprida.</p> <p>Ademais, dentre as atividades de fiscalização, foram realizadas visitas de acompanhamento <i>in loco</i>, com finalidade de verificação física e financeira das ações dos projetos contratados. Foram verificadas a existência e localização de todos os equipamentos adquiridos, os quais foram fotografados à época. Documentos de responsabilidades foram apresentados anexados às notas fiscais de compra.</p> <p>Quanto à determinação de comprovação da transferência patrimonial dos bens para as entidades definidas nos contratos, o item ‘3.4 – Recomendações especiais’ do referido Manual dispõe que “Os bens adquiridos com recursos do contrato serão incorporados contabilmente ao patrimônio das instituições executoras ou da interveniente técnica e não poderão ser utilizados em forma e local diversos dos estabelecidos no contrato firmado com a FINEP.” Da mesma forma, o contrato assinado com as instituições beneficiárias estabelece na ‘Cláusula Nona – Bens Patrimoniais’ que “Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente) adquiridos, produzidos ou transformados com os recursos oriundos deste contrato serão incorporados ao patrimônio da interveniente técnica ao final do projeto.” Assim, entende-se que ao final do projeto os bens já foram incorporados contabilmente ao patrimônio da Instituição Executora ou Interviente Técnica.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Adequada transferência de bens adquiridos durante a vigência de convênio.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	926.479/1998-9	0757/2010 2ª CÂMARA	9.6.1	DE	Ofício 327/2010-TCU/SECEX-RJ/D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.6.1. adote providências visando à observância dos preceitos da Lei 8.666/93 por ocasião da realização de leilões, quais sejam: observância do prazo mínimo para divulgação do edital (art. 21, § 2º, inciso III), avaliação prévia dos bens a serem leiloados (art. 21, § 1º c/c art. 17, inciso II, e art. 53, § 1), onde o montante apresentado pela avaliação será o valor mínimo para a arrematação e definição no edital do prazo para pagamento dos bens arrematados (art. 53, § 2º),					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Comissão Permanente de Licitação - CPL					-----
Síntese da providência adotada:					
A Comissão Permanente de Licitação (CPL) registrou que todas as orientações contidas no item 9.6.1. deste Acórdão já estavam sendo cumpridas na FINEP. (MEMO/CPL Nº 036/2010).					
Síntese dos resultados obtidos					
Aderência à legislação aplicável.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	926.479/1998-9	0757/2010 2ª CÂMARA	9.6.2	DE	Ofício 327/2010-TCU/SECEX-RJ/D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.6.2. adote, caso ainda não o tenha feito, as medidas judiciais porventura cabíveis com vistas à recuperação dos valores devidos à conta do contrato de financiamento firmado com a empresa Guilherme Fontes Filmes Ltda. (processo 79.97.0907.00, Decisão de Diretoria 1.043, de 17.11.1997),					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área Jurídica					----
Síntese da providência adotada:					
Desde o ano 2000 a FINEP vem buscando judicialmente a recuperação dos valores passados à financiada Guilherme Fontes Filmes Ltda. (MEMO/AJUR N° 031/2010).					
Síntese dos resultados obtidos					
O processo de Execução n° 200051010288257 continua em curso. O réu Guilherme Fontes foi citado por edital e o curador especial apresentou resposta. Aguardamos o julgamento da questão pelo juízo de 1ª instância.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	018.945/2009-5	1045/2010 2ª CÂMARA	1.5.1	DE	Ofício 439/2010-TCU/SECEX-RJ/D2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5.1. à Agência Nacional do Cinema - Ancine e à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, que prevejam, nos futuros editais, além da divulgação das notas globais e específicas das avaliações efetuadas a todos os participantes, a disponibilização, a cada proponente, da fundamentação das notas (análises e pareceres) atribuídas às suas respectivas propostas, de modo a propiciar o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, diferentemente da previsão constante do item 30.1 da Chamada Pública MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2008, que demandava solicitação, por parte de cada proponente, da remessa das referidas fundamentações, medida essa que não vem a configurar quebra de sigilo comercial/industrial;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área Jurídica e Área de Subvenção e Cooperação					-----
Síntese da providência adotada:					
<p>Área de Subvenção e Cooperação tomou conhecimento da determinação do Tribunal e registrou que todos os participantes das Chamadas Públicas do PRODECINE e do PRODAV receberão, por meio de correio eletrônico e correspondência registrada, a fundamentação das notas (análises e pareceres) atribuídas as suas respectivas propostas, enquanto não for possível sua visualização pelos proponentes no Formulário de Apresentação de Propostas. O Departamento de Sistemas da FINEP está providenciando ferramenta para que as notas e pareceres sejam visualizados pelos proponentes no FAP.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Melhorias nas Chamadas operadas pela FINEP					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos					-----
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	002.660/2007-8	1088/2010-PLENÁRIO	9.9.4 e 9.9.5	DE	Ofício nº 482/2010-TCU/SECEX-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FINEP – Secretaria Executiva do FNDCT					36554
Descrição da Deliberação:					
9.1. tornar insubsistente o subitem 9.4.19. e alterar os subitens 9.4.13, 9.9.4 e 9.9.5 do Acórdão nº 544/2008 – TCU - Plenário, que passam a ter a seguinte redação:					
9.9.4. limite, com fundamento no art. 10 da Lei nº 10.973/2004 c/c art. 11 do Decreto nº 5.563/2005, nos convênios vigentes, as despesas operacionais e administrativas de cada projeto ao máximo de 5% (cinco por cento) do valor total, permitindo, exclusivamente nos convênios celebrados com a Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – Fundação CPqD, em consonância com o disposto no art. 190 da Lei nº 9.472/1997, gastos adicionais com infra-estrutura de P&D limitados a 28% (vinte e oito por cento) do total; FINEP;					
9.9.5. ao aprovar o repasse de recursos do Funttel para financiar convênios, observe o limite de 5% (cinco por cento) do valor total para as despesas operacionais e administrativas de cada projeto, em consonância com o art. 10 da Lei nº 10.973/2004 c/c art. 11 do Decreto nº 5.563/2005, permitindo, exclusivamente nos convênios celebrados com a Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – Fundação CPqD, gastos adicionais com infra-estrutura de P&D limitados a 28% (vinte e oito por cento) do total, com fundamento no art. 190 da Lei nº 9.472/1997. FINEP					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Inovação, Diretoria de Administração e Finanças e Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico					----
Síntese da providência adotada:					
O Acórdão produziu alterações no Acórdão 544/2008-Plenário que continha resultado de auditoria operacional sobre projetos apoiados com recursos do Funttel.					
Síntese dos resultados obtidos					
O Acórdão anterior já contava com o envolvimento de diversas unidades da empresa para acolhimento e as alterações promovidas, consignadas no novo Acórdão, foram prontamente repassadas para conhecimento e acolhimento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	013.989/2003-8	1866/2010 1ª CÂMARA	9.3.1	DE	Ofício n.º 721/2010-TCU/SCEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.3.1. proceda à documentação formal das deliberações da Diretoria Executiva relativas aos financiamentos com retorno, de forma que contenham as justificativas para a aprovação dos projetos diligentemente relatadas;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Presidência					----
Síntese da providência adotada:					
<p>O Acórdão foi repassado ao Gabinete da Presidência para adoção de medidas necessárias para dar acolhimento a determinação 9.3.1. A Assessoria dos Colegiados manifestou-se esclarecendo os procedimentos atualmente em uso e que dão suporte a determinação do Tribunal.</p> <p>A seguir apresenta-se a descrição pormenorizada dos documentos e das etapas de um projeto reembolsável na reunião de diretoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O dossiê que compõe cada proposta de financiamento reembolsável a ser apreciado pela Diretoria Executiva é composto: <ul style="list-style-type: none"> • pelas análises operacional, jurídica (que incorpora a análise de garantias), de crédito, com os pareceres dos analista operacional, o advogado, o analista de crédito; os pareceres dos chefe operacional, do chefe do departamento de análise de crédito e do chefe do departamento jurídico responsável pelas análise jurídica da proposta; e o parecer do superintendente operacional. • pelo plano de trabalho: documento que contém os dados cadastrais da empresa; o título do projeto; prazo de execução; objetivo geral; metas físicas com as respectivas atividades (estas possuem indicador físico de execução e duração prevista); os indexadores do projeto (por exemplo: área de conhecimento, fonte de recursos), plano de aplicação que é um quadro resumo da relação de itens agrupadas por rubrica; e os cronogramas de desembolsos, agrupados por rubrica, dos itens financiáveis, da contrapartida e um consolidado com a soma dos outros dois. • pela relação de itens financiáveis: documento que contém a descrição, a finalidade, a destinação, a quantidade, o valor unitário, o total; • Minuta da decisão de diretoria: contém a identificação interna do projeto (referência, protocolo eletrônico), sigla do projeto; a data de entrada da solicitação de financiamento; o nome da empresa solicitante; o título do projeto; o objetivo geral; os pareceres: do chefe do departamento de análise de crédito, do chefe do departamento jurídico; do chefe do departamento operacional; do superintendente operacional, do advogado; valor finep (que é o somatório dos itens financiáveis); as garantias recomendadas; a análise das garantias • A decisão do CEOP: consiste na decisão do Comitê de Enquadramento Operacional - CEOP (instância formada pelos superintendentes operacionais, jurídico, de crédito, de planejamento e por 3 representantes dos empregados eleitos e posteriormente nomeados pelo presidente da FINEP) com o posicionamento em relação ao projeto. • Apresentação em power point do projeto: contém um resumo do projeto, tópicos relevantes das análises operacional, de crédito, jurídica, de garantias. É feita, usualmente, pelo analista operacional, na reunião do CEOP. Este documento foi incorporado ao dossiê a partir da IT/OPERACIONAL/016/2004, de 29/12/2004. <p>Cada membro da Diretoria Executiva recebe na semana anterior a reunião de Diretoria (que acontece usualmente às segundas-feiras) uma cópia em papel deste dossiê para avaliação. A partir de 18/01/2010, foi adotada a prática de disponibilização deste dossiê em formato eletrônico num dispositivo de armazenamento móvel (pen-drive) com os arquivos. A reunião obedece a uma pauta operacional que trata deste tipo de projeto e todos os documentos acima relacionados servem de base para a decisão sobre cada projeto. Fica disponível na Assessoria dos Colegiados - ASCL a pasta completa do projeto para eventuais consultas dos membros da Diretoria Executiva.</p> <p>Após a deliberação, uma cópia deste dossiê, com a respectiva decisão da diretoria é arquivada na Assessoria dos Colegiados - ASCL e o original deste dossiê, com uma cópia da decisão é incorporada a pasta do projeto.</p> <p>Vale ressaltar que existe um sistema informatizado que possibilita os trâmites necessários para a confecção dos documentos acima descritos.</p>					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Síntese dos resultados obtidos
Melhor instrução processual para o rito decisório.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	013.989/2003-8	1866/2010 1ª CÂMARA	9.3.3	DE	Ofício n.º 721/2010-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.3.3. implemente ações para recuperação dos valores das operações de créditos provisionados como de perdas prováveis ou de provisão para devedores duvidosos;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Crédito/Departamento de Recuperação de Crédito					-----
Síntese da providência adotada:					
A empresa já conta com o Departamento de Recuperação de Crédito, vinculado à Superintendência da Área de Crédito que atua especificamente na atividade de recuperação de valores. Importante registrar que a Diretoria aprovou em 2009 novos critérios de renegociação. (MEMO/DREC N° 47/2010).					
Síntese dos resultados obtidos					
Com base nos novos critérios aprovados pela Diretoria, em 2010 foram aprovadas 14 propostas de renegociação, resultando em um valor total renegociado no ano foi de R\$ 101.234 Mil.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	013.989/2003-8	1866/2010 1ª CÂMARA	9.3.4	DE	Ofício n.º 721/2010-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.3.4. adote o princípio da prudência na apuração do resultado dos próximos exercícios, contabilizando provisão adequada para fazer face à expectativa de perda decorrente do passivo trabalhista transitado em julgado, calculado de acordo com o cenário mais pessimista;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área Financeira e de Captação / Departamento de Contabilidade					-----
Síntese da providência adotada:					
A empresa atualiza anualmente o registro da provisão com base em relatório produzido pelos advogados que acompanham os processos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Maior consistências das informações do Balanço.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	013.989/2003-8	1866/2010 1ª CÂMARA	9.3.5	DE	Ofício n.º 721/2010-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.3.5. contabilize a provisão adequada para fazer face aos valores que possam causar impacto sobre a gestão financeira e que sejam passíveis de mensuração, informando, em notas explicativas, os critérios utilizados para o estabelecimento dessa provisão, em especial quando de difícil mensuração;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área Financeira e de Captação / Departamento de Contabilidade					----
Síntese da providência adotada:					
Todos os valores possíveis de remuneração e que possam impactar a gestão financeira da FINEP, tais como créditos concedidos e ações trabalhistas, já estão devidamente provisionados, conforme pode ser atestado nos relatórios da auditoria externa nos exercícios de 2008 e 2009, sendo anualmente atualizados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Maior consistências das informações do Balanço.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	013.989/2003-8	1866/2010 1ª CÂMARA	9.3.6	DE	Ofício n.º 721/2010-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.3.6. cumpra o determinado por meio do item 8.1.21 da Decisão n. 574/2001 – Plenário e da deliberação referente às contas de 2000 da entidade, contida na Relação n. 73/2002 – 1ª Câmara – Gabinete do Ministro Substituto Augusto Sherman, itens a e b; FINEP (TERCEIRIZAÇÃO: 8.1.21. abstenha-se de contratar pessoal para atividades inerentes às categorias funcionais do Plano de Cargos e Salários;)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Recursos Humanos					----
Síntese da providência adotada:					
A FINEP, seguindo as recomendações dos órgãos de controle e determinações legais, adotou as seguintes providências referentes à contratação de profissionais terceirizados: <ul style="list-style-type: none"> – Realização de processo licitatório para a contratação de empresa prestadora de serviço de mão de obra terceirizada; – Substituição de terceirizados que prestavam serviços relacionados à atividade-fim da empresa, por funcionários oriundos de concurso público; - Tratativas com o Ministério Público do Trabalho para assinatura do Termo de Ajuste de Conduta – TAC para substituição de todos os terceirizados, com exceção daqueles cargos em que há previsão legal, tendo sido entregue proposta de redação do TAC e cronograma de substituição dos profissionais por funcionários oriundos de concurso público. (MEMO/DARH N° 161/2010). 					
Síntese dos resultados obtidos					
Redução do número de terceirizados na empresa.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	013.989/2003-8	1866/2010 1ª CÂMARA	9.3.7	DE	Ofício n.º 721/2010-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.3.7. nos processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, faça constar a justificativa do preço acordado, em observância ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Área de Serviços Corporativos					-----
Síntese da providência adotada:					
Nos processos de dispensa/inexigibilidade de licitação, já faz parte dos procedimentos internos a devida pesquisa de preços e justificativas dos valores aceitos para a contratação. (Resp. NP 001/2010 – ASEC).					
Síntese dos resultados obtidos					
Aderência a Lei 8666/93.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	013.989/2003-8	1866/2010 1ª CÂMARA	9.4	RE	Ofício n.º 721/2010-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.4. recomendar à Financiadora de Estudos e Projetos que considere a conveniência e a oportunidade de ampliar a base das empresas beneficiadas por meio de financiamento com retorno, em face dos possíveis efeitos benéficos de redução do potencial de risco decorrente da vulnerabilidade inerente ao mercado e da ampliação do fomento tecnológico a um maior número de empresas nacionais.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					----
Síntese da providência adotada:					
A recomendação foi remetida a Diretoria de Administração e Finanças para ser avaliada por ocasião da revisão de procedimentos e planejamento da unidade.					
Síntese dos resultados obtidos					
A ampliação da base de empresas atendidas pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos é o que perseguimos em todos os nossos Programas e Ações. Em 2000, a carteira reembolsável da FINEP era da ordem de R\$ 60 milhões, evoluindo para R\$ 1,5 bilhão em 2010. O percentual de inadimplência dessa carteira em dezembro de 2002 era de 17%, em dezembro de 2010 registramos 0,8%. Portanto, o forte crescimento da carteira reembolsável da Financiadora ocorreu com qualidade. Hoje, temos operações contratadas nas cinco regiões do País e estamos enquadrados na norma do Banco Central relativa a concentração de carteiras de crédito.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A demanda por novas operações continua crescendo e estamos buscando ampliar nossas fontes para atendê-la. Entretanto, a FINEP tem seu poder de decisão limitado, submetendo-se a orientação das políticas macroeconômicas e de desenvolvimento adotadas pelo Governo Federal.</p> <p>De qualquer forma, o crescimento do País e o processo de internacionalização das empresas brasileiras, que participam de mercados globais e altamente competitivos, onde a inovação é fundamental para o sucesso e a sobrevivência, reforçam a importância do papel da FINEP e resultam na crescente demanda por recursos para projetos de P&D&I, o que deverá possibilitar a manutenção da política de diluição de riscos e de aumento do número de empresas financiadas, de acordo com as recomendações do TCU.</p> <p>Ademais, a FINEP atende a todas as condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à concentração de riscos de créditos e imobilização, conforme pode ser observado no quadro que se segue:</p>					

ANEXO XII – ITEM 15.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Indicadores	dez/09	jun/10
PL SIAFI	942,1	978,6
PL COSIF	659,9 70% PL SIAFI	700,9 72% PL SIAFI
PR	659,5	700,5
PRE	296,9	371,5
Atende (PR>PRE)?	Sim	Sim
Imobilizado de Uso	17,8 3% do limite	17,4 3% do limite
Limite de Imobilização (limitado a 90% *PR)	593,6	630,5
Atende?	Sim	Sim
Saldo Devedor Máximo Apurado do Cliente/Grupo cujo SD > 25% do PR	128	134
Exposição por cliente/grupo autorizado (limitado a 25% do PR)	164,9	175,1
Atende?	Sim	Sim
Saldo Devedor Concentrado Apurado do Cliente/Grupo cujo SD > 10% do PR	834,6	964,8
Exposição Concentrada Autorizada (limitado a 6* PR)	3.957,10	4.203,10
Atende?	Sim	Sim

Valores em R\$ milhões

ANEXO XIII – ITEM 15.2

Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

ANEXO XIII – ITEM 15.2: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	926.479/1998-9	0757/2010 2ª CÂMARA	9.6.3	DE	Ofício 327/2010-TCU/SECEX-RJ/D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.6.3. apure se houve responsabilidade na elaboração de petição inicial inepta, rejeitada pelo Poder Judiciário na ação de execução fiscal impetrada contra a empresa Guilherme Fontes Filmes Ltda..					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					-----
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 5/4/2010, a Diretoria Executiva da FINEP aprovou a instauração de Comissão de Sindicância, visando dar cumprimento ao item 9.6.3 do presente Acórdão (RES/DIR/0098/10).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aguarda-se a nomeação de Comissão.					

ANEXO XIII – ITEM 15.2: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	013.989/2003-8	1866/2010 1ª CÂMARA	9.3.2	DE	Ofício n.º 721/2010-TCU/SCEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Descrição da Deliberação:					
9.3.2. emita relatórios periódicos que demonstrem inadimplências da carteira de projetos a fundo perdido (não-reembolsáveis);					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças					-----
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas (DAFP) está sendo objeto de revisão de processos e sistemas (ferramentas eletrônicas de controle) e tão logo as ferramentas necessárias sejam disponibilizadas, o Departamento passará a emitir relatórios periódicos em consonância com a determinação do Tribunal. Atualmente há rotina de comunicação com o Departamento de Contabilidade, objetivando atualizar registros no SIAFI, especialmente, no que se refere ao registro de inadimplência. (MEMO/ ACRD N°66/10).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

ANEXO XIV – ITEM 15.3

Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório 224918	1.1.1.1	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
<p>001: Agilizar os trâmites para a cobrança das produtoras inadimplentes, principalmente no que se refere aos contratos de financiamento sob a modalidade de recurso variável, visando obter as informações necessárias a aferir o montante das obrigações inadimplidas, de forma que seja possível realizar sua cobrança.</p> <p>002: Realizar gestões junto ao Ministério da Cultura para obter informações relativas à entrega do filme por parte das produtoras que firmaram contratos de financiamento sob a modalidade de entrega do filme, visando aferir quais são os contratos inadimplidos, de forma que seja possível realizar sua cobrança e/ou aplicar as penalidades cabíveis.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
ACRD			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Após a convocação das produtoras realizada pelo Departamento de Recuperação de Crédito - DREC, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso - DJCT e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, em Outubro de 2009, para tornar público e esclarecer os termos do acordo aprovado para a regularização da situação das produtoras inadimplentes com a FINEP, algumas produtoras têm buscado encerrar as respectivas pendências financeiras com a FINEP, providenciando as informações e documentações necessárias.</p> <p>Finalmente, cabe registrar que a Diretoria da FINEP, através do Excerto de Ata da RD No. 32/10, realizada em 16/08/2010, resolveu dar a seguinte orientação buscando a resolução definitiva do assunto:</p> <p>1 - Recomendar a realização de um novo processo de convocação das produtoras inadimplentes com publicação de extrato no Diário Oficial da União;</p> <p>2 - Dar maior visibilidade ao assunto quer através de cartas à produtoras, quer pela publicação de nota na imprensa;</p> <p>3 - Orientar a Área Jurídica, através do DJCT, para a implementação do ora estabelecido.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório 224918	1.2.1.1	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
<p>001: Na construção de indicadores de desempenho, avaliar a utilização de variáveis homogêneas, que independam de fatores externos, conceitualmente estáveis e de fácil acesso às informações primárias.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
APLA			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Em relação ao assunto temos a informar que no âmbito do Plano de Gestão Estratégica – PGE foi realizado de março a outubro de 2010 um projeto de Formulação de Indicadores. O projeto foi desenvolvido com o apoio do CGEE e consultoria do Instituto PUBLIX para o desenvolvimento da Gestão Pública. O trabalho permitiu o mapeamento e a avaliação de 239 objetos e indicadores de gestão ou do roadmap do PGE. Após a realização de oficinas e reuniões técnicas foram selecionados 150 indicadores, e destes priorizados 29, que foram finalmente classificados em 3 graus de complexidade e submetidos à apreciação do Comitê de Planejamento e da Diretoria. Ao final foram validados 14 indicadores que necessitam agora de um trabalho técnico de detalhamento das metas, métricas, periodicidade e outros parâmetros referentes a sua construção. A realização deste trabalho depende da negociação em curso de contratação de serviços adicionais de consultoria para treinamento e capacitação de equipe interna adicionalmente às atividades acima mencionadas. Os indicadores selecionados foram: 1 - Índice de Inadimplência total (Inadimplência sobre o Total liberado); 2 - Ativo total/patrimônio de referência (recomendado pelo BACEN - Risco de Mercado; 3- Percentual de adequação da FINEP para seu reconhecimento como instituição financeira; 4 - Retorno de capital/Patrimônio; 5 - Tempo de análise e aprovação do Reembolsável; 6 - Tempo de análise e aprovação do não reembolsável (Encomenda e Chamada Pública); 7 - Quantidade de convênios não encerrados/não conclusos (backlog) sobre a carteira; 8 - Prazo médio de contratação, liberação, execução e acompanhamento (em dias corridos); 9 - Percentual de processos otimizados; 10 - Índice de empresabilidade (Pesquisa Exame); 11 - Operações FINEP não-reembolsáveis, reembolsáveis e investimentos (número de operações, valor das operações, liberações) / por Programa; 12 - Percentual de recursos financeiros destinados a programas estruturantes e mobilizadores em áreas estratégicas. 13 – Captação de Recursos (volume em relação à carteira); 14 – Grau de implantação/cumprimento das ações do Roadmap (Taxa de execução física consolidada do Roadmap – ações 2010-2011). Esperamos que este trabalho esteja concluído até julho de 2011. Na medida do possível já serão apresentados alguns desses indicadores no Relatório de Gestão de 2010.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório 224918	4.1.13	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Realizar o registro no SISAC de todas as ocorrências de admissão e desligamento pendentes: i) iniciar os registros pelos atos ocorridos entre 2001 e 2009 e concluir os lançamentos até 05/07/2009; e ii) apresentar a previsão de lançamentos dos atos anteriores a 2001 na atualização do Plano de Providências.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
APLA			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Todos os registros foram efetuados e os novos atos estão sendo lançados no SISAC dentro do prazo legal estabelecido; em relação aos atos dos funcionários ingressos antes de 2001, foram adotadas as seguintes providências pelo DARH:</p> <p>levantamento das informações existentes no arquivo cadastral;</p> <p>identificação de ausência de informações para preenchimento dos seguintes campos do formulário do SISAC: concurso público, motivo da vaga e dispositivo que originou a vaga. Tais informações não constam de nosso cadastro, pois de fato não existem, visto que antes de 1988 o ingresso não era efetuado mediante concurso público e não havia limitação do número de vagas para a FINEP;</p> <p>de forma a buscar orientação sobre o lançamento destas informações, o funcionário do DARH responsável pelos lançamentos no SISAC realizou em 26/10/10 treinamento no TCU em Brasília. A orientação recebida foi a de que todos os dados, sem exceção, devem ser lançados, apesar da nossa argumentação de que tais informações nunca existiram, a orientação foi mantida pelo servidor do TCU que ministrou o treinamento;</p> <p>diante do exposto o DARH solicitará uma reunião com a equipe da Auditoria Interna, de forma a buscar solução para a questão;</p> <p>sendo assim, neste momento, o DARH encontra-se impossibilitado de apresentar precisão para o lançamento destes atos.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório 224918	6.1.1.1	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 - Dotar a Auditoria Interna de ferramentas informatizadas que permitam o monitoramento das determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive na própria Auditoria Interna			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
AUDI			-----
Síntese da providência adotada:			
Em 2010 a AUDI elaborou minuta do Termo de Referência para realização de licitação. Na oportunidade, o Departamento de sistemas (DSIS) foi consultado sobre a viabilidade do andamento do projeto. O DSIS manifestou-se registrando que os equipamentos servidores em uso na FINEP não suportam o incremento de novo sistema para a Auditoria. Este trabalho será retomado pela AUDI em 2011, já que há previsão de melhorias dos servidores para este ano.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório 224918	6.1.2.1	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Implementar mecanismos internos de verificação dos conteúdos mínimos obrigatórios nas prestações de contas anuais em cumprimento das determinações/orientações exaradas das unidades de controle interno e externo			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
APLA			-----
Síntese da providência adotada:			
A implementação desta ação vem sendo conduzida através da melhor organização da equipe da Área de Planejamento bem como sua interação constante com as áreas demandadas, bem como com a equipe da Auditoria Interna.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório 224918	6.1.3.1	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Estipular um prazo para que as funcionárias atendam à solicitação de encaminhamento ao DARH de cópia completa do recurso interposto junto ao TCU. Em não atendendo à solicitação dentro do prazo estipulado, proceder ao desconto integral ou parcelado da dívida de R\$2.000,00 (dois mil reais) nos seus salários, observados os limites previstos na legislação pertinente			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
Conforme o Acórdão nº 1672/2010 – Plenário, foi acatado o recurso apresentado pelas empregadas ao TCU solicitando a desobrigação do pagamento das multas impostas pelo Acórdão 1035/2008 – Plenário. Desta forma, entendemos que não há a necessidade do envio, por parte das funcionárias, de cópia completa do referido recurso.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório 224957	1.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 -Realizar gestões junto ao MCT no sentido do cumprimento de prazos para inserção das informações no SIGPLAN, para que não haja divergência entre as informações registradas no Sistema e no Relatório de Gestão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
APLA			
Síntese da providência adotada:			
Conforme já informado anteriormente através do ofício PRES/FINEP 011.028 de 27 de setembro de 2010 em questionamento relativo ao CT-INFO, a FINEP encaminha informações sobre a execução das ações do PPA periodicamente através do Sistema de Informações Gerenciais do MCT – SIGMCT, cabendo à equipe do MCT a transferência de informações e dados para o SIGPLAN. Nesta mesma correspondência a FINEP se comprometeu com a atualização trimestral de informações no SIGMCT.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório 224957	1.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 - Fazer constar no Relatório de Gestão informações sobre o não cumprimento das metas físicas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
APLA			-----
Síntese da providência adotada:			
Já foi implementada na apresentação do Relatório de Gestão de 2009.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório 227591	3.1.2.1	30510/2010/NAC-5/CGU-RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Adotar as providências necessárias para a aplicação das penalidades contratuais previstas no Contrato n.º 20.09.0004.00. 002 - Manter em seus arquivos documentação comprobatória das solicitações de envio de tickets alimentação e refeição à contratada. 003 - Adotar medidas administrativas para aprimorar os controles sobre a execução e fiscalização dos contratos administrativos			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
O DARH encaminhou em 28/08 à empresa Ticket Serviços comunicação sobre a aplicação de multa contratual, em virtude da cobrança da taxa de administração no valor diferente daquele ofertado no processo licitatório. Em resposta à correspondência da FINEP, a Ticket enviou um recurso contra a aplicação da penalidade, o DARH solicitou então orientação à Área Jurídica que manifestou-se favorável ao acolhimento do recurso da empresa, sendo que a multa deveria ser substituída por advertência. Na ocasião, o DARH não efetuou a aplicação da penalidade, procedimento que foi efetivado em 16/12/10. Em relação aos controles relativos aos pagamentos e à execução do contrato administrativo, informo que a analista responsável por estes procedimentos foi orientada pelo Chefe do DARH, de forma a aprimorar a análise de todos os processos e manter a guarda de toda documentação referente ao contrato.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório 227591	3.1.2.2	30510/2010/NAC-5/CGU-RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Abster-se de realizar pagamentos acima dos limites impostos por Resoluções de Diretoria da FINEP. 002 - Adequar o valor do contrato n.º 20.06.0089.00 aos limites impostos pela RES/DIR/0124/04.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>A Diretoria Executiva da FINEP resolveu, por meio da RES/DIR/0210/09, de 08/09/2009:</p> <ul style="list-style-type: none"> -REVOGAR a limitação orçamentária mensal estabelecida pela RES/DIR/0124/04, de 12/04/2004, passando o orçamento para a atividade a ser determinado pelo contrato que regulamentar as despesas referentes ao funcionamento do CORAL FINEP. <p>Cabe o registro de que o contrato 20.06.0089.00, assinado em 20/10/2006, teve o prazo de 24 meses, sendo prorrogado por igual período por meio de Termo Aditivo – portanto, o contrato expirou em 20/10/2010.</p> <p>Para dar prosseguimento à atividade, no âmbito das ações previstas no Programa “Finep de Bem com a Vida”, foi firmado contrato entre o maestro do Coral, Paulo Malaguti de Souza Weglinksy, e a FIPECq Vida. Tal instrumento contratual é abarcado pela Meta 4 – Administração das Atividades do Programa de Qualidade de Vida do convênio celebrado entre aquela instituição e a FINEP.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório 227592	3.2.1.1	30510/2010/NAC-5/CGU-RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Apurar responsabilidade pelas falhas incorridas na formalização e no acompanhamento do convênio n.º 23.02.0440.00.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DRCT			-----
Síntese da providência adotada:			
A Diretoria através da Resolução de Diretoria n.347 de 04.10.10, deliberou sobre o relatório da Comissão de Sindicância referente ao 23.02.0440.00.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório 244143	1.1.2.2	35330/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 - Aprimorar as ferramentas de comunicação interna entre as áreas, de modo a unificar a informação prestada aos públicos interno e externo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
APLA			-----
Síntese da providência adotada:			
Esse objetivo coincide com os objetivos institucionais das áreas das unidades operacionais DAGI/APLA, DEPO/GAPR E DSIS/ASEC, bem como do objetivo explícito da ação D9-A4 do Plano de Gestão Estratégica, que tem por objetivo: “Viabilizar a organização e divulgação da informação para o público externo e interno - internet e intranet”. Segundo apresentação na última reunião extraordinária do CPLAN, realizada em 24.11.2010, uma primeira etapa desta ação, que tem caráter de melhoria contínua, deverá estar concluída até abril de 2011. Essa primeira etapa consiste na definição das principais demandas de informação, especialmente oriundas da Presidência, do DCOM e DPRO/GAPR, e das Áreas Operacionais.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório 244143	1.1.4.2	35330/2010/CGU- Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Acompanhar as providências para regularização da cessão do empregado de mat. 386, dada a ausência de ressarcimento das despesas referentes à sua remuneração por parte do órgão cessionário.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
A cessão do funcionário foi prorrogada, conforme a RED/DIR/0388/10, de 08/11/2010, pelo período de 1 ano, a partir de 06/11/10. A cobrança dos valores a serem ressarcidos foi realizada mensalmente, sendo que no dia 13/12 foi emitida correspondência à Prefeitura de Niterói solicitando o ressarcimento dos meses de setembro, outubro e novembro, sob pena de suspensão da cessão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório 244143	1.1.4.2	35330/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
<p>002 - Exigir o retorno dos empregados cedidos no dia seguinte ao término da vigência da cessão ou promover a prorrogação do prazo de cessão tempestivamente, se for do interesse da FINEP.</p> <p>003 - Aprimorar os controles internos referentes à cessão de empregados da FINEP, principalmente no que se refere ao acompanhamento dos prazos de vigência das cessões, da atribuição do ônus da remuneração e dos reembolsos das despesas com remuneração de empregados cedidos por parte do DARH.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>O DARH adotou o procedimento de encaminhar correspondência aos funcionários cedidos, com antecedência de 30 dias da data do término da cessão, de forma que possa haver eventual pedido de prorrogação e apreciação da Diretoria Executiva antes do término do prazo. Sendo assim, foram emitidas no mês dezembro correspondências a 3 funcionários cedidos, sendo que já houve manifestação pela prorrogação em 2 casos, que serão apreciados pela Diretoria Executiva.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório 244143	1.1.5.1	35330/2010/CGU- Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Rever a norma interna da FINEP que regulamenta a jornada de trabalho e controle de frequência para condicionar o pagamento de horas extras à verificação da extrapolação da jornada de trabalho dos empregados, após realizados os ajustes devidos decorrentes do banco de horas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
A norma de Jornada de Trabalho e Controle de Frequência encontra-se em processo de revisão pela ARH, para adequação da questão referente às horas extraordinária, conforme a recomendação da CGU, e do banco de horas, conforme cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Relatório 244143	1.1.5.1	35330/2010/CGU- Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 - Abster-se de autorizar a realização de mais de duas horas extras por dia, conforme dispõe o art. 59 da CLT.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
Não houve o pagamento de horas extras além do limite de 2 horas, após a constatação da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Relatório 244143	1.1.5.1	35330/2010/CGU- Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 - Avaliar o risco de futuras demandas trabalhistas fundamentadas na ausência de registro do intervalo para descanso e alimentação dos funcionários que fazem suas refeições na dependência da Empresa e decidir as medidas que devem ser adotadas, considerando os custos envolvidos na implantação das medidas e no possível contencioso trabalhista.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
O DARH encaminhará, até o dia 23/12, solicitação à Área Jurídica de avaliação do risco de futuras demandas trabalhistas referentes a esta questão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Relatório 244143	1.1.6.3	35330/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Promover a realização de procedimento licitatório para a contratação de serviços de telefonia.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
ASEC			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>O processo de elaboração de termo de referência para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de telefonia fixa está em vigor desde agosto de 2010. Durante esse período, o Departamento de Serviços Administrativos (DSAD), junto à empresa que hoje presta o serviço, conseguiu:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. levantar a minutagem consumida pela FINEP por cada tipo de ligação; 2. as tarifas por cada tipo de ligação; 3. os procedimentos necessários para implantação do serviço, caso a empresa vencedora da licitação seja diferente da atual. <p>Nesse período também foram elaboradas as obrigações que a empresa contratada terá de cumprir e as condições de execução do serviço.</p> <p>O Departamento encontrou dificuldades em obter os 3 orçamentos necessários para compor a estimativa de preço. A FINEP possui norma que define que toda estimativa de preço deve ser formada por no mínimo 3 orçamentos, fornecidos por empresas diferentes.</p> <p>O DSAD deverá estar aprovando o edital de licitação e repassando à Comissão Permanente de Licitação para abertura do certame licitatório até o final do ano de 2010.</p> <p>Outro ponto de influência no edital de prestação de serviço de telefonia fixa é a conclusão da aquisição da nova Central Telefônica pela FINEP. O nosso atual equipamento é altamente defasado. Uma operação neste equipamento seria extremamente arriscada. Dessa forma, iremos casar as duas atualizações, ou seja, iremos proceder a entrada da nova operadora como a instalação do novo PABX. A aquisição da nova Central Telefônica irá ocorrer na primeira quinzena de dezembro e seu prazo de instalação é de três meses. Pelo exposto, teremos a normalização deste serviço em abril/2011.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	Relatório 244143	1.1.6.3	35330/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 - Realizar avaliação criteriosa sobre o atendimento dos objetivos do Coral FINEP no que se refere ao aprimoramento da qualidade de vida dos funcionários da Empresa, considerando o número de beneficiários diretos e o custo da atividade. Em sendo justificada a manutenção da atividade, recomendamos a realização de procedimento licitatório para a contratação de serviços de Coordenação do Coral FINEP, com adequada justificativa de preço.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>A criação do Coral FINEP se deu pela RES/DIR/0124/04, de 12/04/2004, com a finalidade de “estimular a convivência e proporcionar a melhoria da qualidade de vida” na Empresa. Em 08/09/2009, o item 2 da RES/DIR/0210/09 ampliou sua abrangência, franqueando a participação na atividade aos dependentes de empregados, bem como aos aposentados.</p> <p>Em 25/05/2009, por meio da RES/DIR/0095/09, a Diretoria Executiva da FINEP aprovou o “Finep de Bem com a Vida”, programa institucional de promoção da Saúde e qualidade de vida que tem como objetivos “a) integrar as diversas ações de saúde; b) estimular as pessoas a mudarem seu estilo de vida, a adotarem hábitos mais saudáveis e a valorizarem a prevenção de doenças; e c) promover a integração social das pessoas”. Dentre os projetos abarcados no âmbito do último grupo (Integração Social), está enquadrada a atividade do Coral FINEP.</p> <p>Tal atividade tem baixo custo, não beneficiando apenas os participantes, mas também a instituição FINEP, mediante o fortalecimento da marca da Empresa por meio das apresentações externas. Este retorno, entretanto, é intangível, pois é de difícil mensuração quantitativa.</p> <p>Com vistas a avaliar a relevância e a importância do Coral FINEP de modo mais tangível, o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DERH realizou pesquisa junto aos coralistas, de 30/07 a 03/08. Seu resultado indica que o propósito da atividade tem sido alcançado, conforme gráfico abaixo. Todos os respondentes afirmam ser o projeto uma boa iniciativa da FINEP e que participar do Coral contribui positivamente para a qualidade de vida, algo que corrobora a intenção de manutenção da atividade.</p> <p>Cabe o registro de que o contrato 20.06.0089.00, assinado em 20/10/2006, teve o prazo de 24 meses, sendo prorrogado por igual período por meio de Termo Aditivo – portanto, o contrato expirou em 20/10/2010.</p> <p>Para dar prosseguimento à atividade, no âmbito do já mencionado Programa “Finep de Bem com a Vida”, foi firmado contrato entre o maestro do Coral, Paulo Malaguti de Souza Weglinksi, e a FIPECq Vida. Tal instrumento contratual é abarcado pela Meta 4 – Administração das Atividades do Programa de Qualidade de Vida do convênio celebrado entre aquela instituição e a FINEP</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	Relatório 244143	1.1.6.3	35330/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 - Abster-se de contratar serviços ou adquirir produtos por inexigibilidade de licitação sem apresentar a devida justificativa de preços, a fim de garantir a contratação mais econômica e vantajosa para a Administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASEC/ AJUR			-----
Síntese da providência adotada:			
Este entendimento já está solidificado pela ASEC e seus departamentos. Também é necessário frisar que qualquer nova contratação por inexigibilidades tem como normativo interno obrigatório a apreciação pelo Comitê de Enquadramento Licitatório – CEL, instância esta que conta como integrante o próprio Superintendente de Serviços Corporativos. Também faz parte das verificações realizadas pelo Comitê a devida avaliação sobre a justificativa de preços. Pelo exposto, considero já atendida a recomendação da CGU e qualquer desvio neste assunto não se dará por falta de orientação ou de procedimento administrativo institucionalizado.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	Relatório 244143	1.1.6.5	35330/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Agilizar as providências para apurar responsabilidade pelas falhas na contratação e no atesto do serviço de criação e produção de vídeo institucional do 13º Fórum Brasil Capital de Risco.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DRAF			-----
Síntese da providência adotada:			
Por meio da Resolução de Diretoria RES/DIR 0182/2009 a Diretoria Executiva autorizou a realização de processo para apuração de responsabilidade. Aguarda-se a nomeação de comissão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	Nota de Auditoria 222267/001	3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
<p>1 - Reiteramos a recomendação expedida no Relatório CGU-Regional/RJ n.º 208046, no sentido de solicitar ao MCT cópia das portarias de autorização e prorrogação da cessão do empregado de mat. 129, publicadas no DOU. Recomendamos providenciar a publicação da portaria que autoriza a cessão do empregado de mat. 1215, considerando os termos do art. 93, § 3º, Lei 8.112/90.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Em relação à publicação da portaria do funcionário de matrícula 1215, a manifestação da Coordenadora-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, por meio do OFÍCIO n° 261/2010-CGRH, anexo – ANEXO PPP 3 – NOTA DE AUDITORIA, em relação à publicação da cessão é a de “cabe, tão somente, a essa Financiadora acompanhar a frequência do empregado, bem como solicitar o ressarcimento conforme disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei Complementar n° 108, de 19 de maio de 2001”. Desta forma, a Secretaria Executiva do MCT não efetuou a publicação da cessão no Diário Oficial, por entender que não é cabível neste caso específico de cessão.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	Nota de Auditoria 222267/002	2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
1 - Verificar a observância de todos os requisitos legais necessários à celebração de contratos por inexigibilidade de licitação, bem como atender às recomendações constantes de parecer jurídico prévio à contratação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASEC			-----
Síntese da providência adotada:			
Este entendimento já está solidificado pela ASEC e seus departamentos. Também é necessário frisar que qualquer nova contratação por inexigibilidades tem como normativo interno obrigatório a apreciação pelo Comitê de Enquadramento Licitatório – CEL, instância esta que conta como integrante o próprio Superintendente de Serviços Corporativos. Também faz parte das verificações realizadas pelo Comitê a devida avaliação sobre a justificativa de preços. Pelo exposto, considero já atendida a recomendação da CGU e qualquer desvio neste assunto não se dará por falta de orientação ou de procedimento administrativo institucionalizado.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	Nota de Auditoria 224957/001	001	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
<p>001 - Realizar acompanhamento técnico e financeiro durante a execução dos contratos de financiamento reembolsável, sobretudo os beneficiados pela equalização de taxas de juros, de modo que sejam identificadas tempestivamente eventuais situações de inadimplência técnica que resultem na perda do benefício.</p> <p>002 - Formalizar os pareceres técnicos quanto à aprovação dos relatórios parciais, assim como registrar em relatório apenso ao processo os resultados das fiscalizações técnicas realizadas pela FINEP.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
DRIN/ AFI e ACRD			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>O DAFP/ACRD, em conjunto com as Áreas Operacionais e outras, se for o caso, buscará desenvolver mecanismos que possibilitem o acompanhamento técnico e financeiro durante a execução dos contratos, principalmente daqueles beneficiados pela equalização de taxas de juros, conforme recomendação feita. Trabalho similar foi desenvolvido para acompanhar os contratos celebrados com recursos da Subvenção Econômica, ou seja, foram elaborados Manual e Formulários, já disponíveis no site da FINEP.</p> <p>Adicionalmente:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 001 – O acompanhamento técnico e financeiro já é normatizado e realizado regularmente durante a execução de todos os contratos de financiamento reembolsável, de forma que eventuais situações de inadimplência técnica sejam identificadas e as devidas providências para correção/adequação sejam tomadas. Na ocorrência de visita técnica, um parecer/relatório técnico da visita fica arquivado na pasta do projeto.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002 – os pareceres técnicos sobre a aprovação dos relatórios parciais são formalizados em folha de encaminhamento enviada pelos analistas operacionais ao chefe do departamento, juntamente com a carta de aprovação do relatório. O parecer, uma vez aprovado pelo chefe do departamento, segue para ciência da área financeira da Finep e a carta assinada, com a formalização da aprovação do relatório, segue para a empresa. Uma cópia desta carta, assinada, mas não carimbada (conforme procedimento vigente na Finep) fica na pasta do projeto. Na ocorrência de visita técnica um relatório/parecer fica arquivado na pasta do projeto.</p> <p>Nesse sentido, entendo que as recomendações feitas pelo CGU já são observadas pelo corpo de Analistas da Finep, no que tange ao acompanhamento técnico e financeiro dos projetos.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	Nota de Auditoria 237143/001	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
Aperfeiçoar a forma de autuação dos processos, considerando a autuação no momento da formalização do processo e numerando todas as folhas à medida que são anexadas ao processo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AJUR			-----
Síntese da providência adotada:			
Através da folha de encaminhamento, de 30/03/2010, a AJUR informou que, ante o posicionamento da CGU, a opção do correto arquivamento de documentos será, a partir de agora, considerada providência prioritária, esclarecendo ainda que: (...) há que se admitir que, de fato, à data em que o processo foi disponibilizado para aquele órgão de fiscalização, as suas folhas encontravam-se apensadas na respectiva pasta, aguardando tão somente por seu arquivamento. Não obstante, é importante esclarecer que aquela situação de arquivamento incorreto, identificada pela CGU, era meramente provisória e só ocorreu por um reduzido período em que o processo estava em plena fase de sua utilização. (...) Entretanto, registre-se, o arquivamento não foi, de modo algum, negligenciado. A prova disto é que na pasta estava facilmente localizada a completa documentação pertinente àquela fase da compra e venda do imóvel em questão, a qual, logo no momento seguinte, foi devidamente arquivada nos moldes do que dispões o artigo 38 da Lei nº 8.666/93.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	Nota de Auditoria 244143/001	001	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 - Submeter tempestivamente o Plano Anual de Comunicação à apreciação da Secretaria de Comunicação Social.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DCOM			-----
Síntese da providência adotada:			
A recomendação foi acolhida e poderá ser aferida quando da remessa d próximo PAC.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	Nota de Auditoria 237143/001	001	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 - Definir critérios e instrumentos destinados a orientar o exame, a seleção, a aprovação e a execução dos projetos de patrocínio e submetê-los à apreciação da Secretaria de Comunicação Social, para novos patrocínios que venham a ser concedidos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DPRO			-----
Síntese da providência adotada:			
A Diretoria Executiva aprovou a Política de Comunicação que estabelece, na página 9, do documento o seguinte: "A concessão de patrocínios deve ser normatizada, de forma a dar transparência e apoiar projetos do universo da ciência, tecnologia e inovação". Esta orientação antecede o Plano de Comunicação, que começa a ser desenhado e deve estar concluído em 120 dias, a partir da aprovação da Política de Comunicação na RD 45/10 de 23/11/2010 (RES/DIR/0408/10).			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	Nota de Auditoria 253727/001	001	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
Alterar a fundamentação da contratação por dispensa de licitação de empresa especializada em acesso aos meios de comunicação, considerando-se a inadequação da utilização do inciso V do art. 24, da Lei n.º 8.666/93, e o valor anual da despesa, que observa o limite de dispensa de licitação por valor, permitindo o enquadramento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
AUDI			-----
Síntese da providência adotada:			
O escopo do Relatório de Licitações e Contratos, executado pela Auditoria Interna, contemplou a verificação do contrato firmado com a empresa Comunique-se (CNPJ 04.558.476/0001-01). A recomendação emitida pela AUDI foi no sentido de que na ocorrência de licitação deserta sejam adotados os procedimentos em conformidade com a lei, quais sejam: repetição do certame ou seja dada justificativa da não repetição em função de prejuízo para a Administração Pública. Na verificação dos pagamentos realizados verificou-se que o referido contrato extrapola o limite para dispensa (inciso II). Os empenhos emitidos para o serviço especializado em acesso aos meios de comunicação, em nome da Comunique-se somam R\$ 23.500,80 (NE 18 e 204/2010) e os valores pagos até dez/2010 somam R\$ 16.156,80 (contrato 10.08.0110.00). Estas informações inviabilizam o atendimento da recomendação da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XIV – ITEM 15.3: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	Nota de Auditoria 253727/001	002	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
Para a quitação do pagamento de juros e multas referentes aos contratos de financiamento de obras audiovisuais na modalidade de retorno convencional, exigir documento formal do Ministério da Cultura que ateste o recebimento das obras correspondentes			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
AFC/ACRD/AJUR			-----
Síntese da providência adotada:			
Em relação à exigência de documentação formal do Ministério de Cultura que ateste o recebimento das obras para a quitação do pagamento de juros e multas referentes aos contratos de financiamento na modalidade convencional, cabe informar que as digibetas das obras selecionadas foram encaminhadas ao DREC, que foi o responsável por encaminhar a Cinemateca Brasileira para Laudo Técnico. Após essa fase, cabe à Secretaria de Audiovisual do MinC informar à FINEP se as obras estavam aptas para o prosseguimento da renegociação. Assim, embora não haja um documento formal do MinC, existe um trâmite que comprova que as produtora encaminharam as obras selecionadas para a quitação dos juros e encargos. No entanto, como há a recomendação do CGU de exigir um documento formal, pretendemos encaminhar ao MinC um Ofício solicitando a comprovação do recebimento das obras.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando posicionamento do OCI (CGU).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XV – ITEM 15.4

Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

ANEXO XV – ITEM 15.4: Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota de Auditoria 227592/001	001	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 - Apurar responsabilidade pela liberação indevida de R\$494.600,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais), considerando o posicionamento contrário da Superintendência da Área de Universidades..			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GAB			-----
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Encaminhado à AFC, MEMO solicitando no prazo de 10 dias, nota técnica que esclareça as razões pela qual foi efetuado o pagamento indevido da parcela nº 2 do convênio 01.07.0520.00 para que a Diretoria Executiva possa manifestar-se quanto à recomendação da CGU.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XVI – ITEM 17.1.2

Organograma da FINEP

ANEXO XVII – ITEM 18.3

Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2010

(Valores expressos em Reais Mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e regida pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º 1.808 de 07/fev./96, alterado pelo Decreto n.º 2.209, de 18/abr./97, e Decreto n.º 2.471, de 26/jan./98.

Seu objetivo é apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.

Exerce também as funções de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Pode ainda exercer a administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas com as suas finalidades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis são efetuados de acordo com o Plano de Contas da União, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas nas Leis n.ºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Regime Contábil

O regime contábil adotado pela entidade é o da competência.

b) Direitos e Obrigações em Moeda Estrangeira

Os direitos e as obrigações em moeda estrangeira são ajustados às taxas cambiais em vigor na data do encerramento do exercício.

c) Correção Monetária

As contas passíveis de correção monetária foram atualizadas até 31/dez./95, já que a Lei nº 9.249 de 26/dez./95 extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, para fins societários e fiscais.

d) Créditos e Obrigações por Empréstimos e Financiamentos

Estão acrescidos dos respectivos rendimentos e encargos financeiros acumulados, assim como variações monetárias e cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

e) Ativo Fiscal Diferido

Em 31/dez./10, a Finep reconheceu em seu ativo, parte do imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$ 41.975 mil (R\$ 42.190 mil em 2009, sendo R\$ 42.000 mil sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores e R\$ 190 mil sobre provisões para contingências trabalhistas), sendo R\$ 40.000 mil sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores e R\$ 1.975 mil sobre provisões para contingências trabalhistas. Tal montante refere-se a expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis nos próximos dez exercícios sociais. Durante o exercício de 2010 foram realizados R\$ 9.311 mil dos créditos fiscais reconhecidos em exercícios anteriores.

f) Provisão para Devedores Duvidosos

A constituição da provisão para perdas sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos está fundamentada na Lei nº 9.430, de 27/dez./96, em seus artigos 9º e 12º. A referida provisão totalizou em 31/dez./10 o valor de R\$100.144 mil (R\$ 54.550 mil em 2009). No exercício de 2010, foi realizada a reversão de créditos vencidos há mais de 5 anos sem que tenha havido a sua liquidação, conforme §2º do inciso 4º do artigo 10º da lei acima citada, no montante de R\$ 1.416 mil (R\$ 15.243 mil em 2009).

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95.

h) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95 e de reavaliação espontânea e de custo atribuído (deemed cost), ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

- Imóveis	2% a.a.
- Móveis e utensílios	10% a.a.
- Equipamentos de escritório	10% a.a.
- Veículos	20% a.a.
- Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.

i) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por amortizações acumuladas, quando aplicável, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil correspondente a 20% a.a. e de recuperação econômica, fixado por espécie de bens.

j) Provisão para Férias

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4. DISPONIBILIDADES

DESCRIÇÃO	2010	2009
Banco em moeda nacional	2	-
Banco em moeda estrangeira	-	32
Fundo de aplicação extra-mercado	651.916	599.421
Limite de saque com vinculação de pagamento	1.134	369.275
TOTAL	653.052	968.728

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

DESCRIÇÃO	2010	2009
Financiamentos concedidos	583.755	394.449
Juros pró-rata s/ financiamentos	15.846	11.389
Encargos s/ empréstimos e financiamentos	3.244	2.075
TOTAL	602.845	407.913

6. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	2010	2009
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	5.804	3.783
. Créditos a receber por cessão de pessoal	1.767	1.817
. Provisão para crédito de cessão de pessoal	(1.201)	(1.388)
. Créditos a receber – folha de pagamento	5.238	3.354
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	15.737	16.988
. IRPJ a recuperar	10.899	12.756
. Contribuições a recuperar	4.838	4.232
OUTROS	94	94
. Desfalques ou desvios	94	94
TOTAL CIRCULANTE	21.635	20.865
OUTROS	169	169
. Depósitos judiciais (ações trabalhistas)	169	169
CRÉDITOS ESPECÍFICOS	25.471	25.471
. Risco cambial	25.471	25.471
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	114.284	81.620
. IRPJ diferido	71.433	51.013
. CSLL diferido	42.851	30.607
TOTAL NÃO CIRCULANTE	139.924	107.260

Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN, de nº066/68, está sendo computada a quantia de R\$ 25.471 mil a débito do Tesouro Nacional, correspondente à recuperação do risco cambial. A FINEP há anos tenta se ressarcir e continua mantendo negociações nesse sentido.

7. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2010	2009
Cotas do FND	90.330	90.330
Bens não destinados a uso	2.439	2.439
TOTAL	92.769	92.769

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

Pela Medida Provisória nº 517 de 30/dez/10 e publicada em 31/dez/10 em seu artº 19, extingue o Fundo Nacional de Desenvolvimento e determina que a União sucederá o FND nos seus direitos e obrigações. A FINEP aguardará o fim do inventário do FND para implementar os ajustes contábeis necessários.

8. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	2010	2009 (Ajustado)	2009 (Publicado)
Imóveis de uso	74.707	72.540	19.309
Reavaliações de imóveis de uso	11.162	12.582	12.582
Outras imobilizações de uso	7.285	7.226	7.226
Depreciações	(21.754)	(21.303)	(21.303)
TOTAL	71.400	71.045	17.814

As contas de terrenos e salas e escritórios (edificações) são apresentadas pelo custo de aquisição acrescidos dos efeitos da mais valia, resultado do custo atribuído (deemed cost), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

O custo atribuído foi adotado com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzido do valor contábil das edificações e terrenos existentes na época da avaliação, quando houver, bem como da subsequente depreciação para o período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, exceto para terrenos.

O valor do custo atribuído, segundo laudo dos avaliadores, é apresentado pelo quadro abaixo:

Pavimentos	Valor	Divisão do valor	
		Terreno	Edificação
1	9.186	3.215	5.971
2	9.260	3.241	6.019
3	9.335	3.267	6.068
8	9.718	3.401	6.317
9	9.796	3.429	6.367
13	10.116	3.541	6.575
24	11.445	4.006	7.439
Total	68.856	24.100	44.756

Para o ano de 2009, o custo atribuído fora adotado em sua totalidade deduzido do valor contábil das edificações e terrenos existentes na época da avaliação, quando houver, desconsiderando o efeito da depreciação, uma vez que sua adoção, para fins comparativos, tem como base 31/dez./09.

As avaliações realizadas contam com a premissa básica de alcançar o valor de avaliação utilizando basicamente o Método Comparativo de Mercado. Esse método procura levar em consideração os valores de imóveis assemelhados no que diz respeito à situação, destinação, forma e grau de aproveitamento, características físicas e ambiência, ofertados na cidade, sobre os quais são aplicadas técnicas de homogeneização ou de regressão múltipla, buscando sua comparabilidade por equivalência ao imóvel avaliado.

O laudo de avaliação tem como grau de fundamentação a Norma NBR 14653-2, determinando que o estabelecimento inicial do grau de fundamentação desejado tem por objetivo a determinação do empenho no trabalho avaliatório, mas não representa garantia de alcance de graus elevados de fundamentação.

Para os itens cujo custo atribuído fora adotado, a vida útil estimada remanescente é de 50 anos, não havendo valor residual após esse prazo.

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

A tabela a seguir apresenta o valor contábil dos terrenos e edificações em 31/dez./09, o valor efetivo do custo atribuído deduzido do valor contábil em dezembro de 2009 e o saldo das contas de terreno e edificações em 31/dez./10, sendo igual ao valor total do custo atribuído.

Descrição	Saldo em Dez/09	Custo Atribuído	Saldos em Dez/10
Terreno - 1º andar	1.950	1.265	3.215
Terreno - 2º andar	1.950	1.291	3.241
Terreno - 3º andar	1.950	1.318	3.268
Terreno - 8º andar	265	3.136	3.401
Terreno - 9º andar	402	3.026	3.428
Terreno - 13º andar	1.950	1.591	3.541
Terreno - 24º andar	584	3.422	4.006
Total	9.051	15.049	24.100
Edificação - 1º andar	-	5.971	5.971
Edificação - 2º andar	-	6.019	6.019
Edificação - 3º andar	-	6.068	6.068
Edificação - 8º andar	5.983	334	6.317
Edificação - 9º andar	324	6.043	6.367
Edificação - 13º andar	-	6.575	6.575
Edificação - 24º andar	267	7.172	7.439
Total	6.574	38.182	44.756
Total Geral	15.625	53.231	68.856

Na análise da aplicação do CPC 01 “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” e CPC 27 “Imobilizado”, foi entendido que dado às características dos bens utilizados nas operações da FINEP, exceto os terrenos e salas e escritórios (edificações) para os quais foi aplicado o custo atribuído, conforme citado anteriormente, a prática contábil deveria ser mantida em relação às taxas de depreciação, inexistindo sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação. Portanto entende-se que não haverá valor residual ao final do tempo de vida útil dos ativos e que não há necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

9. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	2010	2009
Telefones – direitos de uso de linhas	112	112
Projetos e softwares	1.149	1.149
(-) Amortizações	(970)	(861)
TOTAL	291	400

10. REAVALIAÇÃO DE ATIVOS E CUSTO ATRIBUÍDO

O efeito no resultado do exercício, oriundo de depreciações dos bens reavaliados e de custo atribuído (deemed cost), foi na ordem de R\$ 204 mil (R\$ 409 mil em 2009) e R\$ 764 mil, respectivamente, e a movimentação das contas Reserva de Reavaliação e Ajuste de Avaliação Patrimonial estão evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A realização e consequente tributação dos saldos das referidas contas, pelo imposto de renda e contribuição social, dão-se à medida da ocorrência dos fatos previstos pela legislação pertinente, estando sujeitos, portanto, a tributação futura os valores mantidos nessas contas.

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

As obrigações por repasses do País são demonstradas como segue:

DESCRIÇÃO	2010	2009
FAT	1.043.237	1.110.726
Empréstimos internos	14.907	6.828
TOTAL CIRCULANTE	1.058.144	1.117.554
Empréstimos internos	1.376.801	922.163
TOTAL NÃO-CIRCULANTE	1.376.801	922.163

A Finep mantém um programa com o Ministério do Trabalho e Emprego com o apoio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que visa o financiamento de projetos previamente selecionados pela empresa e aprovado pelo MTE. Os financiamentos são direcionados para segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizantes e estruturais, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas.

O saldo devedor junto ao MTE/FAT em 31/dez./10 totaliza um montante de R\$ 1.043.237 mil.

O valor recebido do FNDCT referente à equalização de juros dos financiamentos já contratados foi atualizado em 31/dez./10 para R\$ 350.377 mil (R\$ 325.672 mil em 2009), o montante depositado para investimento em empresas emergentes em R\$ 145.909 mil (R\$ 167.018 mil em 2009), o de garantia de liquidez em R\$ 23.405 mil (R\$ 21.739 mil em 2009), o de aplicação em fundos de investimentos em R\$ 106.785 mil (R\$ 47.536 mil em 2009) e o de retorno de investimentos em fundos em R\$ 1.537 mil (R\$ 875 mil em 2009).

As obrigações por repasses do Exterior se referem ao Clube de Paris, sendo representado por R\$ 23 mil no circulante (R\$ 25 mil em 2009) e R\$ 214 no Não Circulante (R\$ 245 mil em 2009).

As características das obrigações são demonstradas como:

DESCRIÇÃO	MOEDA	VCTO.	TAXA DE JUROS	2010	2009
Mercado interno					
FND	Real	out./12	TJLP	-	-
FNDCT	Real	dez./25	TJLP	1.341.703	928.991
FUNTEL	Real	dez./17	TR	50.005	-
TOTAL				1.391.708	928.991
Mercado externo					
Clube de Paris	Euro	dez./24	8,25% a.a.	237	270
TOTAL				237	270

12. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Com base no relatório dos assessores jurídicos da entidade, a provisão sobre o passivo trabalhista, em 31/dez./10, foi atualizada para R\$ 129.457 mil (R\$ 124.520 mil em 2009).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme autorização concedida por meio do Decreto nº 7.322, de 30/set./10, o capital social integralizado da Finep é R\$ 901.552 mil, representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Reserva de Capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 representando o saldo de doação recebida.

c) Reserva de Reavaliação

Reserva constituída em exercícios anteriores cuja realização e consequente tributação, dão-se à medida da ocorrência dos fatos previstos pela legislação pertinente.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Representa o valor líquido de imposto e de realização do custo atribuído (deemed cost) aplicado sobre as contas de terrenos e salas e escritórios (edificações), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

e) Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Reserva para Expansão e Modernização

Representa a reserva para modernização de processos e de sistemas de informação referente ao saldo remanescente de lucros acumulados, atualmente no valor de R\$ 35.320 mil.

g) Lucros a Destinar

Representa o saldo do lucro do exercício que será destinado após a deliberação a ser estabelecida em Assembléia Geral.

h) Dividendos e Participação dos Empregados

A FINEP apresentou um lucro líquido no exercício de 2010 no montante de R\$ 82.808 mil (R\$ 49.326 mil em 2009) elevando o seu Patrimônio Líquido para R\$ 1.037.054 mil.

Foi destinado o montante de R\$ 19.805 mil (R\$ 11.773 mil em 2009) a título de dividendos a pagar ao Tesouro Nacional, conforme o inciso II do artigo 30 do seu Estatuto Social, assim determinado:

ÍTENS	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	82.808	49.326
Ajuste do Lucro Líquido por:		
Realização Líquida da Reserva de Reavaliação	122	246
Realização Líquida do Ajuste de Atualização Patrimonial	459	-
Base para Destinações	83.389	49.572
Reserva Legal (5%)	4.169	2.479
Base de Cálculo para Dividendos	79.220	47.093
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	19.805	11.773

Os dividendos a pagar correspondem a R\$ 66,02 (R\$ 39,24 em 2009) por lote de mil ações do capital social final.

De acordo com a cláusula 3ª do acordo coletivo de trabalho relativo a setembro de 2010, aprovado em dezembro de 2010, foi reservado o montante de R\$ 5.770 mil (R\$ 2.191 mil em 2009) a título de participação dos empregados sobre o lucro do exercício.

14. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - FIPECq

A Finep é co-patrocinadora da FIPECq – Fundação de Previdência Privada dos Empregados da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA. Seu principal objetivo é completar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, para os funcionários de sua patrocinadora Finep e a própria FIPECq.

A FIPECq tem planos de benefícios definidos e regime atuarial de capitalização para financiamento desses benefícios.

As patrocinadoras devem assegurar a FIPECq, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Em atendimento a NPC nº 26 do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, aprovada pela deliberação CVM nº 371, de 13/dez./00, a Finep contratou a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., que emitiu laudo atuarial datado de 22/fev./11, informando não haver passivo atuarial a ser reconhecido pela Finep em 31/dez./10.

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Finep possui cobertura de seguros para seus automóveis, com menos de dez anos de uso e para as suas edificações, contratados nas seguintes modalidades:

TIPO DO SEGURO	BENS SEGURADOS
Colisão, incêndio e roubo	Veículos
Incêndio, raio, explosão e danos elétricos	Edificações

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF – 518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF – 620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF – 627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF – 316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balço Patrimonial em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

ATIVO	2010	2009 (Ajustado)	2009 (Publicado)
CIRCULANTE			
Disponibilidades	653.052	968.728	968.728
Operações de Crédito	602.845	407.913	407.913
Outros Créditos	21.635	20.865	20.865
Créditos por Cessão de Pessoal	566	428	428
Impostos e Contribuições a Recuperar	15.737	16.989	16.989
Pessoal	5.238	3.354	3.354
Outros	94	94	94
Outros Valores e Bens	762	638	638
Almoxarifado	93	97	97
Despesas Antecipadas	669	541	541
Total do Ativo Circulante	1.278.294	1.398.144	1.398.144
NÃO CIRCULANTE			
Realizável Longo Prazo	2.863.068	2.198.305	2.198.305
Títulos e Valores Mobiliários	107.922	48.790	48.790
Cotas de Fundos em Empresas Emergentes	107.922	48.790	48.790
Operações de Crédito	2.615.222	2.042.255	2.042.255
Operações de Crédito	2.715.367	2.096.805	2.096.805
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(100.145)	(54.550)	(54.550)
Outros Créditos	139.924	107.260	107.260
Depósitos Judiciais	169	169	169
Créditos com o Tesouro Nacional	25.471	25.471	25.471
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.284	81.620	81.620
Investimentos	92.769	92.769	92.769
Imobilizado de Uso	71.400	71.045	17.814
Imóveis de Uso	74.707	72.540	19.309
Reavaliações de Imóveis de Uso	11.162	12.582	12.582
Outras Imobilizações de Uso	7.285	7.226	7.226
Depreciações Acumuladas	(21.754)	(21.303)	(21.303)
Intangível	291	400	400
Total do Ativo Não Circulante	3.027.528	2.362.519	2.309.288
Total do Ativo	4.305.822	3.760.663	3.707.432

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
 Diretor
 CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
 Balanço Patrimonial em 31/12/2010 e 31/12/2009
 Em Reais Mil

PASSIVO	2010	2009 (Ajustado)	2009 (Publicado)
CIRCULANTE			
Obrigações por Repasses do País	1.058.144	1.117.554	1.117.554
Obrigações por Repasses do Exterior	23	25	25
Outras Obrigações	180.055	158.070	158.070
Fiscais e Previdenciárias	7.664	4.894	4.894
Participações sobre o Lucro a Pagar	5.770	2.191	2.191
Provisão para Contingências Trabalhistas	129.457	124.520	124.520
Provisão para Férias	14.595	12.221	12.221
Consignatários e Fornecedores	2.699	2.440	2.440
Dividendos a Pagar	19.805	11.773	11.773
Outras	65	31	31
Total do Passivo Circulante	1.238.222	1.275.649	1.275.649
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações por Repasses do País	1.376.801	922.163	922.163
Obrigações por Repasses do Exterior	214	245	245
Outras Obrigações	25.518	25.715	4.423
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.745	23.132	1.840
Depósitos e Cauções	2.773	2.583	2.583
Receita Diferida e Obrigações sobre Recursos	628.013	562.840	562.840
Recursos para Equalização	350.377	325.672	325.672
Obrigações sobre Recursos do FNDCT	277.636	237.168	237.168
Total do Passivo Não Circulante	2.030.546	1.510.963	1.489.671
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	901.552	901.552	901.552
Reserva de Capital	1	1	1
Outros Resultados Abrangentes	34.118	34.699	2.760
Reservas de Lucros	101.383	37.799	37.799
Total do Patrimônio Líquido	1.037.054	974.051	942.112
Total do Passivo	4.305.822	3.760.663	3.707.432

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
 Diretor
 CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurew
 Diretor
 CPF-316.206.477/5

Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2010	2009
Receitas da Intermediação Financeira	471.688	347.878
Operações de crédito	343.945	239.145
Aplicações do disponível e em títulos mobiliários	61.835	64.743
Rendas com administração de fundos	65.908	43.990
Despesas da Intermediação Financeira	(217.811)	(194.771)
Captação - financiamentos e repasses	(170.808)	(149.749)
Provisão para risco de crédito	(47.003)	(45.022)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	253.877	153.107
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais	(182.513)	(143.052)
Provisão para contingências trabalhistas	(4.938)	(475)
Despesas com pessoal e encargos	(141.595)	(114.629)
Despesas administrativas	(23.819)	(19.933)
Despesas tributárias	(14.104)	(9.260)
Outras receitas operacionais	711	1.137
Outras receitas (despesas)	1.232	108
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	71.364	10.055
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(21.607)	(3.082)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.051	42.353
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	82.808	49.326
Por lote de mil ações do capital social final	276,02	164,42

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF-316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	82.808	49.326
Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	2.149	1.419
Valor residual do imobilizado alienado	2	-
Ajuste de inventário de bens móveis	(1.233)	(73)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(33.051)	(42.353)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.002	45.022
Juros capitalizados sobre financiamentos a receber	(8.954)	(3.884)
Juros capitalizados sobre financiamentos a pagar	62.725	9.577
Variação cambial sobre financiamentos	(11)	(95)
Atualização de investimentos	-	(4)
Juros sobre impostos e contribuições a recuperar	(571)	(919)
Juros equalizados	(148.844)	(97.765)
Atualização de obrigações sobre recursos do FNDCT	37.601	30.467
Atualização de depósitos e cauções	126	173
Juros sobre dividendos a pagar	265	-
Participação de empregados no lucro (PLR)	2.568	1.594
Provisão para contingências trabalhistas	4.938	475
Impostos e Contribuições liquidados por compensação	17.560	18.481
Caixa e equivalentes gerados pelo resultado do exercício	<u>65.080</u>	<u>11.441</u>
Financiamentos concedidos	(1.218.110)	(879.808)
Retorno de Financiamentos concedidos	417.447	330.643
Financiamentos tomados	456.500	799.201
Pagamento de Financiamentos tomados	(130.230)	(137.452)
Recursos recebidos para equalização	148.851	170.148
Recursos recebidos para aplicação em Fundos de Emergentes	27.565	33.547
Aplicação em quotas de Fundos de Empresas Emergentes	(59.833)	(22.380)
Resgate de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	700	216
Dividendos pagos	(12.038)	-
Imposto de Renda pago por antecipação	(10.898)	(12.756)
Contribuição Social paga por antecipação	(4.838)	(4.233)
Depósitos e cauções recebidos	214	686
Devolução de depósitos e cauções	-	(1.846)
Pagamento do saldo de PLR do exercício anterior	(2.191)	-
Variação líquida de outros Ativos e Passivos	7.268	1.030
Recursos gerados (utilizados) nas atividades operacionais	<u>(314.513)</u>	<u>288.437</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(1.163)	(6.977)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	<u>(1.163)</u>	<u>(6.977)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(315.676)</u>	<u>281.460</u>
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	968.728	687.268
Caixa e equivalentes no final do exercício	653.052	968.728
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(315.676)</u>	<u>281.460</u>

Glauco Antônio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
 Diretor
 CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF: 627.437.597-04

Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF: 316.206.477-53

Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
 CPF: 598.262.907-34

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2009
 Em Reais Mil

	Outros Resultados Abrangentes				Reservas de Lucros				Lucros / (Preju�zos) Acumulados	Demonstra�o do Resultado Abrangente Total		
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavalia�o	Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Total	Reserva Legal	Reserva para Expans�o e Moderniza�o	Lucro a Destinar			Total	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	857.268	1	4.764	-	4.764	-	-	-	-	(479.716)	382.317	-
Aumento de Capital Social	524.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	524.000	-
Absor�o de Preju�zos Acumulados	(479.716)	-	-	-	-	-	-	-	-	479.716	-	-
Realiza�o de Reserva de Reavalia�o	-	-	(409)	-	(409)	-	-	-	-	409	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o da Reserva de Reavalia�o	-	-	163	-	163	-	-	-	-	(163)	-	-
Constitui�o de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavalia�o	-	-	(1.758)	-	(1.758)	-	-	-	-	-	(1.758)	(1.758)
Lucro L�quido do Exerc�cio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.326	49.326	49.326
Reserva Legal	-	-	-	-	-	2.479	-	-	2.479	(2.479)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.773)	(11.773)	-
Lucro Remanescente a Destinar	-	-	-	-	-	-	-	35.320	35.320	(35.320)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (PUBLICADO)	901.552	1	2.760	-	2.760	2.479	-	35.320	37.799	-	942.112	47.568
Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	53.231	53.231	-	-	-	-	-	53.231	53.231
Constitui�o de IRPJ e CSLL Diferidos sobre o Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	(21.292)	(21.292)	-	-	-	-	-	(21.292)	(21.292)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (AJUSTADO)	901.552	1	2.760	31.939	34.699	2.479	-	35.320	37.799	-	974.051	79.507
Transfer�ncia para Reserva conforme DEL/CA/011/10	-	-	-	-	-	-	35.320	(35.320)	-	-	-	-
Realiza�o de Reserva de Reavalia�o	-	-	(204)	-	(204)	-	-	-	-	204	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o da Reserva de Reavalia�o	-	-	82	-	82	-	-	-	-	(82)	-	-
Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	(764)	(764)	-	-	-	-	764	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	305	305	-	-	-	-	(305)	-	-
Lucro L�quido do Exerc�cio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82.808	82.808	82.808
Reserva Legal	-	-	-	-	-	4.169	-	-	4.169	(4.169)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.805)	(19.805)	-
Lucro Remanescente a Destinar	-	-	-	-	-	-	-	59.415	59.415	(59.415)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	901.552	1	2.638	31.480	34.118	6.648	35.320	59.415	101.383	-	1.037.054	82.808

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstra es contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
 Diretor
 CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
 Diretor
 CPF-316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP Balanco Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
A T I V O	<u>4.305.820.757,86</u>	<u>1.293,99</u>	<u>0,00</u>	<u>4.305.822.051,85</u>
<u>Ativo Circulante</u>	<u>1.278.290.794,68</u>	<u>1.293,99</u>	<u>0,00</u>	<u>1.278.292.088,67</u>
<u>Disponibilidades</u>	<u>653.051.812,43</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>653.051.812,43</u>
111129902 Banco do Brasil (Moeda nacional)	1.603,07			1.603,07
111131100 Fundo de Aplicação - Extra Mercado	651.915.826,91			651.915.826,91
112160400 Limite de Saque c/ Vinculação de Pagtº	1.134.382,45			1.134.382,45
<u>Operações de Crédito</u>	<u>602.845.423,80</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>602.845.423,80</u>
Operações de Crédito	<u>602.845.423,80</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>602.845.423,80</u>
112320100 Financiamentos Concedidos	583.755.367,21			583.755.367,21
112340601 Juros Pró-Rata s/Financiamento	15.846.168,93			15.846.168,93
112350100 Encargos s/Emprest.e Financiamentos	3.243.887,66			3.243.887,66
<u>Outros Créditos</u>	<u>21.633.311,68</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>21.633.311,68</u>
Créditos por Cessão de Pessoal	<u>565.529,90</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>565.529,90</u>
112190700 Crédito a Rec.p/Cessão de Pessoal	1.767.140,98			1.767.140,98
112190000 Provisão p/dev.duvid.(Cessão de Pessoal)	-1.201.611,08			-1.201.611,08
Diversos	<u>21.067.781,78</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>21.067.781,78</u>
Impostos e Contribuições a Recuperar	<u>15.736.561,46</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>15.736.561,46</u>
112150500 IRPJ a Recuperar	10.898.540,26			10.898.540,26
112150900 CSSL a Recuperar	4.838.021,20			4.838.021,20
Pessoal	<u>5.237.714,40</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>5.237.714,40</u>
112190800 Créditos a Receber-Folha de Pagamento	5.237.714,40			5.237.714,40
Outros	<u>93.505,92</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>93.505,92</u>
112290300 Desfalques ou Desvios	58.827,59			58.827,59
112290400 Débitos e Terc.em Prest. de Serviço	333,80			333,80
112290800 Falta ou Irregularidade de Comprovação	34.344,53			34.344,53
<u>Outros Valores e Bens</u>	<u>760.246,77</u>	<u>1.293,99</u>	<u>0,00</u>	<u>761.540,76</u>
Outros Valores e Bens	<u>92.659,65</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>92.659,65</u>
113180100 Material de Consumo	92.659,65			92.659,65
Despesas Antecipadas	<u>667.587,12</u>	<u>1.293,99</u>	<u>0,00</u>	<u>668.881,11</u>
113220300 Vales, Tickets e Bilhetes	664.737,15			664.737,15
114110300 Prêmios de Seguro a Apropriar	2.849,97	1.293,99		4.143,96

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP Balanco Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

<u>Ativo Não Circulante</u>	3.027.529.963,18	0,00	0,00	3.027.529.963,18
<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	107.923.091,23	0,00	0,00	107.923.091,23
1231302000 Fundos Aplic.Cotas Empresas Emergentes	107.923.091,23			107.923.091,23
Prov. p/ perdas com Títulos e Valores				
<u>Operações de Crédito</u>	2.615.222.526,06	0,00	0,00	2.615.222.526,06
Operações de Crédito	2.715.367.305,47	0,00	0,00	2.715.367.305,47
122320100 Financiamentos Concedidos	2.590.047.344,26			2.590.047.344,26
122360000 Cobrança Judicial	125.319.961,21			125.319.961,21
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	-100.144.779,41	0,00	0,00	-100.144.779,41
122800000 Prov.p/ Créd.Realiz.L.P. Perdas Prováveis	-100.144.779,41			-100.144.779,41
<u>Outros Créditos</u>	139.924.205,53	0,00	0,00	139.924.205,53
Diversos	169.134,89	0,00	0,00	169.134,89
121220000 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)	169.134,89			169.134,89
Créditos Específicos	25.470.709,94	0,00	0,00	25.470.709,94
122900000 Outros Créditos (Risco Cambial)	25.470.709,94			25.470.709,94
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições	114.284.360,70	0,00	0,00	114.284.360,70
122151600 (2319) IRPJ Diferido	71.432.916,39			71.432.916,39
122151600 (2469) CSLL Diferida	42.851.444,31			42.851.444,31
	164.460.140,36	0,00	0,00	164.460.140,36
<u>Investimentos</u>	92.769.163,25	0,00	0,00	92.769.163,25
Outros Investimentos	92.769.163,25			92.769.163,25
141120100 Participações em Empresas-MC	0,34			0,34
141120200 Participações em Fundos-MC	90.329.695,84			90.329.695,84
141310200 Bens Móveis - Obras de Arte	2.439.467,07			2.439.467,07
<u>Imobilizado de Uso</u>	71.400.219,78	0,00	0,00	71.400.219,78
142110000 Imóveis de Uso	74.706.792,96			74.706.792,96
142118800 Correção Monetária - IPC/90 de Imóveis de Uso	11.161.609,76			11.161.609,76
142120000 Bens Móveis-Outras Imobilizações de Uso	7.285.333,53			7.285.333,53
142900000 Depreciações Acumuladas	-21.753.516,47			-21.753.516,47
<u>Intangível</u>	290.757,33	0,00	0,00	290.757,33
144000000 Intangível	112.052,74			112.052,74
143000000 Diferido	178.704,59			178.704,59

NOTA: (1) Valor relativo à inscrição de responsabilidade de Carlos Gonçalves de Brito qualificado no processo administrativo disciplinar NR.1200.001465/94-11 conforme relatório da Comissão de Tomada de Contas designada pela POR/PRES/028/95 em análise no TCU em 1995.

(2) Pagamento em duplicidade a Luiz Antonio Vitorino por serviços prestados em 1996 conf. Processo Administrativo Memo/SJUR/097/96, em apuração na Polícia Federal.

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP Balanco Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
P A S S I V O	<u>4.305.820.757,86</u>	<u>1.293,99</u>	<u>0,00</u>	<u>4.305.822.051,85</u>
<u>Passivo Circulante</u>	1.238.222.343,45	0,00	0,00	1.238.222.343,45
<u>Obrigações por Repasses do País</u>	1.058.143.559,49	0,00	0,00	1.058.143.559,49
211490800 FAT	1.043.237.357,45			1.043.237.357,45
212310202 Empréstimos Internos	1.866.028,82			1.866.028,82
212310203 Juros pró-rata Emprést.Internos	13.040.173,22			13.040.173,22
<u>Obrigações por Repasses do Exterior</u>	23.304,83	0,00	0,00	23.304,83
212320200 Empréstimos Externos	19.737,83			19.737,83
212320100 Juros pró-rata Emprést.Externos	3.567,00			3.567,00
<u>Outras Obrigações</u>	180.055.479,13	0,00	0,00	180.055.479,13
Fiscais e Previdenciárias	7.664.159,78	0,00	0,00	7.664.159,78
211230100 IRRF	3.611.440,37			3.611.440,37
211230200 INSS	1.900.942,20			1.900.942,20
211230600 FGTS	877.232,91			877.232,91
212150700 Cofins	1.096.382,19			1.096.382,19
212150900 Pis	178.162,11			178.162,11
Participações sobre o Lucro a Pagar	5.769.825,06	0,00	0,00	5.769.825,06
212141200 Prov.para Participações e Empregados	5.769.825,06	0,00	0,00	5.769.825,06
Diversas	166.621.494,29	0,00	0,00	166.621.494,29
Provisão para Contingências	129.457.989,29	0,00	0,00	129.457.989,29
212140700 Prov.para Indeniz.Trabalhistas	129.457.989,29			129.457.989,29
Provisão para Férias e 13º Salário	14.594.904,67	0,00	0,00	14.594.904,67
212140200 Provisão de Férias	14.594.904,67			14.594.904,67
Consignatários e Fornecedores	2.698.773,02	0,00	0,00	2.698.773,02
211150000 Planos de Previd. Assist. Médica	1.823.217,56			1.823.217,56
212110100 Fornecedores - Exercício	875.555,46			875.555,46
Dividendos a pagar	19.804.823,12	0,00	0,00	19.804.823,12
212180100 Dividendos a pagar - Tesouro Nacional	19.804.823,12			19.804.823,12
Outras	65.004,19	0,00	0,00	65.004,19
211480000 Depósitos a Transferir	287,26			287,26
212120100 Pessoal a pagar - Exercício	38.738,49			38.738,49
212190400 Obrigações ref.pessoal requisitado	25.806,84			25.806,84
212196001 Diárias	171,60			171,60

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP Balanco Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

<u>Passivo Não Circulante</u>	2.030.546.136,70	0,00	0,00	2.030.546.136,70
<u>Obrigações por Repasses do País</u>	1.376.801.228,46	0,00	0,00	1.376.801.228,46
222120000 Contratos Internos	1.376.801.228,46			1.376.801.228,46
<u>Obrigações por Repasses do Exterior</u>	214.443,72	0,00	0,00	214.443,72
222220000 Contratos Externos	214.443,72			214.443,72
<u>Outras Obrigações</u>	25.517.705,42	0,00	0,00	25.517.705,42
Fiscais e Previdenciárias	22.745.117,32	0,00	0,00	22.745.117,32
222310100 IRPJ Diferido	14.215.698,16			14.215.698,16
222310500 CSLL Diferida	8.529.419,16			8.529.419,16
Diversas	2.772.588,10	0,00	0,00	2.772.588,10
Depósitos e Cauções	2.772.588,10	0,00	0,00	2.772.588,10
221210000 Depósitos e Cauções	2.772.588,10			2.772.588,10
<u>Receita Diferida e Obrigações s/ Recursos</u>	628.012.759,10	0,00	0,00	628.012.759,10
214119100				
Rec. p/Invest. Fundos Empr. Emergentes	145.909.119,19			145.909.119,19
Recursos Aplicados em Fundos Emerg.	106.784.797,46			106.784.797,46
Recursos Retornados de Fundos	1.536.745,61			1.536.745,61
Rec. p/Garantia de Liquidez dos Fundos	23.405.105,72			23.405.105,72
Sub Total	277.635.767,98	0,00	0,00	277.635.767,98
Recursos para Equalização	350.376.991,12			350.376.991,12
<u>Patrimônio Líquido</u>	1.037.052.277,71	1.293,99	0,00	1.037.053.571,70
<u>Capital</u>	901.551.931,35	0,00	0,00	901.551.931,35
De Domiciliados no País	901.551.931,35	0,00	0,00	901.551.931,35
241210000 Capital Social	901.551.931,35			901.551.931,35
<u>Reservas</u>	135.500.346,36	1.659,59	0,00	135.502.005,95
242120000 Reservas de Capital	1.500,00			1.500,00
242210000 Reservas de Reavaliação	2.637.543,16			2.637.543,16
242300000 Reservas de Lucros	41.967.994,80			41.967.994,80
243000000 Resultado Acumulado	59.413.175,35	1.659,59	0,00	59.414.834,94
245000000 Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.480.133,05	0,00	0,00	31.480.133,05
<u>Contas de Resultado</u>	82.808.288,13	-365,60	0,00	82.807.922,53
Receitas da Intermediação Financeira	471.687.919,64	0,00	0,00	471.687.919,64
Despesas da Intermediação Financeira	-217.811.049,34	0,00	0,00	-217.811.049,34
Outras receitas/despesas Operacionais	-176.909.402,74	-771.460,95	-294.276,98	-177.975.140,67
Resultados Compensatórios	-1.065.372,33	771.095,35	294.276,98	0,00
Outras receitas/despesas	1.232.225,82	0,00	0,00	1.232.225,82
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-21.607.411,95	0,00	0,00	-21.607.411,95
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.051.204,09	0,00	0,00	33.051.204,09
Provisão p/participação do Empregados	-5.769.825,06	0,00	0,00	-5.769.825,06

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
<u>1- Receitas da Intermediação Financeira</u>	471.687.919,64	0,00	0,00	471.687.919,64
1.1 Operações de Crédito	343.945.135,10	0,00	0,00	343.945.135,10
4.1.6.0.0.14.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização	12.127.957,73			12.127.957,73
6.2.3.2.3.05.04 - Juros Vencidos	1.874.922,88			1.874.922,88
6.2.3.2.3.05.05 - Juros Equalizados	148.844.137,53			148.844.137,53
6.2.3.2.3.05.08 - Juros Mensais	153.474.201,75			153.474.201,75
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pro-rata	5.330.168,57			5.330.168,57
6.2.3.2.3.05.99 - Juros Renegociados	1.089.200,93			1.089.200,93
6.2.3.2.3.08.00 - Multas	1.393.032,16			1.393.032,16
4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contratos	662.973,38			662.973,38
4.2.3.0.0.99.00 - Amortizações de Empréstimos Divs.	15.228.984,34			15.228.984,34
6.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber	6.815.959,21			6.815.959,21
6.2.3.2.3.04.05 - Empréstimos e Financ. Concedidos	305.733,29			305.733,29
5.2.3.1.7.04.00 - Empréstimos e Financiamentos	-2.088.326,60			-2.088.326,60
5.2.3.2.3.04.05 - Empréstimos e Finan. Concedidos	-241.110,61			-241.110,61
5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial Não Financeira	-872.699,46			-872.699,46
1.2 Resultado com aplic.do disponível e em títulos mobiliários	61.834.783,97	0,00	0,00	61.834.783,97
4.1.3.2.5.00.00 - Remuneração Depósitos Bancários	49.304.076,62			49.304.076,62
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	12.530.707,35			12.530.707,35
1.3 Rendas com administração de fundos	65.908.000,57	0,00	0,00	65.908.000,57
4.1.6.0.0.13.00 - Serviços Administrativos	58.109.688,96			58.109.688,96
4.1.9.2.2.99.00 - Outras Restituições	7.798.311,61			7.798.311,61
<u>2- Despesas da Intermediação Financeira</u>	-217.811.049,34	0,00	0,00	-217.811.049,34
2.1 Captação no mercado - financiamentos e repasses	-170.808.496,00	0,00	0,00	-170.808.496,00
3.3.2.9.0.21.01 - Juros Div.Contratada c/Instit.Financeiras	-63.878.767,04			-63.878.767,04
3.3.2.9.0.21.03 - Juros Dívida Contratada no Exterior	-11.521,19			-11.521,19
3.3.2.9.0.21.99 - Outros Juros da Dívida Contratada	-517,50			-517,50
5.2.3.4.1.03.00 - Encargos	-6.211.353,77			-6.211.353,77
5.2.3.4.1.01.00 - Atualização Monetária Financeira	-100.712.597,69			-100.712.597,69
5.2.3.4.1.05.03 - Juros e Encargos -Dív.Contratada Interna	-4.519,22			-4.519,22
5.2.3.4.2.03.00 - Variação Cambial não Financeira Div.	-36.006,41			-36.006,41
6.2.3.4.2.03.02 - Variação Cambial não Financeira Div.	46.786,82			46.786,82
2.2 Provisão para risco de crédito	-47.002.553,34	0,00	0,00	-47.002.553,34
5.2.3.2.3.01.00 - Provisão p/Devedores Duvidosos	-47.189.913,42			-47.189.913,42
6.2.3.2.3.01.00 - Reversão da Prov. p/Dev.Duvidosos	187.360,08			187.360,08
<u>3- Outras Receitas (Despesas) Operacionais</u>	-182.679.227,80	-771.460,95	-294.276,98	-183.744.965,73
3.1. Provisão para contingências trabalhistas	-4.938.174,37	0,00	0,00	-4.938.174,37
5.2.3.3.1.07.09 - Obrigações Trabalhistas em Litígio	-4.938.174,37			-4.938.174,37
3.2. Despesas com pessoal	-141.585.432,83	-8.929,23	-590,37	-141.594.952,43
3.2.1 Proventos	-86.114.869,05	0,00	-590,37	-86.115.459,42
3.3.1.9.0.11.01 - Vencimentos e Salários	-64.532.379,07			-64.532.379,07
3.3.1.9.0.11.05 - Incorporações	-395.344,78			-395.344,78
3.3.1.9.0.11.30 - Abono Provisório - Pessoal Civil	-3.776.445,34			-3.776.445,34
3.3.1.9.0.11.33 - Gratificação p/ Exercício de Funções	-2.993.190,91			-2.993.190,91
3.3.1.9.0.11.42 - Férias Indenizadas	-170.633,62			-170.633,62
3.3.1.9.0.11.43 - 13º. Salário	-6.198.947,43			-6.198.947,43
3.3.1.9.0.11.44 - Férias - Abono Pecuniário	-1.763.532,68			-1.763.532,68
3.3.1.9.0.11.45 - Férias - Abono Constitucional	-3.161.315,07			-3.161.315,07
3.3.1.9.0.16.44 - Serviços Extraordinários	-42.633,57			-42.633,57
3.3.1.9.0.92.04 - Outras Despesas Variáveis - Civil	-33.123,31			-33.123,31
3.3.1.9.0.94.01 - Indenizações Trabalhistas-Ativo Civil	-203.476,84			-203.476,84
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	-442.257,18		-590,37	-442.847,55
3.3.3.9.0.93.03 - Ajuda de Custo - Pessoal Civil	-17.716,12			-17.716,12
5.2.3.1.7.02.04 - Créditos por Cessão de Pessoal	-3.060.305,01			-3.060.305,01
5.2.3.3.1.07.02 - Provisão p/ Férias	-4.780.526,40			-4.780.526,40
6.2.3.1.7.02.04 - Créditos por Cessão de Pessoal	3.009.925,36			3.009.925,36

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exerc. Anteriores	40.816,25			40.816,25
6.2.3.3.1.07.02 - Provisão p/Férias	2.406.216,67			2.406.216,67
3.2.2 Benefícios Sociais	-8.437.002,90	-8.929,23	0,00	-8.445.932,13
3.3.3.9.0.08.55 - Auxílio Creche	-552.027,98			-552.027,98
3.3.3.9.0.39.40 - Programa Alimentação-PAT	-7.682.286,15			-7.682.286,15
3.3.3.9.0.39.72 - Vale-Transporte	-332.285,83	-8.929,23		-341.215,06
5.2.3.1.4.00.00 - Baixa de Títulos e Valores	-8.279.714,41			-8.279.714,41
6.2.3.1.4.00.00 - Incorporação de Títulos e Valores	8.409.311,47			8.409.311,47
3.2.3 Honorários da Diretoria e Conselhos	-1.732.765,29			-1.732.765,29
3.3.1.9.0.11.71 - Remuneração de Diretores	-1.485.721,93			-1.485.721,93
3.3.3.9.0.36.45 - Jetons a Conselheiros	-247.043,36			-247.043,36
3.2.4 Encargos Sociais	-27.888.621,29			-27.888.621,29
3.3.1.9.0.07.01 - Complem. de Previdência-FIPECQ	-4.456.284,24			-4.456.284,24
3.3.1.9.0.13.01 - FGTS	-6.472.675,27			-6.472.675,27
3.3.1.9.0.13.02 - INSS	-16.959.661,78			-16.959.661,78
3.2.5 Assistência Médica	-11.642.349,24	0,00	0,00	-11.642.349,24
3.3.3.9.0.36.30 - Serviços Médicos e Odontológicos	-9.650.758,06			-9.650.758,06
3.3.3.9.0.39.50 - Serv. Méd.Hosp.,Odont. e Laboratoriais	-1.991.591,18			-1.991.591,18
3.2.6 Benefícios a Empregados	-5.769.825,06	0,00	0,00	-5.769.825,06
5.2.3.3.1.07.16 - Provisão de participação de empregados	-5.769.825,06	0,00	0,00	-5.769.825,06
3.3 Despesas administrativas	-22.802.541,93	-725.291,16	-290.593,92	-23.818.427,01
3.3.1 Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.148.582,72	0,00	0,00	-2.148.582,72
5.2.3.2.8.01.01 - Administração	-2.038.957,75			-2.038.957,75
5.2.3.2.8.02.00 - Amortizações	-109.624,97			-109.624,97
3.3.2 Locação de Imóveis	-4.955.711,44	-323.069,98	-172.918,20	-5.451.699,62
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis	-109.995,83	-120.000,00		-229.995,83
3.3.3.9.0.39.02 - Condomínios	-2.628.496,80	-83.069,98	-15.722,76	-2.727.289,54
3.3.3.9.0.39.10 - Locação de Imóveis	-2.217.218,81	-120.000,00	-157.195,44	-2.494.414,25
3.3.3 Locação de Bens Móveis	-42.190,00	-6.140,00	0,00	-48.330,00
3.3.3.9.0.39.11 - Locação Softwares	-35.250,68			-35.250,68
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos	-1.620,00	-6.140,00		-7.760,00
3.3.3.9.0.39.14 - Locação Bens Móv. outras Nat. Intang.	-5.319,32			-5.319,32
3.3.4 Manutenção e Conservação de Bens	-305.940,47	-3.751,62	-2.036,50	-311.728,59
3.3.3.9.0.36.22 - Manut.e Conservação de Bens Imóveis		-800,00		-800,00
3.3.3.9.0.39.16 - Manut.e Conservação de Bens Imóveis	-18.478,39		-216,50	-18.694,89
3.3.3.9.0.39.17 - Manut.e Conservação de Maq. e Equip.	-269.727,68	-2.873,62	-1.820,00	-274.421,30
3.3.3.9.0.39.19 - Manut.e Conservação de Veículos		-78,00		-78,00
3.3.3.9.0.39.20 - Manut.e Cons. Bens Móv. outras Nat.	-15.764,40			-15.764,40
3.3.3.9.0.39.95 - Manut.e Cons. Equip. de Proces.	-1.970,00			-1.970,00
3.3.5 Serviços de Telefonia e Energia	-1.348.413,87	-81.379,73	-41.930,91	-1.471.724,51
3.3.3.9.0.39.43 - Serviços de Energia Elétrica	-555.819,95	-24.873,26	-6.535,45	-587.228,66
3.3.3.9.0.39.58 - Serviços de Telecomunicações	-792.593,92	-56.506,47	-35.395,46	-884.495,85
3.3.6 Serviços Prestados - Pessoa Física	-1.318.060,26	-54.671,10	-7.832,60	-1.380.563,96
3.3.6.1 Diárias	-504.605,37	-48.880,00	-6.432,60	-559.917,97
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	-320.747,40	-48.880,00	-1.799,00	-371.426,40
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	-157.187,70		-4.633,60	-161.821,30
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias a Colab.Eventuais no País	-11.434,27			-11.434,27
3.3.3.9.0.36.46 - Diárias a Conselheiros	-15.236,00			-15.236,00
3.3.6.2 Outro Serviços	-813.454,89	-5.791,10	-1.400,00	-820.645,99
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	-809.894,89	-3.486,00	-1.400,00	-814.780,89
3.3.3.9.0.36.34 - Serviços de Perícias Med. p/ Benefício	-3.560,00	-2.305,10		-5.865,10
3.3.7 Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	-10.826.430,56	-132.049,31	-16.184,94	-10.974.664,81
3.3.7.1 Diversos Serviços	-2.063.752,44	-10.886,10	-2.690,00	-2.077.328,54
3.3.3.9.0.37.03 - Vigilância Ostensiva	-894.228,61			-894.228,61
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	-1.120.308,15			-1.120.308,15
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Proces. de Dados	-32.379,44			-32.379,44
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral	-15.541,92	-5.338,45	-2.690,00	-23.570,37
5.2.3.1.7.09.01 - Despesas Antecipadas	-19.921,22	-5.547,65		-25.468,87
6.1.3.1.4.02.00 - Despesas Antecipadas	18.626,90			18.626,90
3.3.7.2 Outros Serviços	-8.762.678,12	-121.163,21	-13.494,94	-8.897.336,27
3.3.3.9.0.35.01 - Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	-665.675,00			-665.675,00
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo Tec.e Operacional	-1.753.401,52			-1.753.401,52
3.3.3.9.0.37.02 - Limpeza e Conservação	-682.873,04			-682.873,04
3.3.3.9.0.39.01 - Assinaturas de Periódicos e Anuid.	-89.775,93	-1.850,11	-593,04	-92.219,08
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	-1.387.928,99			-1.387.928,99
3.3.3.9.0.39.08 - Manut.de Software	-63.885,89			-63.885,89
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congres. e Conferências	-1.298.664,61			-1.298.664,61

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

3.3.3.9.0.39.47 - Serviço de Comunicação em Geral	-56.404,38	-488,89		-56.893,27
3.3.3.9.0.39.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	-1.330,00			-1.330,00
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos	-201.115,84	-21,00		-201.136,84
3.3.3.9.0.39.65 - Serviços de Apoio ao Ensino	-1.392.092,72	-75.306,61		-1.467.399,33
3.3.3.9.0.39.66 - Serviços Judiciários	-721.455,87			-721.455,87
3.3.3.9.0.39.74 - Fretes e Transportes de Encomendas	-9.846,99	-1.284,64		-11.131,63
3.3.3.9.0.39.78 - Limpeza e Conservação		-40.841,96	-12.901,90	-53.743,86
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópias e Reprod.de Doc.	-46.758,83			-46.758,83
3.3.3.9.0.39.86 - Patrocínio	-350.000,00			-350.000,00
3.3.3.9.0.39.92 - Serviço de Publicidade Institucional	-11.090,00			-11.090,00
3.3.3.9.0.39.94 - Aquisição de Softwares de Aplicação	-1.500,00			-1.500,00
3.3.3.9.0.39.97 - Comunicação de Dados	-5.761,76			-5.761,76
3.3.3.9.0.39.99 - Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	-23.116,75	-1.370,00		-24.486,75
3.3.8 Material de Consumo	-543.586,65	-12.049,92	-4.182,40	-559.818,97
3.3.3.9.0.30.01 - Combustíveis e Lubrif. Automotivos		-673,05		-673,05
3.3.3.9.0.30.07 - Gêneros de Alimentação	-21.580,00	-2.379,38		-23.959,38
3.3.3.9.0.30.16 - Material de Expediente	-173.586,54	-536,56		-174.123,10
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Proces. de Dados	-45.783,98	-2.578,61	-1.674,50	-50.037,09
3.3.3.9.0.30.21 - Material de Copa e Cozinha	-21.837,50	-1.711,37		-23.548,87
3.3.3.9.0.30.22 - Material de Limpeza e Prod.Higienização	-65.977,54	-2.050,76	-2.422,90	-70.451,20
3.3.3.9.0.30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-11.332,85			-11.332,85
3.3.3.9.0.30.24 - Material p/Manut. de Bens Imóveis	-51.662,59			-51.662,59
3.3.3.9.0.30.25 - Material p/Manut. de Bens Móveis	-93.148,56	-1.290,00		-94.438,56
3.3.3.9.0.30.26 - Material Elétrico e Eletrônico	-34.501,70	-830,19	-85,00	-35.416,89
3.3.3.9.0.30.36 - Material Hospitalar	-280,00			-280,00
3.3.3.9.0.30.42 - Ferramentas	-651,61			-651,61
3.3.3.9.0.30.44 - Material de Sinalização Visual e Outros	-14.800,00			-14.800,00
3.3.3.9.0.30.50 - Bandeiras Flâmulas e Insignias	-1.349,11			-1.349,11
5.2.3.1.2.02.01 - Consumo p/Requisição	-286.263,02			-286.263,02
5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato	-258.821,63	-12.049,92	-4.182,40	-275.053,95
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	536.491,98	12.049,92	4.182,40	552.724,30
6.1.3.1.3.04.39 - Incorporação Serv.Terceiros PJ	1.498,00			1.498,00
3.3.9 Transporte de Pessoal	-882.205,68	-117.225,35	-45.508,37	-1.044.939,40
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	-528.933,30	-61.448,35	-8.424,38	-598.806,03
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior	-214.979,25			-214.979,25
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transportes	-137.793,13	-51.446,25	-37.083,99	-226.323,37
3.3.3.9.0.33.05 - Locomoção Urbana	-500,00	-2.311,25		-2.811,25
3.3.3.9.0.33.08 - Pedágios		-2.019,50		-2.019,50
3.3.10 Diversos	-431.420,28	5.045,85	0,00	-426.374,43
3.3.3.5.0.41.08 - Entidades Representativas de Classe	-430.901,23			-430.901,23
3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis	-2.084,96			-2.084,96
3.3.3.9.0.39.36 - Multas Indedutíveis		-136,20		-136,20
3.3.3.9.0.39.37 - Juros	-113,71			-113,71
3.3.3.9.0.39.81 - Serviços Bancários	-631,36			-631,36
5.2.3.2.1.04.00 - Bens de Estoque	-38.079,12			-38.079,12
6.1.3.1.4.02.00 - Despesas Antecipadas		5.182,05		5.182,05
6.2.3.2.1.04.00 - Bens de Estoque	40.390,10			40.390,10
3.4 Despesas Tributárias	-14.064.145,00	-37.240,56	-3.092,69	-14.104.478,25
3.3.3.9.0.47.02 - IPTU	-263.260,57	-33.392,20	-3.092,69	-299.745,46
3.3.3.9.0.47.05 - IPVA	-884,25	-2.049,49		-2.933,74
3.3.3.9.0.47.08 - Imposto s/Serviços de Qualquer Nat.	-3.236,49			-3.236,49
3.3.3.9.0.47.09 - IOF	-11.843,93			-11.843,93
3.3.3.9.0.47.10 - Taxas	-36.047,80	-1.798,87		-37.846,67
3.3.3.9.0.47.16 - Juros	-67,79			-67,79
3.3.3.9.0.47.18 - Contribuições Prev.-Serviços Terceiros	-224.373,52			-224.373,52
3.3.3.9.0.47.11 - COFINS	-11.633.918,84			-11.633.918,84
3.3.3.9.0.47.12 - Contribuição p/o PIS/PASEP	-1.890.511,81			-1.890.511,81
3.5 Outras receitas operacionais	711.066,33	0,00	0,00	711.066,33
5.2.3.2.3.07.01 - Variação Cambial Financeira	-5.097,47			-5.097,47
4.1.3.2.2.00.00 - Dividendos	67,15			67,15
6.2.3.2.3.05.07 - Juros sobre Créditos Tributários	571.211,62			571.211,62
6.2.3.2.3.07.01 - Financeira	4.455,68			4.455,68
4.1.9.2.2.07.00 - Recuperação de Desp Exerc Anter.	140.429,35			140.429,35

ANEXO XVII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

4- Outras receitas (despesas)	1.232.225,82	0,00	0,00	1.232.225,82
4.2.2.1.6.00.00 - Alienação de móveis e utensílios	670,00			670,00
5.2.3.1.2.01.16 - Inservibilidade	-1.589.700,23			-1.589.700,23
6.2.3.1.2.01.02 - Doações Intra-Orçamentárias	1.227.960,97			1.227.960,97
6.2.3.1.2.01.18 - Incorp.Bens Móveis/Localização	5.253,26			5.253,26
6.2.3.2.8.01.00 - Reversão da Depreciação	1.588.041,82			1.588.041,82
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSSL	72.429.868,32	-771.460,95	-294.276,98	71.364.130,39
5- Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-21.607.411,95	0,00	0,00	-21.607.411,95
3.3.3.9.0.47.03 - Imposto de Renda	-13.447.938,62			-13.447.938,62
3.3.3.9.0.47.13 - Contribuição Social s/ Lucro	-8.159.473,33			-8.159.473,33
6- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.051.204,09	0,00	0,00	33.051.204,09
5.2.3.1.7.10.09 - Créditos Tributários (IRPJ)	-5.814.352,68			-5.814.352,68
6.2.3.1.7.10.07 - Créditos Tributários (IRPJ)	26.476.546,25			26.476.546,25
5.2.3.1.7.10.09 - Créditos Tributários (CSSL)	-3.496.917,14			-3.496.917,14
6.2.3.1.7.10.07 - Créditos Tributários (CSSL)	15.885.927,66			15.885.927,66
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	83.873.660,46	-771.460,95	-294.276,98	82.807.922,53
Resultados Compensatórios	-1.065.372,33	771.095,35	294.276,98	0,00
3.4.4.9.0.51.00 - Obras e Instalações	-747.627,01			-747.627,01
6.1.3.1.1.01.00 - Bens Imóveis	747.627,01			747.627,01
3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Mat. Permanente	-411.526,48	-3.920,00		-415.446,48
6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente	411.526,48	3.920,00		415.446,48
3.4.5.9.0.65.04 - Cotas/ Ações de Fundos	-59.833.520,10			-59.833.520,10
6.1.3.1.1.03.00- Títulos e Valores	59.833.520,10			59.833.520,10
3.4.5.9.0.66.02 - Financiamentos Concedidos	-1.218.109.932,96			-1.218.109.932,96
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	1.218.109.932,96			1.218.109.932,96
3.4.6.9.0.71.03 - Amort.Divida Contratada no Exterior	-20.387,01			-20.387,01
6.1.3.3.1.00.00 - Operações de Créditos-em Contratos	20.387,01			20.387,01
4.2.1.1.4.00.00 - Obrigações Créd. Internas-FNDCT	456.500.000,00			456.500.000,00
5.1.3.3.1.01.01 - Operações de Crédito Cont. internas	-456.500.000,00			-456.500.000,00
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	301.345.112,09			301.345.112,09
4.2.3.0.0.70.02 - Amortizações de Contratos	699.942,82			699.942,82
4.2.3.0.0.80.02 - Amortizações de Projetos	417.599.181,00			417.599.181,00
5.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	-719.644.235,91			-719.644.235,91
5.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Concedido	-1.074.378,33		-7.328,53	-1.081.706,86
6.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Recebido	7.328,53	774.378,33	300.000,00	1.081.706,86
5.2.2.3.1.00.00 - Corresp. de Créditos SD n/Financeiro		-3.920,00		-3.920,00
6.2.2.3.1.00.00 - Corresp. de Débito SD n/Financeiro	3.920,00			3.920,00
5.2.2.3.2.00.00 - Corresp. de Créditos SD Financeiro	-2.242,53			-2.242,53
6.2.2.3.2.00.00 - Corresp. de Débito SD Financeiro		637,02	1.605,51	2.242,53
6.2.2.3.3.07.03 - Ajuste de Sistemas Contábeis-N/ Finan	19.804.823,12			19.804.823,12
5.2.2.3.3.07.04 - Ajuste de Sist.Contábeis Financeiros	-19.804.823,12			-19.804.823,12

ANEXO XVIII – ITEM 18.3

Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios

UNIDADE GESTORA - FINEP-CONTRATOS E CONVÊNIOS
NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO DE 2010

1. OBJETIVOS DA GESTÃO

1.1- A Unidade Gestora Finep-Contratos e Convênios foi criada com a finalidade de operacionalizar os programas administrados pela FINEP (U.G. 365001) no sentido de que os mesmos não interfiram no resultado operacional da empresa.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora Finep/Contratos e Convênios, onde são registradas:

- a) A entrada, como receita financeira dos recursos depositados pelos programas;
- b) A saída direta dos recursos, para aplicação nos programas de responsabilidade da Finep, contabilizados como despesas;
- c) O prejuízo do exercício de 2010 no valor de R\$ 18.394.396,54 está composto pelo resultado da movimentação das contas da própria unidade gestora.

Luis Manuel Rebelo Fernandes
Presidente
CPF – 797.578.477/04

Eduardo Moreira da Costa
Diretor
CPF – 201.075.956/72

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF – 627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF – 316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34

ANEXO XVIII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balço Patrimonial em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE		
Disponibilidades	315.880	385.135
Créditos em Circulação	47.075	15.723
Créditos Tributários	-	2.951
Operações de Crédito	4.490	4.525
Recursos Especiais a Receber	33.588	2.565
Devedores Entidades e Agentes	8.997	5.682
Total do Ativo Circulante	362.954	400.858
NÃO CIRCULANTE		
Operações de Crédito	24.997	15.101
Operações de Crédito	24.997	15.101
Imobilizado	-	687
Total do Ativo Não Circulante	24.997	15.788
Total do Ativo	387.951	416.646

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glaucio Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkur
Diretor
CPF-316.206.47

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XVIII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balço Patrimonial em 30/09/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE		
Recursos da União e Depósitos de Diversas Origens	53	254
Obrigações em Circulação	15.763	25.862
Fornecedores	91	864
Exercício	91	864
Convênios a Pagar	3.123	5.374
Exercício	1.530	432
Exercícios Anteriores	1.593	4.942
Contratos de Subvenção a Pagar	12.549	16.932
Exercícios Anteriores	12.549	16.932
Outras Obrigações - Subvenção	-	2.692
Total do Passivo Circulante	15.816	26.116
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	21.038	21.038
Operações de Crédito Funttel	21.038	21.038
Total do Passivo Não Circulante	21.038	21.038
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Resultado Acumulado	369.492	338.229
Resultado do Período	(18.394)	31.263
Total do Patrimônio Líquido	351.098	369.492
Total do Passivo	387.951	416.646

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Glauco Antônio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF-518.652.118/34

 João Alberto de Negri
 Diretor
 CPF-620.169.979/15

 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04

 Eugenius Kaszkur
 Diretor
 CPF-316.206.47

 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

ANEXO XVIII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Demonstração do Resultado em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2010	2009
Receita Operacional Bruta	72.844	62.956
Serviços Financeiros / Operações de Crédito	47.468	8.114
Recebimento de Recursos de Terceiros	25.377	54.842
Despesas Administrativas	(17.904)	(11.613)
Locação e Arrendamentos Mercantil	(1.935)	(1.453)
Serviços Profissionais e Contratados	(13.898)	(7.799)
Material de Consumo	(9)	-
Transporte de Pessoal	(2.062)	(2.361)
Despesas de Convênios	(95.696)	(58.489)
Despesas Financeiras	(14.988)	(14.197)
Receitas Financeiras	37.350	52.606
Lucro / Prejuízo Líquido	(18.394)	31.263

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkur
Diretor
CPF-316.206.47

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XVIII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS

Balço Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

ATIVO	387.951.034,65
CIRCULANTE	362.954.391,50
DISPONÍVEL	315.879.542,06
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	315.879.542,06
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-CONTA ÚNICA	315.879.542,06
1.1.1.1.3.11.00 - Fundo de Aplicação - Extramercado	315.879.542,06
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	47.074.849,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.490.373,18
1.1.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	4.478.652,56
1.1.2.3.4.06.01 - Juros Pró-Rata s/ Financiamentos	11.720,62
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	33.587.679,60
1.1.2.1.6.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pgtº	33.587.679,60
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	8.996.796,66
1.1.2.2.9.08.00 - Falta ou Irregularidade de Comprovação	8.996.796,66
NÃO CIRCULANTE	24.996.643,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	24.996.643,15
1.2.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	24.996.643,15
INTANGÍVEL	-
Diferido	-
1.4.3.3.0.00.00 - Projetos Softwares	660.198,81
1.4.3.9.0.00.00 - Amortizações	-660.198,81

ANEXO XVIII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS

Balanco Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

PASSIVO	387.951.034,65
CIRCULANTE	15.815.505,64
DEPÓSITOS	52.806,75
RECURSOS DA UNIÃO E DEP. DE DIVERSAS ORIGENS	52.806,75
2.1.1.2.3.01.00 - Recursos Fiscais	3.210,91
2.1.1.2.3.02.00 - Recursos Previdenciários - GPS a Emitir	49.595,84
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	15.762.698,89
FORNECEDORES	90.777,64
2.1.2.1.1.01.00 - Do Exercício	90.777,64
2.1.2.1.1.02.00 - De Exercícios Anteriores	
CONVÊNIOS A PAGAR	3.123.147,90
2.1.2.1.1.03.01 - Do Exercício	1.530.133,74
2.1.2.1.1.03.02 - De Exercícios Anteriores	1.593.014,16
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	12.548.773,35
2.1.2.1.1.13.02 - De Exercícios anteriores	12.548.773,35
NÃO CIRCULANTE	21.037.831,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	21.037.831,23
2.2.2.2.3.01.00 -Financiamentos do Ativo Permanente	21.037.831,23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	351.097.697,78
RESULTADO ACUMULADO	369.492.094,32
2.4.3.0.0.00.00 - Lucros ou Prejuízos Acumulados	369.492.094,32
RESULTADO DO PERÍODO	-18.394.396,54

ANEXO XVIII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS

Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	72.844.206,77
1.1. SERV. FINANCEIROS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47.467.506,69
4.1.6.0.0.99.00 - Outras Receitas de Serviços	925.988,80
4.1.9.2.2.07.00 - Recup.de Desp.de Exerc. Anteriores	46.205.660,29
6.2.3.2.3.05.08 - Juros Mensais	327.873,86
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pró-rata	7.983,74
1.2. RECEBIMENTO DE RECURSOS DE TERCEIROS	25.376.700,08
4.1.6.0.0.02.06 - Serviços de Remun. Rep. Prog.Des.Economico	3.667.122,51
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros	21.709.577,57
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-17.904.153,08
2.2. LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	-1.934.626,30
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis	-784.410,75
3.3.3.9.0.39.11 - Locação Softwares	-309.349,29
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equip.	-840.866,26
2.4. SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS	-13.898.461,09
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	-20.675,20
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	-8.632,70
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias Colab.Event. no País	-10.264,80
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias Colaboradores Event. Exterior	-2.182,40
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	-54.879,27
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo Tec.e Operac.	-4.574.510,17
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	-279.255,29
3.3.3.9.0.39.08 - Manut. de Software	-180.258,37
3.3.3.9.0.39.10 - Locação de Imóveis	-470.720,68
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congressos e Conf.	-1.479.811,67
3.3.3.9.0.39.47 - Serviços de Comunicação em Geral	-433.797,10
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	-33.117,05
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Processamento de Dados	-4.923,84
3.3.3.9.0.39.79 - Serviço de Apoio Administ. Tec. e Oper.	-3.085.228,82
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	-541.599,35
3.3.3.9.0.39.92 - Serviços de Publicidade Institucional	-2.670.332,61
3.3.3.9.0.39.95 - Manut. e Conserv. Equip. de Processamento	-48.271,77
2.5. MATERIAL DE CONSUMO	-9.014,07
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Proce. de Dados	-9.014,07
5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato	-9.014,07
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	9.014,07
2.6. TRANSPORTE DE PESSOAL	-2.062.051,62
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	-1.990.516,15
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior	-65.539,69
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transporte	-5.995,78
3. DESPESAS DE CONVÊNIOS	-95.696.188,42
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cult. Educ.	-64.194.562,42
3.3.3.5.0.41.03 - Inst. de Pesquisa e Desenvolv.	-24.446.831,98
3.3.3.6.0.41.02 - Inst.de caráter Industrial	-7.054.794,02

ANEXO XVIII – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS

Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

4. RESULTADOS COMPENSATÓRIOS	0,00
3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	-541.220,97
6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente	541.220,97
3.4.5.9.0.66.02 - Financiamentos Concedidos	-14.300.780,12
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	14.300.780,12
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	327.873,86
4.2.3.0.0.80.02 - Amortização de Projetos	4.531.390,59
5.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	-4.859.264,45
5. DESPESAS FINANCEIRAS	-14.988.499,40
3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis	-274,31
3.3.3.9.0.39.37 - Juros	-487,38
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	-3.948.542,50
5.2.3.1.2.01.02 - Doações Intra-Orçamentárias	-1.227.960,97
5.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	-9.683.734,96
5.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Cancelamento	-126.545,76
5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial n/Financeira	-953,52
6. RECEITAS FINANCEIRAS	37.350.237,59
4.1.3.2.5.00.00 - Remun.de Depósitos Bancários	26.913.573,48
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	2.069,99
4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contratos	599,56
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	6.732.898,55
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição	3.441.113,48
6.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber	52.146,99
6.2.3.2.3.04.05 - Emprést. e Financ. Concedidos	32.433,47
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exercícios Anteriores	175.402,07
7. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO	-18.394.396,54

ANEXO XIX – ITEM 18.3

Demonstrações Contábeis Programa de Ações Especiais MCT / FINEP

PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2010

(Valores expressos em Reais Mil)

1. OS SEUS OBJETIVOS

1.1- A Unidade Programa de Ações Especiais MCT/FINEP foi criada com a finalidade de operacionalizar a nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para execução do orçamento a partir de 1993.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora, onde são registrados:

- a) A entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pela União;
- b) A saída direta dos recursos, para aplicação nos pagamentos de programas e convênios.
- c) O Prejuízo apurado no exercício de 2010 no montante de R\$ 5.432 mil é resultado da baixa do saldo de operações de retorno variável no âmbito do convênio SDAV/MINC autorizado pelas Resoluções de Diretoria 099/2010 e 420/2010.

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF – 518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF – 620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF – 627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF – 316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34

ANEXO XIX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Programa de Ações Especiais MCT/FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP Balanço Patrimonial em 31/12/2010 e 31/12/2009 Em Reais Mil

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE		
Devedores Entidades e Agentes	127	-
Falta ou Irregularidade de Comprovação	127	
Total do Ativo Circulante	127	-
NÃO CIRCULANTE		
Operações de Crédito	5.828	11.388
Operações de Crédito	5.266	10.826
Cobrança Judicial	561	561
Total do Ativo Não Circulante	5.828	11.388
Total do Ativo	5.955	11.388

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurew
Diretor
CPF-316.206.477/5

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XIX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Programa de Ações Especiais MCT/FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP Balanco Patrimonial em 31/12/2010 e 31/12/2009 Em Reais Mil

PASSIVO	2010	2009
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.955	11.388
Patrimônio / Capital	11.388	11.044
Resultado do Período	(5.433)	344
Total do Passivo	5.955	11.388

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewic
Diretor
CPF-316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XIX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Programa de Ações Especiais MCT/FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2010	2009
Despesas Financeiras	(5.560)	-
Receitas Financeiras	127	344
Lucro / Prejuízo Líquido	(5.433)	344

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF-316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XIX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Programa de Ações Especiais MCT/FINEP

PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP

Balço Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

ATIVO	5.955.212,11
CIRCULANTE	127.318,90
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	127.318,90
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	127.318,90
1.1.2.2.9.08.00 - Falta ou Irregularidade de Comprovação	127.318,90
NÃO CIRCULANTE	5.827.893,21
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	5.827.893,21
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.827.893,21
1.2.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	5.266.432,84
1.2.2.3.6.00.00 - Cobrança Judicial	561.460,37

**ANEXO XIX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Programa de Ações Especiais
MCT/FINEP**

PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP
Balço Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

PASSIVO	5.955.212,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.955.212,11
PATRIMÔNIO/CAPITAL	11.387.728,77
PATRIMÔNIO	11.387.728,77
2.4.1.1.0.00.00 - Patrimônio	11.387.728,77
RESULTADO DO PERÍODO	(5.432.516,66)

ANEXO XIX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis Programa de Ações Especiais MCT/FINEP

PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

6. DESPESAS FINANCEIRAS	-5.559.835,56
5.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	-13.736,59
5.2.3.1.7.04.00 - Empréstimos e Financiamentos	-5.546.098,97
7. RECEITAS FINANCEIRAS	127.318,90
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição	127.318,90
8. LUCRO/ PREJUÍZO LIQUIDO	-5.432.516,66

ANEXO XX – ITEM 18.3

Demonstrações Contábeis FUNTTEL

FUNTTEL / FINEP – AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTEL

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2010

(Valores expressos em Reais Mil)

1. OS SEUS OBJETIVOS

1.1- A Unidade Gestora 410049, foi criada com a finalidade de operacionalizar a nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, para a execução orçamentária e financeira do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações–FUNTTEL, criado pela Lei nº 10.052 de 28 de novembro de 2000, sendo que a mesma se encontra vinculada ao Ministério das Comunicações, exercendo a FINEP a condição de Agente Financeiro.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora, onde são registrados:

- a) A entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pelo Ministério das Comunicações;
- b) As saídas diretas dos recursos, para aplicação nos pagamentos dos convênios como despesa;
- c) O prejuízo do exercício de 2010 no valor de R\$ 10.653 mil é composto pelo resultado da movimentação das contas da própria Unidade Gestora.

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF – 518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF – 620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF – 627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF – 316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34

ANEXO XX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FUNTTEL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FUNTTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTEL
Balço Patrimonial em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	-	10.014
Recursos Especiais a Receber	1.478	10.014
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento	1.478	10.014
Recursos a Receber para Pagtº de RP	24.600	27.839
Recursos a Receber para Pagtº de RP-Retificadora	(24.600)	(27.839)
Total do Ativo Circulante	1.478	10.014
Total do Ativo	1.478	10.014

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewicz
Diretor
CPF-316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FUNTTEL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FUNTTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTEL
Balanco Patrimonial em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE		
Fornecedores	-	730
Convênios a Pagar	2.847	-
Exercício	2.847	-
Não Processados a Liquidar	23.230	37.123
Retificação de RP Não Processados	(23.230)	(37.123)
Total do Passivo Circulante	2.847	730
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio / Capital	9.284	-
Lucro / Prejuízo do Período	(10.654)	9.284
Total do Patrimônio Líquido	(1.370)	9.284
Total do Passivo	1.478	10.014

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Glauco Antônio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF-518.652.118/34

 João Alberto de Negri
 Diretor
 CPF-620.169.979/15

 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597/04

 Eugenius Kaszkurewic
 Diretor
 CPF-316.206.477/53

 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907/34

ANEXO XX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FUNTTEL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
FUNTTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTEL
Demonstração do Resultado em 31/12/2010 e 31/12/2009
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2010	2009
Receita Operacional Bruta	75.132	37.853
Sub-repasse recebido	21.963	10.014
Recursos de limites a receber de RP	24.600	27.839
Baixa de recursos por retificação	27.839	-
Obrigações de Exercícios Anteriores	730	-
Despesas de Convênios / Repasse de Recursos	(81.709)	(37.853)
Despesas de Convênios	(81.709)	(37.123)
Repasse de Recursos	-	(730)
Despesas Financeiras	(25.829)	(27.839)
Receitas Financeiras	21.753	37.123
Lucro / Prejuízo Líquido	(10.654)	9.284

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Eugenius Kaszkurewic;
Diretor
CPF-316.206.477/53

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FUNTTEL

FUNTTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTEL Balço Patrimonial em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

ATIVO	1.477.584,61
CIRCULANTE	1.477.584,61
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.477.584,61
1.1.2.1.6.01.00 - Rec.a Receber p/Transferências	
1.1.2.1.6.04.00 - Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento	1.477.584,61
1.1.2.1.6.12.00 - Recursos a Receber para Pagamento	
1.1.2.1.6.22.00 - Recursos a Receber para Pagtº de RP	24.599.634,84
1.1.2.1.6.24.00 - Recursos a Receber para Pagtº de RP - Retificadora	-24.599.634,84

ANEXO XX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FUNTTEL

FUNTTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTEL Balanco Patrimonial em 31/012/2010 - Memória de Cálculo

PASSIVO	1.477.584,61
CIRCULANTE	2.847.090,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.847.090,92
CONVÊNIOS A PAGAR	2.847.090,92
2.1.2.1.1.03.01 - Do Exercício	2.847.090,92
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	0,00
2.1.2.1.6.01.00 - Recursos a Liberar por Transferência	
2.1.2.1.6.02.02 - Não Processados a Liquidar	23.230.128,53
2.1.2.1.6.02.09 - Retificação de RP Não Processados	-23.230.128,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.369.506,31
PATRIMÔNIO/CAPITAL	9.284.240,76
PATRIMÔNIO	9.284.240,76
2.4.1.1.0.00.00 - Patrimônio	9.284.240,76
RESULTADO DO PERÍODO	-10.653.747,07

ANEXO XX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis FUNTTEL

FUNTTEL / FINEP - AGENTE FINANCEIRO DO FUNTTEL

Demonstração do Resultado em 31/12/2010 - Memória de Cálculo

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	<u>2010</u>
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	75.132.019,10
6.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Recebido	21.963.472,16
6.2.3.1.7.01.03 - Recursos de Limites a Receber de RP	24.599.634,84
6.2.3.1.7.01.05 - Recursos Especiais a Receber	
6.2.3.1.7.01.13 - Baixa de recursos a receber por retificação	27.839.152,86
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exercícios Anteriores	729.759,24
2. DESPESAS DE CONVÊNIO / REPASSE DE RECURSOS	-81.708.916,01
2.1. DESPESAS DE CONVÊNIO	-81.708.916,01
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cultural e Educacional	-46.063.107,00
5.2.3.3.1.26.00 - Restos a Pagar	-35.645.809,01
5. DESPESAS FINANCEIRAS	-25.829.394,08
5.2.3.1.7.01.02 - Recursos de Restos a pagar	-24.599.634,84
5.2.3.1.7.01.03 - Recursos de Limite a Receber de RP	-1.229.759,24
6. RECEITAS FINANCEIRAS	21.752.543,92
6.1.3.3.9.01.00 - Desincorporação de Passivo por Retificação	21.752.543,92
7. LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	-10.653.747,07
9. LUCRO /PREJUÍZO LÍQUIDO	-10.653.747,07

ANEXO XXI – ITEM 18.4

Composição Acionária do Capital Social

ANEXO XXI – ITEM 18.4: Composição Acionária do Capital Social

FINEP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
QUADRO 05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (CONTA - 24.121.00.00)	
POSIÇÃO EM : 31.12.2010	
DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
<p>A FINEP é uma Empresa Pública criada nos termos do Decreto Lei nº 200 de 25.02.67, modificado pelo Decreto-Lei nº 900 de 29.09.69.</p> <p>O Capital da FINEP é composto por 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme artigo 7º do estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996 e alterado pelo Decreto nº 2.471 de 26.01.1998 de 26.01.1998, sendo 100% do seu capital de propriedade do Tesouro Nacional.</p> <p>Ao Tesouro Nacional é reservado, em qualquer hipótese, a participação mínima no Capital Social com direito a voto, necessária à manutenção do controle acionário, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter esta situação.</p>	
CAPITAL SOCIAL APROVADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONFORME ART. 3º DO DECRETO Nº 3.987 DE 29/10/2001.	537.268.098,97
(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND INTEGRALIZADAS PELO TESOURO NACIONAL EM 28.12.2001 CONFORME ARTIGO 4º DO DECRETO 3.987 DE 29.10.2001.	320.000.000,00
VALOR DA CONTA CAPITAL(conta 24.121.00.00) 31/12/2008	<u>857.268.098,97</u>
(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND EM 15/12/2009 CONFORME ARTIGO 1º DO DECRETO S/N E INTEGRALIZADAS EM 18/12/2009 CONFORME CI-FND Nº.078A	524.000.000,00
(-) REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL CONFORME ARTIGO 2º DO DECRETO S/N DE 15/12/2009 REFERENTE AOS PREJUÍZOS ACUMULADOS ATÉ 31/12/2008.	479.716.167,62
AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO DECRETO Nº 7.322 DE 30.09.2010 VALOR DA CONTA CAPITAL (conta 24.121.00.00) EM 31.12.2010.	<u>901.551.931,35</u>
<p>Ruben Silveira Mello Filho Contador - CRC-RJ 056.592/O-7 CPF - 598.262.907/34</p>	

ANEXO XXII – ITEM 18.5

Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Rio de Janeiro - RJ

*DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2010 E 2009.*

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE
31 DE DEZEMBRO DE 2010.**

Rio de Janeiro, 21 de março de 2011.

Ilmos. Srs.
Associados e Administradores da
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Conhecimento que Gera Valor

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A FINEP mantém consignada na rubrica Outros Créditos - Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 25.471 mil, referente à variação cambial subsidiada para empréstimos ativos (Risco Cambial). Conforme mencionado na nota explicativa 6, a FINEP continua mantendo entendimentos para ressarcimento desse montante junto ao Tesouro Nacional.

Conforme mencionado na nota explicativa "3e", no presente exercício, a empresa registrou como ativo fiscal diferido o montante líquido de R\$ 41.975 mil, decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores e de diferenças temporais nas bases tributáveis do imposto de renda e contribuição social, nos termos da NBC T 19.2. A realização deste crédito fiscal depende da geração de lucros futuros em montantes suficientes para absorção desse crédito fiscal.

HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/O-2 F-RJ
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS-023584/O-8-S-RJ

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

ANEXO XXIII – ITEM 19.2

Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

ANEXO XXIII – ITEM 19.2: Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Luiz Antônio Rodrigues Elias (titular)	-	-	2.471,11	2.940,46	2.619,37	2.619,37	2.619,37	2.619,37	2.837,66	2.619,37	2.796,43	2.619,37	2.619,37	5.106,10	34.487,35
João Alberto de Negri (titular)	-	-	2.471,11	2.940,46	2.619,37	2.619,37	2.619,37	2.619,37	2.837,66	2.619,37	2.796,43	2.619,37	2.619,37	5.106,10	34.487,35
Cesar Santos Alvarez (titular)	-	-	2.471,11	2.940,46	2.619,37	2.619,37	2.619,37	2.619,37	2.837,66	2.619,37	2.796,43	2.619,37	2.619,37	5.106,10	34.487,35
Julio Alexandre Menezes da Silva (titular)	27/05/2010	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.968,61	2.837,66	2.619,37	2.796,43	2.619,37	2.619,37	5.106,10	21.566,91
João Carlos Ferraz ¹ (titular)	27/05/2010	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Newton Lima Neto (titular)	-	26/03/2010	2.471,11	2.940,46	2.619,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.030,94
Alexandre Cairo (titular)	-	26/06/2010	2.471,11	2.940,46	2.619,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.030,94

Nota: ¹ O Conselheiro é funcionário do BNDES e, por isso, está impedido de receber a remuneração, conforme a Resolução nº 1.023/02, de 28/10/2002, da Diretoria do BNDES: "Aos representantes, empregados ou não do BNDES, é vedada, sob qualquer hipótese, a percepção de remuneração ou vantagem pelo exercício da representação em qualquer colegiado de Entidades e Empresas".

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Raul Pequeno Sá Carvalho (titular)	-	-	2.471,11	2.940,46	2.619,37	2.488,40	2.488,40	2.619,37	2.837,66	2.619,37	2.796,43	2.619,37	2.619,37	5.106,10	34.225,41
Luiz Fernando Alves ² (titular)	-	26/05/2010	2.471,11	2.940,46	2.619,37	10.217,63	2.488,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.736,97
Joe Carlo Viana Vale (titular)	-	26/03/2010	2.471,11	2.940,46	2.619,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.030,94
Obdulia Almeida Belmonte (titular)	28/05/2010	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.881,30	2.837,66	2.619,37	2.796,43	2.619,37	2.619,37	5.106,10	21.479,60
Lena Oliveira de Carvalho (titular)	28/05/2010	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.881,30	2.837,66	2.619,37	2.796,43	2.619,37	2.619,37	5.106,10	21.479,60

Nota: ² Em abril de 2010 foi pago excepcionalmente o valor adicional de R\$ 7.729,23 referente a viagem internacional realizada nos meses de janeiro a março de 2009.

Fonte: FINEP - ARH

ANEXO XXIV – ITEM 19.4

Previdência Complementar Patrocinada pela FINEP

FIPECq

DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES - Exercício 2010

APLICAÇÃO	PLANOS								CONSOLIDADO	
	PPC		PPE		FIEPECqPREV		PGA			
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Disponível	126.957,30	0,02	6.008,07	0,01	-	-	1.166,83	-	134.132,23	0,02
Títulos Públicos	90.088.338,58	11,54	4.541.097,61	11,28	167.304,04	8,26	5.294.567,94	12,74	100.091.339,25	11,58
Créditos Privados e Depósitos	317.237.430,51	40,63	16.011.437,84	39,78	605.855,29	29,92	18.594.959,84	44,72	352.449.793,81	40,75
Ações	123.460.267,67	15,81	6.294.425,83	15,63	252.101,46	12,45	7.117.144,16	17,12	137.123.983,01	15,86
Fundos de Investimento	218.105.841,54	27,93	12.140.351,43	30,15	999.677,85	49,37	10.566.642,46	25,42	241.812.620,73	27,96
Investimentos Imobiliários	851.476,25	0,11	32.032,15	0,08	-	-	-	-	883.508,59	0,10
Empréstimos	29.068.697,93	3,72	1.168.907,97	2,90	-	-	-	-	30.237.612,52	3,50
Outros Realizáveis	1.889.922,01	0,24	69.555,34	0,17	-	-	-	-	1.959.477,76	0,23
Total	780.828.931,79	100,00	40.263.816,24	100,00	2.024.938,64	100,00	41.574.481,23	100,00	864.692.467,90	100,00

PPC - Plano de Previdência Complementar

PPE - Plano de Previdência Especial

FIEPECqPREV - Plano Insituído pela FIEPECqVIDA

PGA - Plano de Gestão Administrativa

Plano de Previdência Especial - PPE - Obteve a rentabilidade nominal líquida de mais 10,89% no decorrer do exercício de 2010.

Plano Instituidor - FIEPECqPREV - A variação nominal da cotado Plano FIEPECqPREV, obtida de janeiro a dezembro de 2010, foi de mais 11,9709%.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 1451-FIPECQ

Plano de Benefícios: 1979001618-PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2010

Data de Geração: 30/12/2009 11:08:00



Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2010 a 12/2010	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 209

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 10/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
RENDA FIXA	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
IMÓVEIS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
RENDA VARIÁVEL	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	30,00%	100,00%	56,35%
RENDA VARIÁVEL	10,00%	70,00%	28,94%

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	0,17%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	4,81%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	9,73%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

Observações

Diante dos indicadores macroeconômicos que projetam para os próximos 5 anos um cenário de recuperação da atividade econômica brasileira, planeja-se que para viabilizar o cumprimento da meta atuarial correspondente ao INPC + 5% aa, parte das aplicações da FIPECq nos próximos anos deverão ser alocadas em títulos públicos, títulos privados de renda fixa e de renda variável, que proporcionem a melhor equação entre risco e retorno; sempre ajustando o planejamento em função da conjuntura vigente.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 1451-FIPECQ

Plano de Benefícios: 1991000529-PLANO DE PREVIDÊNCIA ESPECIAL

Exercício: 2010

Data de Geração: 30/12/2009 11:08:57



Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2010 a 12/2010	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 209

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 10/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
RENDA FIXA	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
RENDA VARIÁVEL	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
IMÓVEIS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	30,00%	100,00%	46,16%
RENDA VARIÁVEL	10,00%	70,00%	28,94%

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	0,17%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	15,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	9,73%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

Observações

Diante dos indicadores macroeconômicos que projetam para os próximos 5 anos um cenário de recuperação da atividade econômica brasileira, planeja-se que para viabilizar o cumprimento da meta atuarial correspondente ao INPC + 5% aa, parte das aplicações da FIPECq nos próximos anos deverão ser alocadas em títulos públicos, títulos privados de renda fixa e de renda variável, que proporcionem a melhor equação entre risco e retorno; sempre ajustando o planejamento em função da conjuntura vigente.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 1451-FIPECQ

Plano de Benefícios: 2006002929-PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECQPREV

Exercício: 2010

Data de Geração: 30/12/2009 11:09:43



Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2010 a 12/2010	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 209

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 10/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
RENDA VARIÁVEL	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
RENDA FIXA	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
IMÓVEIS	Roberto Teixeira de Carvalho	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	30,00%	100,00%	50,37%
RENDA VARIÁVEL	10,00%	70,00%	39,90%

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
IMÓVEIS	0,00%	0,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	9,73%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	0,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

Observações

Diante dos indicadores macroeconômicos que projetam para os próximos 5 anos um cenário de recuperação da atividade econômica brasileira, planeja-se que para viabilizar o cumprimento da meta atuarial correspondente ao INPC + 5% aa, parte das aplicações da FIPECq nos próximos anos deverão ser alocadas em títulos públicos, títulos privados de renda fixa e de renda variável, que proporcionem a melhor equação entre risco e retorno; sempre ajustando o planejamento em função da conjuntura vigente.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

FI 1/3

ENTIDADE												
SIGLA: FIPECq							1	CÓDIGO: 01451		2		
RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA - FIPECq										3		
PLANO												
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC / CNPB: 19790016-18									4			
PATROCINADORAS: FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA E A PRÓPRIA FIPECq									5			
MOTIVO DA AVALIAÇÃO:	<input checked="" type="checkbox"/>	AVALIAÇÃO ANUAL			<input type="checkbox"/>	IMPLANTAÇÃO DE PLANO		<input type="checkbox"/>	OUTROS:		6	
ATUÁRIO RESPONSÁVEL												
NOME: JOSÉ ROBERTO MONTELLO			7	MTb: 426		8	MIBA: 426		9	FONE CONT.: (21) 2553-0900		10
EMPRESA: JESSÉ MONTELLO SERV. TÉC. EM ATUÁRIA E ECON. LTDA.					11	CGC/CPF: 30.020.036/0001-06					12	
AVALIAÇÃO DA ENTIDADE												
DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2010			13	DATA BASE: 30/11/2010			14	MOEDA: R\$ 1,00		15		
DADOS DO PLANO												
SITUAÇÃO DO PLANO:		EM MANUTENÇÃO (X)			16	SE EM EXTINÇÃO - DATA DE DESATIVAÇÃO			17			
EM EXTINÇÃO ()												
CARACTERÍSTICAS DO PLANO												
BENEFÍCIOS	18	NÍVEL BÁSICO DO BENEFÍCIO	19	MODALIDADE DO BENEFÍCIO	20	REGIME FINANCEIRO	21	MÉTODO	22			
Aposentadorias em Geral		(SRB-INSS) + 20% SRB		Benefício Definido		Capitalização		Crédito Unitário Projetado				
Pensão por Morte		60% a 100% das Aposent. em Geral		Benefício Definido		Capitalização		Crédito Unitário Projetado				
Pecúlio por Morte		13 - SRB		Benefício Definido		Capitalização		Crédito Unitário Projetado				
Auxílio Reclusão		60% a 100% das Aposent. em Geral		Benefício Definido		Repartição		Capital de Cobertura				
Auxílio Doença		(SRB - INSS)		Benefício Definido		Repartição		Simplex				
Observações:									23			
NOTA: Os benefícios de prestação continuada tem uma mensalidade adicional no último mês do ano de valor igual a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses em gozo de benefício no ano, do valor do benefício do mês de dezembro do mesmo ano.												

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten mark]

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Fl. 2/3

SIGLA: FIPECq			1	CÓDIGO: 01451	2
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PPC / CNPB: 19790016-18					
PATROCINADORAS: FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA E A PRÓPRIA FIPECq					
ITEM	R\$		ITEM		
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO (NOTA)	554.688.532,98	24	CUSTO		
PROVISÕES MATEMÁTICAS	512.754.904,00	25	APOSENTADORIAS (IMPORTANTE)	6,37%	45
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	146.431.164,00	26	INVALIDEZ	1,91%	46
Benefícios do Plano	146.431.164,00	27	PENSÃO POR MORTE	1,65%	47
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios	-	28	COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO-DOENÇA (*1)	0,65%	48
Outras Contribuições da Geração Atual	-	29	PECÚLIO POR MORTE	0,70%	49
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	30	RESGATES	0,38%	50
BENEFÍCIOS A CONCEDER	366.323.740,00	31	OUTROS BENEFÍCIOS	-	51
Benefícios do Plano com a Geração Atual	464.542.822,00	32	OUTROS BENEFÍCIOS	-	52
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	-	33	OUTROS BENEFÍCIOS	-	53
Outras Contribuições da Geração Atual	(98.219.082,00)	34	TOTAL DE BENEFÍCIOS	11,66%	54
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-	35	SUPLEMENTAR	-	55
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	-	36	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT	-	56
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	37	ADMINISTRAÇÃO (*2)	2,06%	57
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-	38	TOTAL	13,72%	58
Serviço Passado	-	39	CONTRIBUIÇÕES		
Déficit Equacionado	-	40	PATROCINADORAS	6,86%	59
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	41	NORMAL (Base SRB)	6,86%	60
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	41.933.628,98	42	AMORTIZANTE	-	61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	41.933.628,98	43	PARTICIPANTES ATIVOS	6,86%	62
RESERVA PARA REVISÃO DO PLANO	-	44	NORMAL (Base SRB)	6,86%	63
			AMORTIZANTE	-	64
			PARTICIPANTES ASSISTIDOS (*3)	5,75%	65
					66

Observações: VIGÊNCIA DO PLANO: JANEIRO/2011

(*1) Inclui auxílio-reclusão.

(*2) 15% das contribuições previdenciárias.

(*3) Expresso em percentagem do total da folha de benefício de aposentadoria.

IMPORTANTE: A diferença entre o custo das aposentadorias avaliado sem rotatividade e avaliado com rotatividade de 1% ao ano, deduzida do custo apropriado como resgates (Campo 50), está incorporada ao custo das aposentadorias (Campo 45).

NOTA: Esse Patrimônio de Cobertura do Plano só inclui os recursos disponíveis para dar cobertura às Provisões Matemáticas, portanto não inclui o Fundo Previdencial de R\$ 220.939.510,13 e o Fundo de Investimentos de R\$ 1.698.242,66, que também integram o Ativo Líquido Total do PPC.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARECER ATUARIAL

Fl. 3/3

1) O Plano de Previdência Complementar da **FIPECq**, que concede benefícios com base no Regulamento do Plano de Previdência Complementar da **FIPECq**, incluindo os Benefícios Saldados (que consistem em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições dos participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram adotados na avaliação atuarial do exercício anterior, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 41.933.628,98, equivalente à 7,56% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente.

2) À parte do referido Ativo Líquido do PPC (incluindo Benefícios Saldados), foi constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2010:

Fundo Previdencial constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC, (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado por força da Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 220.939.510,13 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da **FIPECq** não comprometida com as Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência, com a Reserva para Revisão do Plano, com o Fundo Administrativo e com o Fundo de Seguro - Empréstimos / Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada, perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca da titularidade desse Fundo Previdencial.

NOTA 1: As informações da área contábil da **FIPECq** nos dão conta da existência, em 31/12/2010, do Fundo Seguro-Empréstimos / Financiamento (Investimento):

- Fundo de Seguro - Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento): R\$ 1.698.242,66.

NOTA 2: À parte, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo Benefícios Saldados) e do Fundo Previdencial apresentado neste item 3, foi constituída uma Provisão de R\$ 3.999.433,79 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

3) Tendo em vista ter sido realizado o registro do Plano de Previdência Especial - PPE da **FIPECq**, que oferece benefícios complementares aos servidores alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU, o Fundo Previdencial no qual vinha sendo acumulada a arrecadação líquida das respectivas contribuições previdenciárias acrescida da correspondente rentabilidade líquida, passou, desde o encerramento do exercício de 2005, a constituir num Patrimônio de Cobertura específico desse Plano Previdenciário, com a conseqüente emissão, a partir do referido exercício, do correspondente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA relativo a esse Plano.

4) Portanto, considerando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC, incluindo os Benefícios Saldados (que consistem em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições de participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único - RJU, para conceder benefícios saldados aos mesmos) de R\$ 554.688.532,98 somado aos Fundos Previdencial e de Seguro - Empréstimos / Financiamentos (Investimento) discriminados no item 2 deste Parecer Atuarial de respectivamente R\$ 220.939.510,13 e R\$ 1.698.242,66, alcançou, em 31/12/2010, a R\$ 777.326.285,77.

(continua na folha seguinte)

RIO DE JANEIRO, 22 de fevereiro de 2011

LOCAL E DATA

Jo Roberto Montello

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

Roberto Teixeira de Carvalho

Roberto Teixeira de Carvalho
Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME - CARGO

Carlos Roberto Silveira Silva

Carlos Roberto Silveira Silva
Representante do CNPq

Pêrsio Marco Antonio Davison

Pêrsio Marco Antonio Davison
ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA
Representante do IPEA
NOME - CARGO

Ruben Silveira Mello Filho

Ruben Silveira Mello Filho
Representante da FINEP

José Demisio Simoes da Silva

José Demisio Simoes da Silva
Representante do IMPE

Raimundo Otaine Picanço Filho

Raimundo Otaine Picanço Filho
Representante do INPA

José Valente Chaves

José Valente Chaves
Representante do IPEA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARECER ATUARIAL

Fl. 3/3

5) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluindo os Benefícios Saldados (que consistiram em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições de participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único – RJU para conceder benefícios saldados aos mesmos), em 31/12/2010, apresentavam as seguintes aberturas:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 146.431.164,00
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 366.323.740,00
• <u>Provisão Matemática a Constituir</u>	R\$ (0,00)
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 512.754.904,00
• <u>Superávit Técnico Acumulado</u>	R\$ 41.933.628,98 *1
• Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 554.688.532,98

*1: Se negativo, é Déficit Técnico Acumulado e, se positivo, é Superávit Técnico Acumulado.

NOTA: Como é positivo, trata-se de Superávit Técnico Acumulado que, por ser inferior a 25% das Provisões Matemáticas, será integralmente registrado como Reserva de Contingência.

6) Nos termos do Parecer Atuarial constante do JM/1602/94, em 31/12/90, subsiste um saldo não amortizado do Compromisso Especial (Custo Suplementar Não Amortizado), cuja amortização foi suspensa pelos Patrocinadores alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU tão logo esse Regime entrou em vigor, no valor original de Cr\$ 393.618.554,10 (IPEA: Cr\$ 191.600.976,15 / CNPq: Cr\$ 160.546.158,45 / INPE: Cr\$ 34.313.408,10 / INPA: Cr\$ 7.158.011,40) que atualizado para 31/12/2010 pela meta atuarial relativa aos benefícios concedidos dos participantes celetistas, alcançou a R\$ 26.262.211,57. A FIPECq ajuizou ação de cobrança contra cada uma das patrocinadoras devedoras.

7) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do seu Ativo Líquido Previdencial (constituído do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC, incluídos os Benefícios Saldados, e o Fundo Previdencial do próprio PPC) ao longo de 2010, foi de mais 10,14% contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 5% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 11,79% o que em termos reais, representou obter mais 3,45% contra uma meta atuarial de mais 5% ao ano, adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, não sendo alcançada a meta de rentabilidade líquida, fato que possibilitou a redução significativa do Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2009 para 31/12/2010.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2010, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de mais 10,23%.

8) Informações recebidas da FIPECq, nos colocaram que os títulos de renda fixa pertencentes aos Planos Previdenciários dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar estão contabilizados pela marcação a mercado.

(continua na folha seguinte)

RIO DE JANEIRO, 22 de Fevereiro de 2011

LOCAL E DATA

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MBA Nº 426

Roberto Teixeira de Carvalho
Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

Pérsio Marco Antonio Davison
Representante do IPEA

Carlos Roberto Silveira Silva
Representante do CNPq
ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

Ruben Silveira Mello Filho
Representante da FINEP

José Demisio Simões da Silva
Representante do INPE

Raimundo Otáide Picanço Filho
Representante do INPA

José Valente Cirves
Representante do IPEA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARECER ATUARIAL

Fl. 3/3

- 9) Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) do Plano de Previdência Complementar - PPC, incluídos os Benefícios Saldados (VER FATO RELEVANTE AO FINAL DESTE ITEM 10), apresentadas de forma aberta no item 5 deste Parecer Atuarial, e ao decorrente valor do Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, bem como com relação ao valor do Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A do DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 do DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela FIPECq e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da FIPECq para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

FATO RELEVANTE: Conforme Nota Técnica do PBS, apresentada em anexo ao JM/1266/91 de 28/05/1991, o Benefício Saldado tomou por base um Benefício Mínimo de 20% do Salário Real de Benefício, devidamente proporcionalizado ao tempo de filiação ao Plano de Previdência Complementar - PPC existente em 01/01/1991, sendo que um Benefício Saldado avaliado por esse procedimento (Benefício Mínimo / Proporcionalidade ao Tempo de Filiação) objetivou assegurar que as contribuições dos participantes, com as devidas rentabilidades obtidas, fossem suficientes para o custeio desse Benefício Saldado, sem necessidade de utilizar-se das parcelas contributivas vertidas pela Patrocinadora em relação aos que foram alcançados pelo RJU, que aconteceria se o Benefício Saldado tomasse por base o valor do Benefício Total (Mínimo + Parte Excedente ao Mínimo) e não apenas o Benefício Mínimo.

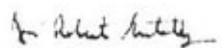
Portanto, pode-se afirmar que nas Provisões Matemáticas do PPC da FIPECq não há Benefício Saldado financiado com base em contribuições patronais, mas tão somente financiados por contribuições de participantes, com as respectivas rentabilidades obtidas.

- 10) A destinação do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 41.933.628,98, existente em 31/12/2010, devidamente registrado como Reserva de Contingência, é a cobertura à desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, seja em relação ao Retorno dos Investimentos ou seja em relação às Tábuas Biométricas ou seja em relação a outros fatores, tais como previsão de crescimento real de salário e expectativa de Retorno de Investimentos. Subsidiariamente, o Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, tem idêntica destinação.

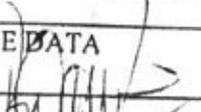
(continua na folha seguinte)

RIO DE JANEIRO, 22 de fevereiro de 2011

LOCAL E DATA

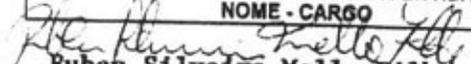

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

CIENTE

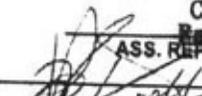

Roberto Teixeira de Carvalho
Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

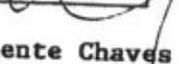
ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME - CARGO

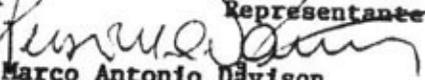

Carlos Roberto Silveira Silva
ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA
NOME - CARGO


Ruben Silveira Mello Filho
Representante da FINEP


José Demisio Simões da Silva
Representante do INPE


Raimundo Otávio Picanço Filho
Representante do INPA


José Valente Chaves
Representante do IPEA


Pêrsio Marco Antonio Davison
Representante do IPEA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
 PARECER ATUARIAL

11) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas dentro do Plano de Contas vigente desde 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação, em 31/12/2010:

2.3.1.1.01.00.00 Benefícios Concedidos		146.431.164,00
2.3.1.1.01.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização		146.431.164,00
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	112.613.980,00	
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	33.817.184,00	
2.3.1.1.02.00.00 Benefícios a Conceder		366.323.740,00
2.3.1.1.02.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado		366.323.740,00
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	464.542.822,00	
2.3.1.1.02.02.02 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(49.109.541,00)	
2.3.1.1.02.02.03 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(49.109.541,00)	
2.3.1.1.02.03.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado		0,00
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	44.112.648,00	
2.3.1.1.02.03.02 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(22.056.324,00)	
2.3.1.1.02.03.03 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(22.056.324,00)	
2.3.1.1.02.04.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura		0,00
2.3.1.1.02.05.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples		0,00
2.3.1.1.03.00.00 Provisões Matemáticas a Constituir		(0,00)
2.3.1.1.03.01.00 Serviço Passado		(0,00)
2.3.1.1.03.01.01 Patrocinadores	(0,00)	
2.3.1.1.03.01.02 Participantes	(0,00)	
2.3.1.1.00.00.00 Provisões Matemáticas		512.754.904,00
2.3.1.2.01.01.00 Superávit Técnico Acumulado		41.933.628,98
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência		41.933.628,98
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano		0,00
2.3.1.0.00.00.00 Patrimônio de Cobertura do Plano		554.688.532,98
2.3.2.0.00.00.00 Fundos		222.637.752,79 (*1)

(*1) Inclui o valor do Fundo Previdencial de R\$ 220.939.510,13 e o valor do Fundo de Investimentos de R\$ 1.698.242,66.

RIO DE JANEIRO, 22 de fevereiro de 2011

LOCAL E DATA

João Roberto Montello
 JOSÉ ROBERTO MONTELLO
 ATUÁRIO - MIBA Nº 426

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

NOME Roberto Teixeira de Carvalho

CARGO Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Pérsio Marco Antônio Davison
 PÉRSIO MARCO ANTONIO DAVISON

Representante do IPEA

ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

NOME Carlos Roberto Silveira Silva

CARGO Representante do CNPq

Ruben Silveira Melão Filho
 Ruben Silveira Melão Filho
 Representante da FINEP

José Demisio Simões da Silva
 José Demisio Simões da Silva
 Representante do INPE

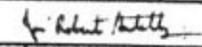
Raimundo Otávio Picanço Filho
 Raimundo Otávio Picanço Filho
 Representante do INPA

José Valente Chaves
 José Valente Chaves
 Representante do IPEA

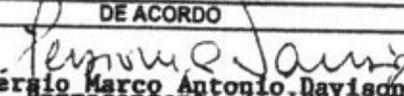
030

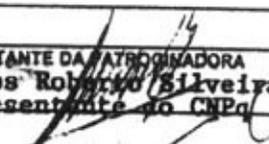
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

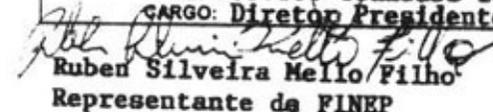
SIGLA: FIPECq		1	CÓDIGO: 01451	2
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC / CNPB: 19790016-18				
PATROCINADORAS: FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA E A PRÓPRIA FIPECq				
HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL				
TAXA REAL ANUAL DE JUROS		5%	INFORMAÇÕES GERAIS	
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO (AO ANO) (*1)	Média de 3,14% ao ano	A-1	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO (*3)	261 A-16
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-	A-2	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO (*3)	300 A-17
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-	A-3	TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO	15 A-18
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO	-	A-4	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO (Base SRB)	8.741,94 A-19
DOS SALÁRIOS	-	A-5	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS (*2)	14 A-20
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	98%	A-6	IDADE MÉDIA - PART. AUTO PATROCINADOS (*2)	51 A-21
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	-	A-7	QUANTIDADE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	155 A-22
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	-	A-8	FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (Base SRB)	4.904.230,14 A-23
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULLA	A-9	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	1 A-24
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	q _x da AT-2000	A-10	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	4.716,72 A-25
			IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	88 A-26
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	q _x ¹ = q _x da AT-83	A-11	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS	129 A-27
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	LIGHT (MÉDIA)	A-12	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS	5.362,15 A-28
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	-	A-13	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS	71 A-29
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	EXPER REGIONAL	A-14	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	26 A-30
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	-	A-15	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	3.359,88 A-31
			IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	63 A-32
			QUANTIDADE - PENSÕES	121 A-33
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	1.934,43 A-34
			QUANTIDADE - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	- A-35
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	- A-36
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A-37
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A-38
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A-39
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A-40
Observações: INDEXADOR DO PLANO: INPC do IBGE				
(*1) = (A + B log X) ^{x-15} onde A = - 8.356, B = 3.841 e Prod = 2% ao ano.				
(*2) Incluídos também como participantes ativos (Campos A-16 / A-17 / A-18 / A-19 / A-23).				
(*3) Não estão incluídos os 13 participantes não assistidos do PBS. NOTA: A idade média dos participantes ativos do Plano é de 49 anos.				

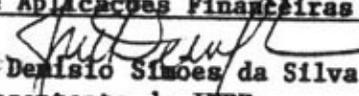

JOSE ROBERTO MONTELLO
 ATUÁRIO - MIBA N° 426
 DE ACORDO

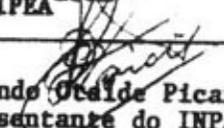

 ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
 NOME: Roberto Teixeira de Carvalho
 CARGO: Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

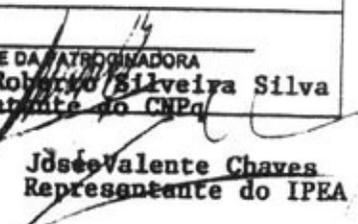

 Pêrgio Marco Antonio Daviasson
 Representante do IPEA


 ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA
 NOME: Carlos Roberto Silveira Silva
 CARGO: Representante do CNPq


 Ruben Silveira Mello Filho
 Representante da FINEP


 José Demisio Simões da Silva
 Representante do INPE


 Raimundo Otalide Picanço Filho
 Representante do INPA


 José Valente Chaves
 Representante do IPEA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

ENTIDADE												
SIGLA: FIPECq							1	CÓDIGO: 01451		2		
RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA - FIPECq										3		
PLANO												
NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA ESPECIAL - PPE / CNPB: 19.910.005-29										4		
PATROCINADORAS: IPEA, CNPq, INPE E INPA										5		
MOTIVO DA AVALIAÇÃO:		<input checked="" type="checkbox"/>	AVALIAÇÃO ANUAL			<input type="checkbox"/>		IMPLANTAÇÃO DE PLANO		<input type="checkbox"/>	OUTROS:	6
ATUÁRIO RESPONSÁVEL												
NOME: JOSÉ ROBERTO MONTELLO			7	MTb: 426		8	MIBA: 426		9	FONE CONT.: (21) 2553-0900		10
EMPRESA: JESSÉ MONTELLO SERV. TÉC. EM ATUÁRIA E ECON. LTDA.					11	CGC/CPF: 30.020.036/0001-06					12	
AVALIAÇÃO DA ENTIDADE												
DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2010			13	DATA BASE: 30/11/2010			14	MOEDA: R\$ 1,00		15		
DADOS DO PLANO												
SITUAÇÃO DO PLANO:		EM MANUTENÇÃO (X)		16	SE EM EXTINÇÃO - DATA DE DESATIVAÇÃO					17		
		EM EXTINÇÃO ()										
CARACTERÍSTICAS DO PLANO												
BENEFÍCIOS	18	NÍVEL BÁSICO DO BENEFÍCIO	19	MODALIDADE DO BENEFÍCIO	20	REGIME FINANCEIRO	21	MÉTODO	22			
COMPL. APOS. INVALIDEZ		(SRB) MENOS P (*1) VEZES (SRB)		BENEFÍCIO DEFINIDO		REPARTIÇÃO		CAPITAL DE COBERTURA				
COMPL. PENSÃO POR MORTE		60% A 100% DA COMPL. APOS. INVALIDEZ		BENEFÍCIO DEFINIDO		REPARTIÇÃO		CAPITAL DE COBERTURA				
PECÚLIO POR MORTE		10 VEZES (SRB)		BENEFÍCIO DEFINIDO		REPARTIÇÃO		SIMPLES				
Observações:										23		
(*1): P é a Proporcionalidade que for aplicada quando da concessão dos proventos de aposentadoria por invalidez, quando essa aposentadoria for concedida de forma proporcional pelo Regime Jurídico Único.												
NOTA: Os benefícios de Prestação Continuada tem uma mensalidade adicional no último mês do ano de valor igual a 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses em gozo de benefício no ano, do valor do benefício do mês de dezembro do mesmo ano.												

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Fl. 2/3

SIGLA: FIPECq

1 CÓDIGO: 01451 2

NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA ESPECIAL-PPE / CNPB: 19.910.005-29

PATROCINADORAS: IPEA, CNPq, INPE E INPA.

ITEM	R\$		ITEM		
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO (NOTA)	40.090.786,19	24	CUSTO		
PROVISÕES MATEMÁTICAS	40.090.786,19	25	APOSENTADORIAS	-	45
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	10.779.896,50	26	INVALIDEZ	0,25%	46
Benefícios do Plano	10.779.896,50	27	PENSÃO POR MORTE	0,10%	47
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios	-	28	AUXÍLIO-DOENÇA	-	48
Outras Contribuições da Geração Atual	-	29	PECÚLIO POR MORTE	0,50%	49
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	30	RESGATES	-	50
BENEFÍCIOS A CONCEDER	29.310.889,69	31	OUTROS BENEFÍCIOS	---	51
Benefícios do Plano com a Geração Atual	29.310.889,69	32	OUTROS BENEFÍCIOS	---	52
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	-	33	OUTROS BENEFÍCIOS	---	53
Outras Contribuições da Geração Atual	-	34	TOTAL DE BENEFÍCIOS (MÍNIMO DE)	0,85%	54
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-	35	SUPLEMENTAR		55
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	-	36	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT	---	56
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	37	ADMINISTRAÇÃO (MÍNIMO DE)	0,15%	57
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-	38	TOTAL (MÍNIMO DE)	1,00%	58
Serviço Passado	-	39	CONTRIBUIÇÕES		
Déficit Equacionado	-	40	PATROCINADORAS	-	59
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	41	NORMAL	-	60
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-	42	AMORTIZANTE	-	61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	43	PARTICIPANTES ATIVOS (MÍNIMO DE)	1,00%	62
RESERVA PARA REVISÃO DO PLANO	-	44	NORMAL (MÍNIMO DE)	1,00%	63
			AMORTIZANTE	-	64
			PARTICIPANTES ASSISTIDOS (MÍNIMO DE)	1,00% (*1)	65
					66

Observações: VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO: JANEIRO/2011.

IMPORTANTE: COMO TODOS OS BENEFÍCIOS SÃO AVALIADOS PELO REGIME DE REPARTIÇÃO, TODO O EXCESSO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO EM RELAÇÃO AO VALOR DAS PROVISÕES (MATEMÁTICAS) DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ENCONTRA-SE REGISTRADO COMO PROVISÕES (MATEMÁTICAS) DE BENEFÍCIOS A CONCEDER.

(*1) DESTINADA INTEGRALMENTE AO CUSTEIO DO BENEFÍCIO DE PECÚLIO POR MORTE (E A SOBRECARGA ADMINISTRATIVA).

NOTA: ESSE PATRIMÔNIO DE COBERTURA SÓ INCLUI OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA DAR COBERTURA ÀS PROVISÕES MATEMÁTICAS, PORTANTO NÃO INCLUI O FUNDO DE INVESTIMENTOS DE R\$ 59.956,06, QUE TAMBÉM INTEGRA O ATIVO LÍQUIDO TOTAL DO PPE.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
 PARECER ATUARIAL

- 1) O presente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), apresenta a avaliação em separado do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, destinado a dar continuidade às coberturas adicionais, que eram dadas em relação ao Regime Geral de Previdência Social pelo Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, mas que não estão contempladas na cobertura previdenciária dada pelo Regime Jurídico Único - RJU, aos servidores alcançados por esse Regime Jurídico.
- 2) Até o exercício de 2004, as Provisões Matemáticas do Plano de Previdência Especial - PPE vinham sendo registradas num Fundo Previdencial, porém, com a obtenção do registro no Cadastro Atuarial - DRAA específico para o PPE.
- 3) A situação atuarial do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, em 31/12/2010, encontra-se atuarialmente equilibrada, podendo ser mantido ao longo do ano de 2011, o Plano de Custeio

NOTA: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2010, do Fundo Seguro - Empréstimos / Financiamento (Investimento):

- Fundo de Seguro - Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento): R\$ 59.956,06.

- 4) Portanto, considerando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Especial - PPE de R\$ 40.090.786,19 somado ao Fundo de Seguro - Empréstimos / Financiamentos (Investimento) discriminado no item 3 deste Parecer Atuarial de R\$ 59.956,06, alcançou, em 31/12/2010, a R\$ 40.150.742,25.
- 5) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2010, apresentavam as seguintes aberturas, relativamente ao Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 10.779.896,50
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 29.310.889,69
• <u>Provisão Matemática a Constituir</u>	<u>R\$ (-.....)</u>
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 40.090.786,19
• <u>Superávit Técnico Acumulado</u>	<u>R\$</u>
• Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 40.090.786,19

NOTA: Como todos os benefícios são avaliados pelo Regime de Repartição, todo o excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano em relação ao valor das Provisões (Matemáticas) de Benefícios Concedidos encontra-se registrado como Provisões (Matemáticas) de Benefícios a Conceder.

- 6) A rentabilidade nominal líquida obtida pela FIPECq na aplicação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial - PPE, ao longo de 2010, foi de mais 10,89%, contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 5% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação, tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 11,79%, o que, em termos reais, representou obter mais 4,15% ao ano contra uma meta atuarial de mais 5% ao ano, adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da FIPECq, obtida ao longo de 2010, medida também pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, foi de mais 10,23%.

RIO DE JANEIRO, 22 de fevereiro de 2011

(continua na folha seguinte)

LOCAL E DATA

<p>Roberto Teixeira de Carvalho Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE NOME - CARGO</p> <p><i>Roberto Teixeira de Carvalho</i> Ruben Silveira Mello Filho Representante da FINEP</p>	<p style="text-align: center;">CIENTE</p> <p>José Roberto Montello ATUÁRIO - MIBA Nº 426</p> <p><i>José Roberto Montello</i> Páriso Marco Antônio Representante</p> <p>José Valente Chaves Representante do IPEA</p> <p><i>José Valente Chaves</i> José Demisio Simões da Silva Representante do INPE</p> <p>Raimundo Otávio Picanço Filho Representante do INPA</p> <p><i>Raimundo Otávio Picanço Filho</i> Carlos Roberto Silveira Silva Representante do CNPq</p>
---	--

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARECER ATUARIAL

Fl. 3/3

7) Informações recebidas da FIPECq, nos colocaram que os títulos de renda fixa pertencentes aos Planos Previdenciários dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar estão contabilizados pela marcação a mercado.

8) Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial), apresentadas de forma aberta no item 4 deste Parecer Atuarial, atestamos que as mesmas foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A do DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 do DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela FIPECq e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da FIPECq para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizadas na presente avaliação atuarial.

9) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas dentro do Plano de Contas vigente desde 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação, em 31/12/2010:

2.3.1.1.01.00.00 Benefícios Concedidos		10.779.896,50
2.3.1.1.01.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização		10.779.896,50
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	0,00	
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	10.779.896,50	
2.3.1.1.02.00.00 Benefícios a Conceder		29.310.889,69
2.3.1.1.02.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado		0,00
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00	
2.3.1.1.02.02.02 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(0,00)	
2.3.1.1.02.02.03 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(0,00)	
2.3.1.1.02.03.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado		0,00
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00	
2.3.1.1.02.03.02 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(0,00)	
2.3.1.1.02.03.03 Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(0,00)	
2.3.1.1.02.04.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura		12.069.198,49
2.3.1.1.02.05.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples		17.241.691,20
2.3.1.1.03.00.00 Provisões Matemáticas a Constituir		(0,00)
2.3.1.1.03.01.00 Serviço Passado		(0,00)
2.3.1.1.03.01.01 Patrocinadores	(0,00)	
2.3.1.1.03.01.02 Participantes	(0,00)	
2.3.1.1.00.00.00 Provisões Matemáticas		40.090.786,19
2.3.1.2.01.01.00 Superávit Técnico Acumulado		0,00
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência		0,00
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano		0,00
2.3.1.0.00.00.00 Patrimônio de Cobertura do Plano		40.090.786,19
2.3.2.0.00.00.00 Fundos		59.956,06 (*)

(*1) Corresponde ao valor do Fundo de Investimentos de R\$ 59.956,06.

RIO DE JANEIRO, 22 de fevereiro de 2011

LOCAL E DATA

Roberto Teixeira de Carvalho

Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras
ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

NOME - CARGO

Ruben Silveira Mello Filho

CIENTE

José Valente Chaves

Representante do IPEA

José Demisio Simoes da Silva

Raimundo Geraldo Picanço Filho

JOSÉ ROBERTO MONTELLO

ATUÁRIO - MIBA Nº 126

Fersio Marco Antonio Davison

ASS. REPRESENTANTE DA PATROCIADORIA

NOME - CARGO

Carlos Roberto Silveira Silva
Representante do CNPq

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

SIGLA: FIPECq

NOME DO PLANO: PLANO DE PREVIDÊNCIA ESPECIAL – PPE / CNPB: 19.910.005-29

1 CÓDIGO: 01451

2

PATROCINADORAS: IPEA, CNPq, INPE E INPA

4

HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL

INFORMAÇÕES GERAIS

6

HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL			INFORMAÇÕES GERAIS		
TAXA REAL ANUAL DE JUROS	5% (*1)	A-1	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO	851	A-16
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	-	A-2	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO	1.303	A-17
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-	A-3	TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO	17	A-18
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-	A-4	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO	6.029,69	A-19
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO			QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS	41	A-20
DOS SALÁRIOS	-	A-5	IDADE MÉDIA - PART. AUTO PATROCINADOS	52	A-21
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	98%	A-6	QUANTIDADE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	35	A-22
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	-	A-7	FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	12.987.959,74	A-23
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	-	A-8	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-24
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	-	A-9	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-25
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL		A-10	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-26
	(*2)				
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	$q_x^i = q_x$ da AT 83	A-11	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS	-	A-27
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	LIGHT MÉDIA	A-12	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS	-	A-28
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	-	A-13	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS	-	A-29
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	EXPER. REGIONAL	A-14	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	35	A-30
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	-	A-15	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	1.443,91	A-31
			IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	57	A-32
			QUANTIDADE - PENSÕES	6	A-33
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	1.339,60	A-34
			QUANTIDADE - BENEFÍCIOS DIFERIDOS		A-35
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS		A-36
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO		A-37
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA		A-38
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO		A-39
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA		A-40
					A-41

Observações: (*1) Aplicável nas Provisões Matemáticas dos Benefícios de Prestação Continuada.

*2 No caso do Pecúlio por Morte foi adotado o "q" da AT-83", só que, por se tratar de benefício decorrente de morte e não de sobrevivência, o custo obtido foi agravado em 25% e, no caso das Pensões já concedidas foi adotado o "q" da AT-3000" no cálculo das anuidades relativas aos Grupos de Pensionistas.

NOTA: Como Indexador Atuarial deste Plano se está trabalhando com o INPC do IBGE (sem qualquer defasagem).

Observação: A idade média dos participantes ativos do Plano de Previdência Especial-PPE é de 56 anos.

Ass. Roberto Montello
JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

DE ACORDO

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

NOME: Roberto Teixeira de Carvalho

CARGO: Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Ruben Silveira Mello Filho
Representante da FINEP

Ass. Pêrsio Marco Antonio Davison
Pêrsio Marco Antonio Davison
Representante do IPEA

José Demisio Simões da Silva
Representante do INPE

ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

NOME: Carlos Roberto Silveira Silva
CARGO: Representante do CNPq

Raimundo Otáide Picanço Filho
Representante do INPA

José Valente Chaves
Representante do IPEA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Fl. 2/3

SIGLA: FIPECq			1	CÓDIGO: 01451	2
NOME DO PLANO: Plano FIPECqPREV / CNPB: 20.060.029-29					
INSTITUIDOR: Caixa de Assistência Social da FIPECq – FIPECqVIDA			4		
ITEM			ITEM		5
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	2.004.642,96	24	CUSTO		
PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.004.642,96	25	APOSENTADORIAS	(1)	45
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	26	INVALIDEZ	(1)	46
Benefícios do Plano	-	27	PENSÃO POR MORTE	(1)	47
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios	-	28	COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO-DOENÇA	(1)	48
Outras Contribuições da Geração Atual	-	29	PECÚLIO POR MORTE	(1)	49
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	30	RESGATES	(1)	50
BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.004.642,96	31	OUTROS BENEFÍCIOS	(1)	51
Benefícios do Plano com a Geração Atual	2.004.642,96	32	OUTROS BENEFÍCIOS	(1)	52
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	-	33	OUTROS BENEFÍCIOS	(1)	53
Outras Contribuições da Geração Atual	-	34	TOTAL DE BENEFÍCIOS	(1)	54
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-	35	SUPLEMENTAR	(1)	55
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	-	36	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT	(1)	56
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	37	ADMINISTRAÇÃO	(2)	57
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-	38	TOTAL	(1)	58
Serviço Passado	-	39	CONTRIBUIÇÕES		
Déficit Equacionado	-	40	PATROCINADORAS	(3)	59
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	41	NORMAL	(3)	60
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-	42	AMORTIZANTE	(3)	61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	43	PARTICIPANTES ATIVOS	(4)	62
RESERVA PARA REVISÃO DO PLANO	-	44	NORMAL	(4)	63
			AMORTIZANTE	-	64
			PARTICIPANTES ASSISTIDOS	-	65
Observações: (1) Por ser Plano Instituidor não existe custeio definido (exceto no que se refere ao custo administrativo).			66		
(2) Contribuição Mensal e Obrigatória por parte de participantes Ativos e Assistidos de, no máximo, em R\$ 18,03.					
(3) Não aplicável por tratar-se de Plano Instituidor (sendo permitida realização de contribuição voluntária por parte do Instituidor).					
(4) Exceto no que se refere ao custeio administrativo, referido em (2), a contribuição é livre, dependendo da escolha do interessado, de acordo com limites estabelecidos no Regulamento do Plano.					

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

SIGLA: FIPECq

NOME DO PLANO: PLANO FIPECqPREV / CNPB: 20.060.029-29

1 CÓDIGO: 01451

2

INSTITUIDOR: CAIXA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FIPECq - FIPECqVIDA

4

HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL

6

HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL			INFORMAÇÕES GERAIS		
TAXA REAL ANUAL DE JUROS	*1	A-1	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO	225	A-16
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	*1	A-2	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO	197	A-17
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	*1	A-3	TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO	-	A-18
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	*1	A-4	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO	*1	A-19
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO	*1		QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS	8	A-20
DOS SALÁRIOS	*1	A-5	IDADE MÉDIA - PART. AUTO PATROCINADOS	41	A-21
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	*1	A-6	QUANTIDADE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	-	A-22
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	*1	A-7	FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	*1	A-23
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	*1	A-8	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-24
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	*1	A-9	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-25
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	*1	A-10	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-26
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	*1	A-11	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS	-	A-27
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	*1	A-12	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS	-	A-28
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	*1	A-13	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS	-	A-29
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	*1	A-14	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	-	A-30
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	*1	A-15	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	-	A-31
			IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	-	A-32
			QUANTIDADE - PENSÕES	-	A-33
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	-	A-34
			QUANTIDADE - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	-	A-35
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	-	A-36
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	-	A-37
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	-	A-38
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	-	A-39
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	-	A-40
					A-41

Observações: *1 Não aplicável por tratar-se de Plano Instituidor.

NOTA: O indexador de referência adotado por este plano é o INPC do IBGE e como base de referência, os juros reais de 5% ao ano.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA N° 426
DE ACORDO

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME: Roberto Teixeira de Carvalho
CARGO: Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

ASS. REPRESENTANTE DA INSTITUIDORA
NOME: Sonia Cristina de Moura Seabra
CARGO: Diretora Presidente da FIPECq Vida

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores Membros da Diretoria da
**FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfases

1. Conforme demonstrado na Nota explicativa 12a, a Fundação mantém contabilizado um Fundo Previdencial de R\$ 220.940 mil, formado pelas contribuições vertidas pelas patrocinadoras CNPq, IPEA, INPE e INPA, antes de 1º de janeiro de 1991, ao plano de benefícios previdenciários em favor daqueles participantes que foram submetidos ao Regime Jurídico Único e, por consequência tiveram a relação de patrocínio com as referidas patrocinadoras interrompida em razão da extinção de seus contratos de trabalho e para o qual as autoridades governamentais não se posicionaram em relação a eventuais direitos dos referidos participantes. Em dezembro de 2010, a FIPECq promoveu o ajuizamento de uma Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal do Distrito Federal) declare por sentença a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o patrimônio atual da Fundação. É incerto o desfecho deste assunto e os seus reflexos sobre as demonstrações contábeis da Fundação.
2. A Fundação administrou até 2003 um plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido programa assistencial, de R\$ 4.068 mil, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento adotado não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A Fundação solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada, mas cujo posicionamento daquele órgão normativo ainda se encontra pendente. Em 31 de dezembro de 2010, este déficit totaliza R\$ 3.410 mil, tendo em vista que, desde a extinção do plano, a Fundação vem, aos poucos, recuperando parte do mesmo, através de recebimentos de contribuições em atraso. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2010, o Fundo Administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a inflação do período e, no momento, é incerto o desfecho desse assunto e os seus conseqüentes reflexos nas demonstrações contábeis da FIPECq.

Outros assuntos

1. As demonstrações contábeis consolidadas referidas no primeiro parágrafo consolidam os valores de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que

estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

2. Anteriormente auditamos o balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, cujo parecer, datado de 03 de março de 2010, foi emitido sem ressalvas, mas com parágrafos de ênfases sobre i) o mesmo assunto mencionado anteriormente no tópico 2 "Ênfase" acima; e ii) o processo que se encontrava em análise na então Secretaria de Previdência Complementar, onde a Fipecq requereu a aprovação do Plano de Previdência Especial - PPE administrado por ela e cujo desfecho e reflexo deste assunto sobre as demonstrações contábeis era incerto naquela data. Em julho de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC se manifestou quando a incorporação do plano PPE pelo Plano de Benefícios FIPECqPREV, razão pela qual este assunto mas se aplica.
3. Adicionalmente, a Resolução CGPC nº. 28/2009 e a Instrução SPC nº. 34/2009 estabeleceram novos procedimentos contábeis a serem adotados pelas EFPC a partir de 1º de janeiro de 2010. As principais mudanças resultaram em alterações significativas na planificação contábil padrão, consubstanciados em alterações e inclusões de rubricas contábeis para adequações à nova norma de custeio administrativo. As mudanças também dizem respeito sobre a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. Por conta dessas alterações normativas, as demonstrações do resultado do exercício e do fluxo financeiro, sobre as quais emitimos opinião no exercício findo de 2009, deixaram de existir e de ser apresentadas a partir de 1º de janeiro de 2010. A nova planificação contábil não significou qualquer tipo de ajuste nos saldos do balanço patrimonial do ano de 2009, todavia, as cifras de 2009 foram reclassificadas para fins de comparabilidade.

Belo Horizonte, 16 de março de 2011

Teixeira & Associados
TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC-MG 5.194

NEXIA
INTERNATIONAL

Teixeira

DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA
Sócio Diretor
Contador CRC MG-14.105-O/5 -S-DF-103

Thomé

ADRIANO REZENDE THOMÉ
Diretor
Contador CRC MG-77.874-O/6-S-DF